TEXTO DE APOIO PARA OS ALUNOS

11ª Classe – 2º Ciclo

HISTÓRIA

Ministério da Educação
Cultura e Formação

Índice

APRESENTAÇÃO DO PROGRAMA 3

UNIDADE 6 – A SOCIEDADE E O PODER POLÍTICO NA EUROPA NOS SÉCULOS XVII E XVIII, PODER E DINÂMICAS SOCIAIS 4

UNIDADE 7 - AS CIVILIZAÇÕES AFRICANAS E A EXPANSÃO EUROPEIA. SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE ENTRE O SÉCULO XV E XVIII 39

UNIDADE 8 - O LIBERALISMO – IDEOLOGIA E REVOLUÇÃO, MODELOS E PRÁTICAS NOS SÉCULOS XVIII E XIX 58

UNIDADE 9 - A CIVILIZAÇÃO INDUSTRIAL – SOCIEDADE E ECONOMIA. O MOVIMENTO OPERÁRIO. NACIONALISMOS E CHOQUES IMPERIALISTAS. O PENSAMENTO E AS ARTES. 81

UNIDADE 10 – COLONIALISMO EM ÁFRICA. RELAÇÕES INTERNACIONAIS NOS FINAIS DO SÉCULO XIX E INÍCIO DO SÉCULO XX. S. TOMÉ E PRÍNCIPE AO LONGO DO SÉCULO XX 112

Apresentação do Programa

		11ª Classe PROGRAMA DE HISTÓRIA
Unidade didáctica 6	**A Sociedade e o poder político na Europa nos séculos XVII e XVIII. Dinâmicas económicas e coloniais. A construção da modernidade europeia. O iluminismo e a contestação à sociedade de ordens e ao Absolutismo.**	**Pretende-se que o discente analise o desenvolvimento do capitalismo europeu no contexto da Sociedade de Ordens e que compreenda a importância dos progressos do conhecimento e dos ideais iluministas na construção da modernidade ocidental.**
Unidade didáctica 7	**As civilizações africanas a a expansão europeia. S. Tomé e Príncipe entre o século XV e XVIII**	**Os alunos deverão analisar os factores de desenvolvimento nas sociedades africanas e os efeitos do contacto com os europeus. Pretende-se a análise da sociedade, economia e cultura em S. T. P., durante este período. O discente deverá ser capaz de construir a sua identidade a partir de aspectos globalizantes anteriormente estudados, relacionando-os com os desta unidade.**
Unidade didáctica 8	**O Liberalismo – Ideologia e Revolução. As revoluções, americana e francesa. O legado político do Liberalismo. O Romantismo.**	**Pretende-se que os discentes reconheçam a importância do fenómeno revolucionário como ruptura com a ordem social e política existentes e analisem os princípios que estão na matriz da organização social e política contemporâneas.**
Unidade didáctica 9	**A Civilização Industrial – Economia e Sociedade. O movimento operário. Cultura e arte na sociedade industrial. Nacionalismos e choques Imperialistas. O pensamento e as artes no final do século.**	**Pretende-se que os discentes distingam, no processo de industrialização, os progressos do capitalismo industrial, a diversidade dos ritmos de crescimento e a geografia da industrialização e, também, que relacionem os novos projectos de organização da sociedade com os problemas decorrente da afirmação e organização da sociedade burguesa. Deverão, ainda, conhecer o movimento das nacionalidades, as rivalidades coloniais e os choques imperialistas.**
Unidade didáctica 10	**O colonialismo em África - economias e Estados São Tomé e Príncipe no século XIX e inícios do século XX.**	**O aluno deverá ser capaz de relacionar os grandes momentos da história, integrando as alterações que se operaram em África e na sociedade são-tomense e as consequências que daí advieram.**

Fig. 1 - Tabela ilustrativa do programa de História da 11ª classe

UNIDADE 6 – A Sociedade e o poder político na Europa nos séculos XVII e XVIII, poder e dinâmicas sociais

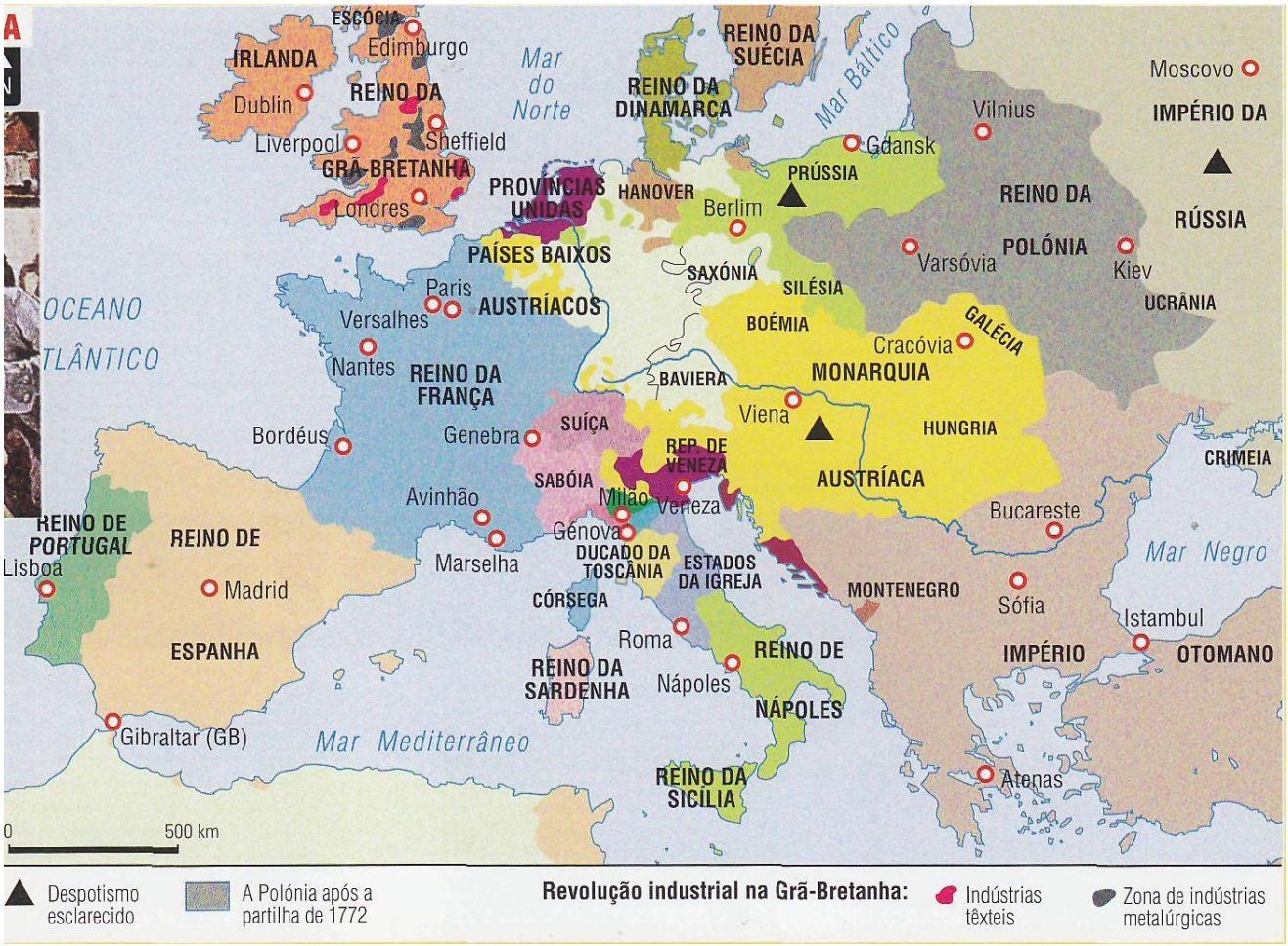


Fig. 2 - A Europa em 1780

ANOS	ACONTECIMENTOS
1618-48	Guerra dos 30 Anos
1653	Jan de Witt, Grande Pensionário da Holanda
1661	Luís XIV, rei de França
1665	Colbert, ministro das Finanças de Luís XIV
1666	Fundação da *Academia de Ciências de Paris*
1667	*Pragmática contra o luxo*, de D. Pedro II
1688	Locke publica *Cartas sobre a Tolerância*
1689	*Declaração de Direitos na Inglaterra*
1703	*Tratado de Methuen*
1710	O ouro do Brasil começa a ser explorado em quantidade
1746	Verney publica *Verdadeiro Método de Estudar*
1750	Morte de D. João V D. José sobe ao trono
1751	Cromwell promulga o *Acto de Navegação*
1755	Terramoto de Lisboa
1756	Fundação da *Real Companhia das Vinhas do Alto Douro*
1756-63	*Guerra dos 7 Anos* *Tratado de Paris* (1763)
1762	Rousseau publica *Emílio*
1772	Reforma da *Universidade de Coimbra*
1779	Fundação da *Academia de Ciências de Lisboa*

A População da Europa nos séculos XVII e XVIII: crises de crescimentos

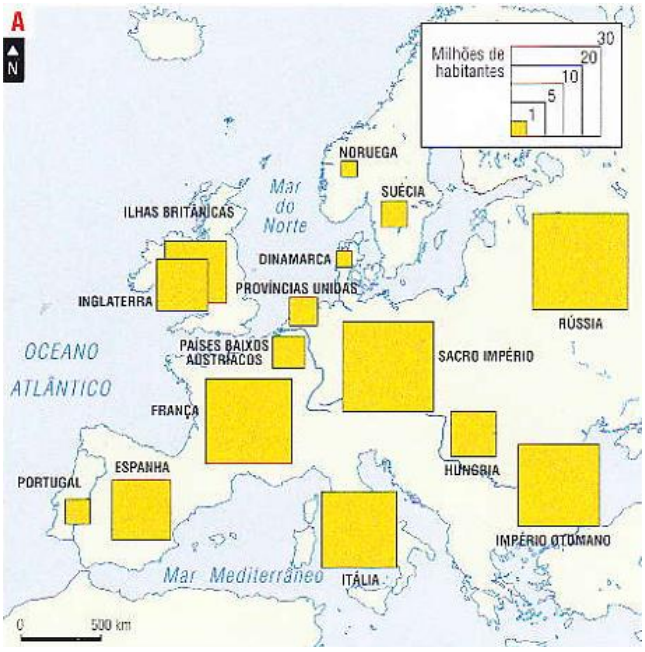


Fig. 3 - População Europeia nos finais do século XVIII

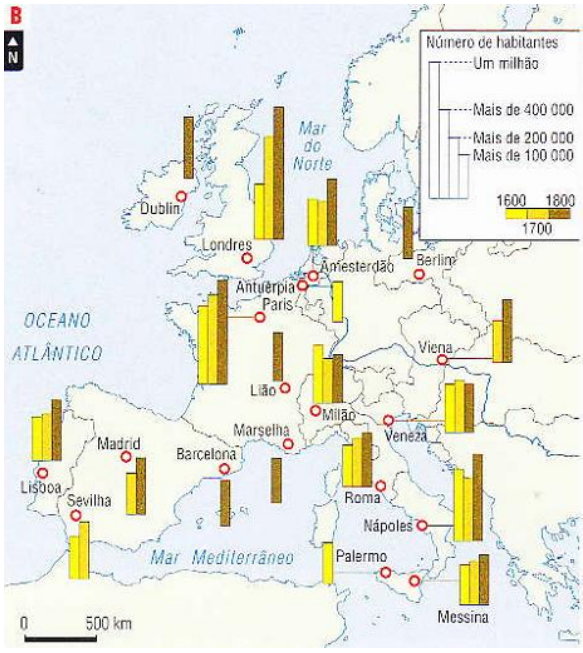


Fig. 4 - População das principais cidades da Europa entre 1600 e 1800

Introdução

Desde os finais do século XVI até ao segundo quartel do século XVIII, a população europeia cresceu mais lentamente do que no século precedente. Este facto tem sido atribuído às crises económicas que então ocorreram e que se reflectiram negativamente no comportamento demográfico. Ciclicamente houve graves crises de mortalidade, devidas quer às más condições de vida, geradas pelas crises económicas, quer às frequentes guerras (políticas e religiosas).

Só no século XVIII, melhoradas as condições de vida, foi possível travar essas crises, provocando o abaixamento progressivo da mortalidade e recuperando o crescimento populacional.

A regressão demográfica do século XVII

No século XVII registou-se, em quase toda a Europa, um comportamento demográfico dito de crise, caracterizado por:

- Taxas de natalidade a rondar os 40%, que resultavam de uma procriação apenas limitada pela fisiologia e marcada pelas atitudes políticas e religiosas populacionistas;
- Taxas de mortalidade muito elevadas, entre os 35 e os 38%o, incidindo sobre todas as camadas etárias, mas alcançando os valores

> Continuam as tormentas e as chuvas como no ano passado, e no mar e na terra sentem-se os seus estragos. Não menos sentem as gentes a falta do pão que já se vende a 10 tostões, preço de que, em Lisboa, não há ninguém que se lembre. (...)
>
> Parece que El-Rei ignora o miserável estado de todo o seu reino, em que, além da guerra e da fome, bem pode temer o terceiro castigo que já se anuncia nas repetidas doenças que em toda a parte se sentem, havendo lugares que estão já meio despovoados.
>
> José Soares da Silva, *Gazeta em Forma de Carta*, 1701-1706

mais altos entre os recém-nascidos e durante a infância (só cerca de um terço dos nascidos atingia a idade adulta, assegurando à justa a substituição dos seus pais)

- Uma esperança de vida que não ia além dos 25-30 anos;
- Uma taxa de substituição próxima da unidade.

Este comportamento reduzia ao mínimo o crescimento demográfico. Na verdade, contrariando o rápido crescimento populacional do século XV e da primeira metade do século XVI, a população da Europa do século XVII diminuiu a sua taxa de crescimento geral.

Principais factores que provocaram a recessão demográfica do século XVII

Ao longo da Idade Moderna (séculos XVI, XVII e XVIII), a evolução demográfica da Europa registou ritmos diferenciados consoante as regiões e os condicionalismos estruturais e conjunturais que as afectaram. Contudo, é possível distinguir nas tendências seculares características dominantes, mais ou menos comuns para os países europeus. Regra geral, os séculos XV e XVI foram épocas de crescimento demográfico e económico para todas as regiões, seguindo-se-lhe, após 1560-80, uma tendência depressiva que se prolongou, na maior parte dos países, até meados ou finais do século XVII. Para a maior parte da Europa, o crescimento só foi retomado no segundo quartel do século XVIII (cerca de 1715-20), mas com um ritmo mais acelerado que o de antes.

A recessão demográfica do século XVII foi provocada por factores de várias ordens, principalmente as crises de subsistência, as pestes e outras epidemias e as guerras.

1556-1609	Revolução na Holanda
1562-1598	Guerras religiosas na França
1618	Começo da Guerra dos Trinta Anos
1630-1632	Revoltas populares em França, Portugal, Espanha, Itália, Alemanha
1640-1668	Guerra da Restauração em Portugal
1649-1652	Novas revoltas populares em França e na Alemanha
1652-1654	Primeira guerra anglo-holandesa
1655-1667	Segunda guerra anglo-holandesa
1667-1668	Guerra da Devolução
1672-1674	Terceira guerra anglo-holandesa
1672-1678	Guerra da Holanda
1689-1697	Guerra da Liga de Augsburgo
1700-1714	Guerra da Sucessão de Espanha

Fig. 5 - Frequência das guerras no século XVII

Crises de subsistência

As irregularidades das condições climatéricas assolaram muitas regiões europeias entre 1580 e finais do século XVII: os chamados Invernos podres (demasiado chuvosos) ou ainda as geadas de Primavera que faziam apodrecer as sementeiras. Estes acidentes meteorológicos provocaram más colheitas e, consequentemente, carestia (principalmente de cereais, o alimento-base das dietas alimentares da época) e inflação, subalimentação e fome. Essas **crises de subsistência** ocorreram ciclicamente ao longo de todo este período. Segundo o historiador francês Emmanuel le Roy Ladurie, os anos de 1660-62, 1693-94, 1698-99 e 1709-10 foram épocas de fome generalizada um pouco por toda a Europa.

Pestes e outras epidemias

O elevado índice de mortalidade das populações deste período atribui-se quer às crises de subsistência, quer às duras condições da vida material (longas e penosas jornadas de trabalho, insalubridade e pobreza das habitações, exiguidade do vestuário, ausência e precariedade das estruturas de higiene e saúde públicas e privadas...), que enfraqueciam os organismos.

Nestas condições, encontravam-se susceptíveis às doenças, as pessoas de todas as faixas etárias, mas principalmente na infância e na juventude. De facto, pestes e outras epidemias foram endémicas por todo este

período, não só por causa das condições de vida, como também pela impotência da medicina da época para as combater. Malnutridos e enfraquecidos, os organismos ficavam sujeitos a um desgaste mais rápido, adoeciam com frequência e envelheciam precocemente.

Os efeitos das pestes e outras epidemias foram catastróficos e devastadores, desorganizando a vida social e política.

Guerras

As guerras, pela sua frequência, influíram na elevada mortalidade, quer, e sobretudo, na desorganização da vida económica, provocando a subida de impostos, a inflação generalizada, desvio de mão-de-obra e paralisação das actividades económicas, razias e destruições nos campos e nas cidades, proliferação de epidemias e mortes.

Os efeitos das guerras não se mediam tanto pelas mortes em combate (cujo número foi bastante inferior ao das mortes por doença), mas sobretudo pelas referidas consequências, directas e indirectas, que exerciam sobre a vida da restante população. Crises de subsistência, pestes e guerras andaram frequentemente associadas. Por vezes, só uma destas causas era suficiente para determinar o aparecimento das outras.

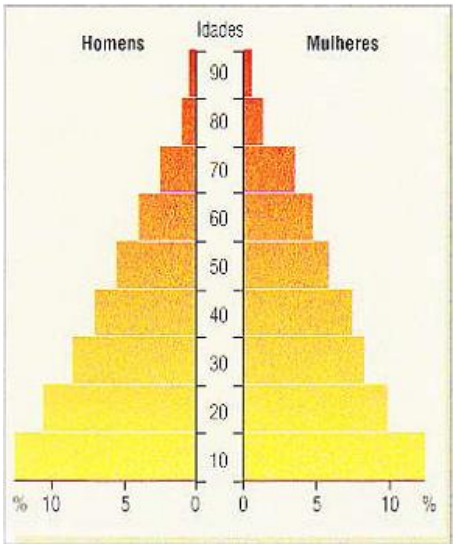


Fig. 6 - Pirâmide das Idades da França, no século XVIII

Quando alguma destas causas se prolongava por mais tempo, ou quando mais do que uma coincidia na mesma região, isso era suficiente para provocar uma subida anormal da mortalidade e gerar crises demográficas. Estas crises, que constituíram o traço demográfico mais característico do século XVII, ocorreram ciclicamente até às primeiras décadas do século XVIII e condicionaram indubitavelmente a vida socioeconómica e as mentalidades.

Progressão demográfica e melhoria das condições de vida

A partir de 1730, aproximadamente, as populações europeias começaram a dar indícios de **um novo comportamento demográfico.**

A novidade mais evidente foi a do **recuo das periódicas crises demográficas,** que se tornaram menos intensas e se foram espaçando no tempo até desaparecerem, pelo menos na Europa Ocidental. Por isso, **a taxa de mortalidade baixou em todas as faixas etárias,** chegando, nalgumas regiões, a atingir cerca de metade dos valores anteriormente atingidos.

Assim, a **esperança de vida** à nascença aumentou (cerca de 30 anos por volta de 1750; a rondar os 40 anos em 1800) e as populações rejuvenesceram, apresentando uma elevada percentagem de jovens. Nos finais do século XVIII, 36% da população francesa tinha menos de 20 anos e 40% estava entre os 20 e os 40 anos. Na Espanha, pela mesma época, 35,2 % da população estava abaixo dos 15 anos. Em Portugal, os comportamentos demográficos andavam geralmente a par dos da Espanha. Na Grã-Bretanha e na Suécia, os menores de 20 anos correspondiam a 44,5 e 42,9% das suas populações, respectivamente.

Como a natalidade se manteve elevada, **a taxa de crescimento foi sendo progressivamente maior,** conservando-se em ascensão ao longo de todo o século XVIII. A vida parecia, finalmente, vencer a morte, proporcionando um aumento populacional inusitado que, no século XIX, se iria transformar numa verdadeira *expansão demográfica,* simultaneamente causa e efeito do desenvolvimento económico então registado.

Como explicar este novo comportamento demográfico? Os historiadores apontam-nos para a acção conjunta dos seguintes **factores:**

	TAXA DE MORTALIDADE INFANTIL (‰)				ESPERANÇA DE VIDA À NASCENÇA (anos)		
	H	M	Média dos dois sexos		H	M	Média dos dois sexos
Decénio 1740-1749	317	275	296	Decénio 1740-1749	23,8	25,7	24,8
Média dos 40 anos 1750-1789	295	260	278	Média dos 40 anos 1750-1789	27,3	28,8	28,0
Decénio 1820-1829	197	164	180	Decénio 1820-1829	38,3	39,3	38,8

Fig. 7 Recuo da mortalidade infantil e aumento da esperança média de vida à nascença

- **Uma progressiva melhoria climática** fez subir as temperaturas médias, regularizando a meteorologia, desde inícios do século XVIII. Isto proporcionou uma série de anos de boas colheitas que influenciaram positivamente o arranque da *revolução agrícola* e a **diminuição das fomes;**
- **Os progressos técnicos e económicos** entretanto registados permitiram, em simultâneo, uma **maior produção e uma melhor distribuição dos bens alimentares** (aumento da produtividade, introdução de novas culturas e alargamento dos circuitos comerciais internos e externos), o que contribuiu para o **fortalecimento fisiológico das populações** e para o sequente recuo das febres e epidemias;
- **E**sta situação foi favorecida pelo **desenvolvimento da medicina** que, nos finais do século XVIII, se encontrava mais bem apetrechada para combater as doenças, tendo iniciado a prática da vacinação e divulgado **maiores cuidados de higiene** pública e privada.

Fig. 8 - Thomas Robert Malthus (1766-1834)

Malthus ficou célebre pelos seus estudos sobre as populações humanas, defendendo que estas cresciam em progresso geométrico. No entanto, também estudou as possibilidades de restrição deste crescimento.

Uma nova demografia e crescimento demográfico no século XVIII

Em conjunto, a melhoria climática, o desenvolvimento económico (comercial, artesanal e agrícola) e os progressos científico-técnicos trouxeram uma **melhoria geral nas condições de vida** que estão na base de **novos** comportamentos sociodemográficos e se traduziram numa **nova mentalidade.** Houve o fortalecimento dos laços de afectividade entre a família e aumentou a preocupação com a saúde e educação das crianças**.** Estes factos estão também na base da evolução da confiança no progresso como construtor da felicidade humana.

Mesmo assim, o crescimento populacional não pode generalizar-se, nas mesmas condições, para toda a Europa. Ao terminar o século XVIII, ele era mais evidente nas zonas de maior dinamismo económico e suas áreas circundantes (como a Inglaterra, a Flandres, a Prússia...) e registava um grande atraso nas zonas que mantiveram estruturas mais retrógradas, como a França, a Itália, os países ibéricos e os grandes países de Leste.

Nuns e noutros, contudo, o contínuo crescimento demográfico desta época foi tão inesperado e novo que impressionou vivamente os próprios contemporâneos, quando dele tomaram consciência. Nos finais do século XVIII, um padre protestante inglês, Thomas Malthus (1766-1834), publicou uma obra polémica sobre este assunto: *Ensaio sobre os Princípios da População e seus Efeitos sobre o Melhoramento Futuro da Sociedade* (1798). Nesta obra, Malthus preocupa-se com o aumento da população, temendo que este criasse novos desequilíbrios em relação às subsistências, já que estas cresciam a um ritmo inferior. Como solução preventiva, preconizava a redução voluntária da natalidade pela prática do celibato ou do casamento tardio, hábitos que efectivamente permaneceram na história demográfica europeia desta época. Apesar disso, a redução da natalidade só se tornaria uma realidade a partir de finais do século XIX.

A Europa dos Estados Absolutos e a Europa dos Parlamentos

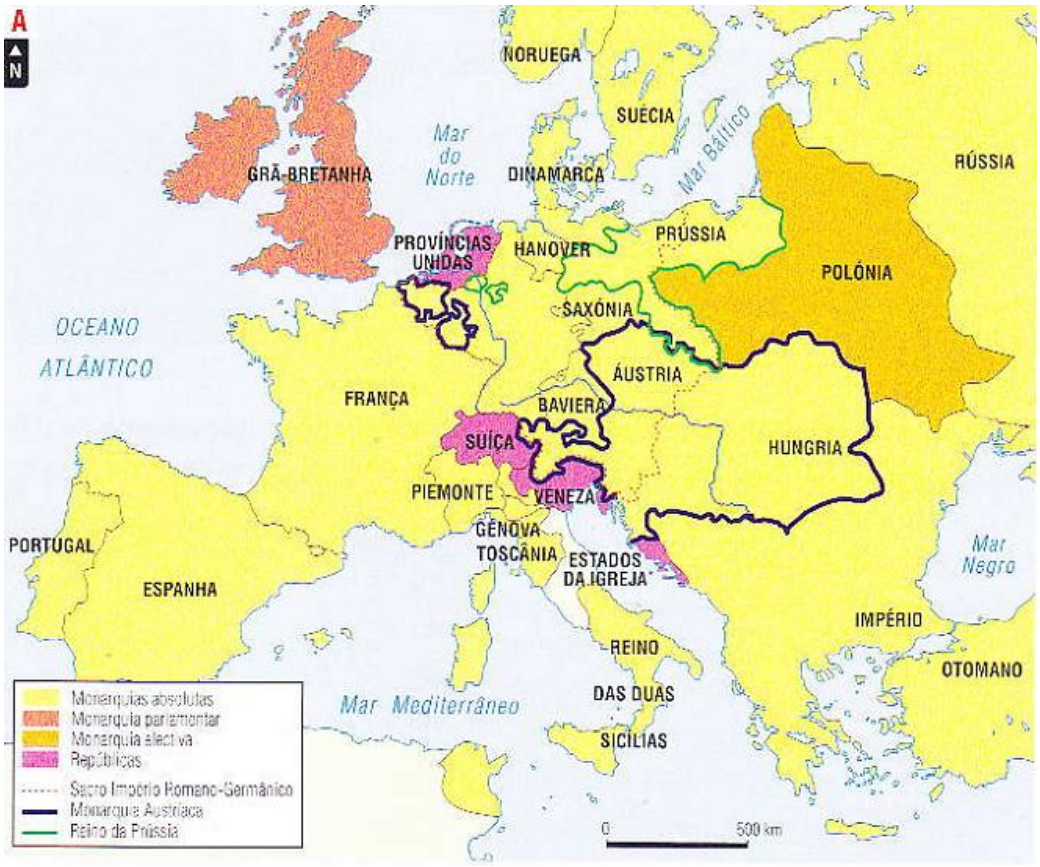


Fig. 9 - A Europa em 1789: diferentes matrizes políticas

Introdução

Durante os séculos XVII e XVIII, a maior parte das sociedades europeias organizava-se segundo uma estratificação em "ordens", herdada da Idade Média e baseada na desigualdade funcional e jurídica dos seus estratos.

Esta sociedade de ordens assentava no privilégio e era garantida pelo absolutismo régio.

A *par dos regimes de poder absoluto e de estratificação social em ordens, desenvolveram-se na Europa dos séculos XVII e XVIII regimes parlamentares e de predomínio da burguesia, como foram os casos da Holanda e da Inglaterra.*

Estratificação social e poder político nas sociedades do Antigo Regime

Durante o **Antigo Regime** (séculos XVI a XVIII), a maior parte das sociedades europeias estavam organizadas como **sociedades de ordens,** isto é, como **sociedades estratificadas em três grandes grupos sociais,** juridicamente diferenciados segundo o nascimento e/ou o prestígio da função que desempenhavam no todo social, independentemente da sua real condição económica ou do seu papel na produção dos bens materiais**.**

Os grupos assim formados designam-se **estados** ou **ordens.** Nas sociedades europeias do **Antigo Regime,** os **estados ou ordens** eram três: o **clero,** a **nobreza** e o **braço popular,** denominado, sobretudo no século XVIII, **Terceiro Estado.**

Este tipo de **estratificação social** teve origem nas concepções ideológicas e nas representações mentais que se formaram desde a Idade Média e que, fruto das relações entre o poder político e o económico, assentavam na valorização e estima social que certas funções adquiriram em relação ao bem comum.

COMPOSIÇÃO SOCIAL	%
Clero	11,9
Fidalgos e mercadores	24,9
Artífices e trabalhadores manuais	27,7
Lavradores e camponeses	26,9
Marinheiros e pescadores	4,7
Servidores e ociosos	3,9

Fig. 10 - Constituição numérica das ordens - Espanha 1586

Ao entrarem na tradição, estas concepções foram-se impondo nas leis consuetudinárias e institucionalizaram-se nas leis escritas, através do estabelecimento de estatutos jurídicos próprios que diferenciavam, de modo rígido e quase inalterável, a condição de cada ordem nas sociedades.

A sociedade de ordens

A **sociedade de categorias** ou **de «ordens»** caracterizava-se por uma **estratificação de tipo legal ou jurídico** que impôs aos indivíduos um conjunto de **valores e comportamentos** geralmente definidos para toda a vida. Assim:

- Fazia depender a posição social dos indivíduos da condição do seu nascimento ou do seu estado;
- Estabelecia os privilégios e deveres das ordens ou estados, atribuindo a cada uma leis civis e penais próprias (os foros das ordens);
- Determinava os códigos de actuação pública de cada ordem e as relações de umas com as outras;
- Definia as formas de tratamento, as honras, as dignidades, as condecorações e pensões a que cada uma tinha direito.

A **condição social,** assim rigidamente definida, era, por princípio, inalterável. Só a decisão régia podia abrir excepções para os que, por alto mérito e serviços, se tivessem tornado disso merecedores. Daí o carácter de imutabilidade e imobilidade que marcou todas as sociedades deste período.

Com efeito, inicialmente, a **mobilidade social** foi muito rara. Contudo, a partir do século XVI, em virtude das transformações económicas e culturais verificadas, os regimes sociais europeus passaram a consignar diversos processos de ascensão social - nomeadamente de nobilitação -, dos quais não estava ausente a sua compra em dinheiro. Esta situação tornou cada vez mais heterogénea a constituição interna das ordens.

Citemos o exemplo da Inglaterra e da França, No século XVII, a mobilidade social era maior na Inglaterra do que na Europa continental. Este facto devia-se, segundo Jean Bérenger e outros: *«à imprecisão jurídica da* **gentry**, *à ausência de derrogação, ao direito generalizado de primogenitura que obrigava os filhos segundos a procurar fortuna fora do seu ambiente natal, sem por isso desistirem da prerrogativa de virem a tomar a cabeça da sua linhagem. (...) Na opinião de muitos contemporâneos a riqueza desempenhava um grande papel na definição da* **gentry**».

A ***gentry*** passou a ser uma força social ascendente, na Inglaterra, a partir do terceiro quartel do século XVII, e a participar em larga escala na vida política e económica inglesa. Assim, o **estatuto ou condição social** assentava essencialmente em dois factores: na riqueza, por um lado, e na **cultura, estilo de vida** e **alianças familiares,** por outro.

A elite social constituída pela ***gentry*** e pela aristocracia inglesa cultivava o ideal das "virtudes", do amador de arte e do coleccionador.

Apesar de a sociedade inglesa ter evoluído nesse sentido, a sociedade francesa e outras da Europa continental continuaram a assentar na primazia da nobreza militar hereditária.

A pluralidade de estratos sociais: os casos de França, Espanha e Portugal

A sociedade de ordens do Antigo Regime assentava no reconhecimento e aceitação do princípio da desigualdade natural dos súbditos perante o Estado e perante a comunidade.

Esta desigualdade encontrava-se sublinhada nos estatutos jurídicos de cada ordem, que atribuíam a cada uma direitos e deveres diferentes e específicos. Assim, as pessoas encontravam-se inseridas em estratos dentro das ordens, os quais se distinguiam pelos nomes, pelo estatuto penal, pelas formas públicas de tratamento, pelos trajes, e até pela maneira como deviam andar na rua, a que se encontravam sujeitas**.** Os *direitos* específicos de cada pessoa ou grupo definiam-se como atributos especiais, designados **"privilégios".** A grande distinção fazia-se entre as ordens privilegiadas - o clero e a nobreza, que recebiam maior número de *privilégios* - e a não privilegiada, o povo ou Terceiro Estado, que constituía cerca de 80 a 90% da população, consoante as regiões.

Fig. 11 - Constituição numérica das ordens - França, antes da Revolução

Nesta hierarquia, **o primeiro lugar** em prestígio, privilégios, dignidades e honras **pertencia ao clero.** Este compunha-se, juridicamente, por todos aqueles que haviam recebido a *tonsura* (antigo corte de cabelo praticado nos eclesiásticos, que lhes deixava uma coroa rapada no alto da cabeça), isto é, as diferentes hierarquias do clero secular e regular, os membros das ordens militares, os professores e alunos das universidades, os oficiais e ministeriais públicos, ainda que vivessem como leigos.

A. Já S. Tomás [de Aquino, 1225-1274] assinalara: «*Os homens, sem a queda (o pecado original), seriam todos iguais? Resposta: não. O que sai da mão de Deus é ordenado. Ora a ordem implica uma hierarquia e, consequentemente, uma certa desigualdade.*» Todas as criaturas, animadas e inanimadas, estão hierarquizadas no Mundo consoante a sua inteligência e força física, ou ainda o seu grau de beleza. Nada pode subsistir sem ordem; e a ordem é mais do que uma simples hierarquia: subentende uma organização de toda a criação, visto que a finalidade das sociedades humanas não é assegurar a felicidade dos homens na Terra, mas conduzi-los para a verdadeira vida que se situa além da morte.

Jean Bérenger e outros, *História Geral da Europa*, Publicações Europa-América, 1987

B. Foi para a felicidade dos homens que Deus quis que eles estivessem todos subordinados uns aos outros; foi a Providência Divina que estabeleceu a desigualdade das condições; desta maneira, uns nascem para comandar e os outros para obedecer. Os primeiros têm necessidade de criados, os segundos são obrigados a servi-los nessa qualidade.

Froger (cura da paróquia de Mayet, França), *Instruções de Moral, de Agricultura e de Economia para os Habitantes dos Campos*, 1769

C. Não podemos viver todos na mesma condição. É necessário que uns comandem e outros obedeçam. Os que comandam têm várias categorias ou graus: os soberanos mandam em todos os do seu reino, transmitindo o seu comando aos *grandes*, os grandes aos pequenos e estes ao povo. E o povo, que obedece a todos eles, está, por sua vez, dividido em várias categorias.

Charles Loyseau, *Tratado das Ordens e das Dignidades*, 1610-13

Nos países católicos, como ordem religiosa, o clero estava directamente dependente do Papa de Roma, representante de Cristo na Terra, uma entidade exterior e superior aos Estados políticos em que estava inserido. Por isso, o clero possuía **foro** (= leis) **e tribunais privativos** que julgavam apenas de acordo com o *Direito Canónico,* o direito próprio e específico dos eclesiásticos. Esta prerrogativa subtraía-os ao Direito comum, vigente nos reinos. Assim, a Igreja Católica manteve o **direito de imunidade e de asilo** em todas as suas propriedades.

Pelas mesmas razões, o clero estava **isento do serviço militar** e era uma **"ordem" não tributária,** pois, salvo nas excepções consignadas pelo Papa, os seus bens, porque bens de Deus, não sofriam deduções a favor do Estado. Contudo, cobrava das restantes ordens o ***dízimo eclesiástico*** e recebia, também em nome de Deus, numerosas outras dádivas e doações. Esta situação permitiu-lhes acumular, ao longo dos tempos, fortunas.

Pela cultura e ilustração que normalmente detinham, os eclesiásticos eram chamados a desempenhar **altos cargos no ensino, na corte e na administração pública.** Pelo poder espiritual que representavam, usufruíam de grande prestígio, estima e consideração social. Pela riqueza, sobretudo fundiária, que detinham, impuseram-se,

também, como força económica importante. O estatuto privilegiado que possuíam, concedeu-lhes tanta liberdade de acção que eram considerados como "um Estado dentro do Estado".

O **segundo lugar** era ocupado, quase em igualdade de circunstâncias, pela **nobreza** que representava entre 1,5 e 2% da população da época. Tradicionalmente, organizava-se como um grupo fechado, definido pelas condições de nascimento, pelo poder fundiário, pela função militar, pelo desempenho dos mais altos cargos políticos e administrativos e pelo alto padrão de vida, de ostentação e riqueza.

Contudo, **a nobreza no Antigo Regime apresentava situações internas muito diversificadas:**

- A par da **nobreza rural,** senhorial e fundiária (nobreza de solar), tinha-se generalizado, desde o século XVI, uma numerosa **nobreza cortesã** que, continuando grande latifundiária, exercia cargos na corte, agregando aos rendimentos provenientes das suas propriedades as tenças, subsídios e outras benesses com que os reis agraciavam os seus íntimos;

- A par da velha **nobreza de espada,** ocupada exclusivamente com o ofício das armas, afirmou-se então uma outra, mais empreendedora, que não se envergonhava de investir nos negócios mercantis, de gerir pequenas empresas de especulação financeira, ou de mercantilizar a produção das suas propriedades;

- E, sobretudo, à **nobreza de sangue,** orgulhosa dos seus ancestrais e dos seus títulos honoríficos (cada vez mais diversificados e hierarquizados, fechada em casta), viera somar-se uma outra, de origem burguesa ou clerical, recém-nobilitada pelo exercício ou pela compra de cargos públicos - a **nobreza de toga** -, que baseava a sua ascensão no mérito e capacidades pessoais.

A situação económica, social e cultural destas várias categorias da nobreza era muito desigual. Todavia, todas usufruíram do mesmo estatuto legal que lhes atribuía um conjunto alargado de privilégios.

Com efeito, **os nobres estavam isentos do pagamento de impostos ao Estado,** com excepção dos impostos gerais devidos em ocasião de guerra; geriam-se por um foro privado, diferente do foro popular, ou comum, nas leis e nas sanções; continuavam a cobrar os direitos senhoriais aos camponeses das suas terras e, nalgumas regiões, mantinham em funcionamento o **tribunal senhorial** para as questões que abrangiam apenas as gentes dos seus latifúndios. Para além disso, e como pares e conselheiros dos reis, eram preferidos para o **desempenho dos mais altos cargos político-administrativos,** centrais e locais, o que lhes abria a porta aos subsídios e favores régios que ajudavam a manter o seu padrão económico e compensavam a desvalorização entretanto ocorrida nas rendas fundiárias.

O Terceiro Estado: ordem não privilegiada

O último lugar na hierarquia social cabia ao **Terceiro Estado,** que era constituído pelo conjunto das populações não-nobres e não-eclesiásticas. Era o Terceiro Estado que sustentava, com o seu trabalho, todo o edifício social. Era a **ordem tributária por excelência.**

No campo (camponeses)	Nas cidades (burgueses)	Noutros locais
Agricultores: – **em terra própria**: pequenos proprietários alodiais; – **em terra de outrem**: rendeiros, foreiros, prazeiros, etc.; – **sem fixação a uma terra**: jornaleiros.	**Alta burguesia:** – **mercantil**: mercadores e financeiros, armadores, empresários; – **letrada**: profissionais liberais e funcionalismo.	**Pescadores.** **Mineiros.**
Burguesia rural: – **artesãos;** – **pequenos comerciantes;** – **lojistas.**	**Média e pequena burguesia:** – **artesãos**: mestres e oficiais; – **pequenos comerciantes e lojistas.**	**Marinheiros.**
Serviçais e assalariados não qualificados. **Mendigos e vagabundos.**	**Serviçais e assalariados não qualificados.** **Mendigos, vagabundos e marginais.**	**Assalariados não qualificados.**

Fig. 12 - A diversidade das condições do Terceiro Estado

Porque **não privilegiado,** o Terceiro Estado era inferior na consideração pública, no trajo, nas formas de tratamento, nos cargos a que podia ter acesso (somente às administrações municipais), nas sanções penais que sobre ele recaíam. Apesar disso, **o Terceiro Estado era muito heterogéneo na sua composição,** sendo possível distinguir no seu seio situações económicas, profissionais e socioculturais muito diferenciadas**.**

O **estrato maioritário era o dos camponeses,** constituído por alguns agricultores com terra própria, por muitos rendeiros e foreiros em terras de nobres e eclesiásticos e por numerosos jornaleiros e outros trabalhadores rurais, sem vínculo a nenhuma terra. Entre estes havia também alguns artesãos, a tempo inteiro ou em acumulação com os trabalhos agrícolas.

O segundo estrato em termos numéricos era o da burguesia. Esta era, também, muito diversificada: nas camadas superiores estavam os ***mercadores,*** os ***financeiros*** (banqueiros, cambistas, usurários) e outros **"empresários"** em nome próprio; e, a par deles, os **"letrados"** que ocupavam cargos no alto funcionalismo ou exerciam profissões liberais (advogados, notários, tabeliães, físicos...); depois, vinham os **artesãos** (denominados de *mesteirais* ou oficiais mecânicos), cuja hierarquia, definida em estatutos próprios, ia dos simples *aprendizes* aos *oficiais* e donos de oficina, para culminar nos grandes *mestres,* os chefes das corporações; nos últimos estratos encontravam-se os pequenos comerciantes, lojistas ou vendedores ambulantes.

Havia também uma multidão de **trabalhadores** assalariados **não qualificados** que serviam para todo o serviço, como os criados. Viviam geralmente das profissões braçais (consideradas mais vis), quase sempre em condição precária, dominados e explorados, sofrendo com a instabilidade das conjunturas económico-sociais.

Havia ainda outros grupos mais ou menos **marginais,** como os ciganos, os escravos, os mendigos, os vagabundos, os salteadores...

No seio do Terceiro Estado, **a burguesia mercantil e letrada ocupava, sem dúvida, o primeiro lugar em riqueza, importância de funções e prestígio social,** rivalizando com as ordens privilegiadas, às quais pretendia - e muitas vezes, conseguia - ascender. Por estas razões, muitos teóricos da época começaram a distinguir a posição da burguesia da dos restantes populares, incluindo estes últimos num *quarto estado,* do qual a primeira já não faria parte.

Pluralidade de comportamentos e valores

Apesar da heterogeneidade das ordens, estas mantiveram no sistema jurídico das sociedades do Antigo Regime uma notável coesão e permanência, devidas sobretudo:

■ Às leis que as institucionalizaram e consagraram na orgânica dos Estados;

■ E à mentalidade dominante que, profundamente tradicionalista, manteve viva a hierarquia social nas representações mentais da população**.**

Assim, *"manter-se cada um no lugar que lhe é devido"* pela hierarquia e *"afirmar a sua categoria cumprindo e fazendo cumprir o estatuto das ordens"* era sinal de bom comportamento social e atitude cívica louvável. As ordens não só aceitavam e reconheciam como naturais as desigualdades, como procuravam mantê-las, evitando que os estados ou ordens concorressem uns com os outros, ou se confundissem, em trajos, atitudes e comportamentos. Dentro de cada ordem, apesar da diversidade dos estratos, a solidariedade era forte em caso de ameaça aos seus privilégios.

Podemos depreender da análise dos comportamentos sociais e dos códigos de etiqueta cívica, que **no quotidiano, nobres, clérigos, burgueses e populares distinguiam-se:**

■ **Pelos trajos,** os quais chegavam a diferenciar-se segundo as categorias dentro da mesma ordem (só o clero podia usar a cor púrpura nas suas vestes; só a alta nobreza se podia vestir de seda e usar brocados e dourados nas suas vestes...)**;**

■ **Pela maneira como se apresentavam em público:** o nobre não saía à rua sem ser acompanhado de criadagem. Se era simples fidalgo, acompanhavam-no um ou dois criados; se era portador de títulos eminentes, levava grande comitiva de serviçais e homens de armas;

■ **Pelas formas de saudação e tratamento** que adoptavam uns para com os outros e a que tinham direito legal pela sua condição social e pela hierarquia da sua ordem. Os eclesiásticos exigiam o tratamento por *Sua Eminência, Sua Excelência* ou *Sua Senhoria* e a respectiva vénia com beija-mão; os nobres, de acordo com os seus títulos, eram tratados por *Excelência, Senhoria, Vossa Mercê* ou simplesmente *Dom***;**

■ **Pela maneira como conviviam uns com os outros,** sobretudo nos espaços públicos (um inferior não se sentava nem cobria a cabeça perante um superior de outra ordem ou dentro da mesma ordem; não lhe passava à frente na rua, devia afastar-se para lhe dar passagem e o povo só dirigia palavra aos senhores, quando por eles solicitado e com cara baixa, sem levantar os olhos...).

As diferenças de condição social estavam patentes nas leis (relembrem-se as *Pragmáticas* e as *Leis Sumptuárias* existentes em todas as monarquias da época) e, **sobretudo, nos códigos penais** que se atribuíam às diferentes ordens**.** Com efeito, quando passíveis de prisão, os fidalgos cumpriam as penas encarcerados nos seus castelos, enquanto o povo comum ia para o tronco público ou para as cadeias das cidades ou ainda para o degredo; em caso de blasfémia ou desrespeitos menores às leis, os nobres pagavam multas pecuniárias, mas os vilões, além da multa, eram publicamente açoitados.

De uma maneira geral, os privilegiados estavam isentos de penas corporais e eram poupados às humilhações e exposições públicas, tão ao gosto da época. Em caso de pena capital, os nobres eram decapitados (uma morte considerada rápida e não dolorosa), enquanto os populares eram torturados e depois enforcados ou queimados publicamente.

A burguesia procurava por todos os meios de trabalho e de mérito pessoal elevar-se acima da sua condição e ascender aos estratos superiores. **A sua atitude de inconformismo foi factor determinante na evolução e transformação progressivas das sociedades do Antigo Regime.** No entanto, quando conseguia ascender à nobreza, muitas vezes adoptava os mesmos hábitos ostentatórios e perdulários e as mesmas ideias elitistas e tradicionalistas dos privilegiados.

Os comportamentos que acabámos de registar foram os dominantes na Europa desta época, sobretudo nas sociedades onde as condições políticas e económicas melhor permitiram a consolidação do Antigo Regime (na França, em grande parte do Leste europeu, nas monarquias da Península Ibérica...). Contudo, não foram gerais.

Em regiões como o Norte da Itália, a Holanda e a Inglaterra - regiões que conheceram conjunturas político-económicas mais dinâmicas -, as sociedades registaram uma maior mobilidade e assumiram um cariz menos aristocrático e mais burguês, como adiante veremos.

> A soberania é a forma que dá o ser ao Estado; (...) nas monarquias, pertence ao monarca. Ora, ela consiste no poder absoluto, quer dizer, perfeito e completo em todos os factos (...). Todavia, (...) há três espécies de leis que limitam o poderio do soberano, sem interferir na soberania. A saber: as leis de Deus, pelas quais o príncipe deixa de ser soberano para ser súbdito de Deus; as normas da justiça natural e não positiva, pelo que (...) é próprio da autoridade pública ser exercida por justiça e não por discrição, e, finalmente, as leis fundamentais do Estado, pelo que o príncipe deve usar da soberania segundo a sua própria natureza e na forma e nas condições em que ela é estabelecida.
>
> Loyseau, *Tratado das Ordens*, 1611

A sociedade de ordens assente no privilégio e garantida pelo absolutismo régio de direito divino

A Europa estava longe de possuir uniformidade nos regimes políticos que governavam os seus reinos e Estados. Apesar da diversidade política entre os vários Estados europeus, nos séculos XVII e XVIII, **o regime dominante era o da monarquia de carácter absoluto (monarquia absoluta).**

O absolutismo régio foi o corolário de uma longa e elaborada centralização iniciada ainda na Idade Média (século XIII) e concretizada de modo mais enérgico nos séculos XV e XVI (Antigo Regime). **Esta centralização foi favorecida por um conjunto de factores:**

- O ressurgimento do mundo urbano e da economia mercantil, burguesa e capitalista (que cresceram à margem do mundo rural, feudal);
- O desejo de ascensão da burguesia enriquecida, numa época de enfraquecimento da sociedade senhorial;
- O desenvolvimento cultural e o renascimento do Direito Romano que influenciou decisivamente o pensamento jurídico e político, revalorizando a noção de Estado centralizado;
- O crescimento económico e o alargamento geográfico dos países, factos que impuseram a necessidade de uma organização mais completa, unitária e permanente, que só o poder régio poderia fazer com eficácia.

Estes factores conjugaram-se para **valorizar a figura do rei junto das comunidades da época,** fornecendo-lhe, assim, os necessários apoios sociais, económicos e jurídicos.

Foi com esses apoios que os reis europeus dos séculos XV-XVII lutaram contra os privilégios e as imunidades das ordens**,** disciplinaram os privilegiados, se rodearam de *órgãos de Estado* cada vez mais complexos e construíram as monarquias absolutas, ao mesmo tempo que lançavam os fundamentos do Estado, no sentido moderno.

No século XVII, as monarquias absolutas distinguiam-se das que não o eram pelo papel que cabia ao rei na estrutura do Estado e pela forma como o poder real se exercia. Os reis absolutos eram as primeiras e mais poderosas figuras dos seus Estados e exerceram o poder de forma: pessoal (ou seja, personalizada, não admitindo delegações); absoluta, que não reconhece outro poder além ou acima do seu; e única, isto é, não repartida ou partilhada com ninguém.

Este poder soberano era-lhes reconhecido de direito, como teorizaram alguns juristas da época, defensores do absolutismo régio. Segundo eles, a soberania régia era um legado divino, recebido directamente pelos reis no dia da sua coroação, quando eram ungidos e sacralizados como imagens de Deus sobre a Terra. Assim investido, o poder real parecia não admitir limites: nenhum privilégio e nenhuma liberdade, privada ou pública estavam acima do rei. **O soberano absoluto detinha superiormente todos os poderes políticos:**

- **Poder legislativo** - só o rei podia promulgar ou revogar as leis: ele era a lei viva;

■ **Poder judicial** - o rei era o supremo juiz no seu reino e as suas decisões eram as únicas que não admitiam apelação;

■ **Poder executivo** - do rei dependia todas as decisões de governação: possuía a chefia suprema do exército (agora permanente e dependente apenas do rei) e só ele podia declarar a guerra ou a paz; chefiava superiormente todas as instituições e órgãos político-administrativos, bem como todo o funcionalismo público, cada vez mais numeroso, mas sempre de nomeação régia (todas as funções administrativas constituíam ofícios e todos os ofícios eram dons do rei); a ele eram devidos todos os impostos, pois mesmo quando estes andavam alienados aos privilegiados, isso acontecia por graça ou concessão régia e nunca por direito das ordens.

Resumindo, os poderes do rei e o poder do Estado identificavam-se um com o outro. É esta situação que vemos ser assumida por Luís XIV, em França, quando soberanamente afirmou perante o Parlamento de Paris:

"L'Etat, c'est moi." (O Estado sou eu.).

Apesar desta amplitude de poderes, **os próprios teóricos do absolutismo reconheciam-lhe alguns limites,** tais como:

■ As **leis de Deus** a que o rei, como seu vigário e mandatário, devia jurar obediência;

■ As **leis da justiça natural** dos homens (direito à propriedade, à justiça, à liberdade, ávida...), impostas desde sempre;

■ E as **leis fundamentais de cada reino,** instituídas pelo *costume* e pela *tradição* ao longo dos tempos e, na sua maioria, não escritas. Estas leis eram como uma espécie de constituição **consuetudinária** que fixava a forma jurídica do Estado (pessoa moral, titular ideal e permanente da soberania) e determinava a forma de governo - a monarquia hereditária, por via masculina e por ordem de primogenitura, onde o rei exercia toda a soberania e concentrava todos os direitos do Estado. Anteriores aos reis, as Leis Fundamentais impunham limites ao Estado (cuja forma determinavam imperativamente) e aos soberanos que, apesar dos amplos poderes legislativos de que dispunham, nunca as poderiam revogar.

> [Em Versalhes] há caça todos os dias (...); o rei caça à segunda e à quinta-feira; e às quartas e aos sábados o Delfim vai à caça do lobo.
>
> O conde de Toulouse caça às segundas e às quartas-feiras; o duque de Maine, seu irmão, às terças e o outro duque às sextas.
>
> Diz-se que, se todas as equipagens de caça estivessem reunidas, se poderiam ver juntos 900 a 1000 cães.
>
> Duquesa de Orleães (cunhada de Luís XIV), *Correspondência* (século XVIII)

Os modelos estéticos de encenação do poder

A institucionalização do poder absoluto dos reis acarretou transformações importantes na orgânica interna dos Estados (como adiante veremos) e na imagem pública dos soberanos, imposta não apenas como símbolo do poder político e do Estado, mas como **a própria fonte do poder.**

A morada do rei - **a corte** - tornou-se, por isso, o local **mais importante de cada reino**. Nela reuniam-se os órgãos político-consultivos (todos de nomeação régia) e nela se estabeleciam as várias repartições da Administração Central, chefiadas pelo soberano e encarregues de dar corpo de lei e execução às suas decisões. Aí funcionavam, também, o *Supremo Tribunal do Reino* (onde o rei era o juiz), a *Tesouraria Régia* e o *Estado-Maior do Exército e das Polícias,* bem como trabalhava em todos estes organismos uma multiplicidade de funcionários. A corte era frequentada, igualmente, pelos diplomatas, nacionais e estrangeiros, e pelas delegações e embaixadas de outros países.

A **centralização das funções e das decisões mais importantes da** vida **pública na corte fez dela** um **pólo** de atracção **para todos** os que dependiam e colaboravam com o poder real ou nele procuravam favores e mercês. Foi assim que as cortes se encheram de cortesãos **(sociedade de corte),** na sua maioria membros da tradicional alta nobreza (de espada ou senhorial) que, enfraquecida nos seus rendimentos fundiários e diminuída nas suas imunidades e privilégios, procurava junto do rei novas formas de aumentar a sua fortuna e condição.

Os reis incentivaram esta tendência, chamando os nobres aos paços a pretexto de conselho ou de eventos sociais e políticos importantes, concedendo-lhes funções e cargos meramente honoríficos e entretendo-os com as múltiplas actividades sociais e recreativas que passaram a pautar o quotidiano das cortes régias: concertos, teatros, ópera, bailado, caçadas...

Com tudo isto, os reis procuraram manter os nobres sob fiscalização e controlo directos, contribuindo para a sua mais rápida disciplinarização.

O aumento das funções políticas, administrativas e sociais, exercidas nas cortes, ex: crescimento do número de cortesãos foram proporcionais ao aparato e à magnificência que as cortes régias assumiram nesta época. Centros políticos por natureza, elas tornaram-se, também, centros sociais, culturais e artísticos de grande importância, favorecidas pelo mecenato crescente dos soberanos. Mais uma vez, o principal exemplo veio de França e da sua corte, instalada desde 1682 no grandioso *Palácio de Versalhes,* mandado construir por Luís XIV. É que a grandiosidade da corte deveria corresponder à grandiosidade do rei que ela albergava.

A Europa dos parlamentos: sociedade e poder político

No século XVII, a Holanda e a Inglaterra constituíram dois modelos de sociedades e de Estados diferentes dos restantes países europeus. A afirmação política da burguesia, a recusa do absolutismo, a defesa da tolerância e do parlamentarismo; foram as suas principais marcas.

Afirmação política da burguesia nas Províncias Unidas, no século XVII

No século XVII mais de metade da população holandesa era já urbana, enquanto no resto da Europa 9/10 da população vivia nos campos. De facto, a estrutura da sociedade holandesa apresentava um aspecto diferente do das restantes sociedades europeias da época:

- **A sua nobreza era numericamente reduzida;**

- **A maior parte da sua população pertencia à burguesia,** no topo da qual se encontrava uma poderosa elite de homens de negócios (comerciantes, industriais e financeiros) que dominavam, conjuntamente, a vida económica e o aparelho político-institucional**;**

- **O nível de vida da sua população era dos mais elevados da Europa.** Por volta de 1674, 56 das famílias burguesas de Amesterdão possuíam entre 200 e 400 mil florins de fortuna e 140 famílias entre 100 e 200 mil florins. No topo da escala, as famílias dos grandes magnates da época - como o comerciante Luís Trip e o industrial de sedas João de Neufville - possuíam patrimónios avaliados em mais de um milhão de florins.

A burguesia holandesa teve um papel fundamental na formação de uma "república de mercadores" no século XVII. Esta posição foi possível porque, desde o século XVI, a Holanda desenvolveu-se de uma forma extraordinária a nível económico e social, o que lhe permitiu atingir no século XVII uma posição cimeira no comércio mundial**.**

A prosperidade da Holanda assentou em duas vertentes:

- No incremento das actividades produtivas internas;

■ **No** alargamento das redes marítimo-comerciais externas: a *nível europeu,* com o transporte de produtos entre o Báltico e a Europa Ocidental; a *nível mundial,* com o tráfico dos produtos das Caraíbas e do Oriente, onde sucedeu aos portugueses.

Nestas actividades, a burguesia ocupava um lugar preponderante, tornando-se na classe mais rica e próspera das Províncias Unidas. Era sobretudo nas cidades que se verificava a predominância burguesa. Nas cidades localizavam-se as sedes financeiras das companhias, os bancos, as bolsas, as indústrias. Num curto período de tempo, a Holanda desenvolveu uma rede de cidades novas, entre as quais Amesterdão e Roterdão iriam ocupar lugar de destaque. Amesterdão sucedeu a Antuérpia no domínio do comércio e das finanças europeias no século XVII. Estas cidades uniram-se numa rede de comércio e de ideias, que tornaram a Holanda o berço de um espírito novo. Mas, ao contrário de outras regiões da Europa, o crescimento urbano fez-se em estreita relação com o desenvolvimento agrícola, o que viria a proporcionar uma **integração cidade-campo.**

A burguesia capitalista das grandes cidades cultivava um espírito de tolerância e de liberdade, mais desenvolvido do que noutros países. Desta forma, a Holanda foi refúgio de inúmeras pessoas perseguidas noutros países da Europa, pela sua actuação política ou pelas suas ideias religiosas.

Este cosmopolitismo proporcionou à Holanda um avanço considerável em vários domínios. Amesterdão e Leiden passaram a ser os principais **centros da imprensa** da Europa; ali se publicaram obras proibidas noutros lugares e se fundaram jornais literários defensores das novas ideias republicanas. Estas ideias, associadas à crescente importância da burguesia e às necessidades do mundo dos negócios, possibilitaram a constituição das **Províncias Unidas** como uma confederação de comunas livres, as cidades, onde o governo era o de uma República.

Mesmo depois da decadência económica da Holanda (nos finais do século XVII), no domínio das ideias, os Países Baixos do Norte continuaram a ocupar um lugar importante na Europa e no Mundo. A política e o comércio estiveram intimamente ligados. O poder marítimo holandês (através das suas célebres *Companhias das Índias)* garantiu-lhe não só a possibilidade de chegar a qualquer parte do Mundo, como também a protecção e o crescimento dos comerciantes do país. A Holanda reforçou, assim, o seu cariz de **estado burguês, constitucional e liberal.** Esta projecção da Holanda como potência europeia foi favorecida pela aliança assinada entre Luís XIV, da França, e as Províncias Unidas, no contexto da sua luta pela independência e das superpotências europeias pela influência estratégica.

Fig. 13 - Hugo Grotius (1583-1645)

Foi um afamado jurisconsulto e diplomata holandês, autor da obra *Do Direito da Guerra e da Paz*, onde defendeu a teoria do *maré liberum.*

O principal político holandês da segunda metade do século XVII foi **Jan de Witt,** primeiro-ministro da Holanda. A sua política visou, sobretudo, a manutenção da liberdade das Províncias Unidas, no jogo de xadrez político das grandes potências europeias (França e Inglaterra, principalmente). Inimigo das tendências autocratas do seu tempo, promulgou o *Edicto Perpétuo* (1667), que suprimiu a função de regente.

Grotius e a legitimação do domínio dos mares

Os holandeses lançaram-se, desde finais do século XVI, na aventura comercial ultramarina. A guerra contra a Espanha, ao fechar-lhes os portos de Sevilha e Lisboa, onde habitualmente se abasteciam dos produtos coloniais necessários ao seu comércio, fornecera-lhes o estímulo necessário para tal empresa, já espicaçada pelo desejo de compartilhar das riquezas ultramarinas até aí exclusivas de espanhóis e portugueses.

Com efeito, os holandeses nunca aceitaram verdadeiramente o monopólio mercantil ultramarino dos povos ibéricos e foram das

primeiras nações a contestá-lo com o frequente corso que faziam nas suas rotas. No início do século XVII, foi um jurista holandês, Hugo Grotius, quem mais contribuiu, com a sua argumentação, para o fim da doutrina do ***maré clausum*** e definitiva aceitação do *maré liberum,* proporcionando, assim, um suporte legal às pretensões holandesas.

Com excepção das primeiras operações de corso, o império comercial holandês nas colónias foi construído pela acção militar e comercial das duas principais companhias mercantis monopolistas holandesas: a *Companhia das Índias Orientais* (VOC), fundada em 1602, e a *Companhia das Índias Ocidentais,* criada em 1621, por Guilherme Usselinck, para o tráfico com as Américas e com a África Ocidental e que teve sede em Curaçau.

O império ficou constituído por uma vasta rede de feitorias e pequenos entrepostos, espalhados, pelas principais regiões do mundo colonial: África, Oriente e Américas.

Na África, conquistaram a Mina aos portugueses e fundaram uma grande e duradoura colónia de emigração na região do Cabo.

No Oriente (do Índico ao Pacífico), expulsaram os portugueses de Adem, Mascate, Ormuz, Ceilão e Amboíno; criaram entrepostos nas costas indianas do Coromandel e Malabar, e estenderam as suas rotas até à China (Formosa), às Filipinas, às Molucas e ao Japão, onde fundaram uma feitoria em 1608, ao lado da portuguesa, A sua principal área de implantação estabeleceu-se, contudo, na InsulÍndia (actual Indonésia), região onde se situaram as suas mais importantes feitorias: Surabaia, Atjeh, Bantão, Banda e Batávia (fundada em 1619).Esta última funcionou como capital colonial e sede também dos regimentos em serviço nas colónias (cerca de 15 000 homens permanentes).

Nas Américas, o seu domínio, depois da tentativa da colónia de Nova Amesterdão (futura Nova Iorque), que perderam para os ingleses em 1664, limitou-se à ilha de Curaçau; nas Antilhas, às feitorias que constituíram a Guiana Holandesa (actual Suriname); e a uma efémera implantação no Noroeste do Brasil português que adiante explicitaremos.

Recusa do absolutismo pela sociedade inglesa

Tal como na Holanda, também na Inglaterra a afirmação da burguesia contribuiu para a desagregação da sociedade de ordens, mais cedo do que nos restantes países do continente europeu. Em 1603, Jaime I sucedeu à rainha Isabel I de Inglaterra. Aquele monarca (filho de Maria Stuart) era já rei da Escócia, pelo que ficou assim consumada a união entre a Inglaterra e a Escócia na pessoa do novo rei. Pouco depois, Jaime I obtinha a submissão da Irlanda. Era adepto do poder absoluto.

O absolutismo não era bem aceite pelos ingleses que, desde o século XIII (com a *Magna Carta,* 1215), negavam ao rei o direito de, só por si, fazer leis e aumentar impostos, sendo obrigado a convocar regularmente o **Parlamento,** para aí serem votadas as leis e serem concedidos os subsídios pedidos pelo monarca. Jaime I viu-se, assim, hostilizado por largos sectores da população.

Sob o ponto de vista religioso, Jaime I era favorável à hierarquia anglicana, tendo perseguido com ferocidade os católicos, que foram excluídos das funções públicas e proibidos do exercício de certas profissões liberais.

Muitos puritanos que se recusavam a praticar o rito anglicano foram também perseguidos, tendo, por isso, emigrado em grandes contingentes para as colónias da América do Norte.

Sentindo-se impotente para dominar a oposição do Parlamento, Jaime I deixou de o convocar durante sete anos. À sua morte (1625), sucedeu-lhe seu filho Carlos I (1625-1649) que herdou do pai, além do trono, as ideias despóticas e intolerantes. O seu casamento com a princesa católica Henriqueta de França (filha de Henrique IV) aumentou as antipatias por parte dos seus súbditos.

Logo no primeiro ano do reinado de Carlos I, o Parlamento recusou votar favoravelmente os impostos solicitados pelo rei e, em 1628, apresentou-lhe a ***Petição dos*** *Direitos.*

A *Petição dos Direitos* destinava-se a garantir a soberania do Parlamento em matéria de impostos. O rei jurou a *Petição dos Direitos,* mas, pouco depois, sob o pretexto do assassinato do conde de Buckingham, dissolveu o Parlamento, nomeando seus ministros o conde Strafford e o arcebispo Land, partidários do absolutismo. Estes criaram novos impostos e **estenderam o anglicanismo** a todo o país. Os escoceses, presbiterianos convictos, recusaram-se a aceitar as imposições de carácter religioso, formaram um exército e invadiram a Inglaterra.

Carlos I, que não estava preparado para a guerra, teve necessidade de reunir o Parlamento que lhe recusou os subsídios pedidos. O rei tornou a dissolvê-lo mas, passados seis meses, voltou a convocá-lo, iniciando um período de 13 anos (o *«Longo Parlamento»)* cheio de combates violentos contra a ditadura do rei e dos seus ministros: foi a guerra civil entre os adeptos do rei («realistas» ou *Cavaleiros)* e os adeptos do Parlamento *(Cabeças Redondas*).

Fig. 14 - John Locke (1632-1704)

Filho de um escrivão, antigo oficial do exército dos Cabeça Redondas, estudou na Universidade de Oxford, onde, enquanto ainda estudante, se revoltou contra a tradição académica. Teve, por isso, de exilar-se na Holanda em 1682. Regressou a Inglaterra em 1688, aquando da intervenção de Guilherme III de Orange, na política inglesa. Era simultaneamente um notável filósofo e especialista em política. Nesta última área destacou-se pelo seu Tratado sobre o Governo Civil (1640), no qual condenava a monarquia absoluta, defendia as liberdades, justificava os princípios da segunda revolução inglesa e da Declaração dos Direitos. Acreditava que sempre que um governo se tornasse tirânico as pessoas tinham o direito de se revoltar e que a tirania do parlamento era tão condenável como a de um rei.

Da experiência republicana de Cromwell à consolidação das instituições parlamentares

A vitória na guerra civil inclinava-se para o partido dos «realistas» quando apareceu em cena Oliver Cromwell (1644), antigo parlamentar disciplinado e puritano convicto. Cromwell conseguiu reunir um numeroso exército que derrotou os partidários do rei, em Naseby (1645).

Carlos I refugiou-se na Escócia, mas os escoceses venderam-no ao Parlamento por 400 000 libras (1647). Estes episódios deram origem a uma segunda guerra civil que iria terminar com a prisão e julgamento do rei, acusado de «traição ao povo inglês». Morreu executado em 1649.

A morte de Carlos I permitiu a Cromwell proclamar a República ***(commonwealth):*** o Parlamento foi encerrado e o poder executivo foi confiado a um *Conselho de Estado,* do qual Cromwell fazia parte. A Irlanda e a Escócia revoltaram-se, mas estas rebeliões foram abafadas num mar de sangue.

A **República de Cromwell** constituiu uma ditadura. Porém, os ingleses submeteram-se a ela, tendo reconhecido temporariamente a habilidade político-diplomática do ditador e a eficácia das suas medidas de fomento económico. Entre elas ficou célebre o *Acto de Navegação* (1651). Desenvolveu o comércio, viu solicitada a aliança da Inglaterra pela Espanha e pela França, adquiriu a Jamaica (nas Antilhas) e Dunquerque (na Flandres), protegeu a causa protestante em vários países.

Depois da morte de Cromwell (1658), sucedeu-lhe o seu filho Ricardo, que abdicou ao fim de alguns meses de governo.A Inglaterra entrou num período de anarquia que só terminou em 1660, com a restauração da monarquia. O novo soberano, Carlos II (1660-1685), filho de Carlos I, devolveu ao Parlamento os seus antigos privilégios. No entanto, a sua política em relação à Holanda e à França, bem como algumas medidas favoráveis aos católicos, criaram uma séria oposição no Parlamento, tendo-se formado nesta época os dois partidos que iriam marcar a política parlamentar inglesa para o futuro: os *Tories* (dedicados à família real) e os *Whigs* (defensores das prerrogativas parlamentares).

O rei, face a estas dificuldades, resolveu governar sem Parlamento até à sua morte (1685). Sucedeu-lhe o seu irmão Jaime II que, por ser

católico, iria agravar ainda mais a situação política através de medidas que dividiram a nação: expulsou do Governo os membros não católicos; enviou uma embaixada ao Papa; favoreceu a entrada de jesuítas na Inglaterra...

Os descontentes acabaram por se revoltar (1688) e pediram a intervenção de **Guilherme de Orange,** governante da Holanda, casado com a princesa Maria, filha de Jaime II.

Guilherme organizou uma frota e desembarcou em Inglaterra com um numeroso exército em cujas bandeiras se lia: *«Pela religião protestante», «Pela liberdade do Parlamento».* Esta invasão constituiu uma inteira surpresa para Jaime II que, abandonado pelo exército, se viu obrigado a fugir para França.

O Parlamento declarou então a vacatura do trono e entregou a coroa a **Guilherme de Orange** (Guilherme III). Mas, precavendo-se contra futuras tentativas absolutistas, obrigou-o a jurar e a assinar a *Declaração dos Direitos* (1689), pela qual o rei se comprometia a:

- Respeitar as liberdades individuais;
- Não aumentar os impostos sem ouvir o Parlamento;
- Manter a independência da justiça;
- Permitir o livre exercício de todos os protestantes.

> Os Lordes e os Comuns reunidos em Assembleia, representando a Nação, declaram:
> 1.º – Que o pretendido poder de suspender as leis, pela autoridade real, sem o consentimento do Parlamento, é contrário às leis.
> 2.º – Que o pretendido poder de dispensar das leis ou da sua execução pela autoridade real, como foi usurpado e exercido ultimamente, é contrário às leis. (...)
> 4.º – Que todo o levantamento de dinheiro para uso da Coroa, sob o pretexto de prerrogativa real, sem que tenha sido concedido pelo Parlamento, é contrário às leis. (...)
> 6.º – Que levantar ou manter um exército no Reino em tempo de paz sem o consentimento do Parlamento é contrário às leis. (...)
> 8.º – Que as eleições dos deputados ao Parlamento devem ser livres.
>
> *Declaração dos Direitos,* em Inglaterra, 1689

A Inglaterra encerrava, deste modo, a sua "gloriosa revolução", assim considerada pela visão *whig.* Na perspectiva dos autores ***tories*** esta alteração política nada se parecia com uma revolução. Segundo estes, os velhos princípios de direito adquiriram simplesmente um novo vigor: o rei não podia colocar-se acima das leis, mas deveria ser o seu primeiro servidor.

O Parlamento aumentava, assim, o seu poder e tornava-se definitivamente na instituição fundamental da vida política inglesa.

Locke e a justificação do parlamentarismo

O triunfo das ideias liberais na Inglaterra (confirmado pela *Declaração dos Direitos)* e a evolução social no sentido das liberdades burguesas (aumentando a influência das classes médias) ajudam a explicar a prioridade inglesa no processo de industrialização que iria desencadear transformações profundas na evolução da Humanidade.

Do ponto de vista político-social, os ideais liberais foram teorizados na Inglaterra por **John Locke.** Locke propunha uma forma mista de constituição política na qual os poderes se equilibrassem, refutava o absolutismo e **defendia o parlamentarismo.**

Locke defendeu os princípios da **monarquia constitucional,** tendo sido o primeiro a defender as **teorias da divisão dos poderes** no governo dos Estados. As suas teorias filosófico-políticas encontram-se, em especial, nas suas obras *A Letter Concerning Toleratíon {Carta sobre a Tolerância)* e *Essay Concerning Human Understending (Ensaio sobre o Entendimento Humano),* publicadas em 1689, e *Essay Concerning the True Original, Extent and End of Civil Government (Tratado sobre a Verdadeira Origem, Extensão e Fim do Governo Civil),* publicado em 1690. As suas ideias filosófico-pedagógicas foram defendidas na sua obra *Some Thoughts Concerning Edu-cation (Pensamentos sobre a Educação),* publicada em 1693.

A «gloriosa e feliz revolução inglesa de 1689» e as ideias de Locke iriam encontrar eco no século seguinte, influenciando os autores da *Constituição Americana* e os filósofos franceses.

Triunfo dos Estados e dinâmicas económicas nos séculos XVII e XVIII

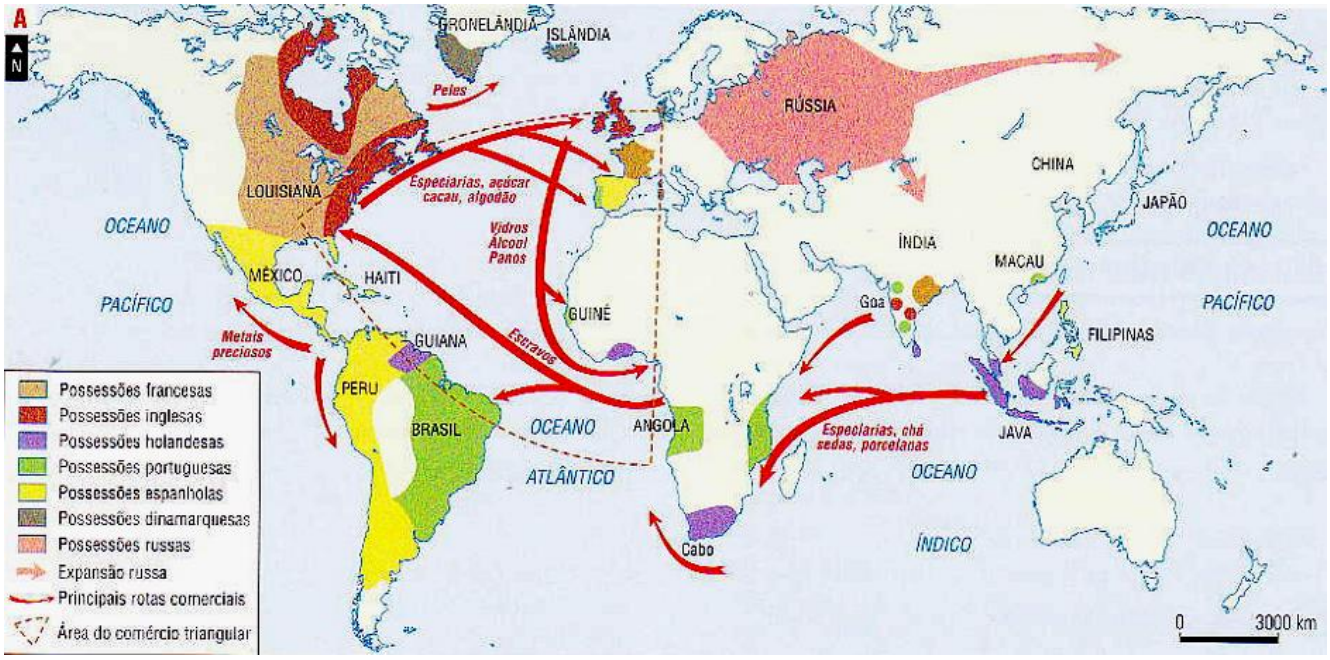


Fig. 15 - A Economia Global Europeia: Impérios Coloniais e Rotas Marítimas nos meados do século XVIII

Introdução

Nos *séculos XVII e XVIII, os principais Estados europeus tentaram reforçar as respectivas economias nacionais internas. Através de medidas de controlo, a Holanda, a França e a Inglaterra desenvolveram sobretudo as suas manufacturas. Nos meados do século XVIII, a Inglaterra era a principal potência económica e colonial. O seu dinamismo, social, económico e técnico favoreceu a prioridade no arranque industrial. Portugal, após um período de dificuldades e de crise, conheceu também no século XVIII alguma prosperidade económica.*

Reforço das economias nacionais e tentativas de controlo do comércio

O mercantilismo holandês

A prosperidade holandesa deu força às teorias que, desde o século XV, vinham considerando a actividade mercantil como motor da economia e da riqueza dos povos. Mas veio também mostrar que, para o comércio ser gerador de riqueza, não bastava dominar muitas rotas e mercados e transaccionar muitos produtos. As nações ibéricas (Portugal e Espanha) haviam dominado, em primeira mão, muitas rotas e mercados a nível mundial e, contudo, não eram nações ricas.

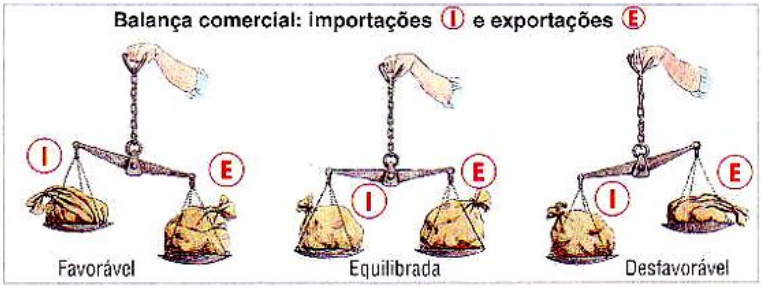
O comércio só proporcionava verdadeira riqueza se fosse exercido no quadro de uma **balança comercial favorável.** Por outras palavras, se no cômputo global das suas transacções o valor das vendas e dos fretes prestados excedesse o valor das compras e dos serviços pagos.

Foi com estas ideias que alguns Estados europeus começaram a copiar o modelo económico holandês, protegendo-se da agressividade do seu comércio externo que os inundava com todo o tipo de produtos de boa qualidade e bom preço, que lhes levava o dinheiro e exercia uma concorrência que asfixiava a produção interna e os colocava em situação de dependência económica. Promulgaram-se, então, em França e em Inglaterra, as primeiras **medidas proteccionistas** das respectivas economias que se cifraram na adopção de políticas fiscais e aduaneiras que favoreciam a exportação e reduziam ou proibiam as importações, sobretudo dos produtos de luxo e das manufacturas.

As medidas proteccionistas encontraram justificação e apoio na prática do **mercantilismo,** que orientou o pensamento e a acção de muitos economistas e estadistas deste período. Estes argumentavam que um Estado era poderoso conforme a sua riqueza. Ora, a riqueza das nações derivava da quantidade de metais preciosos (metais moedáveis, isto é, o ouro e a prata, principalmente) acumulados nos cofres do Estado.

A actividade que permitia acumular essas fortunas em dinheiro era o **comércio,** quando ele era rico, isto é, quando permitia uma balança comercial favorável. Para isso se tornar possível, os Estados deviam favorecer o desenvolvimento da sua **produção interna** (agrícola, mineira, mas principalmente manufactureira), de modo a alcançar uma abundância de produtos e obter um aumento das exportações. Neste sentido preconizou-se que o Estado interviesse na vida económica, promulgando medidas proteccionistas**.**

O recurso comum, portanto, para aumentar a nossa riqueza e tesouro é pelo comércio externo, no qual devemos observar esta regra: vender mais aos estrangeiros, anualmente, do que consumimos de seus artigos (...), porque a parte do nosso *stock* que não nos for devolvida em mercadorias deverá necessariamente ser paga em dinheiro. E qualquer que seja a medida que tomemos para obter a entrada de dinheiro neste reino [Inglaterra], ele só permanecerá connosco se ganharmos na balança comercial.



O comércio externo é a riqueza do soberano, a honra do reino, a nobre vocação dos mercadores, a nossa subsistência e o emprego para os nossos pobres, o melhoramento das nossas terras, a escola dos nossos marinheiros, o nervo da nossa guerra, o terror dos nossos inimigos.

Thomas Mun, *A Riqueza da Inglaterra pelo Comércio Externo*, 1622

O mercantilismo inglês

Em Inglaterra, as medidas mercantilistas ganharam força logo no segundo quartel do século XVII, com a finalidade de proteger a economia britânica da expansão comercial holandesa.

De acordo com as ideias expostas por Thomas Mun sobre a importância do comércio externo e as vantagens de uma balança comercial favorável, a Inglaterra começou por reclamar o direito à exclusividade de navegação nas suas águas territoriais (revalorização da teoria do *maré clausum,* por John Selden, em 1635).

Em 1651, Cromwell decretou o primeiro de vários **actos de navegação,** leis que foram restringindo a liberdade de os navios estrangeiros comerciarem nos portos ingleses**.**

Para o progresso do armamento marítimo e da navegação que, sob a protecção e a bondade da Providência Divina, tanto interessam à prosperidade, segurança e poderio deste reino (...), nenhuma mercadoria será importada ou exportada das regiões, ilhas, plantações ou territórios pertencentes a Sua Majestade ou na posse de Sua Majestade, na Ásia, América e África, noutros barcos que não aqueles que, sem qualquer fraude, pertencem a súbditos ingleses, irlandeses ou galeses, ou ainda a habitantes dessas regiões, ilhas, plantações e territórios, e que sejam comandados por um capitão inglês e guarnecidos de uma tripulação em três quartos inglesa (...). Nenhuma mercadoria produzida ou fabricada no estrangeiro e que tenha de ser importada pela Inglaterra, Irlanda, País de Gales, ilhas de Jersey ou Guernesey (...) deverá ser embarcada noutros portos que não os do país de origem.

Citado por Pierre Deyon, *O Mercantilismo*, Lisboa, Gradiva, 1983

O *Acto de Navegação* de Cromwell proibia a entrada nos portos ingleses dos barcos estrangeiros portadores de mercadorias que não tivessem sido produzidas nos seus respectivos países de origem. Posteriormente, um outro *Acto* (1660) obrigava a que todo o comércio entre as colónias e a Inglaterra se realizasse unicamente em navios ingleses; este implicou um outro, o *Acto* de 1663, pelo qual se impôs aos colonos que comerciassem os seus produtos apenas com a Inglaterra e só a ela comprassem os que necessitavam.

Os *Actos de Navegação* favoreceram o crescimento da marinha mercante, o desenvolvimento do comércio e fomentaram a expansão colonial inglesa, transformando Londres num grande entreposto de mercadorias coloniais - como o açúcar, o algodão, o tabaco, o chá e outros -, cuja venda produzia grandes lucros**.**

A actividade mercantil foi favorecida pela **criação de companhias de comércio** que recebiam, como privilégio, o monopólio de uma determinada zona de exploração ou de um ou vários produtos de comercialização. Ficaram célebres, pela sua acção, a dos *Mercadores Aventureiros de Londres* e a *Companhia das Índias Orientais* (1657) que, tal como a sua congénere holandesa, foi uma sociedade por acções que recebeu como área de exploração exclusiva todo o Oriente (Índico e Pacífico), entre o cabo da Boa Esperança e o estreito de Magalhães.

Fig. 16 Jean Baptiste Colbert (1619-1683)

A prosperidade inglesa não se construiu somente com o desenvolvimento do comércio externo e do consequente aumento dos fretes de mercadorias, mas apoiou-se, igualmente, numa **política de desenvolvimento industrial e agrícola,** assente num sistema fiscal e aduaneiro flexível, que estipulava as taxas de acordo com a conjuntura económica de cada época. Por isso, elas oscilaram entre o proteccionismo extremo (em épocas de crise industrial ou de abundância agrícola) e o livre-trânsito de mercadorias (nos períodos de subprodução agrícola ou de abundância industrial).

O mercantilismo francês

As primeiras medidas mercantilistas em França ocorreram durante o governo do primeiro-ministro de Luís XIII, o cardeal **Richelieu.** Este, empenhado em vencer a concorrência holandesa, impulsionou a criação naval e a construção de novos portos e incentivou a fundação de grandes companhias mercantis destinadas ao comércio colonial (como a *Companhia da Nova França* e a *Companhia de Morbilan).*

A prosperidade que os portos franceses conheceram, entre finais do século XVII e no século XVIII, deveu-se principalmente ao comércio do açúcar das Índias Ocidentais.

Todavia, foi **Jean-Baptiste Colbert,** ministro no Governo de Luís XIV entre 1661 e 1683, o verdadeiro obreiro do mercantilismo francês.

Colbert teve como objectivos o engrandecimento da economia francesa pelo incremento da produção manufactureira, pelo fortalecimento do comércio externo e pelo alargamento das áreas coloniais e respectivo comércio, afastando definitivamente a poderosa concorrência dos holandeses.

Para realizar estes intentos, Colbert começou por **incrementar as manufacturas** do reino, através de uma série de medidas de fomento:

■ **A criação de várias manufacturas reais,** directamente apoiadas e protegidas pelo Estado. A mais importante foi a manufactura dos *Gobelins* que produzia tapetes e móveis de alta qualidade; mas outras houve nos sectores da faiança, da seda e dos lanifícios, dos vidros e das armas;

■ **A modernização das técnicas e processos de fabrico,** mandando vir para o efeito os operários e mestres estrangeiros mais credenciados em cada sector produtivo;

■ **A concessão de benefícios e privilégios fiscais e jurídicos** às indústrias (como empréstimos sem juros, monopólios temporários para o fabrico e venda, isenções ou reduções fiscais...);

Protegido por Mazarino, Colbert entrou ao serviço de Luís XIV em 1661. Grande estadista, foi nomeado inspector-geral das finanças em 1665, tendo, posteriormente, acumulando outros cargos importantes. Os seus préstimos foram relevantes para a França no campo administrativo, económico, científico e literário. «O objectivo de Colbert era tornar o país inteiro superior a qualquer outro em opulência, abundante em mercadorias, rico nas artes e fecundo em bens de todo o género, sem necessidade de nada e podendo dispensar tudo o que seja de outros Estados.» *Marco António Justiniano, embaixador de Veneza em Paris, de 1665 a 1668)*

■ **A fiscalização e controlo rigorosos da qualidade dos produtos** produzidos para garantir a sua capacidade de escoamento nos mercados externos;

■ **A regulamentação do trabalho fabril** com o tabelamento de baixos salários e o aumento da duração dos períodos laborais. Estas medidas visavam impedir o aumento dos custos da produção e o encarecimento dos produtos, o que os tornaria menos competitivos no estrangeiro;

■ **A adopção de pautas aduaneiras proteccionistas** (1677) que aplicavam taxas favoráveis para as exportações e cobravam elevados direitos à entrada das importações, proibindo mesmo algumas delas. As medidas alfandegárias mais severas foram aplicadas aos produtos holandeses (nomeadamente aos têxteis e ao açúcar refinado exportados por Amesterdão), chegando a provocar conflitos graves entre os dois países e retaliações fiscais por parte de Amesterdão aos produtos franceses.

> O Sr. Colbert não teve em consideração que, ao querer colocar os franceses em situação de poderem passar sem os demais povos, [os levou] a imaginar que, por seu turno, podiam proceder do mesmo modo, visto ser verdade que tomaram um caminho diferente para irem buscar a outros lados as coisas de que vinham abastecer-se nas nossas provincias. E que uma das causas principais da raridade de dinheiro que vemos em França, no meio de uma tão grande abundância de trigos e vinhos, resulta de os holandeses já os não virem buscar como dantes faziam, porque a conduta que tivemos para com eles, no que se refere ao comércio, lhes fez ver com clareza que nada queremos trazer em troca. (...)
>
> De maneira que, depois de experimentarmos muitos inconvenientes desagradáveis, seremos obrigados pela necessidade a regressar ao estado em que estávamos ou a não ter mais nenhuma ligação com ninguém, o que é coisa impossível.
>
> Em Pierre Deyon, *O Mercantilismo*, Lisboa, Gradiva, 1983

Esta política industrial foi acompanhada por iguais medidas de **fomento ao comércio externo:**

■ **Formação de novas companhias comerciais** em regime de monopólio - a *Companhia das Índias Orientais* para o comércio com o Oriente; a das *Índias Ocidentais* para o comércio com as ilhas das Antilhas; a *Companhia do Senegal e da Guiné* para o tráfico de escravos na costa ocidental africana; a *Companhia do Levante para* o comércio no Mediterrâneo oriental com o Império Turco; e a *Companhia do Norte,* destinada ao tráfico no Báltico e no Mar do Norte;

■ **Alargamento das áreas coloniais,** com as tentativas de expansão territorial nas Américas e no Oriente

O mercantilismo *colbertiano,* apesar do esforço manufactureiro que trouxe à economia francesa, não logrou equilibrar o orçamento de Estado, que continuou deficitário, nem a situação económica do país**.**

Para a maioria dos historiadores, o **"fracasso" do colbertismo** explica-se pelas seguintes circunstâncias:

■ **O esquecimento a que Colbert votou a agricultura** determinou a estagnação da economia rural e o empobrecimento progressivo dos camponeses. Uma vez que os camponeses eram a componente maioritária da população francesa (cerca de 80%), o seu baixo poder de compra invalidou a criação de um mercado interno de consumo para os produtos nacionais, retirando incentivo aos produtores;

■ **O excessivo dirigismo estatal exercido sobre a vida económica** desagradou a burguesia, diminuindo o estímulo à livre iniciativa;

■ **Os elevados gastos com a guerra e com as despesas do Estado** foram um pesado ónus para a economia francesa e factor sistemático de desequilíbrio orçamental;

■ **A constante oposição às medidas mercantilistas por parte da nobreza** que permanecia ligada à mentalidade económica tradicional.

O Mercantilismo espanhol

Na Espanha, as medidas mercantilistas foram introduzidas logo no início do século XVII por estadistas como Francisco Sancho de Moncada (1586-1635). O seu primeiro objectivo foi salvaguardar a riqueza da Espanha impedindo a contínua saída dos metais preciosos (o ouro e a prata das colónias americanas). Para atingir este alvo foram tomadas as seguintes medidas: promulgaram-se pautas aduaneiras proteccionistas, sobretudo em relação às importações; proibiu-se a saída para o estrangeiro de moedas e objectos feitos com ouro, prata ou outro metal moedável; e aprovou-se uma nova regulamentação sobre o câmbio realizado em moeda, com o mesmo objectivo.

Porque a principal preocupação dos economistas espanhóis desta época foi a **acumulação de metais preciosos como garantia de riqueza,** o mercantilismo espanhol foi denominado *bulionista* ou *metalista***.**

O equilíbrio europeu e a disputa das áreas coloniais

No século XVII, a Holanda e a Inglaterra debateram-se, na Europa e nas colónias, pela hegemonia económica que a segunda começava a disputar à primeira; no século XVIII, foram os conflitos coloniais entre a França e a Inglaterra que dominaram a cena político-económica europeia.

Em ambos os conflitos a Inglaterra levou vantagem. Com a vitória sobre as suas principais rivais (Holanda e França), a Inglaterra tornou-se na maior potência naval e colonial do Mundo.

O conflito anglo-holandês

As medidas mercantilistas foram utilizadas pelos países europeus para combater a hegemonia económica da Holanda e para resolver a crise geral que a Europa viveu por meados do século XVII.

As práticas mercantilistas desencadearam **disputas económicas** entre países e **tendências de imperialismo económico,** corroboradas, neste período, pelo imperialismo político e territorial de algumas potências**.**

A luta pela conquista de espaços económicos próprios, que possibilitassem a afirmação das economias nacionais e o enriquecimento dos Estados, motivou a guerra naval entre a Inglaterra e a Holanda, na segunda metade do século XVII.

A iniciadora do conflito foi a Inglaterra quando, em 1651, promulgou o primeiro *Acto de Navegação,* altamente atentatório para os interesses mercantis holandeses. As hostilidades desencadearam-se logo no ano seguinte e decorreram em três períodos: o primeiro de 1652 a 1654; o segundo entre 1664-66; e o último de 1672 a 1674. Durante as guerras, a Inglaterra prejudicou os interesses holandeses, quer na Europa, quer nas colónias.

Quando os conflitos terminaram, a Holanda (fragilizada igualmente pela guerra com a França, que chegou a invadir o seu território em 1672) **viu-se obrigada a reconhecer as conquistas inglesas, perdendo definitivamente a sua hegemonia no comércio europeu** e grande parte do seu império colonial, reduzido a algumas ilhas da InsulÍndia (actual Indonésia), à colónia sul-africana do Cabo e à Guiana holandesa, na América do Sul.

Também em termos políticos, a Holanda foi secundarizada quando, em 1689, o seu chefe de Estado, príncipe Guilherme de Orange, casado com uma filha do rei inglês Jaime II, aceitou tornar-se rei da Inglaterra e subordinar-se ao Parlamento, doravante órgão superior do Governo britânico**.**

Em contrapartida, a Inglaterra alargou os seus domínios coloniais e fez crescer o seu comércio na Europa e nas colónias, sobretudo à custa das reexportações dos produtos coloniais, como o tabaco, o açúcar e as especiarias orientais**.**

Devido a esse conjunto de ideias vulgarizadas, as diferentes nações da Europa, algumas sem muito êxito, esforçaram-se por encontrar as maneiras possíveis de acumular o ouro e a prata nos respectivos países (...). Foi com máximas deste teor que se ensinaram os povos a acreditar que o seu interesse consistia em arruinarem todos os vizinhos, acabando cada nação por lançar um olhar de inveja à prosperidade de todas as nações com que comerciava e por considerar como perda sua tudo aquilo que elas ganhavam. O comércio, que, por natureza, deveria ser para as nações, como para os indivíduos, um elo de concórdia e de amizade, tornou-se a mais fecunda fonte das querelas e das guerras (...).

A razão que ditou todas essas regulamentações foi desenvolver o progresso das nossas manufacturas, não através do seu aperfeiçoamento, mas do enfraquecimento das dos nossos vizinhos.

Adam Smith, filósofo e economista escocês, "*A Riqueza das Nações*" (1776), em P. Deyon, *O Mercantilismo*, Gradiva, 1983

A concorrência francesa e inglesa na América do Norte e no Índico

No contexto da Europa mercantilista, em que o desenvolvimento passava pela defesa do espaço económico interno e pela conquista de mercados externos, as colónias tornaram-se territórios económicos essenciais. As grandes potências da época, como a França e a Inglaterra, disputaram entre si a hegemonia marítima e continental.

O primeiro conflito desta concorrência ocorreu na **Guerra da Sucessão** espanhola, entre 1702-1713. Embora a Espanha (grande potência europeia e mundial nos séculos XVI-XVII) estivesse em recessão, possuía um enorme império colonial cobiçado pela França e pela Inglaterra. O apoio aos candidatos ao trono espanhol envolveu, por isso, vários países.

O ***Tratado de Utreque*** (1713-14), que celebrou a paz, colocou no trono o candidato apoiado pela França, mas reconheceu à Inglaterra algumas regalias importantes:

- A Espanha teve de lhe entregar Gibraltar e a ilha de Minorca e permitir a participação inglesa no seu comércio colonial, com um barco por ano; além disso, cedeu-lhe o direito do fornecimento de escravos para as plantações coloniais espanholas, por um período de 30 anos;

- A França cedeu à Inglaterra as regiões da Nova Escócia, da Baía de Hudson e da Terra Nova na América do Norte e a ilha de São Cristóvão nas Antilhas; teve ainda de facilitar a entrada dos produtos ingleses nos seus mercados, obrigando-se à redução dos respectivos direitos aduaneiros.

O *Tratado de Utreque***,** aumentando o poderio económico, marítimo e colonial da Inglaterra, contribuiu para manter acesa a concorrência e animosidade entre os dois Estados. As zonas de maiores conflitos foram a **América do Norte e a Índia,** onde ambas levavam a cabo operações de colonização**.**

Foi um dos muitos conflitos entre os colonos das duas nações, na América do Norte, que deu origem à **Guerra dos Sete Anos** (1756-1763). Esta decorreu sobretudo na América, onde começara já em 1754, mas também na Europa (onde uma coligação de Estados se opôs ao crescente poder da Prússia) e noutras zonas coloniais, como a Índia, onde franceses e ingleses contrapunham os seus interesses.

A guerra continental, em que a França se envolveu mais do que a Inglaterra, fizeram com que a França perdesse força nas colónias, onde os ingleses venceram a maior parte dos confrontos. Assim, no final, o **Tratado de Paris** (1763) concedeu nítida vantagem à Inglaterra. No fim deste conflito, a França perdeu muitas das suas possessões coloniais e a Inglaterra passou a ser, sem dúvida, a maior potência naval e colonial do Mundo.

A hegemonia económica britânica: condições de sucesso e arranque industrial

Desde meados do século XVIII que a Inglaterra liderava, quer a nível europeu, quer a nível mundial, um vasto processo de transformações económicas e civilizacionais. Estas transformações iriam traduzir-se na chamada *Revolução Industrial.*

O surto demográfico

No decorrer do século XVIII verificou-se na Inglaterra um forte **impulso demográfico** que se iria acentuar ainda mais no século XIX.

Este forte impulso demográfico do século XVIII traduziu-se no crescimento de 5 milhões e meio de habitantes no ano de 1700 para 9 milhões em 1801. Em 1831, a população inglesa ascenderia a 14 milhões de habitantes**.**

A expansão demográfica inglesa do século XVIII é atribuída a diversos factores:

- Alguns historiadores destacam a **quebra da mortalidade,** motivada pela melhoria das condições higiénicas e de saúde (saneamento das cidades, descoberta da vacina por Jenner, diminuição da incidência da varíola e das pestes, construção de hospitais...), bem como uma alimentação mais racional e variada (recurso aos cereais, à batata e à carne);

- Outros acentuam a importância do **aumento da taxa de natalidade,** facto notório entre 1750 e 1830. Para este aumento da natalidade muito contribuiu a descida da idade média do casamento**,** que na Inglaterra passou de 27 anos, no início do século XVIII, para 23-24 nos meados do século XIX, sendo ainda mais acentuada nas regiões mineiras e têxteis, onde a idade média do casamento passou a ser aos 20 anos;

- Na historiografia actual existe a tendência para relacionar a **aceleração do crescimento da população** com as **modificações económicas** e com o **aumento da procura de mão-de-obra** que possibilitou a constituição de famílias mais cedo. De facto, nos séculos XVIII e XIX verificou-se um desenvolvimento da agricultura e um incremento do comércio e da indústria, uma melhoria dos salários e das condições alimentares.

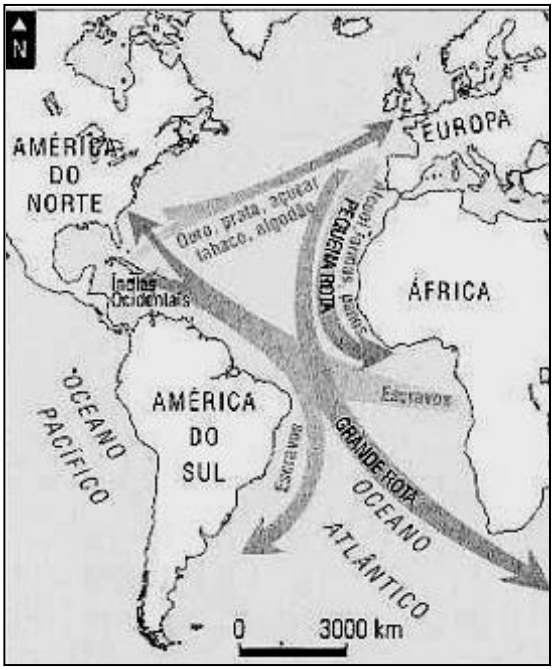


Fig. 17 O comércio triangular no século XVIII

No **comércio triangular** inglês, as embarcações saiam dos principais portos da Grã-Bretanha (Liverpool, Londres, Bristol, Glasgow…) geralmente carregados de armas de fogo, tecidos, rum e outros artigos. Dirigiam-se à costa de **África** onde trocavam alguns desses produtos por escravos e transportavam para as plantações e minas na **América**. Da América traziam para a Europa produtos tropicais, como açúcar, tabaco, algodão, café e metais preciosos.

Dos factores atrás referidos podemos destacar, em síntese, que os **progressos da alimentação, da higiene e da medicina** contribuíram para a **diminuição das taxas de mortalidade,** enquanto as **transformações agrícolas** e **industriais** favoreceram o **aumento da taxa de natalidade.** Como consequência, o **saldo fisiológico** passou a ser cada vez mais positivo. Podemos ainda concluir que existe uma interacção entre o **crescimento demográfico** e o **desenvolvimento económico.**

A urbanização e a importância do mercado nacional

A expansão demográfica na Inglaterra foi acompanhada por um **incremento da urbanização.**

Na década de 1840, a percentagem da população urbana ultrapassava já a da população rural. De facto, enquanto noutros países europeus a população urbana representava menos de 20% do total, em meados do século XVIII a Inglaterra passou a ser a região mais urbanizada da Europa.

O abastecimento das cidades era proporcionado pelo comércio local - mercados semanais e lojas -, o qual era facilitado pela abolição das alfândegas internas e pela revolução dos transportes.

O crescimento demográfico, o incremento urbano e o desenvolvimento das comunicações permitiram a constituição de um **forte mercado interno.** O dinamismo do mercado interno da Inglaterra residia no incremento quer agrícola e comercial, quer industrial. Este mercado nacional, por sua vez, estimulou o crescimento económico e o desenvolvimento industrial.

As condições atrás referidas favoreciam, assim, a constituição de um **mercado nacional,** onde os produtos, os capitais e a mão-de-obra podiam circular livremente.

Apesar de a população inglesa ser menos numerosa do que a de outros países europeus continentais, a Inglaterra era o país com maior rendimento *per capita* e com uma distribuição de riqueza mais equilibrada.

Fig. 18 Sistema de Rotação Quadrienal

O poderio e os sucessos do comércio colonial. O dinamismo do mercado externo

Apesar da perda das colónias americanas, com a independência dos EUA (1776-1783), o mercado externo inglês manteve-se em expansão numa interacção dinâmica com o mercado interno.

O poderio naval britânico traduzia-se na maior frota mercante do Mundo. A expressão «rainha dos mares» aplicava-se adequadamente à Inglaterra.

A expansão do comércio internacional, no qual tinha um lugar de grande peso o **comércio colonial,** foi uma das grandes características da vida económica do século XVIII. Neste comércio assumiu grande importância a **rota triangular** - Europa, África, Américas, Europa -, estruturada com vista à obtenção do açúcar, das madeiras, plantas tintureiras e metais preciosos do Novo Mundo**.** Neste circuito comercial **(comércio triangular),** as Américas recebiam os escravos africanos **(tráfico negreiro)** para o trabalho nas minas e nas plantações açucareiras.

Por outro lado, os mercados orientais continuavam a fornecer especiarias, sedas, chá e porcelanas... Neste comércio colonial do século **XVIII a Inglaterra ocupava um lugar de destaque. O grande comércio internacional** e a **expansão do mercado externo** estiveram intimamente ligados ao arranque da industrialização:

- Estimulando a **aquisição de matérias-primas,** que embarateciam os produtos da indústria britânica;
- Possibilitando a **produção em massa** e a **especialização,** características essenciais da industrialização;
- Gerando uma **acumulação de capitais,** que seriam reinvestidos em novas fábricas, equipamentos, meios de transporte e de comunicação (os comboios foram os mais importantes);
- Organizando e regulando o **comércio** e os **mercados,** através de instituições que garantiam eficácia e confiança nas relações comerciais entre os diferentes mercados e até entre diferentes Estados **(capitalismo comercial);**
- Estimulando a **concentração e especialização económicas** em determinados portos e cidades, que cresceram rapidamente à medida

As *enclosures* alteraram significativamente a paisagem de Inglaterra e tiveram consequências sociais importantes, como o fortalecimento da classe dos grandes proprietários (landlords) e o quase desaparecimento dos pequenos proprietários independentes (yeomen); com o desaparecimento das pequenas propriedades, aglutinadas nas enclosures, os yeomen tornaram-se rendeiros dos grandes proprietários, estimulando o aproveitamento lucrativo da terra, ou foram para as cidades, tornando-se proletários. Entre 1730 e 1820 o parlamento britânico decretou mais de 5000 processos de enclosures (sob designação de Actos das Cercas)

que o comércio internacional se desenvolveu: são exemplos Liverpool, Londres e Glasgow como portos, Londres como centro financeiro e Manchester e Liverpool, como centros industriais.

As inovações agrícolas e o arranque da Revolução Industrial

No século XVIII, na Holanda e na Inglaterra empreenderam-se importantes **inovações na agricultura** que tiveram consequências extraordinárias na **melhoria da produtividade e da produção.** A esse conjunto de inovações os historiadores chamaram revolução agrícola.

Que transformações se costumam associar à revolução agrícola?

As **principais transformações que estiveram na base da revolução agrícola** foram:

■ O **sistema quadrienal de rotação de culturas,** em substituição do sistema trienal que vinha da Idade Média; no sistema de rotação quadrienal o pousio era substituído por cultivo de plantas forraginosas, trevo e pastagens**;**

■ O **aumento das áreas cultivadas,** através do recurso à apropriação de terrenos baldios e comunais, aos arroteamentos e às drenagens de zonas pantanosas;

■ A **prática do emparcelamento de terras e da vedação *(enclosures)*;**

■ A **selecção de sementes;**

■ A **mecanização** (máquina de semear de J. Tull);

■ O **aumento da criação de gado,** sobretudo lanígero, que além da lã e da carne fornecia adubo para as terras.

A revolução agrícola foi condição essencial, embora não única, para o arranque do processo de industrialização. Senão vejamos:

■ **Libertação de mão-de-obra dos campos** que provoca a procura de emprego nas cidades, onde passa a haver abundância de mão-de-obra;

■ **Acumulação de capitais** por parte dos grandes proprietários agrícolas: reinvestimento nos novos sectores da economia, como por exemplo a indústria nascente;

■ **Fornecimento de matérias-primas,** como a lã, o algodão e o linho, necessárias para a indústria;

■ **Necessidade crescente de instrumentos de ferro** (charruas, ferraduras, aros para rodas de carros...) para a melhoria do cultivo da terra: estímulo à indústria metalúrgica.

Por sua vez, o desenvolvimento urbano e o crescimento da população urbana estimularam o aumento da produção agrícola.

Em suma, a revolução agrícola não foi apenas condição necessária para a **Revolução Industrial;** também esta promoveu o desenvolvimento daquela, num processo interactivo.

A **Revolução Industrial,** processo inter-relacionado de transformações técnicas, económicas e demográficas, teve início em Inglaterra na segunda metade do século XVIII, alargando-se aos restantes países da Europa e à América do Norte, durante o século XIX.

A invenção e aplicação da máquina a vapor aos transportes e às indústrias provocou uma rápida mudança nos regimes de produção: **da manufactura passou-se à maquinofactura.**

Uma agricultura que não fez a sua própria revolução, pelo menos em certas regiões fulcrais do mercado, trava consideravelmente a Revolução Industrial e impede particularmente que se dê uma descolagem à maneira inglesa: é o caso da França. A alta produtividade agrícola seria certamente uma das condições necessárias do *take-off* [arranque]. (...)

Um movimento irreversível teve início no Mundo a partir de 1750. Em alguns países privilegiados, aqueles em que se deu a Revolução Industrial, os camponeses, progressivamente libertos da servidão, fornecem uma mão-de-obra industrial potencial, porque a terra se transformou numa mercadoria, possuída em total liberdade pelos mais ricos, que eliminam os mais pobres. Os grandes proprietários ingleses, que dominam uma pirâmide de rendeiros e de trabalhadores agrícolas (...), lançam o capitalismo ao assalto da agricultura tradicional, proporcionam uma alimentação regular e suficiente, acumulam e investem por vezes na indústria um capital novo saído do solo, modificam radicalmente a situação social do campo: passa-se da agricultura de subsistência para a agricultura de mercado. (...)

A revolução agrícola está portanto ligada, por natureza, à Revolução Industrial. É mesmo uma das suas condições necessárias.

Jean-Pierre Rioux, *A Revolução Industrial*, Lisboa, Dom Quixote, 1991

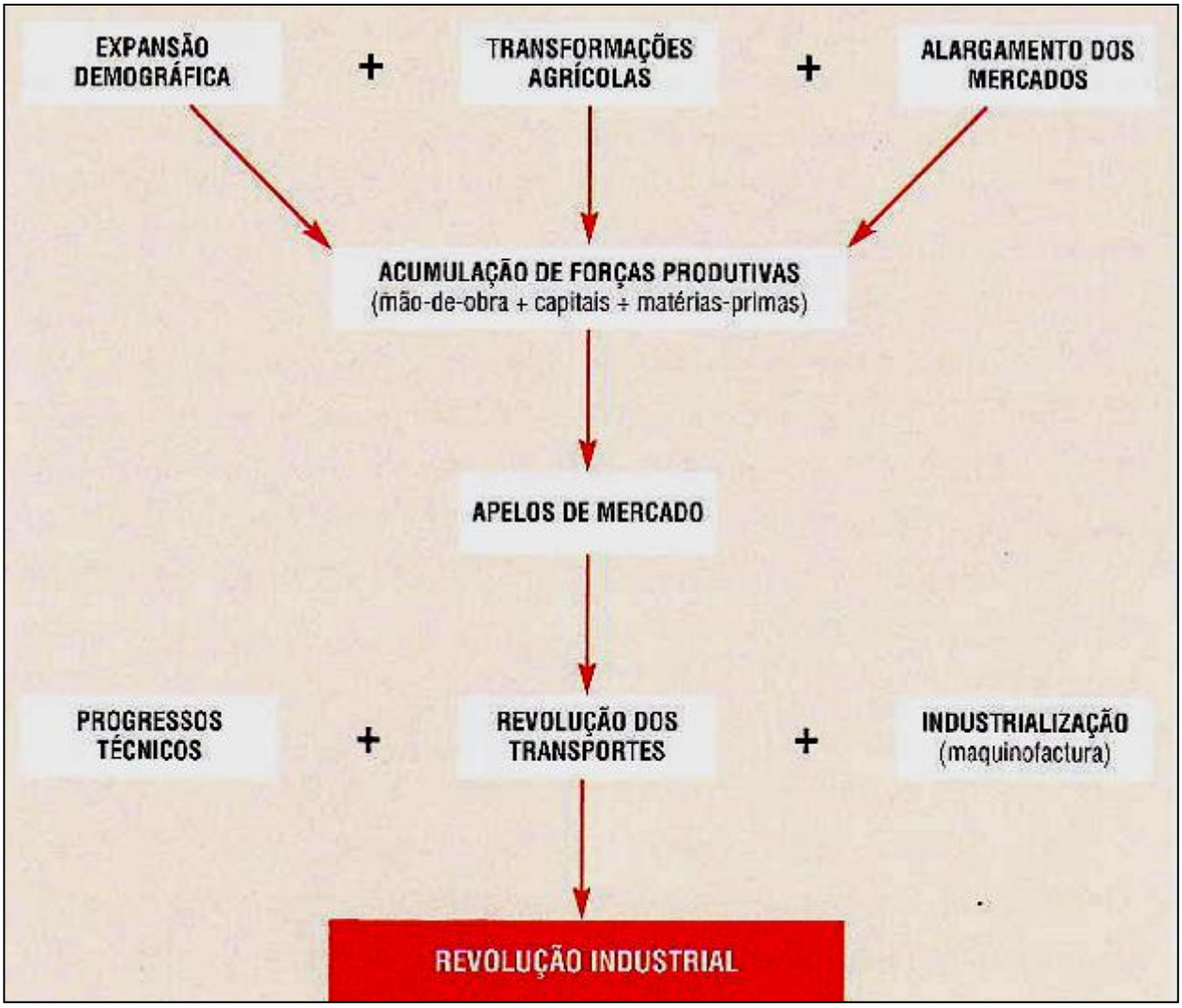


Fig. 19 Francis Bacon

Francis Bacon, foi um político, filósofo e ensaísta inglês. É considerado como o fundador da ciência moderna. Desde cedo, sua educação orientou-o para a vida política, na qual exerceu posições elevadas. Em 1584 foi eleito para a câmara dos comuns. Sucessivamente, durante o reinado de Jaime I, desempenhou as funções de procurador-geral (1607), fiscal-geral (1613), guarda do selo (1617) e grande chanceler (1618). Como filósofo, destacou-se com uma obra onde a ciência era exaltada como benéfica para o homem. Em suas investigações, ocupou-se especialmente da metodologia científica e do empirismo, sendo muitas vezes chamado de "fundador da ciência moderna". Sua principal obra filosófica é o Novum Organum.

Entre meados do século XVII e meados do século XVIII, verificaram-se na Europa grandes progressos nas várias ciências, que justificaram a designação de revolução científica. No século XVIII surgiu uma nova corrente filosófica humanista e racionalista: o Iluminismo. Esta corrente estaria na base do liberalismo.

O método experimental e o progresso do conhecimento do Homem e da Natureza

A modernidade do século XVII manifestou-se sobretudo no domínio das ciências da natureza e da sua matematização. Os principais pólos deste desenvolvimento científico, tal como já havia acontecido com a Renascença do século XVI, foram a Itália, a Holanda, a França e a região de Londres.

A ideia de matematização da Natureza surgira já com Leonardo de Vinci. Foi ele que iniciou a indagação matemática do Universo e que influenciou Francis Bacon na **teorização do método científico.**

Entre 1600 e 1640, pelos principais países da Europa desse tempo, os espíritos mais esclarecidos produziram os princípios que iriam ser os *"fundamentos da ciência nova".* Foi definitivamente posto de parte o *"princípio da autoridade".* O primado das representações do senso comum deu lugar à investigação livre, à experimentação, ao gosto pela curiosidade e pela diversidade.

- **Galileu Galilei,** com a sua filosofia mecanicista, introduziu uma concepção nova que antecedeu a filosofia cartesiana, *Galileu, Francis Bacon* e *Descartes* são considerados os iniciadores da *"**nova era do pensamento**".*

- **Francis Bacon** foi um filósofo e estadista inglês. *Novum Organum,* publicada em 1620, foi a sua principal obra. É um tratado do **método indutivo,** em que o autor procurou formular leis gerais sobre a base da observação e da experiência, para libertar o pensamento de preconceitos tradicionais (os *idola).* Este princípio seria fundamental para o desenvolvimento do **método científico.**

- **René Descartes** foi um filósofo e matemático francês. As suas obras mais importantes foram o *Discurso do Método* (1637) e *Meditações Metafísicas* (1640). Como filósofo procurou uma base inabalável para a filosofia. Começou pela dúvida total *(dúvida metódica),* reconhecendo que só não podia duvidar da existência e da própria dúvida.

"Cogito ergo sum" ("Penso, logo existo") foi a máxima que o celebrizou e que ainda hoje é repetida na generalidade dos manuais de filosofia. Sobre este conhecimento quis construir o da existência de Deus, primeiro, e o do mundo exterior, depois. A filosofia de Descartes é dualista, separando por completo a alma *(pensamento)* do corpo *(extensão).* A interacção dos dois supunha-a localizada na *glândula pineal.* Como matemático, Descartes criou a *geometria analítica.*

Fig. 20 René Descartes

Foi um filósofo, físico e matemático francês. Durante a Idade Moderna também era conhecido por seu nome latino *Renatus Cartesius* Notabilizou-se sobretudo por seu trabalho revolucionário na filosofia e na ciência, mas também obteve reconhecimento matemático por sugerir a fusão da álgebra com a geometria - fato que gerou a geometria analítica e o sistema de coordenadas que hoje leva o seu nome. Por fim, ele foi uma das figuras-chave na Revolução Científica. Descartes, por vezes chamado de "o fundador da filosofia moderna" e o "pai da matemática moderna", é considerado um dos pensadores mais importantes e influentes da História do Pensamento Ocidental. Inspirou contemporâneos e várias gerações de filósofos posteriores; boa parte da filosofia escrita a partir de então foi uma reação às suas obras ou a autores supostamente influenciados por ele. Muitos especialistas afirmam que a partir de Descartes inaugurou-se o racionalismo da Idade Moderna. Décadas mais tarde, surgiria nas Ilhas Britânicas um movimento filosófico que, de certa forma, seria o seu oposto - o empirismo, com John Locke e David Hume.

- **Baruch (Bento) Espinosa,** judeu holandês de origem portuguesa, foi um filósofo cujas teorias foram influenciadas ao mesmo tempo por Descartes e pelos filósofos judeus da Idade Média. Espinosa fundou o racionalismo religioso moderno: a principal virtude do Homem é a razão e é através dela que se vive em conformidade com Deus.

Na segunda metade do século XVII, um outro filósofo viria a distinguir-se no panorama cultural europeu: o alemão **Leibniz** (cujo nome completo era Gottfried Wilhelm von Leibniz).

- **Leibniz** é considerado um dos maiores génios universais em áreas tão diferentes como a história, o direito, a teologia e a matemática. Segundo a sua *"teoria atómica espiritualizada"*, as unidades mínimas da matéria, centros espirituais de energia, eram as *mónadas.* Para Leibniz, Deus é a *mónada* suprema, que ordena o sistema em completa harmonia - a *harmonia preestabelecida.*

Leibniz teorizou também uma nova lógica que continua a ser estudada na actualidade. Foi ainda um matemático notável, tendo desenvolvido o cálculo diferencial e o cálculo integral, ao mesmo tempo que Newton. Foi, no entanto, a definição de Leibniz que prevaleceu para o futuro.

O método científico veio possibilitar um conhecimento mais seguro da Natureza e abriu o caminho ao desenvolvimento de **várias ciências.** O progresso da matemática, com Descartes e Leibniz, conduziu ao avanço da física, da química e da astronomia.

- O italiano **Torricelli** (1608-1647), o francês **Pascal** (1623-1662) e o inglês **Boyle** (1627-1691) são considerados os fundadores da química científica.
- O italiano **Galileu Galilei** (1564-1642), o inglês **Halley** (1656-1742), o alemão **Kepler** (1571-1630) e o inglês Newton (1642-1727), descobrindo as leis pelas quais se rege o sistema solar e toda a mecânica celeste, fundaram a física e a astronomia modernas.
- O inglês **Harvey** (1578-1657) descreveu o mecanismo da circulação sanguínea, dando um importante contributo para o avanço da medicina.

Os progressos científicos e técnicos possibilitaram o desenvolvimento de ciências como a cartografia, a geografia e a astronomia. Assim, nos séculos XVII e XVIII, uma nova vaga de navegadores, ávi-

dos de novos conhecimentos, empreenderam **novas viagens de descobrimento e de exploração** de regiões do nosso planeta até então desconhecidas.

De facto, a Oceânia, a Antárctida e numerosas ilhas do Pacífico, desde a Austrália e Nova Zelândia às ilhas Havai, foram descobertas na segunda metade do século XVIII por navegadores como o francês **Bougainville** e o inglês **James Cook.**

A ampliação do conhecimento do Homem e da Natureza e a revolução científica, que lhe está associada, impulsionaram a **crença na Razão e no Progresso,** marcas do Iluminismo e do racionalismo do século XVIII, bem como o desenvolvimento tecnológico que, nesse século, iria contribuir poderosamente para a Revolução Industrial, como veremos.

A filosofia das Luzes

Defensora do livre pensamento, a filosofia iluminista promoveu o livre exercício do espírito crítico, elaborando uma análise sistemática e arguta de diversos aspectos da vida do seu tempo. A religião, a política e a sociedade receberam as maiores críticas, propondo-se a sua total revisão, à luz dos novos conceitos de Homem e Cidadão que esta filosofia preconizava.

Iluminismo:

Corrente filosófica setecentista que afirma o primado da Razão e da construção do Saber, da Técnica e do Progresso, meios para obter a felicidade, objectivo maior da existência humana. Os filósofos iluministas desenvolveram o pensamento, as ciências e as técnicas do seu tempo; promoveram o ensino e a educação dos homens; e exerceram uma importante crítica social, religiosa e política.

Direito Natural:

Privilégio ou prerrogativa que resulta e deriva da natureza física e biológica dos seres, isto é, aquele que advém das condições naturais, iguais à nascença para todos os homens.

Apologia da Razão, do progresso e do valor do indivíduo

O Iluminismo foi uma filosofia racionalista e optimista que reflectia o espírito da sua época, formando-se em consequência e na continuidade das grandes linhas orientadoras do pensamento europeu desde o Renascimento.

O Iluminismo instituiu-se na história do pensamento europeu como uma corrente cultural que valorizava o indivíduo por aquilo que ele possuía de mais valioso: a sua capacidade racional, isto é, a sua inteligência ou Razão (também denominada *"Luz"* ou *"Luzes").*

Os seus construtores e defensores - os filósofos iluministas - estavam convencidos de que a **Razão** humana, quando exercida em liberdade e sem constrangimentos, era o único meio fidedigno para desvendar os segredos do Universo e construir o conhecimento sobre a Natureza, os homens e as sociedades. Acreditavam que o **conhecimento** era o único processo de o Homem se libertar da servidão, dos preconceitos, injustiças e erros que marcavam as sociedades da época, construindo o **progresso** e, através dele, atingindo a felicidade, considerada por eles como um direito inato de todos os homens e supremo objectivo da sua existência.

Segundo estes filósofos, o progresso (noção que, por definição, se opõe à tradição), construído pela evolução cumulativa dos saberes e das técnicas, seria irreversível e só poderia melhorar a existência material dos homens e torná-los espíritos mais perfeitos, verdadeiramente iluminados. Possuíam, por isso, uma **visão optimista do futuro.**

O racionalismo materialista de John Locke influenciou o pensamento iluminista no seu interesse pelo mundo físico - a Natureza - e pela determinação das suas leis (as leis naturais), as únicas que poderiam ser consideradas universais.

Foi a partir da **valorização da condição natural do Homem** que os filósofos iluministas chegaram ao reconhecimento e formulação dos **direitos naturais,** entre os quais incluíram os *princípios de igualdade* e de *liberdade para todos.*

Foi pelo reconhecimento dos direitos naturais e da moral natural que o Iluminismo chegou à condenação da tradição e das desigualdades sociais, consubstanciada na crítica sistemática às religiões, aos regimes políticos e às sociedades que se haviam estatuído nos princípios contrários a essas leis naturais.

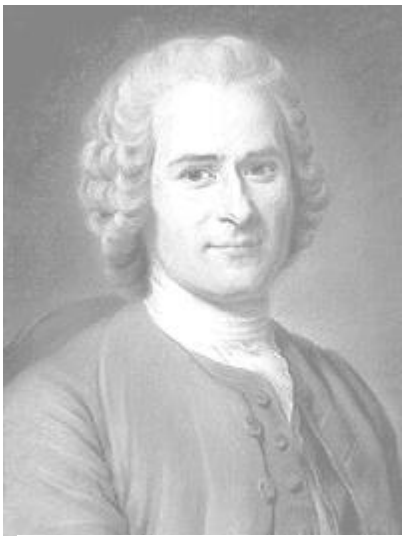


Fig. 21 - Jean Jacques Rousseau (1712-1778)

Foi um importante filósofo, teórico político, escritor e compositor autodidacta suíço. É considerado um dos principais filósofos do iluminismo e um precursor do romantismo.

Para os iluministas do século XVIII, a crença na Natureza chegou a suplantar a fé na religião, sobrepondo-se como uma nova religião - a *Religião Natural* - e uma nova moral - a *Moral Natural* -, segundo a qual o Bem se identificava com o prazer e o Mal com a dor. Estas ideias estiveram na origem de novas posturas religiosas, como as do ateísmo e do deísmo, que adiante salientaremos.

Fora com base em reflexões desta ordem que Locke tinha criticado o absolutismo monárquico inglês e exercido importante papel na revolução inglesa de 1688, que consolidou o regime parlamentar no seu país.

Defendidos por numerosos intelectuais do século XVIII - filósofos, escritores, cientistas, políticos…, estes princípios identificaram-se grandemente com a mentalidade burguesa e os valores que ela sempre tinha promovido: individualismo, igualdade e liberdade, dignificação pessoal pelo trabalho e pela instrução, progresso. Sendo o século XVIII um século de grande crescimento e ascensão da burguesia, estes ideais encontraram fácil aceitação e repercussão social, contagiando os espíritos cultos da época, mesmo nos meios aristocráticos e monárquicos.

Entre os monarcas absolutos estas ideias chegaram a dar origem a novas posturas de governo, como o despotismo iluminado, marcado pela dignificação da condição natural dos homens, pela moralização do poder exercido sobre os súbditos, pela aceitação da tolerância e pela valorização do saber intelectual (preocupação com a educação e o ensino) e do progresso.

Para esta ampla divulgação e aceitação dos ideais iluministas muito contribuiu o dinamismo dos seus cultores - como **Condorcet**, **Turgot**, **Montesquieu**, **Voltaire**, **Holbach**, **Buffon**, **Rousseau** e os portugueses **Ribeiro Sanches** e **Luís António Verney**, entre muitos outros -, que deixaram numerosos escritos e espalharam a sua acção pelo ensino, pela literatura, política, ciências e técnicas ou nos salões e clubes culturais que a sociedade elegante do século XVIII tanto cultivou.

Uma das obras de maior repercussão foi, sem dúvida, a *Enciclopédia,* ou *Dicionário Racional das Ciências, das Artes e dos Ofícios,* uma edição com um total de 35 volumes, onde, sob a direcção dos filósofos franceses Diderot (1713-1784) e D'Alembert (1717-1783) e com a colaboração de muitas outras personalidades, se compilaram os mais modernos e actualizados conhecimentos da época sobre todos os ramos do saber e da actuação humanos.

A educação como valorização do indivíduo e como factor da construção da igualdade e do progresso

Constituído pelos princípios que atrás lhe apontámos - humanismo, racionalismo, empirismo, crença na Natureza, na Razão e no progresso...-, o Iluminismo aspirava à **divulgação do saber e da educação como forma de desenvolver as capacidades naturais e racionais de cada um e de formar cidadãos cultos e *esclarecidos,* capazes de construir o progresso** e assumir conscientemente as suas responsabilidades como membros do Estado e da Humanidade. De facto, entre as classes mais elevadas, os saberes culturais - literários, científicos, técnicos e até artísticos - ocuparam um lugar cada vez maior na formação e preparação dos jovens.

Empenharam-se, por isso, em ver reconhecida a importância da educação pelas sociedades do seu tempo. Fizeram-no por vários meios:

- Divulgando a **importância da educação para o desenvolvimento pleno das faculdades naturais dos indivíduos** e factor do seu sucesso e felicidade futuros;
- Propagando a **necessidade da educação escolar abranger todos os indivíduos** (inclusive as mulheres**,** desde a mais tenra infância, pois consideravam o período entre os 3 e os 13 anos como um dos mais importantes da aprendizagem;
- Promovendo, junto dos Estados, o **aumento da instrução e o alargamento da rede das escolas públicas como forma de criar cidadãos mais capazes e úteis** e de, assim, incentivarem o progresso e a riqueza das suas nações;
- Defendendo a **reforma do ensino pela introdução de novos currículos e novos métodos pedagógicos** mais de acordo com as conveniências da Razão e mais ajustados à mentalidade e necessidades da época.

Quanto aos **novos métodos pedagógico-didácticos,** estes deviam pôr de lado os castigos corporais e incentivar uma aprendizagem pelo gosto ao saber, feita em liberdade e responsabilidade, e assente no estudo directo da Natureza e dos factos.

Embora muitos iluministas se tenham pronunciado e empenhado nas questões da educação e do ensino, salientaram-se, neste campo, as teorias de Jean-Jacques Rousseau (1712-1778), um dos filósofos mais importantes de todo este movimento. Na sua obra ***Emílio,*** de 1762, Rousseau defendeu a educação como meio de fazer desabrochar os dons naturais do Homem e de o aperfeiçoar espiritualmente; dizia que o ensino se devia basear nos interesses naturais e espontâneos da criança, acompanhando o seu crescimento físico, intelectual e social.

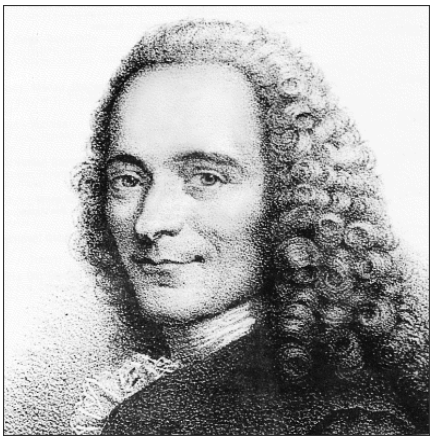


Fig. 22 Voltaire (1694-1778)

Foi um escritor, ensaísta, deísta e filósofo iluminista francês. Conhecido pela sua perspicácia e espirituosidade na defesa das liberdades civis, inclusive liberdade religiosa e livre comércio. É uma dentre muitas figuras do Iluminismo cujas obras e ideias influenciaram pensadores importantes tanto da Revolução Francesa quanto da Americana. Foi um defensor aberto da reforma social apesar das rígidas leis de censura e severas punições para quem as quebrasse. Ficou conhecido por dirigir suas críticas aos reis absolutistas e aos privilégios do clero e da nobreza.

Assim, a educação devia começar no berço, apostar no desenvolvimento dos sentidos e da observação entre os 3 e os 13 anos, desenvolver a inteligência entre os 13 e os 17, formar a personalidade e o carácter entre os 17 e os 23.

Defesa do direito natural, do contrato social e da separação dos poderes

Guiados pela Razão e pela *filosofia natural,* os **iluministas formularam novos princípios ideológicos e novos conceitos de Homem e de cidadão,** que julgavam mais justos e racionais, mas que entravam abertamente em contradição com as realidades social e política vigentes. Por isso, **não pouparam críticas ao seu tempo,** negando quer o absolutismo monárquico e a teoria divina do poder real, quer a sociedade de ordens, assente nos princípios de privilégio e de desigualdade, quer ainda o fanatismo, o obscurantismo e a superstição mantidos pela Igreja.

A estas características contrapunham **novos princípios mais conformes à Razão e à *moral natural.*** À estrutura da sociedade de ordens do seu tempo, desigual e injusta, os iluministas contrapõem **uma sociedade assente no reconhecimento dos direitos naturais** do Homem, entre os quais valorizavam os da *igualdade* e *liberdade.* Negando o absolutismo e a teoria da origem divina do poder, os filósofos iluministas defendem os **princípios da soberania nacional** e do **contrato social.**

Autores como ***Locke***, ainda no século XVII, e mais tarde *Jean-Jacques Rousseau,* na sua obra *O Contrato Social* (1762), explicaram em que consistiam estes princípios. Sendo os homens iguais e livres, todos são igualmente depositários da soberania e a existência do poder político só se justificaria como garante dessas liberdades individuais, para que a liberdade de uns não limite e submeta a liberdade dos outros. Mas como nada justifica que um homem, ou alguns homens, mandem mais do que outros, esse poder político, para se legitimar, necessita do consenso dos seus governados. Esse consenso manifesta-se sob a forma de um acordo, tácito ou explícito, entre o povo e o seu governante: o *contrato social.* **É por esse contrato que o povo, detentor da sua própria soberania, a delega no soberano sob a condição de ele a exercer no interesse dos governados.** Quando isso não acontecia, os filósofos iluministas não hesitaram em reconhecer que o povo tem o direito de se unir para derrubar o poder. A resistência ao poder opressor é um direito dos súbditos e resulta do reconhecimento da sua liberdade.

Fig. 23 Mostesquieu (1689-1755)

Foi um político, filósofo e escritor francês. Ficou famoso pela sua Teoria da Separação dos Poderes, actualmente consagrada em muitas das modernas constituições internacionais. Aristocrata, filho de família nobre, nasceu no dia 18 de Janeiro de 1689 e cedo teve formação iluminista com padres oratorianos. Revelou-se um crítico severo e irónico da monarquia absolutista decadente, bem como do clero católico. Adquiriu sólidos conhecimentos humanísticos e jurídicos, mas também frequentou em Paris os círculos da boémia literária. Em 1714, entrou para o tribunal provincial de Bordéus, que presidiu de 1716 a 1726. Fez longas viagens pela Europa e, de 1729 a 1731, esteve na Inglaterra.

Ainda que legitimado pelo contrato social, o poder político não deveria cair no despotismo e na prepotência, o que acontece com mais frequência quando todo o poder recai na mão de um só homem. Para evitar essa situação, **os iluministas propuseram que o poder político se subdividisse** - em ***poder legislativo*** (o que faz as leis), ***poder judicial*** *{o* que julga o cumprimento das leis) e ***poder executivo*** (aquele que manda executar e vela pelo cumprimento das leis) - e que cada um dos seus poderes funcionasse separadamente, entregue a entidades diferentes. Só assim se evitariam os abusos do poder, garantindo a isenção. Esta teoria, conhecida como **princípio da separação dos poderes,** foi primeiramente enunciada por Locke, mas só se consolidou com o pensamento do filósofo francês **Montesquieu**, na sua obra *O Espírito das Leis,* publicada em 1748**.** Nela, **Montesquieu** condena vivamente o absolutismo régio, defendendo, contudo, a instalação de uma monarquia moderada, onde o rei fosse o chefe do poder executivo e governasse submetido às leis redigidas pela Nação, através dos seus legítimos delegados e representantes.

Separação de Poderes:

Teoria que vê o poder político dividido em três poderes específicos – o legislativo, o executivo e o Judicial -, que devem funcionar separadamente, entregues a órgãos políticos diferentes e independentes.

Outro dos filósofos franceses que teve grande importância, no século XVIII, na difusão das novas ideias iluministas foi Voltaire, crítico da política, da religião, da moral e dos costumes do seu tempo, e defensor da justiça social da tolerância e da liberdade**.** *O Ensaio Sobre os Costumes* constituiu uma das suas principais obras. **No campo social e político,** os ideais iluministas, que acabámos de enunciar sucintamente, marcaram profundamente a mentalidade dos homens esclarecidos da segunda metade do século XVIII e, consequentemente, tiveram também um papel importante na eclosão da Revolução Francesa de 1789 e nos rumos por ela propostos. As ideias da Revolução Francesa - que ainda são actuais em muitos aspectos - impressionam-nos pelo **sentido humanista** e também pelo seu carácter revolucionário, pugnando pela igualdade, liberdade e democracia dos povos. Não se pense, no entanto, que esses valores eram encarados com a mesma abertura e significado que hoje lhes atribuímos ou que todos defendiam as mesmas soluções. Se a igualdade e a liberdade na condição de nascimento era uma verdade

inegável, alguns iluministas aceitavam com igual facilidade as desigualdades construídas ao longo da vida, atribuindo-as unicamente à desigualdade de talentos e capacidades. Estes foram, com efeito, extraordinariamente elitistas, acreditando que *"os melhores"* (os mais capazes e *esclarecidos)* podiam e deviam comandar e dirigir os demais, desde que o fizessem no sentido da Razão e do Progresso. Por isso, algumas das suas propostas no campo social foram mais humanitárias que verdadeiramente democráticas.

Crítica à Igreja e a intolerância religiosa

Apenas porque o cavaleiro **La Barre**, neto de um vice-general das armadas, jovem de muito espírito e brilhante futuro, embora com a irresponsabilidade da juventude, se deixou convencer que havia cantado canções ímpias e passado diante de uma procissão dos capuchinhos sem ter retirado o chapéu, os juízes de Abeville, gente comparável aos senadores romanos, ordenaram que lhe j fosse arrancada a língua, cortada a mão e o seu corpo ardesse na fogueira em fogo lento; e, não contentes, submeteram-no primeiro à tortura para saberem precisamente quantas canções havia cantado e quantas procissões tinha visto passar sem retirar o chapéu da cabeça.

E isto não aconteceu no século XII ou XIV, mas no século XVIII. As nações estrangeiras (...) não sabem que, no fundo, não há nação mais cruel que a francesa.

Voltaire, artigo "Tortura", em *Dicionário Filosófico,* 1764

Unidade 7 - As Civilizações Africanas e a Expansão Europeia. São Tomé e Príncipe entre o século XV e XVIII

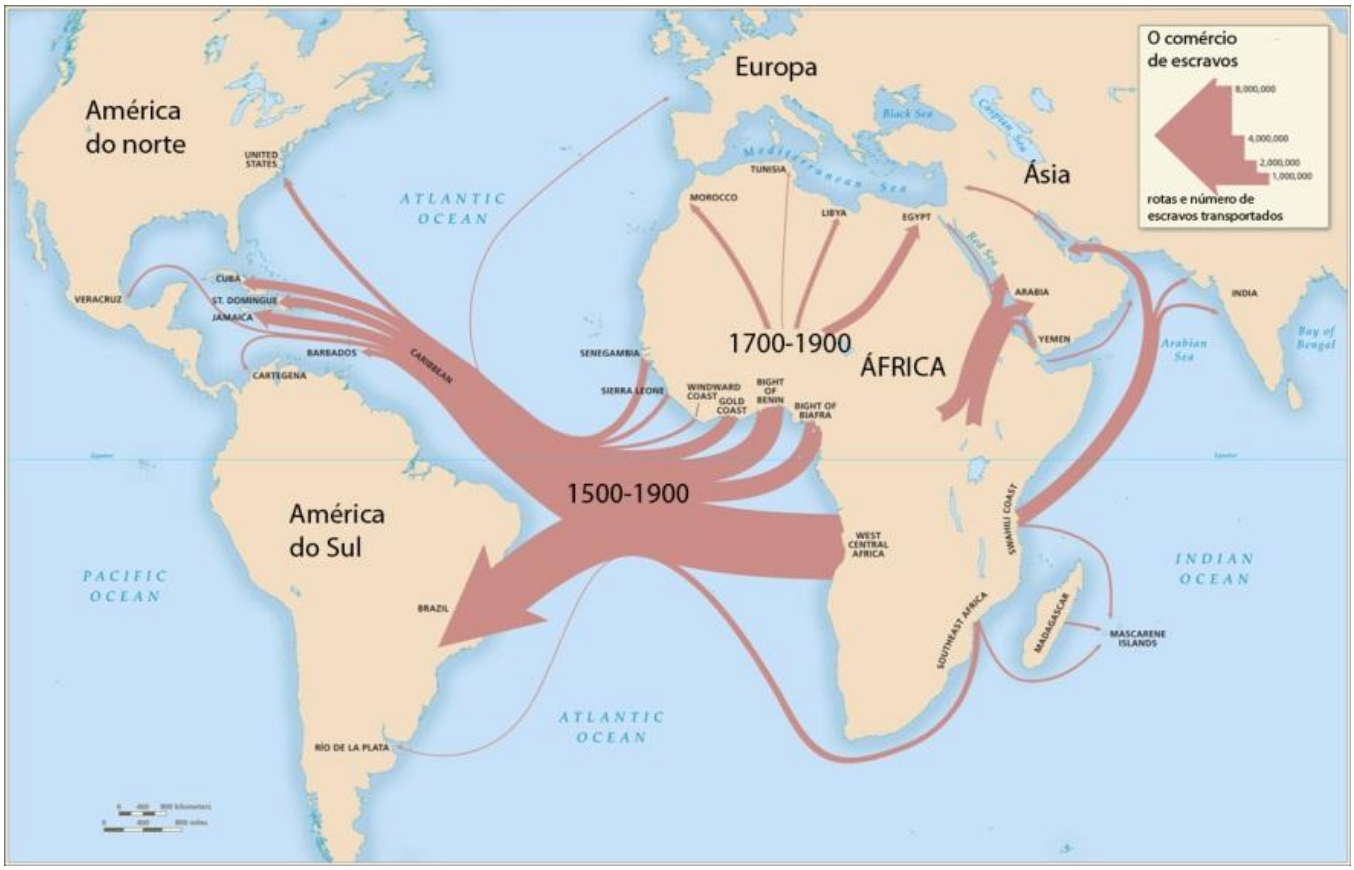


Fig. 24 Comércio de Escravos

Introdução

*A **história da colonização da África** encontra-se documentada desde o tempo dos fenícios, quando estes começaram a estabelecer colónias na costa africana do Mediterrâneo, por volta do século X a.C. Seguiram-se os gregos a partir do século VIII a.C., os romanos no século II a.C., os vândalos, que tomaram algumas colónias romanas já no século V da nossa era, seguidos pelo império bizantino, no século seguinte, os árabes, no século VII e, finalmente, os estados modernos da Europa, a partir do século XIV.*

Quando os estados europeus no final da Idade Média começaram a "descobrir" África, encontraram reinos ou estados, quer de feição árabe ou islamizados, principalmente no norte e ocidente do continente africano, bem como de tradição banto. Os primeiros contactos entre estes povos não foram imediatamente de dominação, mas de carácter comercial. No entanto, os conflitos originados pela competição entre as várias potências europeias levaram à dominação política desses reinos, que culminou com a partilha do Continente Negro pelos estados europeus na Conferência de Berlim, em 1885.

A Colonização recente de África

Pode dizer-se que a colonização recente da África iniciou-se com os descobrimentos e com a ocupação das Ilhas Canárias pelos portugueses, no princípio do século XIV.

O processo de ocupação territorial, exploração económica e domínio político do continente africano por potências europeias tem início no século XV e estende-se até a metade do século XX. Ligada à expansão marítima europeia, a primeira fase do colonialismo africano surge da necessidade de encontrar rotas alternativas para o Oriente e novos mercados produtores e consumidores.

No século XIV, exploradores europeus chegaram a África. Através de trocas com alguns chefes locais, os europeus foram capazes de capturar milhões de africanos e de os exportar para vários pontos do mundo naquilo que ficou conhecido como a escravidão.

No princípio do século XIX, com a expansão do capitalismo industrial, começa o neocolonialismo no continente africano. As potências europeias desenvolveram uma "corrida à África" massiva e ocuparam a maior parte do continente, criando muitas colónias. Entre outras características, é marcado pelo aparecimento de novas potências concorrentes, como a Alemanha, a Bélgica e a Itália.

A partir de 1880, a competição entre as metrópoles pelo domínio dos territórios africanos intensifica-se. A partilha da África tem início, de facto, com a Conferência de Berlim (1884), que institui normas para a ocupação, onde as potências coloniais negociaram a divisão da África, propuseram para não invadirem áreas ocupadas por outras potências. Os únicos países africanos que não foram colónias foram a Etiópia (que apenas foi brevemente invadida pela Itália, durante a Segunda Guerra Mundial) e a Libéria, que tinha sido recentemente formada por escravos libertos dos Estados Unidos da América.

No início da Primeira Guerra Mundial, (1914-1918) 90% das terras já estavam sob domínio da Europa. A partilha é feita de maneira arbitrária, não respeitando as características étnicas e culturais de cada povo, o que contribui para muitos dos conflitos actuais no continente africano, tribos aliadas foram separadas e tribos inimigas foram unidas.

No fim do século XIX, início do XX, muitos países europeus foram até África em busca das riquezas existentes no continente. Esses países dominaram as regiões de seu interesse e entraram em acordo para dividir o continente. Porém os europeus não se preocuparam com a divisão correcta das tribos africanas, gerando assim muitas guerras internas.

A colonização portuguesa

A colonização portuguesa na África foi o resultado dos descobrimentos e começou com a ocupação das Ilhas Canárias ainda no princípio do século XIV. A primeira ocupação violenta dos portugueses na África foi a conquista de Ceuta em 1415. Mas a verdadeira "descoberta" da África iniciou-se um pouco mais tarde, mas ainda no século XV.

Em 1444, Dinis Dias descobre Cabo Verde e segue-se a ocupação das ilhas ainda no século XV, povoamento este que se prolongou até ao século XIX.

Durante a segunda metade do século XV os portugueses foram estabelecendo feitorias nos portos do litoral oeste africano. No virar do século, Bartolomeu Dias dobrou o Cabo da Boa Esperança, abrindo as portas para a colonização da costa oriental da África pelos europeus.

A partir de meados do século XVI, os ingleses, os franceses e os holandeses expulsam os portugueses das melhores zonas costeiras para o comércio de escravos. Portugal e Espanha conservam antigas colónias. Os portugueses continuam com Cabo Verde, São Tomé e Príncipe, Guiné-Bissau, Angola e Moçambique.

A colonização francesa

Na África, foi no Senegal que os franceses primeiro estabeleceram entrepostos em 1624, mas não formaram verdadeiras colónias até ao século XIX, limitando-se a traficar escravos para as suas colónias nas Caraíbas. No Oceano Índico, os franceses colonizaram a Île de Bourbon (actual Reunião), em 1664, Île Royale (actualmente Maurícias), em 1718 e as Seychelles, em 1756. Durante o reinado de Napoleão, o Egipto foi também

conquistado por um breve período, mas a dominação francesa nunca se estendeu para além da área imediatamente à volta do Nilo.

O verdadeiro interesse da França por África manifestou-se em 1830 com a invasão da Argélia e o estabelecimento de um protectorado na Tunísia, em 1881. Entretanto, expandiram-se para o interior e para sul, formando, em 1880, a colónia do Sudão Francês (actual Mali) e, nos anos que se seguiram ocupando a grande parte do Norte de África e da África ocidental e central. Em 1912, os franceses obrigaram o sultão de Marrocos a assinar o Tratado de Fez, tornando-se outro protectorado.

A colonização britânica

No final do século XVIII e meados do século XIX, os ingleses, com enorme poder naval e económico, assumem a liderança da colonização africana. Combatem a escravatura, já menos lucrativa, direccionando o comércio africano para a exportação de ouro, marfim, tapetes e animais. Em consequência disso, os africanos ficam com o mercado dominado pelos interesses do Império Britânico.

Para isso, os britânicos estabelecem novas colónias na costa e passam a implantar um sistema administrativo fortemente centralizado na mão de colonos brancos ou representantes da coroa inglesa. Os ingleses estabelecem territórios coloniais em alguns países da África Ocidental, no nordeste e no sudeste e no sul também do continente.

Outros domínios coloniais em África

Os neerlandeses estabeleceram-se na Cidade do Cabo, na África do Sul, a partir de 1652 e dominaram o que antes de 1994 era a província do Cabo. Desenvolvem na região uma nova cultura e formam uma comunidade conhecida como africânder ou bôer. Mais tarde, os bôeres perdem o domínio da região para o Reino Unido na Guerra dos Bôeres.

A Bélgica colonizou o Congo Belga (actual República Democrática do Congo). A Espanha colonizou a Guiné Equatorial, o Saara Espanhol e o norte do actual Marrocos. A Itália conquistou a Líbia, a Eritreia e a região autónoma da Somália; a Somalilândia ou Somália Italiana. A Alemanha colonizou as regiões correspondentes aos países actuais: Togo, Camarões, Tanzânia (a parte continental ou Tanganica, Ruanda, Burundi e Namíbia. (Wikipédia - A enciclopédia livre)

A Presença Portuguesa em África

Império Português é a designação comum dada ao conjunto dos territórios ultramarinos ocupados e administrados por Portugal a partir do início século XV até ao século XX.

O Império Português foi o primeiro império global da história, com um conjunto de territórios repartidos por cinco continentes sob soberania portuguesa, resultado das explorações realizadas na Era dos descobrimentos. Foi o mais duradouro dos impérios coloniais europeus modernos, já que a presença portuguesa fora da Europa abrangeu quase seis séculos.

Convenciona-se o início do Império como sendo a conquista de Ceuta em 1415. Já o final do Império, consoante o critério utilizado, pode ser considerado o ano de 1975 - independência da maior parte dos territórios -, o ano 1999 - fim da administração portuguesa de Macau, o último território ultramarino ainda administrado *de facto* por Portugal - ou o ano de 2002 - data da independência de Timor-Leste, último território ultramarino considerado *de jure* (pela lei) sob soberania portuguesa.

O expansionismo Português

O expansionismo português foi movido inicialmente pelo espírito militar e evangelizador, de continuação da reconquista no Norte de África e, depois, pelo interesse comercial, primeiro nas prósperas capitanias das ilhas da Madeira e dos Açores, seguindo-se a busca de um caminho marítimo para a Ásia, alternativo ao

Mediterrâneo dominado pelas repúblicas marítimas italianas, pelos otomanos, pelos mouros e por piratas, no lucrativo comércio de especiarias.

Os portugueses começaram por explorar sistematicamente a costa de África a partir de 1419, com o incentivo do Infante D. Henrique e navegadores experientes servidos pelos mais avançados desenvolvimentos náuticos e cartográficos da época, aperfeiçoando a caravela.

Em 1471 chegaram ao Golfo da Guiné, onde em 1482 foi estabelecida a feitoria de São Jorge da Mina para apoiar um florescente comércio de ouro de aluvião. Partindo da Mina Diogo Cão estabelece o primeiro contacto com o Reino do Congo. Após sucessivas viagens exploratórias para sul, em 1488 Bartolomeu Dias dobrou o Cabo da Boa Esperança, entrando pela primeira vez no Oceano Índico a partir do Atlântico.

A chegada de Cristóvão Colombo à América em 1492 precipitou uma negociação entre D. João II e os Reis Católicos de Castela e Aragão. Como resultado foi assinado em 1494 o Tratado de Tordesilhas, dividindo o Mundo em duas áreas de exploração demarcadas por um meridiano situado entre as ilhas de Cabo Verde e as recém descobertas Caraíbas: cabiam a Portugal as terras "descobertas e por descobrir" situadas a leste deste meridiano, e à Espanha as terras que ficassem a oeste dessa linha.

Pouco depois, em 1498, Vasco da Gama chegou à Índia, inaugurando a Rota do cabo. Em 1500, na segunda viagem para a Índia, Pedro Álvares Cabral desviou-se da rota na costa Africana e aportou no Brasil. Em Lisboa foi então estabelecida a Casa da Índia para administrar todos os aspectos do monopólio régio do comércio e da navegação além-mar. Malaca foi conquistada em 1511 e os portugueses continuaram a exploração e conquistas de portos nas costas e ilhas da Ásia Oriental, alcançando as ambicionadas "ilhas das especiarias" (as ilhas Molucas) em 1512, e a China um ano depois, estabelecendo-se na ilha de Sanchoão. Em 1529 o Tratado de Saragoça demarcou as explorações portuguesas e espanholas no oriente: as Molucas são atribuídas a Portugal e as Filipinas a Espanha.

Durante a expansão, de 1415 até 1534, data em que foi ordenada a colonização do interior nas capitanias do Brasil por D. João III, o império português foi uma talassocracia[1], abrangendo os oceanos Atlântico e Índico, defendida por uma cadeia de fortificações costeiras protegendo uma rede de Feitorias, reforçada por um sistema de licenças de navegação, os cartazes, com o apoio de numerosas relações diplomáticas e alianças, incluindo com o Reino do Sião, Safávidas da Pérsia, Reino de Bisnaga e Etiópia, era completado pela acção das missões religiosas em terra ao abrigo do Padroado, um acordo da coroa portuguesa com a Santa Sé.

Em 1543 comerciantes portugueses aportam no Japão estabelecendo-se inicialmente em Hirado. Em 1557 as autoridades chinesas autorizaram os portugueses a estabelecerem-se em Macau, que depressa se tornou a base de um próspero comércio triangular entre a China, o Japão e a Europa via Malaca e Goa.

Apesar dos formidáveis ganhos no Oriente, o interesse pelo Marrocos manteve-se. Em 1578 o rei D. Sebastião procurou conquistar os territórios interiores, o que terminou na derrota em Alcácer-Quibir, seguindo-se uma

---

[1] O termo talassocracia (do grego Θάλασσα, thálassa, "mar" e κρατία, kratía, primeiramente "força", "poder", depois ganhando o significado de "governo", resultando no latim "cratĭa" e, por conseguinte, no português "cracia") refere-se a um estado cujo reino, governo ou poder se centraliza no seu poder marítimo - como, por exemplo, o império marítimo dos minóicos e depois dos fenícios, com uma vasta rede de cidades mercantis; ou, ainda, anos depois, de Atenas do século V a.C. É importante ressalvar que as talassocracias tradicionais raramente obtêm domínio sobre as partes do interior do território onde se localizam (cf. Tiro, Sídon ou Cartago).

O termo também pode referir-se simplesmente à supremacia naval de um estado - seja no sentido militar ou comercial da palavra. A palavra "talassocracia", derivada dos termos gregos para "mar" e "governo", primeiro teve lugar entre os gregos da antiguidade para descrever o governo da civilização minóica, cujo poder dependia de sua marinha. Heródoto relatara a necessidade de contrabalançar a talassocracia fenícia por meio do desenvolvimento do "império marítimo" grego. Nisto está incluso o problema das sociedades pré-helénicas.

crise sucessória que resultou na união com a coroa espanhola em 1580. Durante a Dinastia Filipina o império português sofreu grandes reveses ao ser envolvido nos conflitos de Espanha com a Holanda, a França e a Inglaterra, que tentavam estabelecer os seus próprios impérios.

Entre 1595 e 1663 foi travada a Guerra Luso-Holandesa com as Companhias Holandesas das Índias Orientais (VOC) e Ocidentais (WIC), que tentavam tomar as redes de comércio portuguesas de especiarias asiáticas, escravos da África ocidental e açúcar do Brasil. Após a perda de numerosos territórios, Portugal restaurou a independência em 1640. Em 1654 conseguiu recuperar o Brasil e Angola, embora tendo perdido para sempre a proeminência na Ásia. O Brasil ganhou assim importância no império, reforçada pela descoberta de grandes quantidades de ouro no fim do século XVII. Com a chegada da Corte portuguesa em 1808, protegendo-se dos exércitos de Napoleão I, passou a ser considerado um associado ao Reino, com a designação de Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves.

Com o reconhecimento da declaração de independência do Brasil em 1825, Portugal acentuou a expansão territorial no interior da África, e a partir de 1870 teria que enfrentar as potências europeias para conservar o resto do seu fragmentado Império.

As Rotas Comerciais pelo continente Africano

A tomada de Ceuta em 1415 e a descoberta das ilhas da Madeira em 1418 e dos Açores em 1427, territórios de colonização e exploração agro-pecuária, marcam o início da expansão territorial marítima portuguesa. Movidas de início pela busca de privilégios de fidalguia conquistados em batalha e, depois, pela iniciativa privada que buscava riqueza fora do território - conseguindo-a nas prósperas capitanias dos arquipélagos da Madeira e dos Açores - as viagens prosseguiram pela costa africana, cada vez mais para sul.

África Ocidental

As expedições passaram o cabo Bojador em 1434. À medida que os resultados se mostravam mais compensadores, foram tomadas medidas para proteger os interesses de Portugal. Impulsionado pelo Infante Dom Henrique, "o Navegador", é decretado o monopólio da navegação na costa oeste Africana em 1443. Os navios passam a ser licenciados por Portugal em troca de parte dos lucros obtidos, o que motivou o investimento em viagens de exploração por portugueses e estrangeiros, como os genoveses e venezianos. Em 1445 é criada a primeira feitoria comercial da ilha de Arguim, na costa da Mauritânia, construída sob as instruções do Infante D. Henrique:

- Visava atrair as rotas percorridas por mercadores muçulmanos no norte de África
- Tentava implantar um mercado para monopolizar a actividade comercial da zona

Em 1453 dá-se a queda de Constantinopla, tomada pelos Otomanos, um golpe para o cristianismo e para as relações comerciais estabelecidas no Mediterrâneo. Nesse contexto o Papa Nicolau V emite a bula Romanus Pontifex a favor do rei Afonso V de Portugal, declarando que as terras e mares descobertos além do Cabo Bojador são pertença dos reis de Portugal, e autorizando o comércio e as conquistas contra muçulmanos e pagãos, legitimando a política portuguesa de *mare clausum* no Atlântico e a ainda incipiente escravatura.

Em 1455 iniciara-se na Madeira uma florescente indústria de açúcar. A acessibilidade das ilhas atraiu comerciantes genoveses e flamengos interessados em contornar o monopólio Veneziano, mas o problema era a necessidade de mão-de-obra e o trabalho pesado: a solução foi trazer escravos da África. Neste comércio prosperou o florentino Bartolomeu Marchionni, que viria a investir em numerosas viagens portuguesas. A partir de 1458, Ceuta e Arguim, com as suas guarnições militares, foram pontos-chave de apoio logístico e material às navegações portuguesas e um entrave à pirataria praticada pelos mouros.

O Golfo da Guiné e o ouro da Mina

Após a morte do infante D. Henrique, e dados os magros proveitos da exploração, em 1469 o Rei Afonso V concedeu o monopólio do comércio na parte do Golfo da Guiné ao mercador Fernão Gomes contra uma renda anual de 200 000 reais. O exclusivo do comércio da então chamada "malagueta", a pimenta-da-guiné (*Aframomum melegueta*) popular substituto da pimenta preta, foi-lhe também concedido por 100 000 reais anuais. Gomes tinha que explorar 100 léguas da costa da África por ano durante cinco anos.

Com a colaboração de navegadores como João de Santarém, Pedro Escobar, Lopo Gonçalves, Fernão do Pó e Pedro de Sintra, fê-lo mesmo para além do contratado. Com o seu patrocínio, os portugueses chegaram ao Cabo de Santa Catarina, já no Hemisfério Sul, e encontraram também as ilhas do Golfo da Guiné, incluindo São Tomé e Príncipe e Elmina[2] em 1471, onde encontrou uma florescente indústria de ouro de aluvião.

Aquele trecho do litoral passou a ser designado Costa do Ouro, despertando a cobiça dos Reis Católicos, que só cessaram as pressões para se apossarem da região após a assinatura do Tratado das Alcáçovas-Toledo em 1479. O tratado reconhecia o domínio português das descobertas a Sul das Canárias, incluindo os direitos sobre a costa da Mina e o Golfo da Guiné e o prosseguimento da exploração na costa.

Pouco depois de subir ao trono, em 1482, D. João II centralizou na coroa a exploração e comércio, determinando a construção de uma feitoria para o comércio do ouro. Sob o comando de Diogo de Azambuja foi rapidamente construído o "Castelo de São Jorge da Mina" com pedra previamente talhada e numerada em Portugal, enviada como lastro nos navios, sistema de construção depois adoptado para numerosas fortificações. Ao abrigo da fortificação-feitoria desenvolveu-se a povoação de São Jorge da Mina que recebeu Carta de Foral em 1486. Ali passaram a ser trocados trigo, tecidos, cavalos e conchas ("zimbo"), por ouro (até 400 kg/ano) e escravos, estes com intensidade crescente a partir do século XVI.

O reino do Congo e a fundação de Angola

Desde a assinatura do Tratado das Alcáçovas que as costas da Guiné eram cuidadosamente patrulhadas, sendo vedadas a castelhanos e outros europeus. Entre 1482 e 1486, Diogo Cão, que fora investido por D. João II nestas patrulhas, partiu de S. Jorge da Mina para explorar o estuário do Rio Congo e terá subido 150 km a montante até às cataratas de Ielala. Aí ergueu o primeiro padrão de pedra, substituindo as habituais cruzes de madeira, e enviou uma embaixada portuguesa ao Reino do Congo, iniciando os primeiros contactos europeus. É a partir daqui que se inicia conquista da região que se tornará Angola. O primeiro passo foi o estabelecer de uma aliança com o influente "Manicongo" (do Kikongo "mwene kongo"), que dominava toda a região: Diogo Cão levou alguns nobres de visita a Portugal e ao retornar em 1485 faz um acordo com o rei Nzinga a Nkuwu, que em 1491 se converteu ao cristianismo e foi baptizado, bem como vários nobres, assumindo o nome "D. João I" em honra do rei português. Os primeiros sacerdotes católicos e soldados descrevem a capital M'Banza Kongo como uma grande cidade. O rei Nzinga a Nkuwu (João I do Congo) governou até cerca de 1506 e foi sucedido pelo filho Afonso I Mvemba um Nzinga, que estabeleceu o cristianismo como religião oficial do reino. A sul deste reino existiam dois outros, o de Ndongo e o de Matamba, os quais acabariam por fundir-se, para dar origem ao reino de Angola (c. 1559).

Explorando as rivalidades e conflitos entre estes reinos, na segunda metade do século XVI os portugueses instalam-se na região de Angola. O primeiro governador de Angola, Paulo Dias de Novais, procurou delimitar o vasto território e explorar os seus recursos naturais, em particular os escravos. A penetração para o interior era limitada. Em 1576 fundam São Paulo da Assunção de Luanda, a actual cidade de Luanda. Angola tornar-se-á mais tarde o principal mercado abastecedor de escravos para as plantações da cana-de-açúcar do Brasil.

[2] A cidade de Elmina localiza-se no Gana, no golfo da Guiné, na costa ocidental da África.

África Austral e Oriental

Com a passagem do cabo da Boa Esperança por Bartolomeu Dias em 1488, ao proselitismo da Reconquista adicionam-se a curiosidade científica e o mercantilismo. Vasco da Gama usou as cartas marítimas até então traçadas para estabelecer uma rota marítima para a Índia. Após esta descoberta o século XVI tornar-se-ia o "*século de ouro*" para Portugal e o seu apogeu como nova potência europeia. A partir de então as explorações perderam o carácter privado, passando a efectuar-se sob iniciativa da Coroa, com D. Manuel I a determinar que todos os anos, entre Fevereiro e Março, saísse uma armada para a Índia.

Na sua segunda viagem em 1502, Vasco da Gama tornou tributário de Portugal o porto árabe da ilha de Quíloa (actual Kilwa Kisiwani), na Tanzânia, e fez também o reconhecimento de Sofala em Moçambique. Foi então estabelecido o Forte de São Caetano de Sofala, mediante um acordo com um chefe local e progressivamente reforçado.

Em 1507 os portugueses ocuparam a ilha de Moçambique, porto estratégico de apoio à carreira da Índia que ligava Lisboa a Goa. Como escala de navegação era o ponto de encontro das embarcações desgarradas na viagem de ida e das que aguardavam a monção. Aí foi construída mais tarde uma poderosa fortificação, a Fortaleza de São Sebastião (1558) e um hospital. Nos Açores, a Armada das ilhas protegia as naus carregadas a caminho de Lisboa dos ataques de piratas e corsários europeus.

Confrontos com os holandeses em África (1597-1663)

O império português sofreu grandes reveses ao ser envolvido nos conflitos que a Espanha travava com a Inglaterra, a França e a Holanda, que tentavam estabelecer os seus próprios impérios. Portugal seria arrastado, sem verbas e sem capacidade para enviar exércitos para as regiões atacadas por forças bem preparadas. Os holandeses, envolvidos na Guerra dos Oitenta Anos com Espanha desde 1568, atacavam por mar colónias e navios. O império português, constituído sobretudo de assentamentos costeiros, vulneráveis a ser tomados um a um, tornou-se um alvo fácil.

A Guerra Luso-Holandesa começou com um ataque a São Tomé e Príncipe em 1597. Foi travada pelas Companhias Holandesas das Índias Orientais e Ocidentais, com o objectivo de tomar as redes de comércio portuguesas de especiarias asiáticas, escravos da África ocidental e açúcar do Brasil. Após vários confrontos no oriente e no Brasil, começaram os ataques nos postos comerciais da costa oeste africana, visando assegurar escravos para a produção de açúcar em territórios conquistados no Brasil. Em 1638 os holandeses tomaram o Forte de São Jorge da Mina, seguindo-se Axim (1642) no golfo da Guiné, e Luanda em 1641.

Em 6 de Abril de 1652, o mercador holandês Jan van Riebeeck estabelece perto do Cabo da Boa Esperança um posto de reabastecimento que se tornaria na Cidade do Cabo, permitindo aos holandeses dominar a rota do cabo, de comércio para o oriente. Portugal perderia para sempre a proeminência na Ásia, mas, em 1654, a frota portuguesa conseguiu recuperar o Brasil e Luanda. Os Holandeses, temendo perder os territórios já conquistados, acabariam por selar definitivamente a paz do Tratado de Haia em 1663.

Em 1622, uma força anglo-persa tomou o forte de Ormuz, cuja guarnição foi enviada para Mascate (Omã). Com a vitória omani sobre Mascate em 1650, prosseguiu o combate aos portugueses na costa oriental africana, vencendo-os em Zanzibar e Pemba até que, após um cerco de dois anos, é tomado o Forte Jesus de Mombaça em 1698 (Quénia), forçando a recuar para o sul até Moçambique.

Na tentativa de consolidar as posições na África Oriental, determinou-se que as terras pertenciam à coroa e eram arrendadas pelos chamados *prazos* (Wikipédia - A enciclopédia livre, 2010),[3] por 3 gerações transmitidos

[3] Os Prazos da Coroa foram uma das formas que tomou a colonização portuguesa de Moçambique. Por volta de 1600, Portugal começou a enviar para Moçambique colonos, muitos de origem indiana, que queriam fixar-se naquele território. Esses colonos, muitas vezes casavam com as filhas de chefes locais e estabeleciam linhagens que, entre o comércio e a

por via feminina. Contudo através de casamentos mistos estas propriedades tornaram-se verdadeiros "estados" afro-portugueses ou afro-indianos, defendidos por grandes exércitos de escravos. (Wikipédia - A enciclopédia livre, 2011)

S. Tomé e Príncipe nos séculos XV e XVIII

Cronologia *(Alegre, 2004)*

1485 - Povoamento e ciclo da cana-de-açúcar: A 4 de Setembro de 1485, S. Tomé é doada a João de Paiva. Inicia-se o povoamento com gentes vindas do continente africano. Inicia-se também o ciclo económico da cana-de-açúcar.

1493 - Meninos judeus: S. Tomé e Príncipe passa a degredo de 2000 crianças judias que chegaram a S. Tomé, sob o comando de Álvaro de Caminha, para se converterem ao cristianismo. Só 600 sobreviveram, até 1499. Em 1493, a cidade que ficava no local onde é hoje Água Ambó (os portugueses aí aportaram pela primeira vez) foi transferida para a Baía de Ana Chaves.

1500 - Doação do Príncipe: A Ilha do Príncipe foi doada a António Carneiro que começou o povoamento com gente vinda do sul do continente. Marius Franciscus Val-khoff diz que o primeiro ou a maior parte do agrupamento a chegar à Ilha pertencia ao grupo linguístico ronga.

1503 - A Ilha de Ano Bom separa-se da família de S. Tomé e Príncipe: A Ilha de Ano Bom é vendida a Baltazar Lopes, natural de S. Tomé.

1504 - Primeiras freguesias: O Clero organiza S. Tomé em freguesias, sendo as primeiras: Nossa Senhora da Graça, Senhora da Conceição, Santíssima Trindade, Á-guas de Lupe (Guadalupe), Nossa Senhora das Neves e Santo Amaro.

1510-1512 - Ataque de escravos: Segundo o Padre António Ambrósio, houve neste espaço de tempo ataque de escravos a engenhos de açúcar, gado e plantações.

1514 - Primeiro Colégio de Artes e Ofícios: Instala-se em S. Tomé um Colégio de Artes e Ofícios. Os naturais do Congo frequentaram-no, a pedido do seu rei.

1517 - Os Lobatos: Passados 32 anos da chegada das gentes para o povoamento, sob o comando de João de Paiva e 24 anos após a chegada das crianças judias, rebenta a primeira revolta (20 de Janeiro) do povo autóctone das ilhas, os Lobatos, que representavam uma família de mestiços, chefiada por Yon Gato (descem à cidade, *poçon,* e destroem-na, exigindo a liberdade).

1522 - Carta de Foral: Foi conferida, segundo Fernando Ferreira da Costa *(Revolta dos Lobatos),* pelo Governador Gregório José Ribeiro. Houve uma subdivisão: um grupo continuou livre, sob o domínio do Governador Gregório (forros de Sum Gregório ou Gregorianos), o outro resolveu ser independente, refugiando-se nas florestas, perto de Angolares. Talvez surja daqui a consciência *áefôlô gikiti* (forro genuíno) e *moladô* (forro assimilado). Em *Relatório de Melhoramentos de 1920,* de A. Pires Avelanoso, diz-se que António Carneiro terá cedido aos moradores do Príncipe uma Carta de Foral idêntica à do Governador Gregório José Ribeiro.

1535 - Elevação a cidade de S. Tomé: A 22 de Abril, por apreciação do rei D. João JJI, e mediante Carta Régia.

---

agricultura, podiam tornar-se poderosas. Em meados do século XVII, o governo português decide que as terras ocupadas por portugueses em Moçambique pertenciam à coroa e estes passavam a ter o dever de arrendá-las a prazos que eram definidos por 3 gerações e transmitidos por via feminina. Esta tentativa de assegurar a soberania na colónia recente, não teve muito êxito.

1555 - João Menino: A R. Machado, citado por Luiz Ferraz, diz que em documento de um piloto anónimo do século XVI, lê-se: *Das cinco vezes que lá estive com os meus barcos, falei com um Negro chamado João Menino, homem muito velho que dizia ter sido trazido do Continente, e este Negro era muito rico, tinha muitos netos e bisnetos.* (Crê-se que se tenham entendido em qualquer forma de *pidjin,* na altura).

1565 - Franceses e holandeses: Começa o ataque de navios estrangeiros à ilha.

1574 - Os Angolares: Primeira revolta dos Angolares, a que outras se seguiram. Em 1595, Amador Vieira e dois colaboradores directos (Lázaro Coelho e Domingos Preto Afonso) ocupam a cidade de S.Tomé (9-12 de Julho). No ano seguinte, diz-se, Amador é traído pelo seu próprio povo.

1641 - Os holandeses: Conquistam a Ilha de S. Tomé e arrasam engenhos de açúcar e igrejas. Cerca de 100 anos mais tarde, as ilhas foram recuperadas pelo português Salvador Correia de Sá. Um dos vestígios da presença dos holandeses, até aos nossos dias, é a Roça Bombaim, no centro da Ilha, e um pequeno edifício perto dos Serviços de Migração e Fronteira, que vai resistindo ao desinteresse pela conservação de vestígios históricos.

1666 - Manuel do Rosário Pinto: Padre, deão e historiador, nasce na Trindade, muito perto da Igreja Paroquial e do Palácio Presidencial do Morro. Foi o primeiro santomense a registar acontecimentos da História de S. Tomé e Príncipe, mais de carácter eclesiástico, porém contribuição para a história civil, dado a influência do Clero na sociedade de então. O que se sabe sobre Amador e os Angolares, a ele se deve.

1720 - Piratas: Segundo a britânica, Evelyn S. Tidaman, os piratas ingleses Howel Davis e Bartholomew Roberts assaltaram e saquearam a Ilha do Príncipe, entre Novembro e Dezembro.

1754 - Cidade capital: Por alvará de 15 de Novembro de 1753, a capital, S. Tomé, é transferida para Santo António do Príncipe e lá permaneceu durante cem anos.

1800 - Café, cacau e fruta-pão: Introduz-se a cultura do café seguida do cacau *(ciclo do cacau),* oficialmente desenvolvida por João Maria de Sousa e Almeida, 1° Barão de Água-Izé (e filho, Jacinto Carneiro e Sousa, I° Visconde de Malanza e 3° Barão de Água Izé), nascido na Ilha do Príncipe, a 12 de Março de 1816, perto de Simaló. Segundo Amândio César (1965), a fruta-pão foi também introduzida por ele. A sua vida foi registada pelo Dr. Manuel Ferreira Ribeiro, médico da família e padrinho do filho. Este Barão está ligado a Sum Canalim, artista plástico santomense.

A descoberta da costa africana: da Serra Leoa ao Cabo da Boa Esperança (Alegre, 2004)

Depois da morte do Infante D. Henrique, o rei D. Afonso V entregou a exploração da costa africana a um rico burguês, **Fernão Gomes**. Este comprometia-se a descobrir, por ano, cerca de cem léguas de costa em troca do direito de comercializar naquela zona. D. Afonso V, por influência da nobreza, preferiu combater os Mouros no Norte de África.

Mas D. João II, seu filho, apercebendo-se das grandes riquezas da costa africana (ouro, escravos, marfim) deu grande impulso às descobertas marítimas, passando a dirigi-las.

O grande objectivo era descobrir a passagem para o Oceano Índico para alcançar a Índia - local de origem das especiarias. Foi Bartolomeu Dias, em 1488, quem dobrou pela primeira vez o Cabo das Tormentas, depois chamado da Boa Esperança.

Ano	Terra descoberta	Descobridor
1471	Mina	marinheiros ao serviço de Fernão Gomes
1471-72	S. Tomé e Príncipe	João de Santarém, Pedro Escobar, Fernão Pó
1474	Cabo de Santa Catarina	marinheiros ao serviço de Fernão Gomes

1482	Foz terra do rio Zaire	Diogo Cão
1485-86	Serra Parda	Diogo Cão
1488	Cabo da Boa Esperança	Bartolomeu Dias

Em 1470, dois cavaleiros do rei Afonso V (Pêro Escobar e João de Santarém) foram autorizados a prosseguir a exploração da costa ocidental da África. De acordo com os relatos históricos terão chegado à costa do norte da São Tomé a 21 de Dezembro do mesmo ano e à ilha de Príncipe a 17 de Janeiro de 1471.

O Descobrimento (Neves & Ceita, 2004)

"Não é conhecida a data exacta do descobrimento das ilhas do golfo da Guiné, facto que tem suscitado alguma problemática entre os historiadores. Ao que parece, tudo começou com Lopes de Lima, um estudioso da expansão portuguesa, que nos meados do século XIX ao escrever sobre o assunto, terá levantado a hipótese das ilhas terem sido descobertas por **João de Santarém** e **Pêro Escobar**, em finais do ano de 1470 e princípios de 1471. A partir de então passou a assumir-se tais datas como as do descobrimento oficial. Estudos posteriores terão começado a questionar tal hipótese.

Crê-se, porém, ser ponto indiscutível, que na base do descobrimento da região do golfo da Guiné está **Fernão Gomes**, rico mercador de Lisboa, que em Novembro de 1469 conseguiu da coroa o arrendamento por cinco anos, posteriormente acrescidos de mais um, o direito de exclusividade do negócio da Guiné, com a condição de descobrir em cada ano cem léguas da costa. No cumprimento das suas obrigações contratuais, Fernão Gomes terá enviado na sua primeira viagem de exploração João de Santarém e Pêro Escobar, tendo como pilotos Martim Fernandes e Álvaro Esteves, que segundo Duarte Pacheco e João de Barros, já em Janeiro de 1471 terão descoberto a região de Sama, produtora de ouro, perto do Cabo das Três Pontas.

Fontoura da Costa, que fundamenta os seus estudos na carta de Modena, acredita nestas datas como possíveis, no entanto Damião Peres contrapõe afirmando não ser rigorosa a datação da citada carta e de não ser plausível admitir-se que o descobrimento da região da mina de ouro de Sama até à foz do Níger, com cerca de mil quilómetros de costa, se tenha realizado durante quase todo o ano de 1471, não admitindo que Santarém e Escobar tenham ultrapassado o rio do Lago, e presume que tal progressão ao longo da costa africana, bem como os descobrimentos das ilhas de S. Tomé e Príncipe se tenham verificado noutra viagem realizada em data posterior.

Viriato Campos acredita que o descobrimento destas ilhas se tenha dado em 1478 e 1479, fundamentando-se para tal no tratado de Alcáçovas, assinado em 1479, entre as coroas de Portugal e de Castela e Aragão. Este estipula como pertença do rei de Portugal umas ilhas então achadas. Para Viriato Campos essas ilhas serão São Tomé e Príncipe, com exclusão de Ano Bom, tendo sido descobertas respectivamente em 1478 e 1479.

Sem se afastar demasiado das teses anteriormente referidas, o historiador Armando Cortesão, que se baseia na afirmação de Duarte Pacheco, segundo a qual a Mina fora descoberta em Janeiro de 1471 e mais adiante refere ter-se também descoberto as ilhas de S. Tomé, Ano Bom e Príncipe a mando de D. Afonso, embora sem mencionar qualquer outra data nem assegurar terem sido Santarém e Escobar os seus autores, é de opinião que se deve aceitar que tal facto tenha ocorrido antes da morte de D. Afonso V em 28 de Agosto de 1481. Sugere que S. Tomé e Príncipe tenham sido descobertas ou redescobertas por Santarém e Escobar entre 1470 e 1480, mas mais próximo de 1470.

Apesar de divergentes, as variadas teses têm em comum situar o descobrimento de S. Tomé e Príncipe na década de setenta.

É facto consensual que as ilhas de S. Tomé e Príncipe terão sido descobertas, respectivamente a 21 de Dezembro e 17 de Janeiro, dias dedicados aos santos Tomé e Antão, este último o primitivo nome da ilha do

Príncipe, posteriormente mudado em homenagem ao príncipe D. João".

In História de S. Tomé e Príncipe – Breve Síntese; S. Tomé, 2004

Os traços fundamentais (Neves & Ceita, 2004)

"O processo de formação e evolução da sociedade de S. Tomé e Príncipe deve articular-se de acordo com as duas principais actividades que durante os primeiros séculos animaram a vida económica das referidas ilhas.

- ✓ A primeira, que corresponde do séc. XVI à primeira metade do séc. XVII. Esta diz respeito à constituição da sociedade e cristalização das suas características essenciais. **Define-se por ser o período da grande produção açucareira bem como do início do tráfico negreiro com destino ao Brasil e às colónias espanholas da América do Sul**. É a fase de estruturação de uma sociedade de tipo esclavagista.

- ✓ A **segunda abarca a segunda metade do século XVII e todo o séc. XVIII e caracteriza-se**, nas suas linhas mestras, **pelo intenso tráfico de escravos**, com a participação não só dos negreiros europeus, mas também dos moradores africanos de S. Tomé, e do Príncipe. Esta é uma época de formação de grupos de autóctones, que praticavam a agricultura e o comércio de escravos, já se havendo construído traços culturais comuns, o que tornava mais complexos os conflitos raciais e fazia surgir os primeiros sintomas de ideais autonomistas, que se viriam a manifestar de forma mais explícita nos séculos XIX e XX.

O processo de colonização das ilhas não povoadas do golfo da Guiné contemplou, de forma paralela, a constituição de um primeiro núcleo populacional e o lançamento das bases de uma economia de rendimento, capaz de servir os interesses mercantis dos agentes colonizadores da coroa portuguesa, bem como assegurar a auto-suficiência económica das ilhas.

Esse objectivo condicionou a estruturação de duas formas de exploração económica, sendo uma baseada na utilização intensiva de escravos e produção agrícola e a outra no seu aproveitamento como mercadoria do tráfico transatlântico. Temos, assim:

- ➔ 1º - Uma economia visando a produção açucareira e a auto-suficiência alimentar da população, que conduziu à introdução e utilização de numerosas plantas alimentares. A plantação da cana começa a ser feita talvez já nos últimos anos do séc. XV e com ela fazia-se o açúcar e também algum melaço. Entre as culturas com significado comercial no abastecimento dos navios e na alimentação da população contavam-se: a cana sacarina, o arroz, o milho, a mandioca, o inhame, a banana, a palmeira e os citrinos.
- ➔ 2º – Uma economia assente no tráfico de escravos, de grande rendimento, que se fazia entre a rica região da Mina e o Gabão e posteriormente, a partir de Angola e dos principais postos do Golfo da Guiné, através de S. Tomé e do Príncipe, sempre com destino ao continente americano." (Neves & Ceita, 2004)

A controvérsia do povoamento

A ocupação não foi imediata, só em 1493 se começaram a fixar os primeiros colonos, tendo-se dedicado ao cultivo da cana do açúcar importada da Madeira. No século XVI desenvolvem-se grandes plantações de açúcar, para as quais são trazidos dezenas de milhares de escravos do continente africano. As ilhas de S. Tomé e Príncipe chegam a contar com cerca de 60 engenhos de açúcar. O século XVI é marcado por várias revoltas de escravos, que se tornaram verdadeiros símbolos de liberdade.

Estas ilhas assumem uma enorme importância estratégica para os portugueses, como ponto de escala nas rotas de navegação, mas também enquanto entreposto para o próspero comércio de escravos do Congo e Angola. De acordo com os Portugueses, à sua chegada a estas ilhas estas seriam desabitadas, no entanto uma outra tese existe que defende a existência de alguns indígenas que habitariam o Sul da ilha da São Tomé. Os Portugueses,

chegados por norte não teriam tido contacto imediato com estes e por isso afirmarem que seriam ilhas desabitadas. A partir da sua chegada, os portugueses estabeleceram um "armazém" para o comércio marítimo, lançaram-se no tráfego de escravos, propagaram o cristianismo e estabeleceram uma economia de plantação tropical baseada na mão-de-obra escrava para a produção de açúcar. Igualmente os colonos portugueses e nativos africanos contribuíram para o desenvolvimento de uma sociedade, cultura e a língua distintas, que não são nem africanas, nem europeia, os crioulos são-tomenses.

A Diocese de S. Tomé no contexto do seu povoamento

Vimos então que a ilha de São Tomé foi descoberta por João de Santarém e Pero de Escobar no dia do Apóstolo São Tomé (21 de Dezembro no calendário litúrgico antigo) em 1470. Não tinham passado poucos dias depois do dia 1 de Janeiro de 1471 que os mesmos descobridores encontravam a ilha mais pequena. A esta deram o nome de Ano Bom. No dia 17 de Janeiro do mesmo ano deram com Santo Antão ou Santo António Abade, hoje denominada de Ilha do Príncipe por pertencer ao príncipe Dom João, que veio a ser o rei Dom João II. Segundo a versão histórica mais aceite, todas as ilhas seriam desabitadas, portanto, o povoamento e colonização não foram imediatos tendo o mesmo iniciado com algumas dificuldades no reinado de D. João II.

> ***D. João II - 13º Monarca de Portugal. Nasceu em Lisboa, a 4 de Maio de 1455, e morreu em Alvor, a 25 de Outubro de 1495. Era filho do rei D. Afonso V e de D. Isabel. Subiu ao trono, a 29 de Agosto de 1481, já com alguma experiência de governação. Quando D. Afonso V foi na campanha de Marrocos ficou como regente, apesar de ainda bastante novo. Sete anos mais tarde, esteve com o pai na conquista de Arzila. Desde 1474 que dirigia a política atlântica. Era um grande defensor desta exploração. D. João II vai patrocinar as viagens de Diogo Cão, que atinge a Serra Parda, descobre a Foz do Rio Congo e explora a costa da Namíbia, em 1484, a viagem de Bartolomeu Dias, que atinge o sul do continente Africano e cruza o Cabo da Boa Esperança, em 1488, Álvaro de Caminha, que começa o colonização das ilhas de S. Tomé e Príncipe, em 1493, e a viagem de Pêro da Covilhã e Afonso Paiva, pelo Mediterrâneo, ao Egipto e à Etiópia, com a intenção de "abrir as portas" da Índia a Cristóvão Colombo e dando a certeza ao monarca que era possível atingir esta terra por mar. A 7 de Junho de 1494 dá-se a assinatura do Tratado de Tordesilhas. (…)***

A ilha principal, a de S. Tomé, foi finalmente constituída em capitania[4] e doada a João de Paiva[5], fidalgo da Casa do Rei, por carta de 24 de Setembro de 1485. A doação veio a ser transferida mais tarde para Álvaro de Caminha que em 1493 iniciou vários povoamentos.

[4] Distritos em que foram divididas algumas das antigas colónias ultramarinas portuguesas.

[5] João de Paiva foi um português do século XV, a quem, em 1486, D. João II doou metade da ilha de São Tomé, com o objectivo de povoar e colonizar. Foi o seu primeiro capitão donatário. Nesse mesmo ano desembarcaram na enseada de Ana Ambó, os primeiros colonizadores, idos de Portugal que aí fundaram uma pequena povoação. João de Paiva morreu em São Tomé.

Álvaro de Caminha foi donatário[6] da Ilha de São Tomé, nomeado por D. João II em 1493, que se ocupou da sua colonização de um modo mais efectivo que os seus antecessores, já que para o efeito lhe foram entregues os filhos recém-baptizados dos judeus e alguns degredados, bem como privilégio especial de comprar escravos no continente para povoar a ilha, outros privilégios seriam dados como o direito dos moradores de comerciarem livremente na costa do Manicongo e na ilha de Fernão do Pó. Instalou o seu centro populacional na baía de Ana de Chaves, por lhe parecer mais adequada que o anterior local. Durante o seu governo efectua introdução da plantação da cana-de-açúcar na ilha, com resultados bastante positivos. O seu testamento é um documento importante para o estudo da colonização da ilha de S. Tomé.

Água-Ambó foi a primeira povoação estabelecida pelos colonos junto à Ponta Figo. Daí se transportaram para o lugar onde hoje assenta a cidade de São Tomé. Em 1500 a capitania da ilha passou para Fernando de Melo, sendo a jurisdição civil e criminal ligada à capitania-mor. Este incentiva a criação de estruturas eclesiásticas. Quatro anos depois já havia sido erigida a primeira freguesia em território santomense com o título de Nª Sª da Graça. O culto foi entregue aos missionários Eremitas de Santo Agostinho ou Cónegos de Santo Elói. As ilhas ficavam desde então sob a jurisdição do vigário de Tomar *nullius dioecesis*. Com a criação da diocese do Funchal, João III concede aos habitantes das ilhas várias isenções e privilégios desde 12 de Junho de 1514. Nessa altura o bispado funchalense incorporava todas as ilhas e terras dos descobrimentos, sendo por algum tempo a mais extensa do mundo. A 19 de Maio de 1524, Dom João III concede foral aos habitantes de São Tomé.

O Povoamento por Álvaro de Caminha

Caminha foi o terceiro capitão de São Tomé (depois de João de Paiva e de João Pereira), mas o primeiro de que se tem a certeza de lá ter residido em permanência e de ter levado a cabo um esforço efectivo de povoamento. A sua escolha insere-se numa acção deliberada da coroa de incentivo à colonização da ilha, para o que promoveu o envio de povoadores e investiu importantes capitais régios na expedição comandada pelo novo donatário. Os objectivos eram essencialmente os de desenvolver a produção de açúcar e de criar uma sólida base de abastecimento e de apoio ao comércio da Mina que fosse também um posto avançado para servir de escala aos navios que se dirigissem para o Sul da África e para a Índia ou que daí regressassem, questão de primeira prioridade na data em que a decisão foi tomada.

Com o objectivo de promover a indústria sacarina, acompanharam Caminha trabalhadores especializados (carpinteiros, ferreiros e pelo menos um "mestre de açúcares" madeirense) e foram enviados também animais de carga, bem como as caldeiras e outros utensílios de cobre essenciais para os primeiros engenhos.

Para cumprir a missão de povoamento, que se mostrara mais que insuficiente quando deixada apenas à iniciativa dos capitães, o monarca fez seguir com Álvaro de Caminha alguns degredados a quem eram comutadas, pelo desterro, as penas a que tinham sido condenados. Além disso, foi também embarcado um número indeterminado de crianças (Valentim Fernandes fala em 2000) retiradas a casais judeus que tinham entrado, havia pouco, em Portugal, depois de expulsos de Castela.

Como forma de estimular a ida de voluntários e uma vez que "***por a ilha ser tão alongada destes nossos reinos, a gente não quer lá ir viver senão com grandes liberdades e franquezas***", as cartas régias de 21 de Novembro e

[6] Donatário era título que na organização colonial portuguesa é dado à pessoa a quem era concedida a donataria de um determinado território, numa concepção tardo-feudal que implicava que o poder do rei era delegado nessa pessoa, que, a troco do pagamento de determinadas imposições, recebia o encargo de administrar esse território, procurando a sua colonização e o aproveitamento dos seus recursos. Em muitos casos as donatarias eram hereditárias, seguindo a sua transmissão, embora com algumas excepções, a lei sálica. Dada a penosidade da vida nos territórios doados, era comum a sua divisão em capitanias, em cada uma das quais o donatário se fazia representar por um capitão do donatário, cargo a maior parte das vezes, particularmente quando as donatarias eram incorporadas na coroa, também hereditário.

11 de Dezembro de 1493 concediam aos habitantes largos privilégios, de que o mais importante era o direito de comercializarem livremente quaisquer mercadorias, com excepção de ouro, na costa fronteira, desde o rio Real ao reino do Congo.

A acção de Álvaro de Caminha como capitão traduziu-se, do ponto de vista económico, no incremento do comércio de escravos com a costa de África e no arroteamento de terrenos no Norte e no Nordeste da ilha. No entanto, embora tenham sido desbravadas algumas roças e promovido aí o cultivo da cana, não chegaram, durante o seu governo, a ser montados engenhos, porque outras obras foram consideradas prioritárias e porque morreram muitos dos técnicos imprescindíveis antes que a produção de cana atingisse a quantidade e a qualidade necessárias.

Uma das grandes preocupações de Caminha foi a da instalação da povoação que virá a ser a cidade de São Tomé. Embora a generalidade das habitações fosse de madeira e palma, quis constituir um núcleo edificado de pedra e cal, com uma torre, bem fortificada, para residência dos capitães, um mosteiro, nunca ocupado, destinado aos frades de S. Francisco e uma igreja em honra de Nossa Senhora.

Doente de febres (malária, provavelmente) desde o princípio 1499, o capitão viu o seu estado agravar-se no mês de Abril e preparou-se para a morte ditando a Rui Dias, "público notário apostólico", um extenso testamento, que constitui hoje um documento fundamental para a primeira fase de colonização da ilha. Morreu a 28 de Abril 1499, sendo enterrado na igreja de Nossa Senhora da Conceição. Não tendo, à data da sua morte, herdeiros directos, um primo, residente na ilha, Pedro Álvares de Caminha, perfilhou-se para lhe suceder, recolhendo, para isso, o apoio da maioria dos moradores. O rei preferiu, no entanto, entregar o cargo o Fernão de Melo, fidalgo da Casa Real, designado capitão em 11 de Dezembro de 1499.

Depois de Álvaro de Caminha

Fernão de Mello permaneceu na administração de 1499 à 1514, tornando-se um dos maiores fazendeiros. No ano de 1514, o corregedor Álvaro Frade visitou a ilha, portando a carta de ofício que lhes garantia o "***poder e jurisdiçam e allçada que temos dada per nosas doações a vos dito fernam de mello***". Em fins de 1516 o corregedor Bernardo Segura chegou à ilha com os mesmos poderes de Álvaro Frade e escreveu à Coroa contando como andava a administração de São Tomé confessando ter achado coisas "bem feias": Fernão de Melo era acusado de forçar casamentos, de obrigar forros a trabalharem como escravos e também teria queimado muitos autos antes da chegada do corregedor. Contudo segundo a documentação talvez o principal motivo da presença de Segura tenha sido o falecimento de Fernão de Mello e a espera de João de Mello como novo capitão: "***Item os dízimos achey senhor, que se arrecadauã por Fernão de Mello. E como soube que era falecido mãdey que se pagasẽ perante o escriuã do almoxarifado (...) aguardo por Joham de Melo***."

A Carta do corregedor Bernardo Segura destaca-se não só pelo seu conteúdo, mas também pelo contexto em que foi escrita, pois a partir de sua chegada, São Tomé foi marcada por situações singulares. Além de todas as acções tomadas por Segura na reorganização da região, explorar a justiça, a administração e a economia da mesma, podemos ressaltar o Regimento da venda do açúcar de São Tomé de 1517 e o Regimento do Trato de São Tomé de 1519 - destinado a regulamentar o comércio de escravos na ilha e editado apenas um ano depois do Contrato de 1518, que dispunha sobre as primeiras entradas de escravos na América Espanhola.

A nomeação de **João de Melo**, em 1517 teria sido acompanhada da recondução dos poderes dos donatários, já que desde 1514 a nomeação de corregedores implicava na suspensão da jurisdição do capitão. Desta forma a chegada de João de Melo fez com que Bernardo Segura perdesse seus poderes, porém a administração não tardou a mudar. Em 1522, acusado de corrupção, João de Melo foi expulso e degredado para a Ilha do Príncipe. Segundo Rui Ramos, este seria o momento em que Bernardo Segura teria recuperado sua jurisdição, mas não chegou ao fim de seu mandato, sendo substituído por outro corregedor, **Francisco Paes do Amaral**.

Em 1529, foi a vez do então feitor, João Lobato, escrever à Coroa sobre a situação económica e social da Ilha, demonstrando também seu interesse na cana-de-açúcar e nos seus escravos. Neste período, Bernardo Segura, que anteriormente chegara a São Tomé com o objectivo de ordenar a ilha, ganha destaque novamente,

tornando-se um grande adversário da expansão económica da Coroa. Numa tentativa particular de desenvolver a produção açucareira e em seguida comercializá-la, tornou-se um obstáculo a João Lobato, dificultando-o na compra de terras para novas roças e engenhos. "***Bernardo Segura garantiria o sucesso agrícola e os mercadores encarregar-se-iam da sua exportação***". João Lobato acusava-o de roubos, de manipulação das eleições do conselho, onde os ofícios eram destinados à "gente de sua parcialidade".

O Povoamento e o comércio de escravos

A sociedade são-tomense formou-se, principalmente, a partir da mistura de portugueses e africanos. A colonização começou a partir da presença de portugueses livres, ou seja, aqueles que estavam interessados nos privilégios cedidos pela Coroa, ou então por aqueles que eram enviados para ocupar os cargos político-administrativos e militares. A estes juntavam-se também degredados, que tinham agora a oportunidade de enriquecer, uma vez que passavam a desfrutar dos privilégios concedidos aos demais povoadores. Havia ainda os estrangeiros, como comerciantes castelhanos, franceses e genoveses, que também eram atraídos pelas "boas condições de instalação que a Coroa portuguesa oferecia – "***terra farta e barata***".

O grupo africano era composto por forros, escravos domésticos e das plantações e homens livres oriundos do litoral do continente trazidos para a ilha, no intuito de criar uma rede indispensável para o desenvolvimento de São Tomé, tornaram-se importantes elementos intermediários das relações entre portugueses e forros. Alguns escravos foram alforriados pelos seus próprios senhores ou pela determinação da Coroa. Em 1515, D. Manuel declarou livre as escravas dadas aos povoadores, assim como seus filhos. Em 1517 a situação repete-se, desta vez D. Manuel mandou aplicar aos escravos homens e seus filhos a carta de alforria que as escravas haviam recebido.

Provavelmente foram estes ex-escravos e ex-escravas que deram origem ao grupo que formou a **Confraria de Nossa Senhora do Rosário dos Negros de São Tomé**, sendo de 1526 a Carta Régia que outorgou os privilégios da respectiva Confraria. A criação de uma Confraria não foi a única forma dos forros demonstrarem que exerciam um papel muito mais dinâmico na sociedade em constituição.

Nesta época, os portugueses começaram a perceber a dificuldade de fazer da ilha um espaço plenamente português, a africanização estava em pleno curso e é uma realidade retratada nos documentos da época.

A incapacidade em criar um espaço efectivamente europeizado aos poucos foi sendo percebida, manter o controlo total da ilha e das actividades económicas desenvolvidas ficou cada vez mais difícil. A Coroa portuguesa passou a disputar espaço com os próprios portugueses enraizados na ilha, com os mulatos e com os africanos que haviam sido trazidos do continente para São Tomé.

Partindo da actividade agrícola como forma de povoamento, já experimentada em outras ilhas do Atlântico e seguindo a lógica de que "***açúcar e escravos são inseparáveis***", a lucrativa experiência do cultivo da cana-de-açúcar na ilha da Madeira, estimulou as tentativas de repetir o lucro em outras regiões.

Portugal já trazia escravos da costa africana e desta forma São Tomé poderia contar com uma mão-de-obra próxima. A ideia do cultivo da cana esteve presente desde sua ocupação como podemos perceber na documentação existente: em 1485 através de carta régia são determinados os impostos a serem pagos sobre o açúcar exportado. O itinerário de Jerónimo Munzer, de 1494, fornece informações da ilha, entre elas a existência de "***plantações de cana-de-açúcar e que as canas crescem três vezes mais que na ilha da Madeira e que produzem bom açúcar***."

Com o decorrer dos anos, a produção foi-se intensificando, pois a região contava com vários aspectos favoráveis, como o clima equatorial, que proporcionava o cultivo da cana por um longo período do ano e a proximidade da costa, que reduzia os gastos no transporte marítimo, na medida que diminuía a quantidade de mantimentos e água utilizados com os escravos trazidos do continente, diminuindo também o número de mortes. Nestas terras, novas práticas emergiram, as outras ilhas do Atlântico produziam o açúcar em pequena escala e com mão-de-obra diferenciada, em São Tomé a mão-de-obra escrava africana foi a mais expressiva. Na

ilha também foram introduzidas novas plantas e técnicas, configurando ao comércio agrícola um papel importante na economia, ilustrado por exemplo, pelo direito dos moradores de venderem esses produtos à Mina (São Jorge da Mina).

Ainda no início da colonização, D. João II concedeu aos moradores da ilha o direito de traficar escravos na costa africana para além de São Jorge da Mina. Enquanto parte dos escravos permanecia na ilha, os demais aguardavam para serem reembarcados principalmente em direcção a São Jorge da Mina, Antilhas e Portugal. Este comércio também possibilitou a liderança de São Tomé na produção de açúcar. Havia senhores que chegavam a ter até trezentos escravos nas suas plantações, lembrando que, por vezes os escravos que seriam reexportados esperavam a hora do embarque nas fazendas particulares, onde também aprendiam a trabalhar na produção açucareira. A estadia em São Tomé valorizava esses escravos, funcionando como uma fase de adaptação ao tipo de vida que teriam em seu novo destino, o que caracterizava um diferencial. Como exemplo deste negócio activo, temos a carta do corregedor Bernardo Segura, que constatou que no ano de 1516, entre "***08 de Janeiro e 19 de Dezembro, a ilha contou com a entrada na Casa da Feitoria, de quinze armações com um total de 4.072 peças de escravos***".

Havia-se tornado para o "colonato são-tomense", mais interessante traficar escravos do que cultivar cana-de-açúcar, visto que, no início do século XVI, havia na ilha, dois mil escravos fixos, e de cinco a seis mil esperando o embarque. Neste período, S. Tomé e Príncipe torna-se um importante entreposto de escravos, a economia açucareira crescia e beneficiava com a mão-de-obra que lá permanecia ou apenas estava de passagem. Os dois mil escravos que, fixos, com certeza, estavam envolvidos na produção da cana-de-açúcar.

Em 1525 é dada a carta de foral a S. Tomé podendo-se contar, por volta de 1550 cerca de 60 engenhos existentes como unidades de povoamento concentrado. Em volta dos engenhos estavam as casas dos proprietários e dos mestres de açúcar. Neste período podemos considerar que pelo menos metade da população na ilha seria escrava. Francisco Tenreiro arrisca que em meados do século XVI, São Tomé contabilizaria por volta de 10.000 habitantes, sem contar os moradores dos engenhos que ficavam na região norte e nordeste da ilha e muito menos os escravos fugidos que permaneciam no mato espalhados pelo interior da ilha.

A Coroa Portuguesa acreditando nas potencialidades de São Tomé fez da ilha a base de suas operações comerciais, não só com os "Rios dos Escravos" - denominação dada pelos portugueses à região dos golfos do Benim e do Biafra, onde estes frequentavam o delta do Níger e os rios que lhe ficavam logo a oeste - mas também com o Congo. Estes pontos percorridos, segundo Jaime Cortesão, fizeram com que a expansão dos portugueses nas terras continentais do golfo da Guiné fosse obra quase que exclusiva dos moradores da ilha de São Tomé, muito mais numerosos e ricos que os de quaisquer dos demais estabelecimentos.

Analisando a relação entre a Coroa portuguesa e a ilha de São Tomé, deparamo-nos com a autonomia dos portugueses enraizados na ilha, constatando que estes negociavam, principalmente na região do Reino do Congo, de forma independente em relação às políticas da Coroa portuguesa. Em 1512, o rei de Portugal resolveu assumir o exclusivo das trocas com o Congo, aumentando a hostilidade em São Tomé.

A partir de 1514, a situação agrava-se, quando D. Manuel autoriza António Carneiro, secretário da Ilha do Príncipe, a explorar o comércio com o Benim por quatro anos. Em vista desta situação, houve um aumento significativo das relações entre São Tomé e o Congo, intensificando o conflito de interesses dos moradores da ilha e da Coroa.

Antes mesmo do monopólio de António Carneiro, estratégias como o desvio de correspondência e o impedimento da passagem de padres, eram utilizadas na tentativa de prejudicar o contacto entre Portugal e o Congo. Segundo Charles R. Boxer, para fugir do cumprimento dos decretos reais e dos pagamentos das taxas de importação no porto congolês de Mpinda, os comerciantes de escravos de São Tomé concentraram os seus negócios numa região mais ao sul: o reino de Ndongo.

As tentativas portuguesas de controlo sob a região do Congo não cessaram e em 1519 - ano do "Regimento do Trato de São Tomé" - foi determinado que qualquer escravo ou mercadoria só poderia sair do Congo em navios de El-Rei, ficando os particulares proibidos de abastecimento.

Uma outra questão pertinente é retratada pelos conflitos locais provenientes das relações estabelecidas no continente africano, nomeadamente no golfo da Guiné. O soberano do Congo ao monopolizar as trocas com os navios da Coroa portuguesa, também incomodava alguns dos grandes senhores congoleses, que desejavam ter acesso directo às mercadorias trazidas pelos europeus.

Aliados aos comerciantes de São Tomé - compradores e vendedores de escravos - os adversários do respectivo soberano, fizeram o que estava ao alcance para perturbar a política da Coroa Portuguesa. Poderá surpreender-nos o fato do Rei do Congo em 1529 mandar uma carta a Portugal pedindo um maior controlo sobre os navios que chegavam ao seu porto, alegando que necessitava apenas de vinho e farinha para realizar as cerimónias católicas e que desejava que em seu reino não existisse o "trato de escravos". Contudo arriscamo-nos em apontar que tais navios impertinentes, certamente eram de S. Tomé. Somando-se a esta questão, os portugueses de São Tomé já estavam cientes da importância comercial de Angola e tudo indica que estes homens foram os primeiros a frequentar o porto de Luanda, em benefício do rei de Angola e em detrimento do soberano do Congo, prejudicando a Coroa Portuguesa, que não era beneficiada com estas transacções. Em 1548, o Rei do Congo fez a denúncia a D. João III, que determinou a proibição deste tráfico, porém o rei de Angola também resolveu reivindicar enviando uma embaixada a Lisboa. Em 1549, São Tomé obteve o arrendamento do comércio antes proibido.

Com estes homens enraizados distantes da metrópole e dotados de poderes, a administração dependia de autoridade, das relações económicas e de parentesco. O capitão tinha o direito de dar terras em sesmarias, e sem dúvida dava-a a parentes e amigos. O mesmo também determinava as carreiras do quadro institucional, onde os homens podiam ser recompensados com honrarias e prestígios. Os corregedores e capitães que substituíram os donatários não se envolviam directamente com a economia, mas os poderes que possuíam garantiam a influência sobre o processo económico. A criação de redes de interdependência, que buscavam uma possível preponderância política e económica, podem ser caracterizadas como formas de resistência ao movimento de centralização que o aparelho administrativo português procurava realizar.

São Tomé constituiu um espaço onde portugueses e africanos, livres e escravos, contribuíram de forma dinâmica para a construção de uma sociedade nova.

A ilha tornou-se um ponto estratégico: desocupada, com características propicias à cultura da cana-de-açúcar e próxima àqueles que se tornariam os grandes mercados de escravos do continente africano. Liderando a produção de açúcar, como um armazém de escravos e distribuidor de "peças", constatamos a sua singularidade, além da complexidade da dinâmica das relações estabelecidas.

Resumindo (Neves & Ceita, 2004)

A primeira tentativa de colonização das ilhas efectuou-se com a doação da capitania de S. Tomé, por D. João II, a João de Paiva, em 24 de Setembro de 1485, a quem o monarca concedeu largos privilégios. Aos povoadores que o acompanharam foi permitido o resgate na vizinha costa africana, podendo desse modo obter a mão-de-obra necessária ao desenvolvimento da agricultura.

Presume-se, porém, que esta primeira doação não tenha dado os resultados esperados, visto que a capitania de S. Tomé, foi de novo doada, em 1490, a João Pereira, fidalgo da casa real. Ao que tudo indica, também esta não terá sortido o efeito desejado e a 29 de Julho de 1493, é feita nova doação a favor de Álvaro de Caminha que, com efeito, acompanhado de fidalgos e comerciantes, dá início ao processo de colonização da ilha de S. Tomé.

Com este donatário são enviadas, também cerca de duas mil crianças judias, cujos pais, por razões de natureza religiosa, tinham sido expulsos de Espanha, bem como outros degredados. À costa africana foram buscar os

escravos de que careciam para o arroteamento das terras doadas em sesmaria, tornando-se estes, bem como os colonos europeus nos primeiros povoadores de S. Tomé, do Príncipe e de Ano Bom.

E difícil determinar-se com precisão, no contexto actual, a origem da população africana, embora se possam delimitar as áreas mais prováveis da sua aquisição, tendo em conta as zonas de maior tráfico com destino à S. Tomé, e ao Príncipe. Durante os séculos XVI e XVII, o Congo e Angola; assinale-se também o direito dos moradores poderem resgatar escravos desde o *"**Rio Real e ilha de Fernam de Poo, atee toda a terra de Maniconguo**"*. Dos finais do séc. XVII e ao longo do séc. XVIII, com o incremento do tráfico na região da Costa da Mina, muitos dos escravos que entravam em S. Tomé e Príncipe eram oriundos dos portos daquela costa, principalmente do Daomé.

Quanto à sua origem social é de admitir que muitos fossem oriundos de famílias nobres, submetidos à escravidão em resultado das variadas lutas internas por questões de sucessão e outras.

Os escravos fixados em S. Tomé e Príncipe miscigenaram-se entre si, bem como com os moradores livres, na medida em que muitos senhores tomavam escravas para suas mulheres, cujos filhos eram livres e engrossavam a população mestiça. Da mistura constante das diversas raças e grupos étnicos, terá resultado uma população bastante amestiçada, não só no plano étnico, mas acima de tudo cultural. Em relação aos mulatos (filhos de brancos com escravas negras) cujo número deve ter crescido significativamente ao longo do séc. XVI, o seu papel parece ter sido de enorme importância em todo o processo de colonização, não obstante desconhecer-se o seu peso demográfico.

Os angolares, um outro grupo étnico, constituíam uma população distinta da restante que durante séculos viveram quase completamente isolados. Atribuem-se as suas origens a um naufrágio ocorrido a sul da ilha de S. Tomé, quando um navio carregado de escravos provenientes de Angola se dirigia para o Brasil. Este facto ter-se-ia dado por volta de 1544, e os angolares teriam feito a sua primeira aparição em 1574, quando atacaram e destruíram numerosos engenhos de açúcar. Ficaram também célebres por se lhes atribuírem numerosos raptos de mulheres, facto, todavia, não comprovado. (Neves & Ceita, 2004)

A estruturação da sociedade nos primeiros séculos de colonização (Neves & Ceita, 2004)

A diversidade social e étnica dos primeiros povoadores foi também factor determinante do futuro relacionamento social. Deve assinalar-se a estruturação de diferentes grupos, cujos interesses rivalizavam a maior parte do tempo.

Entre a população europeia portuguesa não havia uniformidade de interesses, podendo referir-se três subgrupos:

> 1º - Afecto ao poder político, composto pelos representantes da coroa, cuja autoridade assentava no poder régio;
> 2º- constituído pelo clero e cujo poder derivava das leis divinas;
> 3º - composto pelos senhores de engenhos que se apoiavam na sua riqueza e nos seus numerosos escravos, verdadeiros exércitos. O seu fácil acesso aos cargos camarários também lhes permitia o exercício do poder.

Havia também entre a população africana dois subgrupos: o dos escravos e o dos negros livres. Este último, começara a constituir-se com a aplicação do diploma régio de 1515 que dá liberdade às escravas dos primeiros povoadores bem como a toda a sua descendência. Dois anos mais tarde aos varões e seus filhos.

Sublinhe-se a existência de um grupo humano, na maior parte dos casos política e socialmente bem definido, constituído pelos mestiços, fruto do relacionamento entre os senhores e suas escravas, rapidamente começou a ganhar projecção na vida económica, política e social da colónia. Desde 1520 que passam a servir nos ofícios da câmara e, em 1546, é-lhes confirmado o direito de preencherem cargos públicos. Lentamente e à medida que vão herdando bens dos seus progenitores, os mestiços vão-se tornando numa importante força social que ora se alia ora rivaliza, quer com os brancos quer com os negros.

Se durante a primeira fase da colonização de S. Tomé e Príncipe, no séc. XVI, a sociedade se estruturara em torno da produção do açúcar, extinta essa base económica, ela reorganiza-se, entre os finais do séc. XVII e sensivelmente os meados do séc. XIX, à volta do comércio, do comércio de escravos. A passagem da economia açucareira para um sistema dependente de um comércio essencialmente voltado para o exterior, que não estimulava a produção local, agrícola ou manufactureira, teve como consequências a quebra da população branca tanto em S. Tomé como no Príncipe, o aumento do número de libertos e a ascensão dos mesmos a cargos de responsabilidade governativa. Esse fenómeno só serviu para estimular os preconceitos raciais, não permitindo, por vezes, que se possa estabelecer as fronteiras entre os conflitos étnicos e os gerados pela luta para o preenchimento dos cargos de maior importância.

Considerando-se apenas os dados oficiais, parece que do ponto de vista quantitativo a população de S. Tomé e Príncipe manteve-se sensivelmente idêntica durante a 2ª metade do séc. XVIII, apresentando, embora, ligeira tendência para a quebra nos finais do século. Esta propensão mais evidente nos primeiros anos do séc. XIX. Esse facto terá resultado de uma significativa redução da entrada de escravos.

De acordo com o censo oficial, em S. Tomé os brancos representavam, em 1758, apenas 0,26% da população total, os mestiços 2% e os pretos 97%; os moradores livres eram 36% e os escravos 64%.

Para o mesmo período, no Príncipe, cuja população existente era pouco mais de metade da de S.Tomé, os brancos representavam 0,6%, os mestiços 3% e os pretos 96%. O maior número relativo de brancos e mestiços no Príncipe, pode explicar-se pela transferência da capital da cidade de S. Tomé para a de S. António, efectuada em 1753. Por outro lado, a população livre era relativamente menor no Príncipe (22%) que em S.Tomé, sendo os escravos os restantes 78%.

Assinale-se ainda entre os habitantes de S.Tomé e Príncipe dois importantes grupos cuja quantificação não é possível efectuar-se. São eles os escravos fugitivos e os angolares. O primeiro grupo era constituído por numerosos escravos que fugiam das roças para o interior das ilhas e aí formavam os seus *quilombos*, causando um grande receio aos outros moradores. Refugiados nos matos, onde era quase impossível localiza-los, aí permaneciam toda a vida, assaltando, por vezes, as roças para obtenção de alimentos, sem que fosse possível capturá-los por maiores que fossem os prémios que se alvitrassem ao capitão do mato e aos seus soldados.

O outro grupo populacional era o dos angolares, já anteriormente referido, muitas vezes denominados negros angolas, que não comunicavam com a restante população: Os moradores de S. Tomé achavam útil a sua presença, pois os seus escravos, temendo-os, abstinham-se de fugir para longe. Nos finais da década de noventa do séc. XVIII os angolares viviam em três povoações distintas, com as suas próprias plantações e gaso, principalmente na região de São João de Angolares e da Trindade.

[Pensa-se que] o conjunto da população de S. Tomé e Príncipe terá oscilado, em média, durante a 2ª metade do século XVIII, e quase todo o século XIX, entre os 30 e 35 mil habitantes.

Como nos séculos anteriores, os dois grupos sociais mais importantes continuam a ser no século XVIII e grande parte do século XIX, o dos moradores livre e, por outro, o dos escravos. (…) (Neves & Ceita, 2004)

"Durante o século XVI, e apesar de algumas revoltas de escravos e de ataques sucessivos de holandeses e franceses, S. Tomé tornar-se-ia no principal exportador africano de cana-de-açúcar, chegando a ter 180 engenhos a funcionar. Mas o desenvolvimento da cultura açucareira no Nordeste Brasileiro suplantaria a de S. Tomé, arquipélago que durante dois séculos ficaria entregue a revoltas sucessivas pela posse de terras, obrigando inclusivamente, a mudar a capital da colónia para a cidade Santo António no Príncipe, onde o governo das ilhas ficaria sediado durante quase um século. O Reino dos Angolares, a sul da ilha de S. Tomé resistiria durante longos anos à lei dos colonizadores e durante dois séculos o arquipélago ver-se-ia reduzido a entreposto de escravos capturados na costa ocidental africana a caminho das plantações brasileiras.

In Mangungo (Mitos e Cultura Santomenses); Jerónimo Salvaterra; S. Tomé, 2001

Unidade 8 - O Liberalismo – Ideologia e Revolução, Modelos e Práticas nos séculos XVIII e XIX

A Revolução Americana, uma revolução fundadora

Vitoriosa na Guerra dos Sete Anos, a Inglaterra entendeu que as suas colónias da América do Norte deveriam pagar o esforço feito para as proteger da França. Onerou-as com impostos, conduta que os americanos reprovaram de imediato. Uma série de mal-entendidos e uma grande falta de tacto do Governo de Londres levaram as colónias a clamarem pela independência, encetando uma guerra de libertação da metrópole. Com a ajuda militar francesa, conseguiram os seus intentos. A jovem nação, que proclamou a independência em 1776, sob a égide das Luzes, seria reconhecida pela Inglaterra em 1783. Pela Constituição de 1787, tomou a forma de uma república federal - a República dos Estados Unidos da América -, que foi o primeiro Estado descolonizado do Mundo.

Nascimento de Uma Nação sob a Égide dos Ideais Iluministas

Entre aproximadamente 177O e 185O, na Europa e nas Américas, foram muitos os movimentos político-sociais influenciados pelos ideais libertários das Luzes. Constituem as chamadas Revoluções Liberais e estão na génese da Época Contemporânea. A sua proximidade no tempo e âmbito geográfico fizeram o historiador Jacques Godechot considerar estarmos na presença de "revoluções em cadeia", de uma "revolução ocidental" ou de uma "revolução atlântica".

A Guerra da Independência americana, ocorrida nas colónias inglesas da América do Norte entre 1775 e 1783, foi o ponto de partida desse vasto movimento revolucionário. Analisemos os seus motivos e as suas repercussões

Antecedentes: Um Conflito Económico entre a Metrópole e as Colónias

Em 176O, o monarca britânico Jorge III, acabado de subir ao trono, orgulhava-se, certamente, de contar na América do Norte com a colónia de povoamento mais importante do Mundo. Compunha-se de 13 territórios escalonados ao longo da costa atlântica, habitados por cerca de dois milhões de fiéis súbditos

Travava-se, na altura, a Guerra dos Sete Anos (1756-1763) e os colonos americanos sentiam-se agradecidos pela protecção que a metrópole lhes concedia contra os ameaçadores vizinhos das colónias francesas. Quando a guerra terminou, a Inglaterra bem podia considerar-se uma feliz vencedora. Autêntica rainha dos mares, detinha a maior frota naval e o maior império colonial da Época Moderna, ampliado com as possessões que a França vencida lhe entregara pelo Tratado de Paris: nada menos que o Canadá, o vale do Oaio, a margem esquerda do Mississipi, bem como algumas Antilhas, as feitorias do Senegal em África e uma boa parte dos territórios na Índia.

Para os colonos ingleses da América do Norte abria-se um grande campo de expansão para oeste, desembaraçados agora da concorrência francesa. As suas expectativas saíram, porém, goradas. Uma proclamação real reservava aos índios o território a oeste dos Apalaches. Para cúmulo, a Inglaterra, em dificuldades financeiras pelo esforço de guerra suportado, decidiu pedir aos colonos da América um contributo para refazer o tesouro público, alegando ter sido travada a guerra para salvaguardar os respectivos territórios.

Tal contributo saldou-se num conjunto de taxas aduaneiras, votadas pelo Parlamento britânico entre 1764 e 1767. Iriam onerar as importações coloniais de melaço (destinado ao fabrico do rum), papel, vidro, chumbo e chá. Em simultâneo, decretou-se um imposto de selo sobre os documentos legais e as publicações periódicas.

Concebendo o Império como um todo, que deveria ser governado pela metrópole, de quem dependia o bem comum, as autoridades britânicas quiseram levar até às últimas consequências a teoria mercantilista do exclusivo comercial. Com uma grande falta de habilidade política, determinaram que as mercadorias da América

do Norte só poderiam ser exportadas para a Inglaterra ou para outras colónias inglesas, enquanto as mercadorias europeias só seriam importadas através de Londres.

Todas estas medidas foram sentidas como um ultraje pelos colonos americanos que, depois do sangue vertido na Guerra dos Sete Anos, tinham tomado consciência da importância estratégica e económica dos seus territórios.

A Reacção das Colónias: Da contestação aos Impostos à Declaração de Independência

Embora reconhecendo ao Parlamento de Londres o direito de regulamentar o comércio colonial, os americanos lamentavam que, na sua qualidade de cidadãos britânicos, não estivessem representados naquela assembleia. Em tais circunstâncias, os impostos votados afiguravam-se-lhes ilegais e ameaçadores, tanto para a vida económica do seu país, como para os seus direitos políticos. A resposta surgiu, por isso, clara e inequívoca: "Sem representação não há imposição". Esta foi a conclusão de um congresso reunido em Nova Iorque, em 1765, o *Stamp Act Congress* que contou com a presença de delegados de nove das colónias americanas. Aí se proclamou que, aos cidadãos ingleses residentes ou não na Inglaterra, não se poderia impor nenhuma contribuição que não tivesse sido aprovada pelos seus representantes.

Posteriormente, nos portos de Nova Iorque, Filadélfia e Boston, os comerciantes boicotavam as mercadorias inglesas, favorecendo a entrada, pelo contrabando, de produtos estrangeiros. Enquanto isso, associações de operários recém-criadas, apelidadas de "Os Filhos da Liberdade", obrigavam os distribuidores de papel selado à demissão.

Entendendo por bem recuar, o Governo de Londres revogou, em Março de 177O, as taxas, à excepção das que incidiam sobre o chá. Para piorar a situação, a concessão do monopólio da venda do chá à Companhia das Índias privava os comerciantes americanos dos lucros do transporte e da revenda daquele produto na América.

O vasto movimento de protesto desencadeado culminou naquele que é um dos episódios carismáticos da revolução americana, conhecido por Boston Tea Party. Ocorreu em 16 de Dezembro de 1773, em Boston, quando um grupo de jovens, disfarçados de índios, lançaram ao mar a carga de chá transportada pelos navios da Companhia das Índias.

Sentindo a honra da Inglaterra ultrajada, o rei Jorge III ordenou o encerramento do porto de Boston e a ocupação da cidade por regimentos ingleses, exigindo-lhe o pagamento de uma pesada indemnização.

A feroz repressão que se abateu sobre Boston desenvolveu nos americanos um instinto de solidariedade notável, que logo redundaria em consciência nacional.

Convicta do quanto havia a unir as colónias entre si e do quanto as separava da metrópole opressora, a América inglesa preparava-se para a luta. E se no primeiro Congresso de Filadélfia, reunido em Setembro de 1774, ainda foram poucas as vozes a clamar pela separação da Inglaterra, preferindo a defesa dos direitos pela via negocial, a verdade é que, de seguida, todo um dispositivo revolucionário se organizou. Constituíram-se comités de correspondência, reuniram-se armas, treinaram-se milícias. Um colono da Virgínia, George Washington, terá afirmado: "Não hesitarei um segundo em reunir mil homens para irem libertar Boston e pagar-lhes-ei o soldo do meu próprio bolso".

Cada vez mais o objectivo era alcançar a independência para se construir uma sociedade mais livre e mais democrática. À frente do movimento revolucionário, colocaram-se as colónias de Massachusetts e Virgínia, colónias ricas e bastante povoadas. Os adeptos da reconciliação perdiam terreno e as posições radicalizavam-se.

Os primeiros tiros da revolução americana soaram, em Abril de 1775, na pequena aldeia de Lexington, perto de Boston, quando uma coluna inglesa, enviada para apreender armas ilegais, foi atacada pela população. Tal facto levou o monarca Jorge III a declarar os americanos rebeldes e a enviar tropas para esmagar a insurreição americana.

Na América, jornais e panfletos legitimavam a insubordinação. Entre eles, ficou famoso o de Thomas Paine, intitulado "Senso Comum", escrito em 1776, que virou a opinião americana contra o monarca inglês.

Naquele mesmo ano, Thomas Jefferson redigiu uma Declaração de Independência, que os delegados de todas as colónias aprovaram no dia 4 de Julho, no segundo Congresso de Filadélfia.

Pela primeira vez na História os ideais iluministas da igualdade entre os homens e da soberania popular eram aplicados na libertação de um povo do jugo opressor.

Da Guerra de Independência à Criação da República Federal dos Estados Unidos da América

Face ao bem armado e disciplinado exército britânico, as milícias dos revoltosos não estavam à altura de travar uma guerra de independência. Assim, George Washington foi escolhido para comandante-chefe do futuro exército americano, ao mesmo tempo que se encetou uma forte acção diplomática na Europa, a fim de angariar apoios. Benjamin Franklin, jornalista, cientista e filantropo, que interviera já na redacção da Declaração de Independência, distinguiu-se em França com o seu talento diplomático e simpatia.

Mas os franceses, apesar de não esquecerem a derrota que a Inglaterra lhes infligira anos antes, não se quiseram comprometer de imediato com os revoltosos. Só após a batalha de Saratoga, em Outubro de 1777, na qual os americanos fizeram capitular um pequeno exército britânico, a França se inclinou para uma aliança oficial. Celebrada em 1778, saldou-se no envio de homens, barcos, armas e dinheiro. Ao apoio da França somou-se o da sua aliada, a Espanha, que também contribuiu com dinheiro e uma esquadra para a causa americana. Estas ajudas vir-se-iam a revelar decisivas no desfecho da guerra. Em 1781, o principal exército inglês capitulou em Yorktown. Atacada por franceses e espanhóis no Mediterrâneo e com derrotas navais na costa da Índia, infligidas também pelos franceses, a Inglaterra decidiu-se pelas negociações de paz. Pelo Tratado de Versalhes, assinado em 1783, reconheceu a independência das 13 colónias, entregando-lhes o território compreendido entre os Grandes Lagos, o Oaio, o Mississipi e os Montes Apalaches. A França recuperou algumas das pequenas Antilhas e as feitorias do Senegal, territórios perdidos em 1763. À Espanha foi restituída a Florida.

O modelo político a adoptar pelo jovem Estado não se afigurou, de momento, claro. Os pequenos Estados, como Nova Jérsia, Delaware ou Geórgia, pretendiam uma federação bastante descentralizada em que cada Estado seria praticamente autónomo. Esta posição nacionalista tinha em Thomas Jefferson um bom defensor. Já os Estados de maior dimensão, como a Virgínia, Nova Iorque ou a Pensilvânia, desejavam um governo central forte. George Washington era o advogado desta via.

Após longas discussões, os representantes de 12 dos 13 Estados que haviam assinado a Declaração de Independência chegaram a um acordo em 1787. A Constituição assinada instituiu a República dos Estados Unidos da América sob a forma de uma república federal, na qual um Estado central poderoso, ocupando-se da defesa e das relações internacionais, coexistia com os vários Estados federados, soberanos em matéria de justiça e administração, autoridade policial e sistema de ensino. No que se refere à organização do Estado central, a Constituição adoptou o princípio da divisão dos poderes e do seu equilíbrio através de uma fiscalização mútua.

O poder legislativo foi confiado a um Congresso, formado por duas câmaras, que votava as leis e o orçamento. A Camara dos Representantes reunia os deputados de cada Estado, em número proporcional à respectiva população. No Senado, por sua vez, tinham assento dois representantes por Estado.

Eleito por quatro anos, por sufrágio universal indirecto, o presidente detinha o poder executivo. Comandava os exércitos e escolhia o governo. A George Washington coube a honra de ser, em 1789, o primeiro presidente dos Estados Unidos

Finalmente, um Tribunal Supremo, que reunia nove membros inamovíveis nomeados pelo presidente, regulava os conflitos entre os Estados, superintendendo no poder judicial.

À semelhança do verificado na Declaração de Independência, mais uma vez as ideias dos filósofos das Luzes se tornavam realidade. As emendas, entretanto acrescentadas à Constituição, reforçaram a salvaguarda dos direitos do Homem, nomeadamente as liberdades individuais e a igualdade de raças e sexos. Processado sob a égide das Luzes, o nascimento da nação americana criou o primeiro país descolonizado do Mundo e a primeira república democrática que fundamentava no voto dos seus cidadãos a escolha dos órgãos máximos da soberania (Congresso e Presidente da República). Por isso, a revolução americana serviu de exemplo e de estímulo à Revolução Francesa, desencadeada em 1789, bem como às emancipações coloniais da América Latina. Com um sentido premonitório notável, o francês Turgot chamou, em 1778, ao povo americano "esperança do género humano".

A Revolução Francesa – paradigma das revoluções liberais e burguesas

De 1789 a 18O4, a França viveu um processo revolucionário que, além de destruir o Antigo Regime, produziu uma série de experiências políticas com repercussões no mundo contemporâneo.

À Monarquia Constitucional (1789-1792) coube pôr em prática a tripartição dos poderes, a soberania da Nação, a abolição das ordens sociais, a livre iniciativa, a tolerância religiosa. Acreditava-se que, sob a égide da burguesia, a Liberdade, a Igualdade e a Fraternidade seriam possíveis.

A radicalização da Revolução (1792-1794) fez os Franceses prescindirem da figura real e até de Deus. Foram os tempos da República dos sans-culottes e jacobinos, que se alicerçou no Terror, ameaçada pela guerra civil e pela invasão estrangeira. Em 1794, os burgueses tomaram novamente as rédeas do poder. O Directório procurou, de 1795 a 1799, salvar e consolidar a revolução burguesa. Esta foi, também, a tarefa do Consulado e da sua figura de proa - Napoleão Bonaparte. Herói militar, foi considerado um salvador da Revolução. O seu governo pessoal, como imperador, pôr-lhe-ia fim.

A França nas Vésperas da Revolução

Nas vésperas da Revolução, 28 milhões de franceses viviam enquadrados num regime social profundamente injusto e desigualitário. A velha sociedade de ordens de Antigo Regime repousava na defesa dos privilégios da nobreza e do clero, ordens que representavam apenas 2% da população.

Nas mãos dos nobres concentravam-se as rendas provenientes da posse de 1/4 do solo francês, a quase totalidade dos cargos ministeriais e diplomáticos, bem como os lugares cimeiros do exército e da hierarquia religiosa.

Quanto ao clero, pertenciam-lhe 1O% das terras mais ricas de França, das quais recolhiam numerosas rendas e direitos de origem feudal. Somava-se-lhes a dízima eclesiástica, a que nem os nobres ou os reis escapavam. A semelhança da nobreza, a ordem eclesiástica não pagava impostos à Coroa.

No seio do Terceiro Estado, os camponeses totalizavam 8% da população. Arrendatários na sua maioria, suportavam pesadas cargas tributárias. A pauperização torná-los-ia uma grande força de oposição, habilmente aproveitada nos momentos críticos que a França revolucionária atravessou a partir de 1789. Muito melhor não era a situação do povo miúdo das cidades, que buscava emprego nas manufacturas, nos portos, nos serviços domésticos. Vítima dos magros salários e seduzido pelas críticas aos ricos e privilegiados que se atrevia a ler nos imensos opúsculos e panfletos que pelas ruas circulavam, ei-lo pronto para a violência logo que o preço do pão subia.

Bem mais desafogados viviam os proprietários das manufacturas, os grandes mercadores e os homens de negócios bancários, que aplicavam as suas fortunas na compra de imóveis citadinos e de bens fundiários. Esta burguesia endinheirada constituía a elite do Terceiro Estado.

Entre o povo miúdo e os grandes burgueses, encontravam-se os mestres de ofícios e lojistas, os advogados, os médicos, os intelectuais. Hoje inclui-los-íamos na pequena e média burguesias.

Se heterogéneos em bens e interesses, os estratos burgueses partilhavam dos mesmos ódios e frustrações. Nas lojas maçónicas, nos salões ou nos cafés invocavam os direitos humanos da liberdade e da igualdade. E criticavam os privilégios que o nascimento reservava aos nobres, a seus olhos considerados ociosos e iletrados.

Mais instruídos e trabalhadores, os burgueses viam, com profunda mágoa, fugir-lhes os altos postos na administração pública, restando-lhes no exército os lugares de oficial subalterno. As ambições políticas conduzi-los-iam à contestação e à destruição do Antigo Regime.

A Conjuntura Económica-Financeira

Em 1789, a França afigurava-se, aos olhos do mundo, um país próspero. Os seus burgueses das cidades de Bordéus, Nantes e La Rochelle faziam fortunas com o comércio colonial estabelecido com as Antilhas.

Paris era uma grande metrópole e o luxo de Versalhes servia de inspiração às demais cortes europeias.

Uma crise profunda minava, porém, a economia do reino. Os proprietários agrícolas debatiam-se, na última década, com a baixa dos preços e dos lucros do trigo e do vinho. Nas vésperas da Revolução, violentas tempestades fizeram perder as colheitas em várias regiões de França e subir os preços. A psicose da fome, sempre má conselheira, instalou-se.

Melhores tempos não atravessavam a indústria, em virtude do tratado de livre-câmbio assinado em 1786, que favorecia a importação dos tecidos ingleses. Dois anos depois, a França registava mais de 200 000 desempregados no sector têxtil.

À crise económica somava-se o défice crónico das finanças. As receitas não chegavam para cobrir as despesas do Estado. Estas relacionavam-se com o exército, constantemente envolvido em guerras; com as obras públicas e a instrução; com os gastos impopulares da Corte; com as pensões a antigos soldados ou servidores do Estado; com os próprios encargos da dívida pública, ocasionados pelos sucessivos empréstimos.

Não era a pobreza de recursos da França que originava este défice crónico das finanças, mas a injusta sociedade de ordens que isentava de contribuições o clero e a nobreza, privando os cofres reais de ampliarem as suas receitas. A reforma do sistema tributário esteve, por conseguinte, entre as grandes prioridades do poder político.

A Inoperância do Poder Político e o Agravamento das Tensões Sociais

Luís XVI, monarca absoluto de direito divino, subiu ao trono em 1774. O seu reinado ficou desde logo marcado por tentativas várias de resolução da crise económico-financeira.

O ministro Turgot liberalizou o comércio dos cereais e propôs que a corveia real na de serviços por uma subvenção territorial que abrangeria todos os proprietários. Os privilegiados alarmaram-se e Luís XVI despediu o ministro.

O mesmo destino tiveram Necker, Calonne e Brienne, que procuraram reformar a administração local e o sistema fiscal, abolindo privilégios tributários e nivelando os impostos que as várias províncias e ordens sociais deveriam pagar.

Os Parlamentos (tribunais regionais) e a Assembleia dos Notáveis, organismos controlados por representantes da nobreza, moveram uma cerrada e permanente oposição às tentativas de reformas políticas. Num acto de completa demagogia, fizeram crer que a miséria do povo se devia, não às isenções fiscais dos privilegiados, mas sim à incompetência do absolutismo régio, que chegaram a repudiar. Por isso, contribuíram para o clima de violência, pilhagens e motins vividos em 1787, 1788 e 1789, quando a fome e o desemprego cresceram.

Incapaz de suster a reacção nobiliárquica e de pôr cobro à agitação social, Luís XVI convocou os Estados Gerais para Maio de 1789. Convidou, ao mesmo tempo, os Franceses a exprimirem as suas reclamações e os seus anseios.

Os Cadernos de Queixas, então elaborados, dão-nos conta dos antagonismos e tensões vividos na sociedade francesa. Neles se fizeram ouvir nobres e clérigos, burgueses, povo da cidade e do campo. Somos, sobretudo, tocados pelas denúncias do Terceiro Estado relativamente aos impostos e aos humilhantes direitos senhoriais. De uma monarquia controlada por uma constituição e assembleias pretendia-se a salvaguarda da liberdade individual e da justiça social. Se o absolutismo merecia a contestação, jamais, porém, a monarquia era posta em causa. Do rei os Franceses esperavam remédio para as infelicidades.

Da Nação Soberana ao Triunfo da Revolução

A Nação Soberana * Dos Estados Gerais à Assembleia Nacional Constituinte

A abertura dos Estados Gerais teve lugar em Versalhes, a 5 de Maio de 1789, no meio da maior expectativa. Não só porque, desde 1614, o absolutismo francês abandonara a consulta daquela assembleia, mas, especialmente, porque o Terceiro Estado reivindicava o voto por cabeça e não por ordem.

Já num opúsculo publicado em Janeiro de 1789, o abade Sieyès lembrava que o Terceiro Estado era "Tudo", até ao presente fora "Nada", pelo que pretendia "Tornar-se qualquer coisa".

Contudo, as expectativas do Terceiro Estado saíram goradas. O clero e a nobreza revelaram-se intransigentes na defesa do voto por ordem, o que, naturalmente, os favorecia. Quanto a Luís XVI, mostrou-se simplesmente incapaz de decidir.

Foi neste impasse que, a 17 de Junho, eclodiu o primeiro acto revolucionário. Considerando-se representar, pelo menos, 96% da população francesa, os deputados do Terceiro Estado proclamaram-se Assembleia Nacional. A esta caberiam, de futuro, todas as decisões que o monarca deveria executar.

Em consequência, a Nação soberana, e não Deus como até então se dizia, tornou-se a fonte do poder legítimo e a nova autoridade política. A monarquia absoluta chegara ao fim.

Uma vez que, a 2O de Junho, os deputados pronunciaram o célebre juramento da Sala do Jogo da Péla, de não se separarem enquanto não redigissem uma Constituição para a França, a nova Assembleia recebeu o nome de Assembleia Nacional Constituinte.

A desagregação da ordem social de Antigo Regime

A Tomada da Bastilha

A transformação dos Estados Gerais em Assembleia Nacional mostrou estar em curso na França um processo revolucionário que Luis XVI não desejou e jamais controlou.

A mesma conclusão pode ser extraída daquele que é o acontecimento emblemático da Revolução Francesa - a Tomada da Bastilha -, ocorrida a 14 de Julho de 1789. Tratou-se de uma acção violenta do povo parisiense, revoltado com a alta dos preços do pão e indignado com a desconfiança do rei face à Assembleia.

Na verdade, desde inícios de Julho, Luís XVI mandara colocar às portas de Paris 50 mil homens armados. Receosa de uma "conjura aristocrática", a burguesia empreendeu a formação de uma milícia, que veio a ser a Guarda Nacional. Na Bastilha, fortaleza-prisão do absolutismo, procuraram-se as necessárias armas. Nada deteve a multidão que para lá se dirigiu. A Bastilha foi demolida e o governador massacrado. A Nação mais humilde salvava a Nação burguesa representada na Assembleia.

A abolição dos direitos feudais

Logo na segunda quinzena de Julho e inícios de Agosto de 1789, a França foi varrida por uma autêntica revolução camponesa, de contornos semelhantes a uma jacquerie de Antigo Regime.

Pressionados pela fome, sucessivamente agravada pelas más colheitas dos últimos anos, os camponeses lutaram pela emancipação completa da terra e pela libertação individual das cargas feudais. Atacaram castelos, queimaram arquivos senhoriais, onde constavam os registos feudais, e, inclusive, mataram senhores que lhes faziam frente. Este movimento impulsivo e irracional, conhecido por Grande Medo, levaria dante da Guarda Nacional no momento em que jura defender a “Nova Constituição do Reino”.

Na noite de 4 de Agosto de 1789, a Assembleia determinou a abolição das corveias e servidões pessoais; a supressão da dízima à Igreja; a possibilidade de resgatar rendas e foros; a eliminação das jurisdições privadas; a opressão da venalidade (compra) dos cargos públicos e a consequente livre admissão aos empregos públicos civis e militares.

Finalmente, a sociedade de Antigo Regime, fundada nos particularismos e nos privilégios, dava lugar a uma sociedade livre baseada na igualdade de todos perante a lei. Não sem razão, os Franceses comemoravam a abolição dos privilégios com a plantação de árvores da liberdade.

A Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão

Entenderam os deputados da Assembleia Nacional Constituinte a necessidade de elaborarem uma Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, que legitimasse as conquistas obtidas em relação ao rei e aos privilegiados e, simultaneamente, fundamentasse a futura Constituição. Depois de uma série de projectos, o texto final ficou aprovado em 26 de Agosto de 1789.

Considerada a certidão de óbito do Antigo Regime, a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão lançou as bases da nova ordem social e política.

Proclamou que "os homens nascem e permanecem livres e iguais em direitos" e enumerou esses direitos: a liberdade, a propriedade, a segurança e a resistência à opressão. Ao fazê-lo, condenou os privilégios da sociedade de ordens.

Reconheceu que a autoridade dos governos residia na Nação e que a sua finalidade era a salvaguarda dos direitos humanos. Por conseguinte, rejeitou o absolutismo. Rejeitou, também, a arbitrariedade judicial e a intolerância religiosa.

A Declaração francesa é o primeiro texto público do liberalismo político, encarando o Homem, também, como um cidadão competente para intervir na governação. Teve uma grande repercussão num mundo onde ainda dominavam as monarquias absolutas e os privilégios senhoriais, inspirando, por isso, muitas sublevações e documentos similares.

A Constituição Civil do Clero

Primeiro braço do reino na sociedade francesa de Antigo Regime, o clero viu-se despojado pela Revolução de todos os seus privilégios. Como qualquer outra entidade senhorial, sofreu a abolição dos direitos feudais. Seguiu-se, em 2 de Novembro de 1789, o confisco dos seus bens, declarados à disposição da Nação.

Desprovido de rendimentos, o clero foi, então, reorganizado. A Constituição Civil do Clero, votada pela Assembleia em 12 de Julho de 179O, atribuiu aos membros do clero secular (arcebispos, bispos, curas) a simples qualidade de funcionários do Estado. Exigia-lhes, também, um juramento de fidelidade à Nação e ao rei.

Quanto ao clero regular, ficou condenado à extinção, em virtude da supressão das ordens e congregações religiosas.

A Constituição Civil do Clero foi um dos diplomas mais controversos da Revolução. Mereceu a condenação do Papa, em Março e Abril de 1791, e dividiu os Franceses. Regiões houve, especialmente no Oeste, que se mantiveram fiéis aos padres refractários. O próprio Luís XVI jamais quis ter por capelães padres revolucionários.

A reorganização administrativa e económica

Coube à Assembleia Nacional Constituinte a instituição de uma nova organização administrativa, mais descentralizada. A 15 de Fevereiro de 1790, as antigas províncias deram lugar a 83 departamentos, divididos em distritos, cantões e comunas. Nestas circunscrições, órgãos eleitos e funcionários pagos pelo Estado encarregavam-se de aplicar as leis, superintender no ensino, na salubridade, nas obras públicas, no policiamento, na cobrança de impostos e no exercício da justiça.

Estabeleceu-se uma nova fiscalidade: de futuro, todos os grupos sociais ficaram sujeitos ao imposto directo sobre receitas e rendimentos.

No que se refere à organização económica, empreendeu-se a unificação do mercado interno, eliminando-se as alfândegas internas e os monopólios. Previu-se, igualmente, um uniforme sistema de pesos e medidas que facilitasse as trocas. Quanto à agricultura, invocou-se a liberdade de cultivo e de emparcelamento; no entanto, salvaguardaram-se os baldios, no interesse do campesinato mais pobre. Para a indústria, as medidas foram mais radicais. Aboliram-se as corporações e declarou-se a liberdade da empresa. Em suma, instituiu-se o princípio da liberdade económica.

A monarquia constitucional

A Constituição de 1791

Em 1791, finalmente, a França é uma monarquia constitucional. Votada pela Assembleia Nacional e jurada pelo rei em Setembro, a Constituição de 1791 consagrou os Direitos do Homem e do Cidadão, a soberania nacional e a separação dos poderes.

Na Nação residia, antes de mais, a soberania. Declarada una e indivisível, a Nação era constituída por todos os cidadãos sem "outra distinção que não fosse o mérito e o talento".

Todavia, critérios de fortuna distinguiam os cidadãos activos dos cidadãos passivos. Para se ser cidadão activo exigia-se o pagamento de um imposto directo igual ou superior ao valor de três dias de trabalho, para além de uma idade igual ou superior a 25 anos. No total da população francesa (cerca de 28 milhões, recorde-se), apenas existiam 4 300 000 cidadãos activos, exclusivamente homens, a quem estava reservado o direito de voto.

Foi por considerarem que só o desafogo económico permitia a instrução e o esclarecimento necessários ao correcto exercício do voto que os deputados da Assembleia instituíram o sufrágio censitário.

Para além de censitário, o direito de voto dos cidadãos activos exercia-se de forma indirecta. Com efeito, cabia aos cidadãos activos, já de si uma minoria, a escolha dos verdadeiros eleitores entre os que pagavam um imposto equivalente ou superior a dez dias de trabalho. Nem a 50 000 chegavam e tinham como incumbência a eleição dos 745 deputados da Assembleia Legislativa. Nestes deputados encontrava-se a Nação representada, pelo que se diz ter a Constituição de 1791 instituído em França um sistema representativo.

Excluídos do sufrágio e de direitos políticos ficaram os cidadãos passivos. Neles se contava o povo miúdo dos campos e cidades, os criados e indigentes. Eram, afinal, os indivíduos do sexo masculino, de idade igual ou superior a 25 anos, sem condições económicas para pagarem um censo igual ou superior a três dias de trabalho. A lei reconhecia-lhes direitos naturais e civis. Entre os primeiros, contam-se a liberdade, a igualdade, a segurança e resistência à opressão e a propriedade. Como direitos civis, podemos considerar a liberdade de expressão, de crença, de reunião e de deslocação.

Quanto às mulheres, estavam totalmente afastadas da cidadania. Nem por isso deixaram de participar na Revolução. Era vê-las nas manifestações de rua, nos motins provocados pela fome, a incutir ânimo aos soldados ou, até, nas invasões frequentes da Assembleia, interpelando os deputados.

À Assembleia Legislativa, eleita pela Nação soberana, competia o poder legislativo. Eleitos por dois anos, os seus deputados propunham e decretavam as leis, tal como o orçamento e os impostos. A Constituição reconhecia, no entanto, ao rei um direito de veto que permitia suspender as leis durante dois anos. A Assembleia jamais poderia ser por ele dissolvida.

Foi a propósito do tipo de veto (absoluto ou suspensivo) a conceder ao rei que nasceram os conceitos políticos de esquerda e direita. Para contar mais facilmente os votos dos deputados, sentaram-se à direita do Presidente da Assembleia, os «aristocratas», partidários do veto absoluto; à esquerda, ficaram os «patriotas» adeptos da limitação do poder real e, portanto, de um veto apenas suspensivo ou temporário. Desde então, a direita ficou sinónimo de conservadorismo e a esquerda de mudança.

"Rei dos Franceses, pela graça de Deus e da lei constitucional do Estado", o monarca detinha o poder executivo. Escolhia e demitia os ministros, mas as suas decisões necessitavam de ser referendadas por um deles, pelo menos. Embora comandasse o exército e a marinha, a declaração da guerra e a assinatura da paz estavam dependentes da concordância da Assembleia Legislativa.

Submetido à Constituição, que ficava obrigado a jurar, o monarca deixou, assim, de ser senhor de um poder arbitrário que o colocava acima da lei. Eis os fundamentos da monarquia constitucional, para quem o rei, apesar de inviolável e sagrado, era apenas o primeiro funcionário do Estado, que a Assembleia retribuía através da chamada lista civil (rendimento anual).

Quanto ao poder judicial, ficou incumbido a juízes eleitos e independentes, que substituíram as complicadas e variadas jurisdições do Antigo Regime. Como ninguém se encontrava acima da Lei, criou-se um Tribunal Superior para julgar os delitos de ministros, deputados e governadores.

Luís XVI e a Revolução

Nascido para ser rei absoluto, Luís XVI jamais esteve de alma e coração com a Revolução. Nos Estados Gerais, criou entraves às reivindicações do Terceiro Estado e, depois, manteve permanentemente uma atitude de desconfiança para com a Assembleia Nacional Constituinte.

Em Outubro de 1789, foi mesmo necessário um levantamento de mulheres para o fazer abandonar Versalhes e instalar-se nas Tulherias, em Paris. A custo também, e após várias recusas, sancionou os decretos de 4 de Agosto, a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão e a Constituição Civil do Clero.

A hostilidade dos parisienses contribuiu para a sua tentativa de fuga em Junho de 1791. Detido em Varennes e trazido de volta para Paris, onde entrou no meio de um silêncio indignado, Luís XVI não mais teve condições para governar. A Fuzilaria do Campo de Martem, nem um mês tinha decorrido, ainda mais o desacreditou, tal como à Assembleia, que se esforçava por propagandear a tese do rapto do rei, a fim de salvar a monarquia.

Entretanto, os emigrados nobres que, desde o Verão de 1789, abandonavam o país, conspiravam junto de soberanos estrangeiros contra o novo regime francês. Em 27 de Agosto de 1791, o rei da Prússia, o imperador da Áustria (irmão da rainha Maria Antonieta) e o eleitor da Saxónia redigiam a chamada declaração de Pillnitz, em que a invasão da França é prevista com o objectivo de restaurar os poderes de Luís XVI.

O início da guerra, em 20 de Abril de 1792, ocorreu num ambiente de elevada tensão. Abatido pela fome (a colheita de 1791 fora má) e pela subida dos preços (a nova moeda dos assinados desvalorizava-se cada vez mais) e descrente de um regime que os privara do voto, o povo miúdo de Paris agitava-se nas ruas e pressionava a Assembleia. Da província acorreram a Paris exércitos de federal, quando a notícia da invasão da França chegou e a Nação foi declarada em perigo.

A ameaça do duque de Brunswick em destruir Paris, se algo acontecesse à família real, ainda mais exacerbou os ânimos. Uma Comuna insurreccional instalou-se na Câmara e, com a ajuda dos federados, empreendeu o assalto ao palácio real das Tulherias em 10 de Agosto. Nesse mesmo dia, o rei foi suspenso pela Assembleia

Legislativa. A Constituição de 1791 deixou de funcionar e a monarquia constitucional viu-se inviabilizada, na falta do poder executivo.

Coube à Convenção, a nova Assembleia Constituinte, proclamar a República. Foi a 22 de Setembro de 1792, dois dias após a primeira grande vitória militar da Nação em Valmy face aos Prussianos.

A Obra da Convenção (1792-1795)

Girondinos e Montanheses

A 22 de Setembro de 1792 começou o Ano I da República. Assim o decidiu a Convenção, empenhada na construção de um mundo novo na França revolucionária.

Contudo, revelaram-se bem difíceis os tempos da Convenção republicana. Os seus 760 deputados apresentavam projectos políticos diferentes, senão antagónicos. Apesar de republicanos e burgueses, com excepção de dois operários, todos com fortes ligações ao Clube dos Jacobino, distinguia-se entre eles um grupo mais moderado, defensor da propriedade e da liberdade de comércio, de um grupo mais radical, adepto de uma repartição mais justa da propriedade e, se necessário, da violência para defender os interesses populares.

Os moderados ficaram conhecidos por Girondinos, pois provinham maioritariamente do departamento da Gironda. Brissot, Vergniaud, Roland foram alguns dos seus representantes. Já os radicais, apelidados de Montanheses, provinham Robespierre, Danton e Marat.

O diferendo entre Girondinos e Montanheses atingiu o auge aquando do julgamento de Luís XVI. Considerando-o traidor por se ter correspondido com os inimigos da França, os deputados montanheses pediram a pena de morte para o rei. Inviabilizavam, desse modo, qualquer possibilidade de restauração monárquica. Já os Girondinos inclinavam-se para um julgamento clemente do monarca. A sua prisão bastava e até o exílio se lhes afigurava uma hipótese provável.

O veredicto dos deputados é conhecido: 387 pronunciaram-se a favor da pena de morte; 334 votaram contra. Em 21 de Janeiro de 1793, Luís XVI foi executado. Mais de um milénio de história monárquica chegou ao fim.

A pressão dos sans-culottes

Desde a transformação dos Estados Gerais em Assembleia Nacional Constituinte (Junho de 1789) até à suspensão do rei (Agosto de 1792), a Revolução Francesa foi conduzida pela burguesia que actuou em conformidade com os seus desígnios e interesses.

A partir daquela última data, porém, uma nova força social - a dos sans-culottes - impôs o seu protagonismo e determinou o rumo da Revolução.

Os sans-culottes eram um grupo essencialmente urbano, formado por artífices, lojistas e alguns operários. De rendimentos modestos, pertenciam à multidão de cidadãos passivos que reivindicavam a igualdade política e a igualdade económica.

Trabalhadores e patriotas, os sans-culottes revelavam-se adeptos da democracia directa. Frequentavam as sociedades populares e os clubes. Participavam nas assembleias de secção (circunscrições administrativas de Paris), onde votavam verbalmente. Elaboravam moções e petições que, no meio de ruidosas manifestações, faziam chegar à Convenção. Concentravam-se nas tribunas desta assembleia e intervinham nos debates, procurando, tantas vezes, influenciar as decisões.

Tal foi a pressão dos sans-culottes sobre a Convenção que a facção moderada, representada pelos Girondinos, se viu afastada do poder em 2 de Junho de 1793. Neste mesmo mês, a Convenção, agora dominada pelos Montanheses, votou uma nova Constituição, que ficou conhecida por Constituição do Ano I. Mais democrática que a de 1791, instaurava o sufrágio universal directo (reservado ao sexo masculino) na escolha para a

Assembleia Legislativa, reconhecia o referendo para a ratificação das leis e incluía uma nova Declaração dos Direitos, que a todos garantia o direito ao trabalho, à assistência, à instrução e à insurreição.

A Constituição, no entanto, jamais entrou em vigor. Os Montanheses decidiram não a pôr em prática, em virtude de uma terrível conjuntura interna e externa que se abateu sobre a França. Na Provença, em Lião, em Bordéus, estalara a insurreição federalista, instigada pelos Girondinos. Na Vendeia, monárquicos e católicos sublevavam-se contra as tropas republicanas, causando-lhes inúmeros reveses. No exterior, a França batia-se contra uma vasta coligação de países europeus, entre os quais se incluíam a Áustria, a Prússia, a Inglaterra, a Espanha, a Rússia, Portugal, estados alemães e italianos. Reagiam à política de anexações territoriais da Convenção e à execução de Luís XVI, que tanta repulsa causara na Europa.

Sentindo a Revolução em perigo, com as fronteiras cedendo ao inimigo, e instigada pela agitação sans-culotte, a Convenção ainda mais radicalizou a sua conduta. Após ter expulso os Girondinos, decretou um governo revolucionário, no qual pontificavam os mais extremistas dos Jacobinos.

O governo revolucionário e o Terror

Profundamente centralizado e ditatorial, o governo revolucionário colocou o interesse do Estado laico e republicano acima dos interesses privados. Sacrificou as liberdades individuais à causa da igualdade social, da independência da Nação e da salvação da República.

Em Agosto de 1793, foi imposta a mobilização geral, com a incorporação no exército de todos os homens solteiros com idades compreendidas entre os 18 e os 25 anos.

Em matéria económica, a Convenção cedeu à pressão dos sans-culottes, eliminando a livre concorrência. Pela Lei do máximo, de 29 de Setembro de 1793, foram fixados os salários e os preços.

Desde Junho, as aspirações igualitárias dos sans-culottes vinham sendo atendidas: nacionalizaram-se os bens dos emigrados, vendidos em pequenos lotes; decretou-se a partilha dos bens comunais; aboliu-se, por completo, a feudalidade. No fim do ano, foi a vez da instrução se tornar gratuita e obrigatória. A 26 de Fevereiro de 1794, os chamados decretos de Ventoso legislaram sobre a partilha dos bens dos suspeitos pelos indigentes; sobre assistência médica, abonos de família, pensões de invalidez e velhice.

A defesa dos direitos humanos, nomeadamente da liberdade e da igualdade, assumiu particular relevância na obra da Convenção. Em Fevereiro de 1794, aboliu-se a escravatura nas colónias.

Uma política de descristianização foi, simultaneamente, posta em prática. Perseguiram-se os padres refractários e até os constitucionais simpatizantes dos Girondinos. Fecharam-se as igrejas. Publicou-se um calendário republicano que abolia o domingo e os feriados religiosos. Instituíram-se os cultos da Razão e do Ser Supremo. Fizeram-se mascaradas anti-religiosas. Veneraram-se, em vez do rei e das figuras santas, os heróis da Revolução. Marat, ídolo montanhês da Convenção, a todos suplantou. O casamento passou de sacramento a mero acto civil, que o divórcio podia dissolver. Medidas judiciárias legalizaram, entretanto, a violência. Os massacres espontâneos cederam lugar às detenções, seguidas de julgamentos sumários. A Lei dos Suspeitos semeou a denúncia e a arbitrariedade, levando ao encarceramento de umas 300 000 a 500 000 pessoas. Em Paris e na província os tribunais revolucionários condenaram à morte cerca de 17 000 suspeitos; acrescentando as mortes na prisão e outras execuções, calculam-se em cerca de 40 000 as vítimas do Terror. Encontram-se entre elas a rainha Maria Antonieta, Madame Roland, Brissot, Vergniaud, BaiHy, todos políticos girondinos, e até o químico Lavoisier.

Embora recheada de vanguardismo e de antecipações democráticas, a obra de Convenção foi ditatorial e profundamente repressiva. Conseguiu, desse modo, repelir o invasor estrangeiro, retomar a Bélgica e a Renânia, esmagar a revolta da Vendeia, abater a rebelião dos departamentos (Normandia, Bretanha, Provença). Em 1794, a República jacobina parecia salva.

O fim do governo revolucionário e da república jacobina

O radicalismo jacobino teve, porém, os dias contados e o governo revolucionário acabou vítima dos seus excessos. Ardoroso defensor da unidade republicana, Robespierre mandou executar todos os que se atreviam a criticá-lo. Entre eles, Danton, que gozava de grande popularidade e ousara falar na reconciliação nacional.

A 9 do Termidor (27 de Julho de 1794), uma conjura da Convenção afastou Robespierre do poder e, considerando-o "fora da lei", executou-o sumariamente.

Chegava ao fim a fase mais radical e violenta da Revolução Francesa, cimentada na aliança entre os Jacobinos e os sans-culotte.

O Triunfo Da Revolução Francesa

O Directório e o regresso à paz civil (1795-1799)

Ao terminar as suas funções, a Convenção aprovou, em 22 de Agosto de 1795, uma nova Constituição. Foi a Constituição do Ano III, destinada a estabelecer a ordem e a concórdia sob a égide da burguesia. Deu origem a uma nova etapa da Revolução Francesa, conhecida por Directório.

Logo no preâmbulo, a Constituição abria com uma Declaração dos Direitos e dos Deveres, portadora de uma nova concepção de igualdade ("A igualdade consiste no facto de a lei ser a mesma para todos e defensora da propriedade e da liberdade económica. O sufrágio censitário indirecto foi restabelecido. Embora os cidadãos activos (6 milhões) fossem mais numerosos que em 1791, os eleitores eram apenas 30 mil. Deveriam ter 25 anos, pelo menos, e ser proprietários ou possuidores de um rendimento igual ou superior a 200 dias de trabalho.

O poder legislativo ficou entregue a duas assembleias, o Conselho dos Anciãos, que propunha as leis, e o Conselho dos Quinhentos, que as votava. Não podiam, por isso, funcionar separadamente. Nem, também, possuíam qualquer meio legal para demitir os cinco directores, a quem pertencia o poder executivo. Estes, por sua vez, não tinham o direito de dissolver os Conselhos.

Tais limitações de poderes explicam-se pelo receio de um regresso à ditadura. Depois do Terror jacobino, o Directório propunha-se a fazer reinar a concórdia e restabelecer a paz civil.

No entanto, os anos vividos pelo Directório (1795-1799) revelaram-se algo inquietantes. Prosseguia a guerra da França contra a Europa. A crise financeira agravou-se e os contrastes sociais eram mais chocantes que nunca. Novos-ricos exibiam-se despudoradamente, enquanto os assalariados sofriam com a alta dos preços.

A oposição de realistas e radicais não dava tréguas ao Directório, que recorreu permanentemente à força militar e ao golpe de Estado para abater conspirações e, até, anular resultados desfavoráveis de eleições.

O último dos golpes pôs fim ao desacreditado Directório. Aconteceu a 18 do Brumário do Ano VIII (9 de Novembro de 1799) e foi executado por Napoleão Bonaparte, que se assumiu como o salvador da República.

Do Consulado ao Império - a nova ordem institucional e jurídica (1799-1804)

Após o golpe de 18 do Brumário, o poder executivo foi entregue a uma comissão consular, a que pertencia o general Napoleão Bonaparte. A nova Constituição do Ano VIII, aprovada em 24 de Dezembro de 1799, concentrou o poder nas mãos de Napoleão. Feito primeiro-cônsul por 10 anos, competiam-lhe a iniciativa das leis e a nomeação dos juízes.

Destinada a estabilizar a Revolução e a consolidar as conquistas burguesas, a obra do Consulado pautou-se pela centralização administrativa e judicial, pela recuperação financeira e pela reconciliação nacional.

Tal como os juízes, também a administração local coube a funcionários nomeados pelo Governo. Foram os chamados prefeitos e subprefeitos.

O sistema fiscal beneficiou com a implementação das contribuições directas. Criou-se, em 1800, o Banco de França, com capacidade de emissão fiduciária e de empréstimos ao Estado. Uma nova moeda - o franco germinal - manteve-se estável até 1914.

Cessaram as perseguições aos republicanos radicais e aos realistas, desde que dispostos a servirem o poder napoleónico.

Pôs-se fim ao diferendo com a Santa Sé. Pela Concordata de 1801, garantia-se o livre exercício do catolicismo, considerado "religião da maioria dos Franceses". O clero renunciava aos bens confiscados, sendo pago pelo Estado, a quem prestaria juramento.

Instituiu-se a Legião de Honra, em 1802, uma condecoração que recompensava os serviços militares e as virtudes civis.

Também em 1802, criaram-se os liceus, para acolher os filhos da burguesia e os alunos bolseiros. Deles se esperava competência e devoção ao Estado, quando viessem a integrar os respectivos quadros.

Deu-se uma base jurídica do regime, com a publicação, em 1804, do Código Civil. Consagrava a igualdade perante a lei, o estado civil laico, a liberdade de crenças, a inviolabilidade da propriedade, a autoridade masculina no seio da família. Fazendo cessar a diversidade de leis do Antigo Regime, o Código Civil unificava a França do ponto de vista legal.

A vigência do Consulado (1799-1804) mais não foi do que a afirmação do poder pessoal e autoritário de Napoleão Bonaparte. Destinado a manter-se no poder, tudo fez para que a Constituição do Ano X (1802) o proclamasse cônsul vitalício. Daí até ao 28 do Floreai do Ano XII (18 de Maio de 1804), data em que o Senado e o Tribunado o proclamaram imperador hereditário, foi só um passo. A 2 de Dezembro, em Notre-Dame de Paris, coroar-se-ia imperador na presença do papa Pio VII.

A Geografia dos movimentos revolucionários na primeira metade do século XIX: as vagas revolucionárias liberais e nacionais.

Desde a sua eclosão, a Revolução Francesa apresenta-se como modelo de luta contra a tirania. Sob a sua influência e do imperialismo napoleónico, os ecos liberais difundem-se na Europa.

Ferozmente conservador, antiliberal e antinacionalista, o Congresso de Viena (1815) constrói um novo mapa político europeu. Desrespeita nações, submetendo-as a Estados estrangeiros, e elimina as heranças revolucionárias.

Contra esta nova ordem política ergue-se uma vaga de revoluções na Europa, entre 1820 e 1824, que acaba por se repercutir na emancipação da América Latina.

Uma segunda vaga revolucionária ocorre entre 1829 e 1839 e uma terceira explode em 1848. Se, naquela, a vitória do Liberalismo foi notória, já na última as conquistas revolucionárias revelaram-se efémeras.

A Europa e a Revolução Francesa

A Revolução Francesa foi saudada pelos coevos como um acontecimento verdadeiramente excepcional, susceptível tanto das adesões mais entusiásticas como das mais violentas rejeições [doe. u. Atraiu, naturalmente, os liberais que a consideraram um modelo a seguir. Repeliu os conservadores que recearam o contágio revolucionário.

E razão tiveram os liberais para exultar e os conservadores para recear. Quando, em 1792, os Franceses iniciaram a guerra contra a Europa, fizeram-no não só para defender a sua Revolução, mas também porque entenderam dever propagar a liberdade ao mundo, escorraçando os tiranos que o oprimiam.

Depressa, porém, a guerra de libertação se transformou em guerra de conquista, com a política expansionista da Convenção e do Directório.

Nas guerras do Directório, distinguiu-se Napoleão Bonaparte. Herói militar e logo chefe político, na qualidade de cônsul e imperador, caber-lhe-ia um papel fundamental no apaziguamento nacional e na consolidação burguesa. As suas ambições desmedidas conduziram-no ao assalto da Europa, onde multiplicou as conquistas. Em fins de 1811, auge da glória napoleónica, a França dominava um vasto império europeu, no qual se apresentava como libertadora da opressão absolutista. Assim não o entenderam os povos submetidos, que viam em Napoleão e nos Franceses ocupantes odiosos. Espoliados no seu orgulho e nas suas riquezas, as nações europeias sublevaram-se, contando com o apoio da Inglaterra.

As “Revoluções Em Cadeia” Da Era Pós-Napoleónica

De 1812 a 1815, Napoleão acumulou derrotas. Forçado a abdicar após Waterloo, viu o sonho imperial desfeito. Chegara a hora de a diplomacia europeia construir uma nova ordem política e reorganizar as fronteiras.

Para tal reuniu-se o Congresso de Viena (1814-1815), empenhado em restaurar a legitimidade monárquica, impedir as ambições revolucionárias e apagar a obra da Revolução Francesa. Nas fronteiras da França, criaram-se os Estados-tampão dos reinos dos Países Baixos e do Piemonte-Sardenha. Fragmentaram-se arbitrariamente a Alemanha e a Itália. A Rússia, a Áustria e a Prússia, baluartes do absolutismo, engrandeceram com a aquisição de novos territórios, numa manifestação de claro desrespeito para com os Polacos, Belgas, Italianos, Alemães. As liberdades prometidas, aquando da guerra contra Napoleão, ficaram esquecidas e o princípio das nacionalidades foi desrespeitado.

Ao afirmar que "a cada povo corresponde uma Nação e a cada Nação um Estado", aquele princípio defendia a unidade e a independência dos povos ligados por laços linguísticos, históricos e por tradições comuns. Como tal não se verificou, a Santa Aliança e a Quádrupla Aliança mostraram-se impotentes para debelar o surto revolucionário das décadas seguintes.

Entre 1820 e 1824, estalaram revoluções liberais na Espanha, em Nápoles, Portugal e Grécia. Por sua vez, as revoluções ibéricas estiveram na origem da libertação das respectivas colónias americanas. Em 1822, já quase toda a América espanhola tinha rompido os laços com a metrópole e o Brasil declarava a sua independência em Setembro.

Entre 1829 e 1839, ocorreu uma segunda vaga revolucionária no mundo ocidental. Na França, uma revolução popular e burguesa depôs o monarca Carlos X, de tendências absolutistas, e fez de Luís Filipe, duque de Orleães, o rei dos Franceses. A Bélgica tornou-se independente da Holanda; a Polónia revoltou-se contra o domínio russo, mas foi sufocada; a agitação lavrou, também, na Itália e na Alemanha; a Espanha e Portugal viram-se a braços com guerras civis entre liberais e absolutistas.

Em 1848, sob o efeito de uma depressão agrícola e industrial, a Europa incendeia-se de novo. Na França, os republicanos alcançam o poder na sequência da Revolução de Fevereiro e, no Império Austro-Húngaro, na Alemanha e na Itália, as revoltas liberais e nacionalistas sucedem-se. Foi a "Primavera dos povos", prontamente reprimida pelas forças conservadoras.

De facto, as conquistas obtidas revelaram-se precárias. As constituições, a custo arrancadas, foram abolidas e nenhuma das rebeliões nacionalistas (na Itália, na Boémia, na Hungria) triunfou. Na própria França, Luís Napoleão, o presidente da 2ª República, proclamou-se Imperador em 1852.

O legado do Liberalismo na primeira metade do século XIX

Fruto da ideologia das Luzes e das Revoluções Liberais, o Liberalismo expande-se no mundo ocidental durante a primeira metade do século XIX. Defende, antes de mais, a liberdade individual, a igualdade perante a propriedade privada, entendendo caber ao Estado a preservação destes princípios burgueses. Para tal, o poder político, progressivamente secularizado, funcionaria na base da separação dos poderes e da soberania nacional, garantidas, bem como os direitos do indivíduo, em textos constitucionais. Sob o ponto de vista económico, o Liberalismo defende a livre iniciativa, a abolição dos monopólios, considerando a livre concorrência como o garante da ordem, da justiça e do progresso da sociedade.

Porém, o Liberalismo então vigente conheceu restrições. Limitou o exercício da soberania aos mais abastados e esclarecidos, através do sufrágio censitário. A custo, e depois de muitas polémicas e conflitos armados, inclusive, aboliu a escravatura. Concomitantemente, nas artes, o Romantismo é a expressão da ideologia liberal. Na literatura, na música e nas artes plásticas, propõe uma nova estética, afastada dos cânones racionalistas clássicos, fantasiosa, imaginativa, sentimental, individualista e nacionalista.

O Estado Como Garante da Ordem Liberal * O Liberalismo, uma ideologia centrada na Defesa dos Direitos dos Indivíduos

Os direitos naturais ou direitos do Homem

No rescaldo das revoluções liberais, e com particular intensidade no século XIX, o mundo ocidental assistiu à implantação de um novo sistema de organização política, económica e social conhecido por Liberalismo. De uma forma muito genérica, podemos dizer que o Liberalismo se opõe ao Absolutismo e a qualquer forma de tirania política, defende a liberdade de iniciativa económica e promove as classes burguesas.

No cerne do Liberalismo está a ideologia liberal, que se distingue por sobrevalorizar os direitos do indivíduo, uma vez que considera ser a sociedade composta de indivíduos e não de grupos. Esses direitos são, antes de mais, a liberdade, a igualdade, a segurança e a propriedade. 0 Liberalismo apelida-os de direitos naturais, pois derivam da condição humana que é naturalmente livre e igualitária. Logo em 1789, em França, a famosa Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão reconheceu, no seu artigo 1.°, que «os homens nascem e são livres e iguais de direitos».

Os liberais fazem da defesa da liberdade individual, seja ela civil, religiosa, política ou económica, a pedra-de-toque da sua ideologia ou doutrina, que dela retira o nome [Liberalismo]. A própria igualdade decorre de toda a Humanidade nascer livre. A segurança, por sua vez, protege o Homem das ameaças à sua liberdade. Quanto à propriedade, dota-o de bens e liberta-o da sujeição a outros homens.

Os direitos do cidadão; o cidadão actor político

Para além de Homem, o indivíduo é, segundo o Liberalismo, um cidadão que intervém na governação.

Se o Antigo Regime se caracterizou pela existência de súbditos desiguais em direitos e submetidos à autoridade despótica de um chefe, a sociedade liberal só conhece cidadãos, a quem compete participar na formação da lei e no controlo da administração. Isto é, ao cidadão cabe desempenhar o papel de actor político, exercendo a soberania nacional e representando a vontade da maioria.

De várias maneiras se podia expressar a intervenção política dos cidadãos. Como eleitores, escolhiam os representantes para as assembleias e demais cargos políticos. Como detentores de cargos, elaboravam as leis e administravam, geral e localmente, o país. Mas também participando entusiasticamente nos clubes, assistindo às assembleias onde não se coibiam de apresentar petições e interpelar os deputados, ou, simplesmente, lendo e/ou escrevendo artigos de opinião nos jornais, o cidadão anónimo intervinha na vida pública e condicionava, tantas vezes, as decisões dos estados.

Acontece que o Liberalismo vigente na primeira metade do século XIX interpretou com restrições o exercício político da cidadania. Tais restrições fundavam-se no dinheiro e na propriedade. Considerava-se o critério da fortuna como uma espécie de passaporte para a capacidade política, pois presumia-se que os eleitores e os governantes com uma razoável independência económica usufruíam de mais oportunidades de se esclarecerem e instruírem, logo, de emitirem opiniões mais fundamentadas e de governarem melhor.

Por isso, nos países onde o Liberalismo triunfou na primeira metade do século XIX, coube à burguesia, a classe mais rica e instruída, aproveitar-se do livre jogo da iniciativa política. Através do censo (imposto pago ao Estado) e do sufrágio censitário, reservou para si o poder político e controlou o acesso às funções públicas e administrativas. Este foi o liberalismo moderado, que fez do Estado um defensor da ordem social burguesa, acabando por negar o carácter de direitos naturais à propriedade e à igualdade. À propriedade, porque se tornou cada vez mais um direito adquirido (pelo trabalho, talento, mérito e... sorte); à igualdade, porque circunscrita apenas à existência de leis iguais para todos.

Concluindo, para o liberalismo moderado a soberania nacional jamais se confundiu com a soberania popular, pelo que Liberalismo e Democracia nunca puderam ser termos sinónimos.

O Liberalismo Político; A Secularização das Instituições

O Liberalismo faz da consagração dos direitos individuais o supremo objectivo das instituições e dos regimes políticos. Pretende um Estado neutro, que respeite as liberdades e que faça aplicar uma lei igual para todos.

Para evitar o despotismo, quer o resultante do exercício do absolutismo régio, quer o proveniente da ditadura popular, o liberalismo político socorre-se de uma variedade de fórmulas que limitam o poder. Deveria este fundamentar-se em diplomas constitucionais, funcionar na base da separação dos poderes e da soberania nacional exercida por uma representação, bem como proceder à secularização das instituições.

O constitucionalismo

É através dos textos constitucionais que os liberais legitimam o seu poder político, substituindo um regime herdado do passado e produto do costume por um regime assente na ordem jurídica. Esse regime pode mesmo revestir a forma de uma monarquia, pois os liberais não a hostilizam, desde que ela seja constitucional.

Quanto às constituições liberais, resultam de dois processos. Umas vezes, votadas pelos representantes da Nação - são as Constituições propriamente ditas. Outras, outorgadas pelos soberanos, como um gesto da sua boa-vontade e magnanimidade - são as Cartas Constitucionais. Para o liberalismo moderado, aliás, devia ser o rei, fazendo uso das prerrogativas e privilégios que historicamente detém, a outorgar um documento constitucional que se transforme no código político da Nação.

A separação dos poderes

Os liberais moderados fazem também depender os direitos e garantias dos cidadãos da observância rigorosa da separação e do equilíbrio dos poderes político-constitucionais. Para evitar que uma assembleia legislativa ou o supremo magistrado chame a si a totalidade das competências políticas, fazendo o regime resvalar para o despotismo, advogam a necessidade de se proceder à distribuição dos diversos poderes pelos diferentes órgãos de soberania, aos quais seriam assegurados os convenientes meios de defesa, na eventualidade de um deles pretender sobrepor-se aos restantes.

Para os liberais moderados, o princípio da separação e do equilíbrio dos poderes não invalida, porém, o reforço do poder executivo, característica existente na Grã-Bretanha e à qual atribuem a prosperidade económica e a concórdia civil do país.

O reforço do executivo ficou consignado, na França, na Carta de 1814 e, em Portugal, na Carta Constitucional de 1826.

A representação da Nação

O Liberalismo advoga e põe em prática o princípio iluminista da soberania nacional. No entanto, a Nação soberana não exerceria o poder de forma directa, mas confiá-lo-ia a uma representação dos "mais inteligentes e sensatos", que eram os possuidores de um grau razoável de fortuna. Aos cidadãos abastados pertencia, como já vimos, a exclusividade do direito de eleger e de ser eleito.

Nos parlamentos, denominados de Cornara, Dieta, Estados Gerais ou simplesmente Assembleia, encontrava-se sediada a representação nacional, a quem cabiam as funções legislativas. O liberalismo moderado revelou-se, de um modo geral, afecto ao bicameralismo, segundo o qual uma Câmara Baixa, de deputados eleitos, se completaria com uma Câmara Alta, composta pelos descendentes da aristocracia ou outros vultos preeminentes, todos eles da escolha do monarca.

Tanto na Europa como na América, o sistema legislativo bicameral afigurou-se como um dos garantes do constitucionalismo e como um dos traços definidores do liberalismo moderado.

A secularização das instituições

O Estado neutro, que respeita e defende os direitos individuais, assume-se também como um Estado laico que separa as esferas: temporal e espiritual e seculariza as instituições. De facto, sem que se declarem inimigos da religião, deixam de salientar que esta é uma convicção pessoal, íntima, e enfeudado à Igreja.

Defensores ardentes da liberdade religiosa e das liberdades civis de consciência, de pensamento, de expressão, de ensino, os liberais encetam uma série de reformas destinadas a emancipar o indivíduo e o Estado da tutela da Igreja.

Institui-se o registo civil para os nascimentos, casamentos e óbitos, anteriormente confinados à competência exclusiva da Igreja e obrigatoriamente inscritos nos registos paroquiais.

Com o encerramento, nos países católicos, das congregações religiosas e o desaparecimento dos seus hospitais e escolas, o Estado liberal viu-se, por sua vez, na obrigação de criar uma rede de assistência e de ensino absolutamente laicos. A escola pública, em particular, revelar-se-ia um poderoso instrumento de divulgação das virtudes cívicas da fraternidade, do patriotismo, da tolerância, que se pretendiam substituir à fé, subserviência e caridade cristãs pregadas pelos párocos.

Entretanto, a expropriação e a nacionalização do fundo patrimonial das ordens religiosas contribuíram para debilitar o poderio económico da Igreja, base da sua indiscutível influência política. O declínio do poder da Igreja e a sua subalternização relativamente ao poder político ficariam consagrados numa extensa legislação que tanto retirou ao clero privilégios judiciais e fiscais, como o privou do voto ou, simplesmente, transformou os seus membros em vulgares cidadãos e funcionários do Estado.

Influenciada, sem dúvida, pelo racionalismo das Luzes e pelos progressos científicos do século XIX, a retirada do poder à Igreja, encetada pelo Liberalismo, acompanhou uma certa descristianização dos costumes, bem como episódios de anticlericalismo, que atingiram o auge em inícios do século XX, com a publicação das Leis de Separação da Igreja e do Estado.

O Liberalismo Económico; O Direito à Propriedade e à Livre Iniciativa

Defensor dos direitos e das liberdades individuais, o Liberalismo reage contra qualquer forma de tirania política e económica. Do ponto de vista económico, o Liberalismo é produto do fisiocratismo e das ideias de Adam Smith: ambas as correntes defendem a iniciativa individual e a ausência estatal de intervenção na economia, insurgindo-se, assim, contra o dirigismo mercantilista.

Expressão das ideias económicas do iluminismo e dos filósofos do século XVIII, o fisiocratismo interessa-se por encontrar os meios que aumentem a riqueza da comunidade, pois considera a felicidade como o fim da

actividade humana. Partindo do princípio de que a Natureza é todo-poderosa e de que a agricultura é a única criadora de riquezas, o enciclopedista Quesnay (1694-1774) critica as práticas comunitárias de cultivo dos solos, como as pastagens comuns, dizendo que a terra deve ser cultivada com toda a liberdade. Liberdade que é, obviamente, a dos grandes proprietários, que expulsam os pequenos camponeses e promovem as inovações agrícolas.

O espírito de empresa e a busca individual do lucro são também ideias-chave no economista Gournay (1712-1759), que defende a liberdade de produção industrial e de circulação. O seu «laissez faire, laissez passer» ficou como uma das palavras de ordem do fisiocratismo e do liberalismo económico.

De igual modo, Adam Smith (1723-1790), para quem o trabalho é a verdadeira fonte de riqueza, faz depender o enriquecimento do Estado do direito à propriedade e da busca individual da fortuna, identificando a vantagem pessoal com o interesse da colectividade: «Quando o indivíduo trabalha para si próprio, serve o sociedade com mais eficácia do que quando trabalha para o interesse social. Só a livre iniciativa em busca da riqueza promoveria o trabalho produtivo, o aforro, a acumulação de capital, o investimento, isto é, o progresso económico. Mas, para que este se consumasse, era necessário que o Estado abdicasse de toda e qualquer intervenção na regulação da economia. Adam Smith surge-nos, pois, como um grande defensor do liberalismo económico, preconizando a supressão dos monopólios, a livre concorrência e a mais completa liberdade comercial, que levaria, inclusive, à abolição dos entraves ao comércio internacional.

Segundo Adam Smith, a ordem económica é uma ordem natural, que se estabelece por si própria, de acordo com o jogo, também natural, da oferta e da procura: se um produto é solicitado, o seu preço sobe e o seu fabrico é estimulado; o mesmo se passa com o salário do trabalhador, cujo contrato com o patrão não conhece regras, a não ser aquelas que são ditadas pela maior ou menor necessidade de mão-de-obra. Somente as leis do mercado, assentes no livre jogo da oferta e da procura e na livre concorrência, equilibrariam a produção e o consumo, devendo o Estado abster-se de qualquer regulação, como, por exemplo, impor limites de produção, lançar impostos, taxar preços e salários ou controlar a contratação de mão-de-obra. As funções que o liberalismo de Adam Smith atribui ao Estado são muito precisas: facilitar a produção, fazer reinar a ordem, fazer respeitar a justiça, protegera propriedade.

Adam Smith surge-nos como o teórico de uma nova ordem económica, assente na livre procura do lucro (livre concorrência) e no afastamento dos obstáculos à iniciativa privada. O resultado seria uma economia de mercado livre, uma maior riqueza, justiça e progresso social.

Entre os continuadores do legado teórico de Adam Smith citam-se Thomas Malthus (1766-1834) e David Ricardo (1772-1823), na Inglaterra, e Jean-Baptiste Say (1767-1832), na França. Todos foram unânimes em concordar que a livre concorrência e a lei da oferta e da procura são os fundamentos do progresso.

Expressão dos interesses da burguesia e do capitalismo, o liberalismo económico revelar-se-ia uma força vital para o desenvolvimento do capitalismo industrial do século XIX.

Os Limites da Universalidade dos Direitos Humanos; A problemática da Abolição da escravatura

Nos seus textos jurídicos (Declarações dos Direitos e Constituições), os liberais definiram a liberdade, a igualdade, a propriedade como direitos humanos universais. Dado brotarem da condição humana, afiguravam-se-lhes susceptíveis de serem usufruídos por todos os indivíduos, em todos os tempos e lugares.

A realidade dos factos encarregar-se-ia de desmentir aqueles pressupostos. A universalidade dos direitos humanos, nem sempre garantidos pelo Estado liberais, conheceu os seus limites. Jamais a propriedade foi um direito natural. Coube à burguesia, por exemplo, beneficiar das transformações da vida rural, através da compra de terrenos comunais e dos bens nacionais. Este reforço da burguesia teve, como contrapartida, a pauperização dos camponeses, que, privados dos pastos e baldios comuns e incapazes de comprarem a libertação dos foros e da dízima, como em muitos lugares se exigiu, se viram impedidos de ascender socialmente e de obter direitos políticos.

Na verdade, a igualdade proclamada pelos liberais revelou-se meramente teórica. A desigualdade de fortunas fez da política assunto de uma minoria abastada, em virtude do estabelecimento do sufrágio censitário. Recorde-se, na França, os 4 milhões de cidadãos activos que, numa população de 28 milhões, detinham o exclusivo dos direitos políticos. E, se indivíduos do sexo masculino havia a quem, pelo menos, os direitos civis eram reconhecidos, as mulheres ficaram afastadas de qualquer dos atributos da cidadania.

E que dizer da liberdade, o princípio mais sagrado da ideologia liberal, quando, em seu nome, os revolucionários franceses encetavam uma política de conquistas e, também em pleno século XIX, o tráfico de escravos e a escravatura se mantinham?

Como resolveram os liberais a contradição entre a defesa da liberdade e a prática da escravatura? É desta questão polémica que iremos, de seguida, falar.

A problemática da abolição da escravatura

Na França

Os primeiros grandes debates do período liberal em torno da escravatura tiveram lugar em plena Assembleia Constituinte francesa. Não sem oposição, a Assembleia concedeu, em Maio de 1791, direitos civis aos homens livres de cor e, em Setembro, pôs termo à escravatura no território metropolitano francês.

Nas colónias, porém, a escravatura mantinha-se, o que violava claramente o artigo 1.° da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão. Confrontados com os interesses dos armadores dos portos ligados ao tráfico esclavagista e dos proprietários de plantações nas Antilhas, os deputados da Constituinte e, depois, da Legislativa não se atreveram a pôr em causa um sistema económico, no qual consideravam repousar a prosperidade da França.

O debate, na França, subiu de tom e apaixonou a opinião pública. Semanalmente, o jornal **As Revoluções de Paris** apresentava posições abolicionistas.

Entretanto, eclodia em Outubro, em São Domingos, uma revolta de escravos liderada pelo negro Toussaint-Louverture.

A luta contra a escravatura viria a surtir efeito em plena Convenção, empenhada na efectiva concretização da liberdade e da igualdade. Pelo Decreto de 16 do Pluvioso do Ano II (4 de Fevereiro de 1794), a escravatura foi abolida nas colónias francesas, sem qualquer indemnização aos proprietários.

Restabelecida em Maio de 1802, durante o consulado de Napoleão e novamente sob pressão dos proprietários das Antilhas, a escravatura nas colónias, tal como o respectivo tráfico, ficou definitivamente erradicada na França após a revolução republicana de Fevereiro de 1848.

Nos Estados Unidos da América

Também na jovem república dos Estados Unidos da América, o princípio da igualdade, inscrito na sua Declaração de Independência em 1776, conviveu, contraditoriamente, durante quase um século com a escravatura dos negros. De facto, a Constituição do país permitiu a existência de escravos, muito embora deixasse ao critério de cada Estado a sua extinção.

Em meados do século XIX, o afrontamento entre abolicionistas e esclavagistas intensificou-se, quando o Congresso dos Estados Unidos declarou a intenção de proibir a escravatura nos novos territórios, convertidos em novos estados. Esta situação era particularmente notória no Sul, onde a conquista de territórios mais se fizera sentir e onde a economia do algodão e do tabaco assentava na exploração de mão-de-obra escrava. Já os estados do Norte, mais dependentes de actividades industriais e comerciais, apoiavam a legitimidade abolicionista do Congresso.

O antagonismo adensou-se quando Abraham Lincoln, um membro do Partido Republicano conhecido pelas suas veementes posições contra a escravatura, foi eleito presidente dos Estados Unidos em 1860 [doem. Logo depois, a Carolina do Sul e mais 10 estados sulistas desligaram-se do governo da União, formando entre si uma Confederação. Lincoln e o Congresso bem tentaram impedir a cisão, mas os seus argumentos em nada demoveram os sulistas. De 1861 a 1865, a cruel Guerra da Secessão ensanguentou o país, levando-lhe meio milhão de vidas e destruindo recursos e comunicações.

A vitória do Norte trouxe consigo o triunfo dos direitos humanos. Ainda em plena guerra, o Governo da União não hesitara, em 1863, em proclamar extinta a escravatura no Sul. O abolicionismo ficaria consagrado quando, em 18 de Dezembro de 1865, a 13ª Emenda à Constituição pôs termo à escravatura em qualquer ponto dos EUA. Foi A. Johnson, o novo presidente, que promulgou a medida, em virtude do trágico desaparecimento de Lincoln.

Entre dificuldades, o abolicionismo consolidou-se na América do Norte. A 75.° Emenda à Constituição, de 27 de Fevereiro de 1869, reconheceu direitos políticos aos negros e aos antigos escravos, procurando a sua plena integração cívica.

Em Portugal

A problemática da abolição da escravatura em Portugal gravitou, essencialmente, em torno da proibição do tráfico negreiro, de que o nosso país, por razões históricas, foi um dos grandes agentes. Diga-se que, na segunda metade do século XVIII, a legislação pombalina preparara a extinção da escravatura na metrópole, ao proibir o transporte de escravos negros para Portugal e libertando os filhos dos escravos que aí nascessem.

Razões filantrópicas, económicas e diplomáticas conjugaram-se, no século XIX, para que Portugal também extinguisse o ignominioso tráfico. As razões filantrópicas entendem-se; deveram-se aos paladinos dos direitos do Homem.

A Grã-Bretanha bem as invocou, nas inúmeras pressões que sobre Portugal exerceu, para que pusesse fim ao tráfico negreiro. Aliás, como potência signatária do Tratado de Viena (1815), já o nosso país se comprometera a proibir o comércio de escravos ao norte do equador.

Na raiz da pressão britânica residiam, porém, motivações económicas. Empenhada na efectivação da sua revolução industrial, interessava à Grã-Bretanha o controlo dos recursos agrícolas e minerais das colónias das economias europeias suas dependentes, de que o caso mais flagrante era o de Portugal. Ora, tal exploração de recursos afigurava-se impossível face à terrível sangria de mão-de-obra que o tráfico significava. Aliás, a própria utilização de escravos para o trabalho representava um verdadeiro anacronismo na sociedade industrial, uma vez que o modo de produção capitalista assenta no trabalho assalariado.

Motivos económicos semelhantes levaram o visconde de Sá da Bandeira, chefe do Governo setembrista, a decretar a proibição de importação e exportação de escravos das colónias portuguesas ao sul do equador, em Dezembro de 1836. Face à independência do Brasil e à desestruturação que a nossa economia então experimentara, Sá da Bandeira vislumbrou, com notável lucidez, num relatório elaborado em inícios de 1836, a necessidade do desenvolvimento dos territórios de África, onde a exploração do tráfico daria lugar ao fomento das actividades produtivas e à criação das infra-estruturas adequadas.

Embora os traficantes continuassem clandestinamente a demandar as colónias portuguesas em África, uma série de decretos consumaram, nas décadas seguintes, o abolicionismo em Portugal. Finalmente, em Fevereiro de 1869, o rei D. Luís assinava e fazia publicar o decreto do Governo, presidido pelo agora marquês de Sá da Bandeira, onde se determinava que: «Fica abolido o estado de escravidão em todos os territórios da monarquia portuguesa, desde o dia da publicação do presente decreto».

Foi o último acto, em Portugal, de um processo que, apesar de conflituoso pelos vastos interesses nele entrelaçados, não deixou de expressar a vitória de liberdade, de igualdade e de dignidade do ser humano à escala internacional.

O Romantismo, Expressão da Ideologia Liberal

Sob o signo do sentimento e da Liberdade; Revalorização das Raízes Históricas das Nacionalidades

Depois de um século XVIII iluminado pela Razão e inspirado pelo equilíbrio clássico, a centúria de Oitocentos despertou sob o signo do sentimento e da sensibilidade, da ausência de regras e constrangimentos, numa palavra da liberdade. Eis a essência do Romantismo, que podemos definir como movimento cultura. E como estado de espírito. Manifestou-se na literatura, nas artes plásticas, na música, mantendo-se pujante até cerca de 1850.

O culto do eu

Se os filósofos do século XVIII se haviam preocupado com o estudo da génese e da evolução das sociedades, concluindo o caminho irreversível da Humanidade para o progresso, os românticos centravam as suas atenções no indivíduo arrebatado pelo sentimento e pela paixão, consumido pela dor, pela solidão e pela melancolia.

O culto do eu expressou-se na figura do herói romântico, um ser insatisfeito, um solitário que se abandona às emoções violentas, que rompe com as normas morais e sociais e que (re)constrói o mundo à sua maneira.

Frequentemente, o presente repugna-lhe e, por isso, o herói romântico, cuja vida é atribulada e curta, refugia-se na Natureza, cúmplice dos seus estados de alma, mergulha na Idade Média, que idealiza e mitifica, ou deambula pelo Oriente exótico.

Mas que motivo fez dos heróis românticos seres trágicos e malditos? Dir-se-iam em perpétua guerra contra um mundo, no qual se sentiam insatisfeitos e incompreendidos. Foi o "mal do século", explica-nos o poeta e dramaturgo Musset, que se transformou num autêntico "mal de viver". De facto, jamais os homens tinham experimentado mudanças tão bruscas e tão profundas na sua vida. Na transição do século XVIII para o século XIX, a Revolução Industrial transplantara-os para cidades cinzentas e tentaculares, onde, privados das solidariedades tradicionais, se sentiam desenraizados.

Somando os efeitos das revoluções liberais, das suas convulsões e destruições, fácil se torna compreender o ambiente de permanente instabilidade e de inquietude da primeira metade de Oitocentos. Como esperar, então, homens adultos e razoáveis, serenos e equilibrados, à boa maneira do Humanismo antigo?

A exaltação da liberdade

Falámos, atrás, do propósito de liberdade que animava o Romantismo. Ele não foi só traço de carácter e de uma sensibilidade tempestuosa, que nada contém ou controla. Manifestou-se, também, no Romantismo enquanto movimento cultural e revolução estética. 0 Belo, para os românticos, não se reduz à imitação dos clássicos, cujas regras contrariam e até rejeitam, em nome da liberdade de expressão e de criação. Como veremos mais adiante, novos caminhos se delinearam na literatura, na pintura, na música.

A liberdade foi, efectivamente, um dos temas mais caros do Romantismo, que se tornou a expressão da ideologia liberal. Fosse a liberdade de criação, a liberdade política, social ou económica ou a liberdade dos povos. Por isso, o Romantismo não se limitou ao culto do eu ou às paixões individuais e os românticos acabaram comprometidos política e socialmente. Sustentaram lutas contra a tirania absolutista, como Garrett e Herculano, que, em Portugal, defenderam com as armas e a pena a causa do Liberalismo; ou o pintor Delacroix que, em França, glorificou a Revolução Liberal de 1830. Exprimiram os anseios de afirmação da burguesia e o orgulho na condição burguesa. Combateram a favor dos povos oprimidos, como o pintor Goya que expressou o martírio dos madrilenos às mãos dos Franceses; ou Delacroix, que também denunciou o massacre dos Gregos pelos Turcos; ou o poeta Byron, que deu a vida pela Grécia.

A revalorização das raízes históricas das nacionalidades

Ao nacionalismo romântico e ao seu empenhamento na liberdade dos povos devemos o interesse pela Idade Média, época que viu nascer a maioria das nações europeias. Tão desprezada pelos renascentistas e racionalistas, que a conotavam com a barbárie, a Idade Média suscitou verdadeiras paixões aos românticos, que partiram em busca do seu património cultural. Redescobriram a riqueza do estilo gótico. Reavivaram temas e lendas medievais, como Walter Scott, Alexandre Herculano ou os irmãos Grimm. Recuperaram as tradições folclóricas (músicas, danças). Fomentaram a produção de grandiosas obras historiográficas.

Em suma, mergulhar na Idade Média significou revalorizar as raízes históricas das nacionalidades e lembrar a sua identidade cultural.

Uma Revolução Artística

A literatura

A literatura romântica desenvolveu-se à margem das regras e dos modelos clássicos. Cultivou o romance sentimental, onde os sonhos e as paixões dominam e se cultiva o pitoresco e o exótico. Recusou a métrica tradicional, as referências mitológicas e os processos eruditos da retórica greco-romana. As primeiras obras românticas remontam ao século XVIII e devem-se ao britânico James Macpherson (Poemas d'0ssian) e aos alemães Goethe (Os Sofrimentos do Jovem Werther) e Schiller (Os Bandidos).

A poesia foi o género em que melhor se exprimiram os suspiros e a revolta da alma romântica. Ver-se-ia enriquecida, no século XIX, com os contributos de Byron, Shelley, Keats, Heine, Chateaubriand, Lamartine e Musset.

Quanto ao teatro, sofreu uma verdadeira revolução com Victor Hugo. O Hernâni, levado à cena em 1830, quebrou a distinção clássica entre a tragédia e a comédia, inaugurando um novo género, o drama, onde o heróico coabita com o grotesco. Colheu adeptos mas, também, detractores, que prontamente se digladiaram.

O romance, género literário de eleição, produziu grandes obras-primas, onde as tumultuosas vivências sentimentais dos protagonistas se inserem, frequentemente, em tramas históricas. Walter Scott, Madame de Staél, Victor Hugo, George Sand e Alexandre Dumas (pai) contaram-se entre os maiores romancistas do século XIX.

As artes plásticas e a arquitectura

À semelhança da literatura, a pintura romântica também se opôs aos cânones racionalistas e à frieza das formas clássicas. Em lugar do desenho meticulosamente traçado, os pintores românticos oferecem-nos um colorido quente e forte. Delacroix afirmava que "os pintores que não são coloristas são ilustradores, não pintores".

Da cor se esperava a acção, o dinamismo. Por isso, se baniu das telas românticas o frio cinzento. O mesmo aconteceu com as poses hieráticas dos quadros neoclássicos, que deram lugar a atitudes naturais e expressivas, de força e movimento.

A Natureza manifestou-se como uma grande fonte de inspiração para os românticos, que quase lhe atribuíram uma alma. Ora nos surge tempestuosa e dramática, ora hostil e distante, ora dissolvida num espectáculo de luz.

Uma pintura emocional, que excita a imaginação, faz vibrar e sofrer, eis o que pretendiam os românticos. De facto, quem permanece insensível e sereno perante os horrores e o desespero de Os Massacres de Quios e A Jangada do Medusa.

Já a escultura e a arquitectura não se mostraram tão inovadoras quanto a pintura, pois os modelos clássicos continuaram pujantes. Veja-se, no entanto, o caso de F. Rude, cujo grupo escultórico de A Marselhesa substitui

a pureza das formas pela intensidade emocional, numa cena de acção e movimento intensos; ou As Casas do Parlamento, que revivem a Idade Média, num estilo conhecido por neogótico.

A revalorização das tradições nacionais e o sentido do exótico motivaram, na arquitectura, os revivalismos históricos (neo-árabe, neogótico, neomanuelino, neobarroco), numa síntese de tendências apelidada de eclectismo.

A música

Os elementos românticos sempre estiveram presentes na música através da expressão e da emoção subjectivas. A música romântica do século XIX foi muito influenciada por temas literários ou artísticos (pictóricos, por exemplo), pelos cenários naturais, particularmente campestres, que constituíam contrapontos à paisagem urbana que irrompera com a Revolução Industrial.

No domínio das formas, como reflexo de uma típica propensão para os estados extremos, coexistiram a expressão íntima e idílica (patente no desenvolvimento da melodia) e a inclinação para o teatral e grandioso, a culminar na expansão do sinfonismo (Brahms, Bruckner e Mahler) e no apogeu da criação operática. Amplia-se a técnica instrumental, sobressaindo Chopin e Liszt no piano e Paganini no violino. No domínio orquestral, diversificam-se os instrumentos, alarga-se o número de executantes e constroem-se salas mais aperfeiçoadas no domínio da acústica.

A exaltação do herói romântico surge, por exemplo, em Beethoven (Sinfonia Heróica). A poesia é uma fonte de inspiração para compositores como Schubert e Schumann, que usam poemas de autores consagrados (Goethe e Heine). O poema sinfónico constitui uma forma quase literária de música, bem representados nas obras de Liszt, Strauss, Sibelius. Os criadores inspiraram-se nps elementos do folclore musical, reflectinfo, muitas vezes a herança nacional das respectivas práticas: casos de Chopin (Polónia), Liszt (Hungria), Grieg (Noruega), Sibelius (Finlândia), Tchaikowski (Rússia).

Apoiando-se em temas de grandes criadores literários, como Shakespeare, Walter Scott, Victor Hugo, Schiller, Byron, ou mesmo da Antiguidade Clássica, desenvolve-se a grande ópera. São românticos alguns dos expoentes do género, bastando referir: Rossini, Berlioz, Puccini e, particularmente, Verdi e Wagner, que se empenharam, com entusiasmo, nos projectos de unificação nacional na Itália e na Alemanha, respectivamente. Verdi desenvolveu magistralmente a ária de ópera, uma forma tipicamente romântica, que favoreceu o aparecimento das grandes figuras do belo canto. Wagner foi, talvez, o expoente máximo do Romantismo musical. Pretendeu ressuscitar o ideal grego do drama, combinando-o com o gosto pelo campo e pelo folclore, com o espírito de tragédia e um estilo orquestral rico e heróico, na linha de Beethoven. Para a representação das suas obras, Luís II financiou a construção, em Bayreuth, de uma sala de teatro com uma evolução técnica sem paralelo, num assomo de grandiosidade puramente romântica.

Unidade 9 - A Civilização Industrial – Sociedade e Economia. O movimento operário. Nacionalismos e choques imperialistas. O pensamento e as artes.

As Transformações económicas na Europa e no Mundo

No decurso do século XIX, a Revolução Industrial mudou a face da Europa e do Mundo. Fruto da estreita ligação entre o laboratório e a fábrica, o ritmo das inovações acelerou-se. Novas fontes de energia, novos sectores de ponta e um rápido desenvolvimento das comunicações marcaram a segunda metade do século. Perfeitamente consolidado, o capitalismo industrial impõe as suas regras. A livre-concorrência força a concentração empresarial e a optimização dos recursos produtivos. No fim do século, estão já constituídos os primeiros gigantes económicos e estudam-se as formas de uma maior rentabilização do trabalho humano.

Sob o impulso dos países industrializados, os entraves à circulação mercantil esbatem-se e as trocas conhecem um crescimento extraordinário. 0 Ocidente inunda o mundo com as suas manufacturas, remetendo os outros continentes à condição de fornecedores de produtos primários: o mercado internacional estrutura-se em função dos interesses do capitalismo industrial.

A expansão do capitalismo não se faz, porém, sem sobressaltos. Repetidas crises cortam bruscamente os anos de prosperidade e lançam os países mais ricos num clima de desorientação e na miséria social. Faltam, ainda, mecanismos de controlo económico que só a evolução do sistema permitirá aperfeiçoar.

A Expansão da Revolução Industrial

A Ligação Ciência-Técnica

Os primeiros avanços da indústria fizeram-se com maquinismos simples, concebidos por artesãos ou pequenos empresários que se aplicaram no melhoramento dos seus instrumentos e técnicas de trabalho.

Em meados do século XIX, esta situação alterou-se profundamente. Por um lado, o progresso técnico transformou os maquinismos industriais em estruturas complexas, que exigiam sólidos conhecimentos teóricos. Por outro lado, a concorrência cada vez maior entre as várias empresas do mesmo ramo obrigava a uma actualização permanente das tecnologias de fabrico.

Neste contexto, os institutos e as universidades assumem um papel fundamental, formando técnicos especializados com a necessária preparação científica. Inaugura-se, assim, a época dos engenheiros e da estreita ligação entre a ciência e a técnica.

Na mira de um produto revolucionário ou de aperfeiçoamentos que lhes permitissem vencer a concorrência e conquistar o mercado, as grandes empresas começam a investir somas enormes na investigação, equipando modernos laboratórios, onde trabalha uma equipa de "sábios" credenciados. Doravante, a invenção raramente será produto de um génio solitário, mas resultará, quase sempre, de um trabalho colectivo e cientificamente conduzido.

À descoberta do laboratório segue-se a concepção do novo produto ou da nova máquina, que a indústria se apressa a produzir. Cada avanço dá origem a novos desafios aos quais a ciência, mais uma vez, se esforçará por dar resposta. Gera-se, desta forma, um novelo de progressos cumulativos que resultam num progresso tecnológico sem paralelo: novas formas de energia, novos sectores produtivos, novos meios de transporte e uma multiplicidade de objectos novos transformam o mundo industrializado. Pela sua amplitude, este conjunto de inovações transporta-nos para um novo período, muitas vezes designado por Segunda Revolução industrial.

Novos Inventos e Novas Formas de Energia * A indústria siderúrgica e a indústria química

Fornecedora de máquinas, carris, locomotivas e outros equipamentos, a siderurgia transformou-se na indústria de ponta da Segunda Revolução Industrial. O progresso mais significativo deste sector ocorre em meados do século, quando H. Bessemer inventa um conversor capaz de transformar, de forma rápida e barata, o ferro em aço. As potencialidades do aço, material que alia às vantagens do ferro uma maior plasticidade e dureza, alargam o mercado siderúrgico, tanto na área da indústria pesada (bens de equipamento, cascos de navios, pontes, construções, peças de artilharia, etc), como na produção de bens de consumo. Entre 1870 e 1914, a produção mundial de minério de ferro mais do que quintuplicou.

Mas a era do aço foi também a da indústria química. No mesmo ano em que Bessemer apresenta o seu conversor, W. H. Perkin sintetiza, na Inglaterra, o violeta de anilina e a alizarina, matérias corantes que irão revolucionar a indústria tintureira.

A pesquisa e a produção de corantes artificiais, impulsionadas pelas necessidades do enorme sector têxtil, vão continuar na Alemanha contribuindo para o crescimento dos primeiros gigantes da nova indústria, como a Badische Anilin und Soda Fabrik (BASF), e a Farbenfabriken Vorn, Friedr. Bayer & Co. que investem fortunas no equipamento de grandes laboratórios de investigação.

Estreitamente ligada à pesquisa e à inovação, a indústria química foi um dos sectores mais característicos da Segunda Revolução Industrial. Verdadeira indústria de base, ela forneceu um sem-número de componentes essenciais aos mais variados sectores, tendo, além disso, desenvolvido um conjunto de produtos próprios, como os insecticidas, os fertilizantes ou os medicamentos.

Novas formas de energia

Os progressos da industrialização fizeram-se à custa do carvão como força motriz. Durante todo o século XIX, foi a hulha que alimentou as caldeiras das fábricas e dos meios de transporte. Em 1913, cerca de 90% da energia produzida na Europa dependia ainda deste combustível.

No entanto, nas últimas décadas do século, desenvolveram-se as duas fontes de energia que marcariam o nosso tempo: o petróleo e a electricidade.

Foi a descoberta das técnicas de refinação que veio abrir novas perspectivas de aproveitamento do petróleo. Em 1859, perfura-se na Pensilvânia o primeiro poço e em breve os derivados de petróleo se tornam correntes como lubrificantes e como combustíveis para a iluminação. Porém, a real valia do "ouro negro" só se revela depois de 1886, ano em que Gottlieb Daimler inventa o motor de explosão, movido a gasolina. Poucos anos depois (1897), Rudolf Diesel concebe um motor semelhante que utiliza o óleo pesado e que, tal como o de gasolina, é aplicável às mais variadas máquinas. Os derivados do petróleo tornam-se, assim, os combustíveis do futuro, assumindo no século XX um declarado protagonismo.

Coincidindo com o petróleo, iniciou-se o aproveitamento industrial da electricidade, graças a uma série de invenções que permitiram a sua produção e transporte a grandes distâncias.

Em consequência, tornou-se possível utilizar a electricidade na iluminação doméstica, onde passou a brilhar a lâmpada de filamentos inventada por Edison. Em pouco tempo, a electricidade substituiu o gás na iluminação, privada e pública, e os carros eléctricos, bem como o metropolitano fizeram a sua aparição, marcando o fim dos ancestrais transportes urbanos de tracção animal.

Embora só muito lentamente tenha substituído o carvão como força motriz, a electricidade foi uma das conquistas mais marcantes da era industrial.

Sem ela não teria sido possível a invenção do telégrafo, do telefone, do gravador de som, da rádio e do cinema, que rapidamente se tornaram "imprescindíveis" à vida agitada e "moderna" do início do século XX.

A aceleração dos transportes

Os transportes foram um elemento essencial à industrialização. Para que o crescimento económico não estagnasse tornava-se necessário movimentar, de forma rápida e barata, volumes crescentes de matérias-primas e produtos acabados. Por isso, os meios de transporte acompanharam o progresso tecnológico, adoptando desde logo uma das principais inovações da Revolução Industrial: a máquina a vapor.

O comboio fez a sua aparição em 1830, ano em que o engenheiro inglês George Stephenson inaugurou a linha Liverpool-Manchester, bem no centro da Inglaterra industrial. O êxito desta linha desencadeou uma autêntica febre de construções ferroviárias em 1850, existiam já 35 000 km de vias-férreas em todo o Mundo; em 1914, esse número ascendia a 1 milhão.

O impacto económico das vias-férreas foi de tal forma elevado que o comboio identificou-se com o progresso, tendo-se empreendido, sem olhar a custos, as mais grandiosas obras de engenharia. Só o túnel de S. Gotardo, que rasga os Alpes numa extensão de 15 km a mais de 1000 m de altitude, consumiu 10 anos de intenso trabalho (1870-1880) e custou a vida a numerosos trabalhadores.

Embora com uma evolução mais lenta do que o comboio, os navios a vapor foram substituindo os antigos veleiros que singravam nos rios e nos oceanos. A partir de 1860, depois de vencidas as principais dificuldades técnicas, os vapores impõem-se na navegação intercontinental.

Tal como os caminhos-de-ferro, a navegação a vapor movimentou capitais avultados, dando origem à constituição de grandes empresas capitalistas, proprietárias de dezenas de embarcações.

Os progressos da navegação a vapor e o incremento de circulação marítima originaram também grandes obras de engenharia. Destacam-se, entre todas, a abertura dos canais do Suez (1869) e do Panamá (1914), que reduziram substancialmente as ligações entre o Índico e o Mediterrâneo e entre o Pacífico e o Atlântico.

Os êxitos da máquina a vapor foram tão grandes que os inventores tentaram aplicá-la ao transporte por estrada. No entanto, foi o motor de explosão que veio a revelar-se o mais adequado a este tipo de veículos e, pouco depois da sua invenção, na década de 1880, os automóveis rolavam pela estrada a anunciar os novos tempos. Ao iniciar-se o século XX, as marcas Daimler, Benz, Panhard-Levassor, Renault, Fiat, Ford, entre outras, tinham já feito a sua aparição, originando uma nova indústria que movimentava grossos capitais e empregava milhares de operários.

Quanto à aviação, e após decénios de ensaios com balões e dirigíveis, coube a Orville Wright a proeza de voar com um motor a gasolina e hélice (1903). Em 1909, os irmãos Voison desenharam um biplano e o seu sócio L. Blériot um monoplano, com que atravessou o canal da Mancha. Estava, então, alterada a relação do Homem com o espaço e consagrada a conquista do ar.

Concentração Industrial e Bancária

É a partir de 1870 que podemos falar, com propriedade, de uma "civilização industrial". Na Europa e nos Estados Unidos é já a grande indústria que molda a vida económica e as relações sociais. Empresas imensas transformam as regiões onde se instalam e estendem os seus negócios pelos quatro cantos do mundo. As decisões políticas são cada vez mais condicionadas pelos interesses da grande indústria e da alta finança que a ela se liga. A era do capitalismo industrial aproxima-se do apogeu.

A concentração industrial

Com o advento da industrialização, a pequena oficina cedeu, progressivamente, lugar à grande fábrica. A nova maquinaria, pesada e complexa, obrigou à criação de grandes espaços, onde um sem-número de trabalhadores vigiava sem cessar o movimento das máquinas. 0 grande edifício da fábrica e a multidão dos seus operários tornaram-se, por isso, o emblema da civilização industrial.

No decurso do século XIX, as fábricas mais prósperas transformaram-se em grandes empresas com sucursais e ramificações variadas, envolvendo enormes capitais. No sector metalúrgico esta tendência atingiu números impressionantes: a maior das fábricas de aço, a Krupp, na Alemanha, tinha 1 milhar de empregados em 1857, 20 000 em 1887 e 70 000 nas vésperas da Primeira Guerra Mundial.

Embora alguns sectores, como o da alimentação, calçado ou vestuário, resistam a este gigantismo e se estruturem em empresas de pequena e média dimensão, a concentração industrial acelera-se na segunda metade do século. A evolução tecnológica reforça a supremacia da grande empresa, mais capaz de inovar e assim resistir às crises que, ciclicamente, abalam a economia. Nestas alturas, os mais pequenos abrem falência ou deixam-se absorver pelas firmas mais poderosas. Por vezes, são mesmo as grandes empresas que se fundem entre si, a fim de ganharem ainda mais força e competitividade.

Fruto desta dinâmica capitalista constituíram-se dois tipos de concentrações industriais: as verticais e as horizontais.

A concentração vertical consistiu na integração, numa mesma empresa, de todas as fases da produção, desde a obtenção da matéria-prima à venda do produto. Este tipo de concentração, que assumiu um carácter monopolista, foi mais usual na metalurgia, apresentando-se como exemplo os grupos siderúrgicos dos Krupp, Thyssen, Schneider, Skoda, Carnegie, que possuíam minas, altos-fornos, fábricas de construção metálica e de maquinaria, vagões e frotas de transportes.

Por sua vez, a concentração horizontal consistiu numa associação de empresas com o objectivo de evitar a concorrência. Para o efeito, acordavam, por exemplo, as quantidades a produzir, os preços de venda ou as datas de colocação no mercado. Na Europa, este tipo de associações ficou conhecido por cartel e difundiu-se bastante na Alemanha. Combinando, por vezes, as duas formas de concentração, constituíram-se gigantescos grupos económicos que depressa alargaram o seu quadro geográfico, dando origem a verdadeiras multinacionais.

A concentração bancária

Os bancos desempenharam um papel primordial no crescimento económico do século XIX. Era a sua actividade que permitia a movimentação das enormes somas envolvidas no comércio internacional e tornava possível, graças ao crédito, a fundação, ampliação e modernização das indústrias.

O sistema bancário integra-se, pois, na dinâmica do mundo industrial: na segunda metade do século regista um forte crescimento, acompanhado da diminuição do número de instituições. Enquanto as pequenas entidades bancárias abrem falência, os bancos mais poderosos agigantam-se, constituindo uma rede tentacular de sucursais no país e no estrangeiro. Esta rede permitiu uma eficaz centralização das poupanças dispersas para o investimento lucrativo .

Para além das operações comerciais e de crédito propriamente ditas, os bancos participaram directamente no desenvolvimento industrial, injectando capitais próprios nas empresas, sobretudo nos sectores da siderurgia e dos transportes. Em 1914, o *Banque de Paris et des Pays Bas* detinha uma carteira de valores de mil milhões de francos, repartidos por 441 empresas diferentes, 109 das quais controlava directamente. O mesmo se passava, por exemplo, com o Deutsch Bank, que se sentava no Conselho de Administração de 221 companhias (121 metalúrgicas, 28 mineiras, 28 de transportes e 21 têxteis).

A Racionalização do Trabalho

Estandardização - Uniformização dos artigos produzidos através do fabrico em série, que possibilita a produção em massa. Por sua vez, o trabalho necessário à produção é dividido numa série de tarefas também estandardizadas.

O aumento da concorrência colocou aos empresários duas questões fundamentais: produzir com qualidade e produzir a baixo preço. Tornava-se, por isso, necessário rentabilizar todos os recursos materiais e humanos.

É neste contexto que, depois de vários anos de estudo, F. W. Taylor publica a obra Princípios de Direcção Científica da Empresa, onde, com precisão, expõe o seu método para a optimização do rendimento da fábrica. Este método ficou conhecido como taylorismo.

O taylorismo assentava na divisão máxima do trabalho, seccionando-o em pequenas tarefas elementares e encadeadas. A cada operário caberia executar, repetidamente, apenas uma destas tarefas, que o trabalhador seguinte continuava. Deveria fazê-lo num tempo mínimo, predefinido e articulado com os restantes elementos da cadeia de produção. O cronómetro entrava na fábrica.

Este trabalho mecanizado, que retirava ao operário toda a sua criatividade e todo o seu saber, resultava numa produção maciça de objectos iguais, perfeitamente estandardizados, mas que, em termos de volume, qualidade e preço, se adequavam de forma admirável ao mercado de massas.

Foi Henry Ford, estabelecido em Detroit como construtor de automóveis, quem primeiro pôs em prática as ideias de Taylor.

Em 1913, para a produção do seu Modelo T, introduziu na fábrica uma linha de montagem concebida segundo os princípios rígidos do taylorismo. O ritmo de produção tornou-se alucinante: tapetes rolantes faziam chegar as peças aos operários que, sem se deslocarem, trabalhavam como uma autêntica máquina humana, segundo a cadência imposta pelas engrenagens.

Dois anos depois, a produção da Ford (dedicada unicamente ao Modelo T de cor preta) tinha-se elevado de cerca de 50 000 unidades anuais para um milhão. De melhoramento em melhoramento, o tempo de montagem do Ford T baixou para apenas uma hora e meia (contra as 12 iniciais) e o custo do carro reduziu-se para cerca de um terço.

Como forma de compensar a dureza do trabalho e incentivar os operários, Ford elevou os salários para o dobro da tabela corrente. Esta medida, preconizada por Taylor e compatível com a grande rendibilidade da empresa, elevou o nível de vida dos trabalhadores, permitindo-lhes mesmo aspirar à posse de um automóvel... que a empresa disponibilizou em prestações suaves, recuperando, assim, parte do montante despendido nos salários.

A argúcia e a visão empresarial de Henry Ford fizeram dele um mito e criaram, sob a designação de fordismo, uma forma nova de gerir as grandes empresas. No entanto, os métodos taylorizados provocaram a contestação dos sindicatos e também de numerosos intelectuais, tanto nos Estados Unidos como na Europa, onde se difundiram rapidamente. Criticavam-lhes a racionalização excessiva, que retirava toda a dignidade ao trabalho, transformando o operário num mero autómato, escravo de uma cadeia de máquinas. Charlie Chaplin (Os Tempos Modernos, 1935) e John dos Passos (The Big Money, 1936), entre outros, deixaram-nos sugestivos retratos deste mundo novo, vivido ao ritmo veloz do progresso industrial.

A Geografia da Industrialização * A Hegemonia Inglesa

Berço da Revolução Industrial, a Inglaterra detém, em meados do século XIX, um claro avanço sobre os restantes países: a sua indústria, fortemente mecanizada, permite-lhe abastecer o mundo de têxteis, artefactos metálicos e bens de equipamento, a preços sem concorrência, uma densa malha de ferrovias assegura eficazmente a circulação interna do carvão, matérias-primas e produtos acabados, enquanto a maior frota mercante do planeta (cerca de 35% da tonelagem mundial) lhe confere o primeiro lugar nos circuitos do comércio intercontinental.

Todo este poderio económico gera uma constante acumulação de capitais, que os empresários ingleses aplicam, quer no extenso espaço colonial inglês, quer nos países da América Latina e da Ásia, onde o investimento estrangeiro é bem acolhido e gera sempre bons lucros. A supremacia financeira dos britânicos fez da libra esterlina a moeda-padrão, usada como referência nas trocas internacionais.

Todavia, ao aproximar-se o fim do século, a supremacia inglesa esbate-se. O equipamento industrial britânico, outrora o mais avançado do mundo, começa a acusar os anos. Torna-se, em alguns casos, obsoleto, se

comparado com o da Alemanha que, fruto de uma industrialização mais recente, possui máquinas mais modernas.

Com dificuldades em acompanhar o constante avanço tecnológico e em reorganizar, de forma mais competitiva, as suas velhas fábricas, a Inglaterra luta com dificuldade contra uma concorrência cada vez maior. Ao abrir o século XX, depois de quase 150 anos de supremacia económica, vê-se ultrapassada pelos EUA, sua antiga colónia.

A Afirmação de Novas Potências

A dinâmica industrial propagou-se rapidamente. No decurso do século XIX, muitas foram as nações que encetaram a via industrializadora.

Na Europa, a França, a Alemanha, a Bélgica e a Suíça tomam a dianteira e colocam-se no grupo dos países mais industrializados. Na América, agigantam-se os Estados Unidos. Na Ásia, no século XIX, será o Japão o único país a industrializar-se.

A França

Segunda potência a arrancar, a França manteve um ritmo industrializador contínuo, mas lento. Numa época em que a energia dependia do carvão, este país encontrava-se em desvantagem: as poucas jazidas que possuía, pobres e mal situadas, não bastavam para as necessidades, ficando a extracção muito cara, se comparada, por exemplo, com a inglesa e a americana.

Entre os entraves que se colocaram à industrialização francesa conta-se também a larguíssima base agrícola do país. Em muitas regiões, os pequenos agricultores mantiveram-se fortemente apegados ao seu modo de vida que, dada a produção abundante e diversificada, lhes garantia ainda a subsistência. Contrariando este pano de fundo, verificou-se, entre 1901 e 1913, um período de grande dinamismo. Nos sectores da electricidade, do automóvel, do cinema e da construção, a França conseguiu ultrapassar as outras nações. No entanto, este impulso não foi suficiente para que o país percorresse a distância que o separava dos primeiros países industriais.

A Alemanha

Inversamente, a principal característica do processo industrializador alemão foi o seu dinamismo. Cerca de 1840, sem passar pela etapa do têxtil, os Alemães lançam-se decididamente na grande indústria, privilegiando os sectores do carvão, do aço e dos caminhos-de-ferro. Mais tarde, na década de 70, arrancam os sectores da química, da construção naval e da electricidade.

No fim do século, a indústria alemã em geral e o sector siderúrgico em particular movem uma forte concorrência aos produtos ingleses, tanto na Europa como no resto do Mundo, o que gerou uma onda de rivalidade e ressentimento entre os dois países.

Os Estados Unidos da América

É cerca de 1830 que, tirando partido dos seus abundantes recursos naturais, os Estados Unidos arrancam.

Tal como em Inglaterra, foi o sector têxtil que alimentou as primeiras indústrias. Favorecidas pela abundância de matéria-prima (algodão, lã) e por uma política económica proteccionista, estas indústrias prosperaram rapidamente.

No entanto, o grande dinamizador do crescimento económico foi o sector siderúrgico. Entre 1870 e 1887 formaram-se gigantescas concentrações, com destaque para a United States Steel Corporation, que se tornou líder da siderurgia mundial.

Pela mesma época, desenvolvem-se os sectores energéticos mais modernos: a electricidade, que beneficia das gigantescas quedas-d'água americanas, e o petróleo, favorecido pelas importantes jazidas do subsolo. Pouco depois, é a vez da indústria automóvel, cuja rápida expansão permite prolongar, no sector siderúrgico, os efeitos estimulantes das vias-férreas.

No fim do século XIX, os Estados Unidos tornaram-se a primeira potência industrial do Mundo: lideravam a produção mundial de carvão, petróleo, ferro, aço, cobre, chumbo, zinco e alumínio, enquanto a sua produção têxtil detinha o segundo lugar mundial. Esta posição ver-se-á consolidada com o declínio da Europa, fruto da Primeira Guerra Mundial.

A emergência do Japão

O Japão foi o único país asiático que se emancipou, no século XIX, da tutela económica das grandes potências. Pondo fim a séculos de isolamento, abriu-se finalmente ao mundo, deixando-se fascinar pela civilização ocidental.

A modernização japonesa foi personificada pelo imperador Mutsu-Hito que, depois de ter firmado o seu poder face aos nobres samurais, lançou o país numa era de progresso: a era Meiji. Iniciadas em 1868, as reformas Meiji em poucos anos transformaram a face do Japão que de país agrícola e atrasado, converteu-se em nação industrial com largo poder de competitividade. O impulso industrializador ficou a dever-se, sobretudo, ao Estado, que promoveu a entrada de capitais e técnicos estrangeiros e financiou a criação de novas indústrias, às quais concedeu exclusivos e outros privilégios. Para o êxito do arranque japonês, alicerçado nos sectores da siderurgia, da construção naval e do têxtil da seda, contribuíram também o intenso crescimento demográfico e o forte orgulho nacional, que incutiu nos Japoneses o sentido da superioridade rácica relativamente aos demais povos asiáticos.

A Permanência de Forma de economia Tradicional

A História do século XIX foi dominada pela Revolução Industrial. Entre 1815 e 1914, a agricultura, a indústria, o comércio, o sistema bancário, os transportes e as comunicações, entre tantos outros aspectos, sofreram uma alteração profunda que, pela sua importância, distingue este século dos que o precederam.

No entanto, e porque a evolução não se processa num ritmo único, as formas económicas novas coexistiram durante muito tempo com as técnicas e os sistemas de produção antigos.

Sobretudo no mundo rural, mantêm-se vivas as velhas práticas e utensílios, que frequentemente remontam à Idade Média. Conservador por natureza, o camponês agarra-se, ainda, aos direitos comunitários e, em muitos casos, reage violentamente contra as inovações agrícolas que os destroem. Em muitas zonas agrícolas (senão na maior parte delas), continua a praticar-se a agricultura de subsistência, mesmo quando a cidade mais próxima já se encheu de fábricas e o comboio quebra a paz dos campos anunciando o progresso.

Mas também na indústria, centro de todas as transformações, as formas de economia tradicional tardam a desaparecer e o artesão mantém-se activo, sobretudo nos ofícios que requerem gosto, minúcia e criatividade (confecção, artigos de luxo...).

Verdadeiro para as nações industriais mais desenvolvidas, este panorama acentua-se em países de evolução mais lenta, como Portugal ou Itália. No século XIX, como em todos os tempos de transformações rápidas, o mundo vive a dois ritmos e a novidade coexiste com a tradição.

A Agudização das Diferenças

A Confiança nos Mecanismo Auto-Reguladores do Mercado: O Livre Cambismo

Os princípios do liberalismo económico encontraram fortes resistências à sua aplicação. Políticos, industriais e grandes proprietários, muitas vezes defensores convictos da liberdade política, olhavam com desconfiança a

livre circulação de mercadorias. Proteger a produção nacional da concorrência estrangeira parecia, a quase todos, a política mais acertada.

No entanto, a corrente livre-cambista era muito forte na Grã-Bretanha, berço de alguns dos seus principais teóricos como Adam Smith (1720-1790) e David Ricardo (1772-1823). Segundo Ricardo, a liberdade comercial asseguraria o desenvolvimento e a riqueza de todas as regiões do Mundo, na medida em que, face à concorrência, cada uma se veria compelida a produzir o que fosse mais compatível com as suas condições naturais. Esta especialização económica transformaria o mundo numa "imensa fábrica" em que cada país ocupava o lugar de uma próspera oficina.

Estas ideias acabaram por se impor pela mão de Sir Robert Peei, chefe do Governo que assumiu funções em 1841. Peei começou por baixar os direitos de entrada que recaíam sobre certos produtos básicos e, aos poucos, a pauta alfandegária do Reino Unido foi diminuindo: em 1840, cobravam-se direitos de entrada sobre 1150 produtos; em 1860, esta lista reduzira-se a apenas 48.

A adopção do livre-cambismo em Inglaterra teve importantes repercussões no país e no estrangeiro onde, sob o exemplo britânico, acabaria por se implantar.

Entre 1850 e 1870, a tendência livre-cambista dominou a Europa e mesmo os Estados Unidos, que sempre protegeram a sua indústria, baixaram as tarifas aduaneiras. O comércio internacional conheceu, então, um período de forte crescimento.

As Debilidade do Livre Cambismo; As Crises Cíclicas

O liberalismo económico enquadrava-se perfeitamente na lógica do capitalismo que dominou o século XIX. Quer nos sectores produtivos, quer nas trocas comerciais, a total liberdade de iniciativa era, em teoria, o quadro mais favorável à criação de riqueza e à obtenção de grandes lucros.

Porém, as previsões de crescimento igual e harmonioso entre todas as nações não se verificaram, contribuindo o livre-cambismo para colocar dificuldades acrescidas ao processo de industrialização dos países mais atrasados. Estes viam-se submersos pelos produtos das potências industriais, com os quais não conseguiam competir, tanto no mercado interno como no externo.

Por sua vez, mesmo nas nações desenvolvidas, o ritmo económico era abalado por crises cíclicas, que faziam retrair os negócios e provocavam numerosas falências. Estas crises, que se sucediam numa periodicidade de 6 a 10 anos, eram de um tipo inteiramente novo. Enquanto as crises do Antigo Regime eram provocadas pela escassez agrícola, as crises capitalistas deviam-se geralmente a um excesso de investimentos e de produção industrial. Eram, pois, crises de superprodução, resultantes da própria dinâmica capitalista, que incita ao investimento constante e ao crescimento contínuo da produção e dos lucros.

Foi o economista francês Clement Juglar (1824-1905) quem primeiro estudou estes ciclos económicos e os seus mecanismos. No período de crescimento, quando a procura se sobrepõe à oferta, os preços sobem. Face a este estímulo, instalam-se e ampliam-se as indústrias, recorre-se ao crédito, especula-se na Bolsa. Em breve, porém, por falta de previsão financeira e excesso de investimentos, a tendência inverte-se.

- Os stocks acumulam-se nos armazéns (superprodução), fazendo as empresas suspender o fabrico e proceder à redução dos salários e ao despedimento de trabalhadores;
- Os preços baixam a fim de dar saída às mercadorias acumuladas. Por vezes, destroem-se stocks para evitar que os preços desçam demasiado;
- Suspendem-se os pagamentos aos bancos, os créditos e os investimentos financeiros.

Esta contracção leva ao crash bolsista, à falência de empresas e entidades bancárias; - o desemprego crescente faz diminuir o consumo e a produção decai ainda mais.

Estas crises, que podem iniciar-se num ou em vários países simultaneamente, propagam-se com rapidez. Dadas as ligações financeiras e comerciais entre as nações, dificilmente se consegue escapar a uma crise grave.

Entre 1810, ano em que se regista a primeira crise deste tipo, e 1929, quando estala a mais grave de todas elas, verificaram-se 15 períodos de depressão económica generalizada, em que alastrou a miséria social e a agitação política.

Vistas pelos economistas liberais como simples reajustamentos o certo é que as crises cíclicas suscitaram protestos concertados contra os excessos do liberalismo económico. No fim do século, o proteccionismo tinha, novamente, conquistado terreno e, após a grave depressão iniciada em 1929, desenhou-se claramente a necessidade de intervenção do Estado na vida económica.

O Mercado Internacional e a Divisão do Trabalho

Ao longo do século XIX, o comércio mundial cresceu aceleradamente. O contínuo aumento da produção e os progressos dos transportes e das comunicações foram os grandes responsáveis por este crescimento. 0 caminho-de-ferro fez diminuir o custo do transporte terrestre cerca de 20 vezes e os transportes marítimos registaram uma evolução idêntica.

Favorecida pelo seu avanço industrial e pela sua gigantesca frota mercante, a Inglaterra domina este enorme fluxo de trocas. Até 1880, a França detém o segundo lugar, sendo, depois, ultrapassada pela Alemanha e os Estados Unidos. No início do século XX, estes quatro países são responsáveis por cerca de metade de todas as trocas realizadas.

A estrutura do comércio mundial reflecte bem a divisão internacional do trabalho, que a Revolução Industrial agudizou. Os "quatro grandes" tornaram-se as "fábricas do mundo", responsáveis por mais de 70% da produção industrial. Fornecem, dentro da Europa, os países mais atrasados, aos quais adquirem produtos agrícolas e matérias-primas. Esta especialização é ainda mais notória se considerarmos as relações da Europa com os demais continentes (excluindo os EUA).

Cerca de 1850 está já consolidado este sistema de trocas desigual, que ainda hoje se mantém e que perpétua a diferença entre os países desenvolvidos e o mundo atrasado e pobre que lhe fornece os produtos primários.

A Sociedade Industrial e Urbana

A Revolução Industrial e o Capitalismo resultaram em transformações quantitativas e qualitativas no seio das populações. A explosão populacional foi a primeira dessas grandes alterações, tornada possível pelo declínio acentuado e irreversível da mortalidade. Um "mundo cheio" era o espectáculo da Humanidade no século XIX, que fez crescer aceleradamente as cidades (expansão urbana) e, na emigração, encontrou saída para os seus problemas. Entretanto, as hierarquias tradicionais desmantelavam-se e a sociedade de ordens dava lugar à sociedade de classes. A burguesia empresarial e financeira consolidou a sua preeminência. Comportou-se como as elites aristocráticas, mas foi também capaz de se orgulhar do seu êxito derivado do trabalho. As classes médias proliferaram na sequência do incremento do terciário e da expansão urbana. O proletariado emergiu e combateu por um mundo melhor.

A sua miséria assustou e perturbou as consciências burguesas. Do socialismo utópico e do marxismo saíram tentativas de resposta à sua precária condição.

A Explosão Populacional; A Expansão Urbana e o Novo Urbanismo; Migrações Internas e Emigração

A Explosão Populacional

Entre 1800 e 1914, a população mundial duplicou. Este facto, inédito na História da Humanidade, leva os historiadores a falarem numa explosão demográfica quando se referem à evolução populacional do século XIX.

Nesse processo de crescimento, a Europa ocupou um lugar de destaque. Em 1800, representava 1/5 (20%) do total mundial, proporção que ultrapassa 1/4 (27,5%) em 1900. Enquanto a África e a Ásia tiveram um acréscimo populacional de 1/3 ou pouco mais naquele período, a Europa mais do que duplicou, sendo, por isso, o seu crescimento mais rápido e intenso do que o do conjunto mundial. Em 1900, com uma densidade de 40,1 habitantes por km2, a Europa era, de longe, o continente mais povoado.

Se nos lembrarmos, ainda, que foi aos efectivos europeus que se deveu a colonização do Norte e Sul da África, a triplicação da população da América Latina e da Austrália e a multiplicação por quase 14 vezes dos habitantes da América do Norte, então poderemos, com toda a propriedade, comparar a explosão demográfica a uma explosão branca. Em 1900, um em cada quatro seres humanos era europeu.

A intensidade do crescimento demográfico europeu revelou, no entanto, disparidades. A industrializada Europa do Noroeste apresenta taxas de crescimento anual muito superiores às da rural Europa Oriental e Meridional. A própria França, em fins do século XIX, tem uma taxa anual de crescimento modesta se comparada com as da Inglaterra ou da Alemanha: 12% contra 78% e 64%, respectivamente.

Os motivos da explosão populacional europeia

Ao analisarmos a explosão populacional europeia, o primeiro facto a ter em conta diz respeito ao decréscimo da mortalidade.

Embora a mortalidade infantil permanecesse elevada e apesar de o recuo da mortalidade ser mais tardio e menos acentuado na Europa Oriental e Meridional, a verdade é que a baixa de mortalidade foi geral e irreversível, pondo cobro ao modelo demográfico de Antigo Regime. Tal facto pode ser explicado por uma melhor higiene, uma melhor alimentação e pelos progressos da medicina.

No que se refere à melhor higiene, devemos considerar:

- A nível individual, a mudança mais frequente de vestuário, nomeadamente de algodão, menos propenso à propagação de parasitas;
- A nível público, a construção de esgotos e de instalações para abastecimento de água potável, o que reduziu a insalubridade dos bairros urbanos. De salientar, também, a utilização do tijolo nas construções, a substituir a madeira, que era pasto de ratos e doenças, quando não de incêndios.

Quanto à melhor alimentação, a disponibilidade de géneros, em quantidade e qualidade, e o progresso dos transportes surgiram como poderosos travões às crises de abastecimento e às terríveis fomes. Por exemplo, na Alemanha, o consumo de carne passou, em média, de 28 kg para mais de 52 kg por ano, entre 1850 e 1900.

Por sua vez, a medicina conheceu avanços decisivos. Difundiu-se a vacina antivariólica de Jenner. Outras vacinas e soros, resultantes dos trabalhos de Eberth, Koch, Pasteur e Yersin, debelam o tifo, a cólera, a raiva e a difteria. Opera-se com anestesia. Pratica-se mais largamente a desinfecção e a anti-sepsia. Esta ficou a dever-se ao cirurgião britânico J. Lister, que inventou o pulverizador de ácido carbólico para desinfectar as feridas durante as operações.

Foram todos estes progressos que permitiram, de forma definitiva, aos Europeus contar com uma maior esperança de vida. Nas vésperas da Primeira Guerra Mundial e nos países mais de perto tocados pela industrialização, 50 anos era a média de vida, o que significava um aumento de 10-15 anos em apenas meio século.

Entretanto, e à excepção da França, as taxas de natalidade mantiveram-se elevadas ou decresceram lentamente durante o século XIX. Só, sensivelmente, após 1870, de forma sistemática e irreversível, a natalidade declinou, dando-se início ao regime demográfico moderno. Ora, foi precisamente a manutenção de uma natalidade elevada durante grande parte do século XIX (a que não foram alheios um abaixamento da idade do Eberth, Koch, Pasteur e Yersin, debelam o tifo, a cólera, a raiva e a difteria. Opera-se com anestesia. Pratica-se mais

largamente a desinfecção e a anti-sepsia. Esta ficou a dever-se ao cirurgião britânico J. Lister, que inventou o pulverizador de ácido carbólico para desinfectar as feridas durante as operações.

Foram todos estes progressos que permitiram, de forma definitiva, aos Europeus contar com uma maior esperança de vida. Nas vésperas da Primeira Guerra Mundial e nos países mais de perto tocados pela industrialização, 50 anos era a média de vida, o que significava um aumento de 10-15 anos em apenas meio século.

Entretanto, e à excepção da França, as taxas de natalidade mantiveram-se elevadas ou decresceram lentamente durante o século XIX. Só, sensivelmente, após 1870, de forma sistemática e irreversível, a natalidade declinou, dando-se início ao regime demográfico moderno. Ora, foi precisamente a manutenção de uma natalidade elevada durante grande parte do século XIX (a que não foram alheios um abaixamento da idade do casamento e uma diminuição do celibato) que, em simultâneo com uma descida acentuada da mortalidade, permitiu o saldo fisiológico positivo e a explosão da população europeia.

Alguns contemporâneos não deixaram de se inquietar: o malthusianismo renasceu.

A Expansão Urbana

A população urbana conheceu um impulso decisivo no século XIX. De facto, as cidades cresceram em número, em superfície e em densidade populacional, sendo a urbanização mais significativa nos países industrializados e nos países novos.

Considera-se ser o desenvolvimento de grandes cidades, de população superior a 100 000 habitantes, uma manifestação de expansão urbana. Na Europa, em 1800, eram apenas 23; em 1850, o seu número ascendia a 42 e, em 1900, perfaziam 135, congregando, no total, 46 milhões de habitantes. Nesta última data, 11% da população europeia vivia em cidades com mais de 100 000 habitantes; cem anos antes, a percentagem era tão-só de 3%.

Entretanto, nos Estados Unidos, a expansão urbana mostrava-se fulgurante, acompanhando a industrialização e o caminho-de-ferro. Em 1900, Nova Iorque era a segunda cidade mundial, suplantando Londres após a Primeira Guerra Mundial.

Os motivos

A expansão urbana oitocentista foi o corolário da expansão demográfica e das transformações económicas. Na verdade, as cidades expandem-se, porque se verificou um crescimento natural das populações, a que já fizemos referência. Aos seus efeitos, somaram-se os do êxodo rural, provocado pelas transformações da agricultura e pela industrialização e favorecido pela revolução dos transportes.

Por toda a parte, com maior ou menor amplitude, os homens deixavam os campos, impelidos tanto pela mecanização e pelo alargamento dos pastos que os desempregavam, como pela queda dos preços agrícolas que os depauperava, como ainda pela decadência dos artesanatos rurais. Para os centros urbanos se dirigiam, então, os pequenos rendeiros, os pequenos proprietários, os jornaleiros, os profissionais de modestos ofícios. A todos a cidade atraía, com as suas possibilidades de emprego e de melhores salários, nas fábricas ou nos portos, nos caminhos-de-ferro, nos armazéns ou nas casas burguesas que albergavam uma numerosa criadagem.

Desde 1850 que o êxodo rural tomou enormes proporções na Europa. Os camponeses e suas famílias deixaram de ser maioritários na Grã-Bretanha e na Alemanha; na França, a evolução foi mais lenta; na Rússia, o mundo rural mantinha-se esmagador.

Mas a fuga do campo para a cidade não significou somente uma redistribuição geográfica das populações. As mudanças repercutiram-se, também, na estrutura profissional; o sector primário recuou, enquanto o secundário e o terciário cresceram.

A imigração é outro factor do crescimento urbano do século XIX. Trabalhadores da Escócia ou da Irlanda instalam-se nas cidades industriais da Inglaterra. Polacos trabalham nas minas francesas ou na bacia do Rur. Quanto aos Estados Unidos, ficaram célebres as suas cidades cosmopolitas, como Chicago e Nova Iorque, de muitas e variadas gentes agrupadas em comunidades (Irlandeses, Italianos...).

Autóctone ou proveniente do mundo rural, nacional ou estrangeiro, o habitante da cidade procurava nela, além do emprego, a promoção. A cidade era a representação dos abastados, das festas e espectáculos, das luzes, do êxito, em suma. Romper as barreiras sociais e ser bem-sucedido, profissional, social e pessoalmente, foi o sonho de milhões de pessoas que demandaram as cidades do século XIX e as fizeram crescer.

Os problemas

Viver na cidade, porém, estava longe de ser o paraíso. Para o migrante da província, que é o habitante-tipo da cidade do século XIX, o modo de vida urbano significou uma ruptura total relativamente aos valores das sociedades rurais.

Mal preparadas para receberem as multidões, as cidades não possuíam os adequados sistemas sanitários, redes de distribuição de água ou serviços de limpeza das ruas. Nos bairros populares, superpovoados, uma população numerosa vivia na miséria e promiscuidade. Famílias inteiras acumulavam-se em habitações lúgubres e insalubres, que se resumiam a um único compartimento. Eram as vítimas mais directas da falta de alojamento e do aumento das rendas.

Periodicamente, grandes epidemias de cólera e de tuberculose continuavam a fazer as suas razias na cidade. Especialmente a mortalidade infantil permanecia elevada, tanto mais quanto as crianças não dispunham dos cuidados de suas mães, agora ocupadas horas a fio nas fábricas.

Manifestações de desregramento e delinquência completavam o quadro negro da vida urbana. Na cidade, o concubinato era frequente, os nascimentos ilegítimos e os divórcios mostravam-se duas vezes mais numerosos. A prostituição, a mendicidade, o alcoolismo, a criminalidade faziam parte do quotidiano. Para os moralistas, a cidade era sinónimo de destruição dos comportamentos tradicionais, de ameaça para a religião e para a ordem social estabelecida. Na cidade, de facto, explodiam as greves e manifestações e fermentavam as revoluções da classe operária, apelidada, pelos burgueses, de "classe perigosa".

A resposta aos problemas materiais e morais da urbanização selvagem dos primeiros tempos levou as autoridades municipais e os Estados a repensarem, reconstruírem e modernizarem a cidade. Um novo urbanismo nasceu.

O novo urbanismo

Grandes trabalhos de urbanismo foram levados a cabo nas cidades europeias e americanas do século XIX.

Em Paris, ficaram célebres os planos do barão Haussmann, o prefeito do Sena encarregado por Napoleão III, em 1853, de engrandecer e embelezar a cidade. Paris é, precisamente, o exemplo da cidade que cresce e se urbaniza em extensão, extravasando as muralhas. Isto é, dilatou a sua superfície - que duplicou - em auréolas sucessivas que acabaram por incorporar, no espaço urbano, as aglomerações vizinhas.

Noutros casos, frequentes nos Estados Unidos e de que o grande paradigma é Nova Iorque, a urbanização processou-se em altura, criando-se uma paisagem característica de arranha-céus. De uma forma geral, os planos urbanísticos reflectem a segregação social da era industrial. O centro torna-se o local mais cuidado, para onde convergem as grandes obras de renovação. Muralhas, ruas sinuosas e casas humildes, cujas origens se perdiam nos tempos, são destruídas para dar lugar aos edifícios emblemáticos do espaço e do poder burgueses.

No centro não faltam, com efeito, os bancos, as bolsas de comércio e de valores - veja-se a City de Londres -, os grandes armazéns e mercados, os edifícios governamentais e administrativos, as gares ferroviárias, os teatros, a

Ópera, os museus, os cafés. De arquitectura austera, neoclássica de preferência, ou incorporando os novos materiais do ferro e do vidro, não deixavam de impressionar o observador mais desatento.

No centro, ainda, zonas verdes são cuidadosamente arranjadas, a pavimentação é esmerada nas ruas e passeios, a água potável abunda, tal como a rede de esgotos e saneamento e as condutas de abastecimento do gás.

É nos centros, também, que se rasgam as praças, tal como grandes e espaçosas avenidas, algumas arborizadas como os boulevards de Paris, interceptadas em ângulo recto. Pretendia-se não só favorecer a iluminação e o arejamento, mas também a circulação de pessoas e carros e, até, a vigilância policial.

À excepção de alguns prédios de rendimento, o centro das cidades deixa de reunir o grosso da população urbana. Vamos encontrá-la nos bairros adjacentes, segundo uma geografia social e económica bem delineada. Assim, na Paris de Haussmann, tal como na Londres da rainha Vitória, as classes abastadas preferem os bairros ocidentais (o Oeste parisiense, o West End londrino), enquanto o mundo do trabalho se localiza no Este de Paris, no East Ende nas docas do Tamisa.

Porém, no fim do século XIX, o núcleo antigo das cidades já não tem condições para albergar as vagas sucessivas de populações que aí ocorrem. As rendas sobem e o alojamento falta. Sempre que possível, anexam-se terrenos circundantes onde, no meio da maior desordem, se acumulam habitações, fábricas e terrenos vagos. Foi esta a origem dos subúrbios, morada dos recém-chegados, que aí se distribuem segundo a região de origem. Mas para os subúrbios também acorrem as populações desalojadas pelas obras dos centros urbanos.

Embora as autoridades promovam a construção operária e regulamentem as rendas, nos subúrbios as casas apresentam-se monótonas, autênticas "caixas de habitar", frequentemente ligadas entre si por escadas exteriores, galerias transversais ou varandas de madeira. Enfim, com o seu ar cinzento e conspurcado, jamais os subúrbios usufruem do melhoramento das condições de vida e do arranjo dos centros urbanos.

As Migrações Internas e Emigração

Vastas correntes migratórias atravessaram o século XIX, com especial incidência no período que decorre entre 1850 e 1914.

Migrações internas

Algumas dessas correntes processaram-se no interior do mesmo país, sendo, pois, designadas de migrações internas. Cabem nesta categoria:

As deslocações sazonais de trabalhadores entre zonas rurais com um calendário agrícola desfasado. Deslocações destas ocorreram na França, entre os vinhedos de Mâcon e as planícies cerealíferas de Bresse. Em Portugal, ficaram célebres as migrações dos "ratinhos" das Beiras para as províncias do Sul, particularmente o Alentejo;

Os fluxos migratórios dos campos param as cidades, isto é, o êxodo rural a que aludimos na rubrica anterior. As dificuldades da agricultura e os efeitos da industrialização exerceram, desde 1850, uma autêntica punção na população rural. Pelos empregos oferecidos nas fábricas, na construção civil, nos caminhos-de-ferro ou no serviço doméstico, as cidades foram poderosos pólos de atracção para as massas camponesas. No entanto, até cerca de 1870, o afluxo de rurais à cidade revestiu-se, frequentemente, de um carácter temporário e sazonal.

Emigração

Todavia, a maior corrente migratória do século XIX foi constituída pela emigração, que rompeu fronteiras e galgou os mares. Na Ásia, vários milhares de chineses alcançaram o Sudeste do continente e avançaram para a América. Dentro da Europa, os italianos deslocaram-se para a Suíça, Alemanha, Áustria, França. 0 Império Austro-Húngaro recebeu vários povos balcânicos (sérvios, gregos, eslovenos). Trabalhadores qualificados da

Escócia ou camponeses esfomeados da Irlanda buscaram emprego na Inglaterra. Um número considerável de polacos e de checos dirigiu-se para a Alemanha e para a França. A França foi, aliás, o grande país de acolhimento europeu: contava 379 000 estrangeiros, em 1851, 741 000, em 1872, e 1 159 000, em 1911.

Mas foi da Europa para o resto do Mundo que teve lugar o maior fluxo emigratório que a História jamais conheceu. Quarenta e cinco milhões de homens (30 dos quais a título definitivo) dirigiram-se, ao longo do século XIX e até 1914, para os Estados Unidos, Canadá, América Latina, Austrália, Nova Zelândia, África do Norte, África do Sul, Sibéria e regiões do Cáucaso (estas últimas povoadas por mais de 3 500 000 russos). Operou-se, desse modo, uma extraordinária "explosão branca" à escala planetária.

Desde 1845-1850, verificaram-se verdadeiras partidas em massa, favorecidas, para o efeito, pela revolução dos transportes marítimos e pela propaganda das companhias de navegação e agências de viagens. Também os governos e, até, os sindicatos estimularam a emigração, de modo a aliviar o mercado de trabalho interno, evitar a turbulência social e assegurar o nível dos salários.

Os ritmos de participação dos vários países europeus, naquela diáspora, foram diversos. Uma vaga de "antiga emigração", constituída essencialmente por anglo-saxões, manteve-se forte até 1880-90, altura em que cedeu lugar a uma corrente balcânica, latina e eslava. Por sua vez, entre a década de 1850 e 1890, a emigração alemã e escandinava foi igualmente significativa.

De todos os grandes países da Europa Ocidental e Central, praticamente só a França teve um fraco contributo emigratório.

Os motivos

Que motivos levaram os Europeus a abandonar os seus países de origem?

Em primeiro lugar, devem referir-se motivos demográficos e económicos. Uma Europa densamente povoada, como vimos, com uma precária distribuição dos recursos, uma agricultura pouco compensadora e um insuficiente desenvolvimento industrial, incitava os seus filhos à partida, como fuga à proletarização. Esta foi a situação da Europa do Sul e da Europa Oriental, que arrancaram tardiamente para a industrialização.

Razões opostas, porém, conduziram os britânicos à emigração, precisamente o desemprego tecnológico causado pela precoce e forte industrialização.

Foram, ainda, factores económicos que impeliram irlandeses e alemães para fora da Europa. As terríveis fomes da década de 1840 expulsaram da Irlanda 1/7 da sua população. Entre 1880 e 1885, as dificuldades conjunturais da economia alemã foram responsáveis pela corrente emigratória germânica.

É óbvio que estes motivos repulsivos tiveram a sua contrapartida nas favoráveis condições socioeconómicas dos países que serviram de destino aos Europeus. Na verdade, os países novos, escassamente povoados, necessitavam de mão-de-obra para a exploração dos seus ricos recursos materiais (solo e subsolo). Ofereciam, além disso, sociedades abertas e flexíveis, onde a promoção era rápida.

Motivos políticos e religiosos tiveram, também, a sua quota-parte no caudal emigratório europeu. Movimentos revolucionários fracassados expulsaram polacos (1831, 1863), franceses (1848) e alemães (1840, 1871), enquanto os judeus russos fugiram aos pogroms de fins do século. Muitos outros, entretanto, foram impelidos pela política colonialista dos estados europeus, empenhados no povoamento e exploração económica dos seus territórios ultramarinos.

Válvula de escape para as múltiplas tensões europeias, a emigração proporcionou, pela deslocação massiva de populações, um novo equilíbrio de forças a nível mundial. A uma Europa envelhecida e com perda de potencial contrapôs-se uma América pujante, dinâmica e empreendedora.

Unidade e Diversidade na Sociedade Oitocentista

Uma Sociedade de Classes

O triunfo do Liberalismo e a civilização industrial produziram significativas mudanças sociais no mundo ocidental. À medida que o século XIX avançava, as velhas sociedades de ordens tendiam a desaparecer.

Na verdade, ao proclamar-se a igualdade dos homens perante a lei, já não faziam qualquer sentido os títulos de nobreza, as honrarias, os brasões e os demais privilégios judiciais ou fiscais, derivados do nascimento e perpetuados em diferentes estatutos jurídicos.

Doravante, as distinções entre os homens radicam no seu poder económico, na sua situação profissional, no seu grau de instrução e cultura, nas suas opções políticas, nos seus valores e comportamentos. Quanto maior for a propriedade e o controlo dos meios produtivos ou mais lucrativa e prestigiada for a profissão exercida, maiores serão as hipóteses de ascender socialmente e de beneficiar de uma educação esmerada e de estilos de vida pautados pelo conforto, bem-estar e luxo.

Eis-nos já no âmago das novas sociedades de classes, baseadas na mobilidade ascensional e, por isso, mais abertas e fluidas do que as sociedades de ordens. Nascer pobre ou no seio de uma família modesta não pesa como estigma nem bloqueia a ascensão, como sucedia nas sociedades de Antigo Regime. Pelo contrário, nascer numa família abastada já não significa usufruir para sempre de uma existência dourada.

Fundamentalmente, eram dois os grandes grupos sociais ou classes em que se dividia a sociedade oitocentista - a burguesia e o proletariado. Separava-os o trabalho produtivo manual nas fábricas e no campo, excluído pelos burgueses e reservado aos proletários.

No entanto, a situação revelava-se bem mais complexa, particularmente no tocante à burguesia. A diversidade de estatutos económico-profissionais e de padrões culturais, bem como a mobilidade e rearrumação constante dos seus elementos, levam-nos a considerar a burguesia como um grupo social heterogéneo, preenchido por uma hierarquia de classes. Analisemo-las.

A Condição Burguesa: Heterogeneidade de Situações; Valores e Comportamentos

A alta burguesia empresarial e financeira

A imagem-tipo do burguês do século XIX aplica-se na perfeição à alta burguesia empresarial e financeira. Nas suas fileiras encontramos os empresários industriais, os banqueiros, os directores das companhias de caminhos-de-ferro ou de navegação, os grandes negociantes, tal como o escol das profissões liberais que a ela ascendem.

Graças à concentração do poder económico, do poder político e do poder social, a alta burguesia usufruiu de uma notável hegemonia. O poder económico resultou do controlo dos meios de produção e das grandes fontes de riqueza.

De um modo geral, esse poder perpetuava-se em determinadas famílias, que constituíam autênticas dinastias de banqueiros, industriais, homens de negócios e grandes proprietários.

Citam-se, na França, os Schneider, os Périer, os Pereire, os Peugeot; na Alemanha, os Krupp, os Furstenberg; na Itália, os Agnelli, os Pirelli. À escala europeia, os Rothschild e, nos Estados Unidos, os Rockefeller. A nobilitação pelo poder político foi, para algumas destas famílias, o reconhecimento dos seus sucessos e da sua importância na vida dos estados.

Poderosa e influente na Inglaterra, na França, na Alemanha e Estados Unidos, a burguesia de negócios viu o seu desenvolvimento dificultado nos países de tardia e difícil industrialização. Entre eles, Portugal. Na Rússia e estados balcânicos continuou pouco numerosa, enquanto na Itália e na Áustria a sua projecção foi paulatinamente crescendo.

Aventurando-se nos meandros da vida política, a alta burguesia consolidou o seu poder económico. Sempre que possível, os grandes empresários criavam grupos de pressão e, inclusive, alcandoravam-se aos lugares cimeiros

da administração pública, como deputados, ministros e até presidentes da República. A sua influência fez-se sentir nas políticas aduaneiras que lhes asseguravam mercados e encomendas. Não menos atenção lhes mereciam os projectos de reforma fiscal, aos quais procuravam atenuar os efeitos. E deter os avanços do socialismo, reprimindo greves e reivindicações, não era, igualmente, um campo a negligenciar.

Quanto ao poder social, a alta burguesia exercia-o através do ensino, da imprensa, do lançamento de modas. Difundindo os seus valores e comportamentos, influenciava a opinião pública, que, assim, melhor acolhia as suas iniciativas.

A formação de uma consciência de classe burguesa

E que valores e comportamentos apresentava a alta burguesia? Convém dizer, antes de mais, que muitos desses comportamentos mais pareciam próprios das velhas aristocracias titulares que a alta burguesia substituía, agora, em riqueza e influência.

A imitação da aristocracia passava, em primeiro lugar, pela compra de propriedades, garantia de respeitabilidade. Nelas, frequentemente, os grandes empresários edificavam castelos e solares opulentos, convenientemente resguardados dos olhares públicos. Aí mantinham tertúlias e organizavam caçadas.

Entretanto, nas cidades, erguiam sumptuosas moradias que, em luxo e comodidade, não ficavam atrás dos palácios da nobreza.

Férias em estâncias de moda (Mónaco, Biarritz, Saint-Moritz), assistência às corridas de cavalos, recepções e bailes eram outros tantos sinais exteriores do seu êxito, tal como as boas escolas e colégios frequentados pelos herdeiros. A tal ponto se criou uma comunidade de interesses, de actividades e de estilos de vida, entre a aristocracia e a alta burguesia, que a nobilitação de homens de negócio, pelos seus serviços ou por via de casamentos, se tornou um acto natural. A fusão das elites ficava, então, perfeita.

Aos poucos, porém, a alta burguesia criou uma consciência de classe, reconhecendo-se como um grupo autónomo que comungava de atitudes e valores específicos. O culto da ostentação que atrás descrevemos coexistiu e foi cedendo lugar perante o enaltecimento do trabalho, do estudo, da poupança, da moderação e da prudência. São estas as virtudes burguesas, de que os grandes empresários cada vez mais se orgulhavam e a que atribuíam o seu sucesso.

No fomento das virtudes burguesas, a família assumia um papel de relevo. Como nos revela a correspondência privada, o grande burguês permanentemente incutia nos filhos o gosto pelo trabalho, a solidariedade entre os irmãos e parentes, a conduta séria, honesta e respeitável. Por isso, se considera ser a família burguesa, moralmente conservadora, um suporte indispensável do dinamismo empresarial.

Demarcando-se das ociosas elites de outrora e, simultaneamente, justificando-se perante os que contestavam o seu imenso poder, a alta burguesia apresentava a riqueza como fruto do trabalho, da iniciativa e do esforço pessoais, nada devendo ao privilégio de um nascimento em berço de ouro, como acontecera com as velhas aristocracias. Em contrapartida, atribuía a pobreza à preguiça e à ausência de talento e de mérito. E, como exemplo do êxito individual e da mobilidade social ascendente, a alta burguesia apontava as carreiras prodigiosas de alguns dos seus elementos, verdadeiros self-made men.

Proliferação do terciário e incremento das classes médias

Se a alta burguesia, embora poderosa, era restrita no número, as classes médias apresentavam-se como um mundo heterogéneo composto por milhões de indivíduos. Sem contacto com o trabalho manual, mas também sem controlarem os grandes meios de produção, as classes médias deviam o seu nome ao facto de, na hierarquia social, se situarem entre o proletariado e a alta burguesia. Muitos dos seus elementos provinham, aliás, dos estratos populares, pelo que as classes médias bem ilustravam a mobilidade ascensional da nova sociedade de classes.

Ao procurarmos conhecer a composição das classes médias deparam-se-nos, em primeiro lugar, os pequenos empresários da indústria. Tanto a expansão dos negócios os podia fazer multiplicar, como as crises e a concorrência eram susceptíveis de os eliminar. Seguiam-se os possuidores de rendimentos, donos de bens fundiários, de imóveis, de obrigações e acções que lhes asseguravam colocações sólidas de capital e a necessária tranquilidade familiar sem trabalharem.

Foi, porém, à proliferação do terciário e dos serviços que as classes médias deveram o seu incremento. A necessidade de distribuir a riqueza produzida fez crescer os empregos comerciais: patrões grossistas ou retalhistas, transportadores, empregados de loja ou grande armazém, vendedores.

Quanto às profissões liberais (advogados, médicos, farmacêuticos, engenheiros, notários, intelectuais, artistas), pouco cresceram em percentagem, mas, desde 1870-1880, valorizaram-se. O saber científico conferia-lhes autoridade e estatuto. Como juristas e técnicos da palavra, os advogados tornaram-se indispensáveis no contexto da complexidade administrativa empresarial; nos sistemas representativos, forneceram o contingente mais significativo dos deputados. Os médicos, por sua vez, eram figuras respeitadas num mundo em que a saúde constituía tema de preocupações individuais. Ao prestígio, as profissões liberais acrescentam as vantagens materiais que lhes advinham de gestão de bens, lucros ou honorários. Por tudo isto, muitos dos seus elementos ascendiam na hierarquia social. No ramo dos funcionários, encontramos uma das taxas de crescimento mais significativas no sector dos serviços. Com efeito, o desenvolvimento das administrações estatais e da burocracia pública e privada fez proliferar os empregados de escritório, dos correios e telégrafo, os professores, os militares, os polícias, os bombeiros, os cobradores.

Conhecidos por colarinhos-brancos, os empregados de escritório encontravam colocação nas repartições estatais, nas grandes firmas industriais, nos bancos, nas companhias de seguros. Ocupavam-se da correspondência, da contabilidade, da movimentação de uma série de documentos. Mesmo que nem sempre os seus vencimentos lhes parecessem suficientes, ficando, às vezes, atrás da remuneração de um operário especializado, a verdade é que o seu grau de instrução, o seu trajo, as suas maneiras distinguiam-nos do mundo do trabalho fabril.

Quanto aos professores, podemos dizer que foram uma profissão de sucesso em finais do século XIX. Oriundos, frequentemente, do campesinato, ilustravam essa mobilidade social tão cara às classes médias e à sociedade burguesa. Por outro lado, embora o seu ordenado fosse modesto, a verdade é que o seu saber lhes granjeava consideração e prestígio no seio da opinião pública. A generalização do ensino primário, gratuito e obrigatório, fê-los proliferar, cabendo-lhes a tarefa de disseminar os valores burgueses e patrióticos. Foram, por isso, um dos sustentáculos da nova ordem.

Se, até cerca de 1880, as classes médias permaneceram na sombra da alta burguesia, novas oportunidades se lhes abriram à medida que o sufrágio universal se expandia. Por volta de 1900, e pelo menos nos países mais industrializados, o seu papel na vida política era cada vez mais reconhecido.

O conservadorismo das classes médias

Embora portadoras da ideologia do progresso, em nome da qual se promoveram, as classes médias eram socialmente conservadoras. De olhos postos na alta burguesia - como esta o fazia relativamente à aristocracia -, as classes médias encaravam com desconfiança o operário, cujos hábitos de contestação lhes repugnavam. O sentido da ordem, do estatuto e das convenções, o respeito pelas hierarquias marcaram para sempre as classes médias, tal como o gosto pela poupança que lhes assegurava o conforto material e, até, pequenos luxos: uma moradia, uma boa escola para os filhos, uma ida ao teatro, umas férias na praia.

Junto das classes médias respirava-se respeitabilidade e decência - afinal os pilares da moral burguesa. No seio da família desenvolviam-se as virtudes públicas e privadas: o gosto pelo trabalho, pelo estudo e o sentido da responsabilidade; a moral austera a raiar o puritanismo; o culto das aparências. Na família afirmava-se o poder dos homens, as qualidades domésticas da mulher, a obediência dos filhos. Por isso, as grandes festas da classe

média decorriam sempre em família - aniversários, comunhões, matrimónios -, rituais que a paixão burguesa pela fotografia legou para a posteridade.

A condição operária: Salários e modos de vida; Associativismo e Sindicalismo; as propostas socialistas de transformação revolucionária da sociedade.

A Revolução Industrial trouxe a fábrica e fez nascer o operário. A fábrica, tal como as máquinas, são pertença do Capital, representado socialmente pelo empresário burguês. Quanto ao operário, situado no patamar inferior da sociedade oitocentista, apenas tem de seu a força dos seus braços, o chamado Trabalho, que vende ao empresário a troco de um salário.

Apelidado de proletário, o operário da Revolução Industrial conheceu o inferno. Pelas condições em que trabalhou. Pelas condições em que viveu.

Condições de trabalho

Não sem dificuldades, sacrifícios e humilhações se fez a adaptação dos operários ao mundo da indústria.

Vítimas da ruína do artesanato ou camponeses desapossados das terras, os novos operários das primeiras décadas do século XIX acorriam às cidades sem possuírem a necessária preparação. Constituíam, por isso, uma espécie de mão-de-obra não qualificada, mais sujeita à arbitrariedade e à exploração. No seu local de trabalho, o operário defrontava-se com um ambiente inóspito: frio glacial no Inverno e calor sufocante no Verão; má iluminação, falta de arejamento, barulho ensurdecedor; riscos de acidente (na fábrica, o operário está no meio de rodas e de correias de transmissão, enquanto na mina enfrenta os desabamentos e os incêndios); ausência de vestiários, sanitários e cantinas; horário de refeições praticamente inexistente; horário de trabalho de 12 a 16 horas diárias, sem feriados, férias e, até, descanso dominical; salários de miséria. Dos Estados Unidos à Rússia este quadro desolador de trabalho foi comum.

No mundo do liberalismo económico e do capitalismo concorrencial, o trabalho e o salário eram precários, dependentes apenas do livre jogo da oferta e da procura. Em períodos de descolagem e de expansão da indústria, os empresários franqueavam as portas das fábricas e elevavam os salários. Já, quando os lucros baixavam, na sequência das crises cíclicas da indústria, ou quando a oferta de mão-de-obra ultrapassava as necessidades, o desemprego e a baixa dos salários eram o caminho inevitável. Quão longe se estava, com efeito, da contratação colectiva, do salário mínimo, dos subsídios de desemprego, doença ou velhice. Ao Estado liberal, que deixava o patronato actuar com inteira liberdade no campo do emprego e do salário, apenas interessava conter a agitação operária...

Desde cedo, o trabalho de mulheres e crianças se afigurou indispensável à sobrevivência operária, muito embora para trabalho igual o salário da mulher fosse menos um terço e o das crianças metade do dos homens. Testemunhos pungentes dão-nos conta da exploração das mulheres e crianças na fiação, na tecelagem, nas oficinas mecânicas, na indústria do vidro ou nas minas. Mobilizadas para a fábrica a partir dos 4-5 anos, as crianças eram especialmente apreciadas pela sua agilidade e pequena estatura. Podiam, com facilidade, introduzir-se nos exíguos espaços entre as máquinas e, com os seus dedinhos, consertar fios rebentados; nas minas, rastejavam puxando as vagonetas. E, se a cadência do trabalho baixava, lá estava o contramestre para as chicotear.

Deste modo, famílias inteiras foram arrastadas para o trabalho industrial, com todas as consequências inerentes à desarticulação da vida familiar. Em contrapartida, o empresário pôde tirar todo o partido da máquina e, pela concorrência no mercado do trabalho que aquela mão-de-obra proporcionava, manter os salários baixos.

Condições de vida

Ao trabalho esgotante e nos limites da resistência humana, acrescentava-se, para os operários, uma vida nas condições mais indignas e degradantes.

Caves húmidas ou sótãos abafados, alugados a preços especulativos, eram as suas habitações. Nelas tudo faltava: a luz, a higiene, a salubridade.

A promiscuidade era geral: há notícia de, em 1860, 15 pessoas viverem, se é possível empregar este termo, num mesmo compartimento.

Por sua vez, a alimentação mostrava-se insuficiente e desequilibrada. Na Inglaterra e na França, temos conhecimento das dietas operárias compostas de pão, bolacha, batata, água, alguns ovos, salsichas, peixe fumado. Fruta, carne fresca e leite eram luxos.

Esgotados pelo trabalho, quase sem horas de sono e certamente sem sonhos, mal alojados e subnutridos, os operários constituíam um terreno favorável à propagação das doenças. A cólera fazia razias nos seus bairros; os seus filhos continuavam morrendo como no Antigo Regime e, quando resistiam, apresentavam-se raquíticos, padecendo de deformações na coluna. Estas eram o resultado da violência do trabalho, tal como as alergias, a asma, a tuberculose e outras doenças pulmonares, cedo conotadas com doenças do meio operário.

O alcoolismo, a prostituição, a delinquência e a criminalidade completavam o quadro da miséria e da sordidez. Isoladas nos seus bairros semelhantes a guetos, as classes laboriosas afiguravam-se, aos olhos da conservadora burguesia, antros de vício e de perdição. Classes perigosas lhes chamaram...

O movimento operário: associativismo e sindicalismo

Desde cedo, os operários reagiram às duras condições de trabalho e de vida atrás descritas. Essa reacção pecou, inicialmente, por falta de organização e, por isso, esteve condenada ao fracasso. Foi o caso do luddismo [de Ned Ludd], particularmente forte na Grã-Bretanha nos anos 1811-1818, que levou os operários a destruírem máquinas e a saquearem as habitações dos industriais. Foi o caso, também, de insurreições, de greves e movimentos violentos que, por toda a Europa industrializada, irromperam.

A repressão dura que se abateu sobre os operários (presos, deportados e até castigados com a pena de morte) fez-lhes ver a necessidade de uma organização mais consistente, capaz de minorar os seus problemas e conduzir a bom termo as suas reivindicações. Assim nasceram o associativismo e o sindicalismo.

O associativismo traduziu-se na criação de associações de socorros mútuos, também denominadas mutualidades ou sociedades fraternas. Através de quotizações simbólicas dos filiados, acudiam aos necessitados, na doença, na morte, na velhice, no desemprego ou durante as greves. Para as multidões de desenraizados que eram os operários, não há muito saídos dos campos e privados da solidariedade aldeã, as associações de socorros sempre proporcionaram um mínimo de conforto e de calor humano.

No sindicalismo residiu, porém, o futuro do movimento operário. Consistiu na criação de associações de trabalhadores para defesa dos seus interesses profissionais. Os operários contribuíam com as necessárias quotas e os sindicatos propunham-se a lutar pela melhoria dos salários e das condições de trabalho recorrendo, se necessário, à greve, como forma de pressionar a entidade patronal.

A legalização dos sindicatos, a influência das doutrinas socialistas e do anarquismo concorreram para a força e agressividade crescentes do sindicalismo a partir de 1870-80. Em 1874, as Trade-Unions britânicas eram já organizações de massa, com mais de um milhão de aderentes.

Na maior parte dos países industrializados, os sindicatos multiplicavam-se, integravam-se em confederações e revelavam-se capazes de mobilizar grandiosas manifestações e greves, como as dos estivadores do porto de Londres ou dos mineiros do Rur e dos metalúrgicos do Creusot, todas em 1889.

A reivindicação do dia de trabalho de 8 horas, a melhoria dos salários, o direito ao descanso semanal e à indemnização do patronato em caso de acidente foram alguns dos objectivos das lutas grevistas, transformadas

na principal arma do movimento operário. À pressão das greves se devem a alta do salário real e os progressos da legislação social verificados em finais do século XIX.

As propostas socialistas de transformação revolucionária da sociedade

As propostas socialistas desenvolveram-se, ainda, na primeira metade do século XIX e tiveram como objectivos comuns a denúncia dos excessos da exploração capitalista, a erradicação da miséria operária e a procura de uma sociedade mais justa e igualitária. Quanto às estratégias a implementar, foram bem diferentes e até opostas, o que leva a distinguir um socialismo utópico de um socialismo marxista.

O Socialismo Utópico

O socialismo utópico distinguiu-se pelas suas propostas de reforma económica e social, que passavam pela recusa da violência, pela criação de cooperativas de produção e de consumo ou pela entrega dos assuntos do Estado a uma elite de homens esclarecidos que governariam de molde a proporcionarem uma maior justiça social. **Saint-Simon, Charles Fourrier, Louis Blanc, Robert Owen** foram alguns desses pensadores sociais.

Já Proudhon, o mais ousado dos socialistas utópicos defendia a abolição da propriedade privada, que considerava “um roubo”, e do próprio Estado, que classificava de desnecessário. Preconizava uma autêntica revolução na economia, através da criação de associações mútuas, onde todos trabalhariam pondo em comum os frutos do seu trabalho.

Originar-se-ia, em consequência, uma sociedade igualitária de pequenos produtores, capazes de assegurarem a melhoria das condições sociais sem luta de classes ou intervenção do Estado.

Feito de sonhos de um mundo melhor e de propostas irrealizáveis ou condenadas ao fracasso, foi este o socialismo que a História, numa feliz expressão, consagrou de utópico.

O marxismo

O socialismo marxista retira o nome do alemão Karl Marx que, juntamente com o seu compatriota Friedrich Engels, publicou, em 1848, o Manifesto do Partido Comunista. Esta obra marcou de forma profunda o Socialismo e a História, na medida em que foi portadora de uma nova concepção de sociedade e esteve na origem de inúmeros movimentos revolucionários ao longo do século XX.

Na verdade, ao contrário do socialismo utópico, assente em idealismos e projectos fracassados, o marxismo acrescentou, aos princípios doutrinários, um programa minucioso de acção. Antes de mais, o marxismo deteve-se numa análise rigorosa da História da Humanidade. Concluiu que esta assenta numa sucessão de modos de produção que foram o esclavagismo, o feudalismo e o capitalismo. Concluiu, também, que a passagem de um modo de produção a outro se deveu à luta de classes entre opressores e oprimidos. Explicou a luta de classes pelas condições materiais de existência e fez dela o verdadeiro motor da História.

Ao analisar, por sua vez, o modo de produção capitalista, Marx salientou que ele repousa na mais-valia. Isto é, o salário do operário não corresponde ao valor do seu trabalho, mas apenas ao valor dos bens de que ele necessita para sobreviver, pelo que a exploração do operário é o lucro do burguês capitalista. Desta constatação resulta, para Marx, ser a luta de classes, mais uma vez, inevitável. Travar-se-ia, agora, entre proletários e burgueses e conduziria à eliminação do Capitalismo.

Para o efeito, tornava-se necessário que o proletariado, organizado em sindicatos e, especialmente, em partidos, conquistasse o poder político e exercesse a ditadura do proletariado. Esta mais não seria que uma etapa a anteceder e preparar a verdadeira sociedade socialista - o comunismo -, uma sociedade sem classes, sem propriedade privada, sem "exploração do homem pelo homem".

No final do Manifesto do Partido Comunista, Marx e Engels apelavam ao internacionalismo proletário, isto é, à união e à solidariedade entre os trabalhadores de todo o Mundo para que o Capitalismo pudesse ser derrubado.

A luta de classes não conheceria fronteiras e, para a coordenar, surgiram as Associações Internacionais de Trabalhadores, também conhecidas por Internacionais Operárias ou, simplesmente, Internacionais.

Foi, aliás, Karl Marx quem redigiu os estatutos da I Internacional, que surgiu em Londres em 1864. Mantinha secções locais nos países industrializados e apoiou numerosas greves em toda a Europa. Apoiou, também, a insurreição dos operários da capital francesa, em Março de 1871, episódio conhecido por Comuna de Paris. O fracasso da Comuna ainda mais convenceu K. Marx da necessidade de o proletariado se organizar em partido autónomo, tendo em vista a conquista do poder político e o exercício da ditadura do proletariado.

Apesar de os apelos de Marx surtirem efeito e os partidos da classe operária irromperem (sob a designação de socialistas ou sociais-democratas), havia quem se opusesse às teses marxistas no seio da Internacional. Era o caso dos proudhonianos e dos anarquistas, estes últimos liderados pelo russo Bakunine (1814-1876). Bakunine chamou a Marx "comunista autoritário e centralista", criticando-lhe o seu princípio da ditadura do proletariado e da supremacia do Estado, que considerava uma negação da liberdade. Marx, por sua vez, censurava ao anarquismo a falta de organização que resultava da livre federação das associações operárias. E foram estes desentendimentos que levaram à dissolução da I Internacional em 1876.

Quando a II Internacional se constituiu em Paris, em 1889, já Marx havia falecido, mas F. Engels contava-se entre os fundadores. Os anarquistas viram-se afastados daquele organismo, mas outra tendência ideológica desafiou o rigor do marxismo. Foi o revisionismo, do alemão Bernstein (1850-1932), que propôs uma evolução pacífica, gradual e reformista do Capitalismo para o Socialismo, substituindo a luta de classes e a ditadura do proletariado por um clima de entendimento e colaboração entre os partidos operários e os partidos da burguesia. Bernstein baseava-se na realidade alemã, cujo Estado burguês fora capaz de prodigalizar aos operários uma eficaz legislação social.

Na sequência do revisionismo de Bernstein, os partidos operários dividiram-se e, mais uma vez, a Internacional viu-se impotente para liderar o derrube do Capitalismo a nível internacional, como Marx propusera no Manifesto. A II Internacional desapareceria em 1914, numa conjuntura em que os apelos ao internacionalismo proletário deixavam de surtir efeito entre os operários, envolvidos que estavam na defesa das respectivas nações. A 1ª Guerra Mundial começara.

Evolução Democrática, Nacionalismo e Imperialismo

Desde as últimas décadas do século XIX que o demoliberalismo se consolidou no mundo ocidental, mercê de conquistas políticas notáveis. Entre elas, a do sufrágio universal que, todavia, deixou de fora as mulheres, os negros e os analfabetos. Entretanto, na Europa Central e Oriental, persistiam estados autoritários e conservadores, assentes na autocracia e na submissão de várias nacionalidades. E num tempo em que os movimentos de libertação e de unificação nacional estavam na ordem do dia, a opressão de nações afigurava-se deveras ameaçadora. O mesmo acontecia com os afrontamentos imperialistas, resultantes do domínio da Europa sobre o Mundo. De facto, na África e na Ásia, velhas e novas nações europeias partilhavam territórios e dominavam povos. Envolto em perigosas rivalidades, o fenómeno imperialista contribuiu para o estado de tensão política que conduziria à Primeira Guerra Mundial.

As Transformações Políticas

A Evolução Democrática do Sistema Representativo; Os Excluídos da Democracia Representativa

Quando estudámos o legado do Liberalismo na primeira metade do século XIX, concluímos que, do ponto de vista político, triunfou um liberalismo moderado. Na verdade, o sistema liberal vigente negou o sufrágio universal, dando o poder de representação política apenas aos possuidores de um certo nível de riqueza (sufrágio censitário).

Ora, no meio século que decorreu entre 1870 e 1914, os estados do mundo ocidental aperfeiçoaram o sistema representativo liberal, caminhando no sentido do demoliberalismo.

Foi nos Estados Unidos e na Europa do Norte e do Noroeste que essa evolução se fez sentir com maior notoriedade, através de um conjunto de conquistas democráticas que, a seguir, analisaremos.

Da Monarquia à República

A monarquia constitucional era o regime político predominante no mundo ocidental. No período que estamos a estudar, o Liberalismo tendeu a limitar o poder dos monarcas. Transformados em meros chefes nominais do poder executivo, cabia-lhes, numa feliz expressão, reinar, mas não governar.

Tal limitação do poder dos governantes afigurava-se o meio mais seguro de garantir a concórdia, a prosperidade, o funcionamento das instituições democráticas. O exemplo mais conseguido residiu na Grã-Bretanha.

Embora diminuída nas suas prerrogativas, nem por isso a monarquia deixou de suscitar violentas críticas. Referimo-nos aos debates efectuados em prol do regime republicano, que apaixonaram a opinião pública e mobilizaram multidões. Com os seus governantes eleitos e temporários, considerava-se a República o regime político mais democrático e livre, na medida em que todos os seus órgãos resultavam da escolha da Nação soberana.

Algumas dessas repúblicas, como a francesa desde 1875 ou a portuguesa após 1911, enveredaram pela via do parlamentarismo. Isto é, reforçaram o poder das assembleias legislativas ou parlamentos, perante os quais os governos prestavam contas dos seus actos.

O sufrágio universal

A passagem do Liberalismo à Democracia Representativa concretizou-se com a instituição do sufrágio universal, quando as restrições financeiras ao exercício da cidadania deixaram de existir.

O alargamento do corpo eleitoral fez-se, também, à custa da diminuição da idade do voto, que se fixou, de um modo geral, nos 21 anos.

A fim de garantir a sinceridade e a liberdade do voto, bem como a legalidade das oportunidades oferecidas aos candidatos, instituiu-se o voto secreto (na Grã-Bretanha em 1872; na Bélgica em 1877; na Alemanha em 1903; na França em 1913).

À medida que o sufrágio abrangia as classes médias e o proletariado, uma nova classe política surgiu. Os "notáveis", recrutados nas elites burguesas e aristocráticas, tenderam, efectivamente, a ser substituídos por membros das profissões liberais e até por operários. E, para que os menos abastados pudessem ocupar lugares na governação, instituiu-se a remuneração dos cargos políticos, através da atribuição de subsídios parlamentares aos deputados.

Apesar de todas estas inegáveis conquistas promotoras da liberdade e da igualdade políticas, a verdade é que a democracia representativa teve os seus excluídos. Foram as mulheres, afastadas do voto (à excepção do Wyoming nos EUA, desde 1890; da Finlândia; da Dinamarca e da Noruega), bem como os negros (à excepção dos EUA desde 1869) e, de uma forma geral, os analfabetos.

As Aspirações de Liberdade nos Estados Autoritários

Enquanto o alargamento do sufrágio e a participação na vida política das massas institucionalizavam a democracia representativa nos EUA e nos Estados do Norte e Noroeste da Europa, os Estados autoritários resistiam na Europa Central e Oriental. Referimo-nos aos impérios alemão, austro-húngaro e russo, cujo poder se fundamentava na autocracia, no conservadorismo e na submissão das nacionalidades.

A autocracia

Naqueles três impérios europeus, os soberanos governavam de forma autocrática, quase sem conhecerem limites à sua autoridade e personificando a lei.

É verdade que, sob a pressão de reivindicações burguesas e proletárias, o kaiser alemão, o imperador da Áustria-Hungria e o czar russo foram obrigados a algumas reformas democráticas. Cita-se a publicação de constituições, na Alemanha e na Áustria-Hungria, e a concessão do sufrágio universal, nos três impérios, para a escolha dos representantes nas assembleias legislativas. Simplesmente, os imperadores continuavam senhores dos destinos dos governos, que demitiam quando entendiam; anulavam as leis dos parlamentos, substituindo-as pelos decretos imperiais; e socorriam-se da polícia secreta para controlarem a oposição política.

O conservadorismo

Rigidez e conservadorismo dominavam as sociedades imperiais. As velhas nobrezas mantinham uma forte implantação nos cargos governativos e no exército, bloqueando a aplicação do princípio democrático da igualdade de oportunidades.

Quanto às igrejas (a protestante na Alemanha, a católica na Áustria-Hungria e a ortodoxa na Rússia), gozavam de elevada protecção dos estados, que as cumulavam de privilégios e não reconheciam a liberdade religiosa. Pelo contrário, a existência de uma religião oficial apoiava, nos impérios autoritários, a unificação dos povos.

A submissão das nacionalidades

Com efeito, os três impérios europeus albergavam no seu seio múltiplos povos aos quais não reconheciam direitos. Isto é, não aplicavam o princípio liberal das nacionalidades, segundo o qual "a cada povo corresponde uma Nação, a cada Nação deve corresponder um Estado".

No Império Alemão, por exemplo, o chanceler Bismark foi responsável por uma política de germanização para com as minorias polaca, dinamarquesa e alsaciana.

A opressão dos eslavos (como os ucranianos, os polacos, os bielorrussos), dos finlandeses e povos bálticos, dos turcos, dos arménios, georgianos caracterizou também a política do Império Russo, agitado frequentemente por movimentos nacionalistas. A agitação nacionalista percorreu ainda o Império Austro-Húngaro, no qual os magiares, romenos, checos, eslovacos, eslovenos, sérvios, croatas contestavam o predomínio cultural e político dos alemães, que apenas representavam um quarto da população total.

A submissão de todas aquelas nacionalidades pelos impérios autoritários da Europa Central e Oriental e as consequentes aspirações de liberdade haveriam de concorrer para uma situação política particularmente explosiva. Lembremo-nos que a Primeira Guerra Mundial foi despoletada pelo assassinato do arquiduque Francisco Fernando, herdeiro do trono austro-húngaro, às mãos de um nacionalista sérvio da Bósnia-Herzegovina, região balcânica que aquele império anexara em 1908.

Os Movimentos de Unificação Nacional

Proclamado desde finais do século XVIII, o princípio das nacionalidades afirmava que os povos, enquanto comunidades unidas pelos mesmos laços étnicos, língua, história e tradições culturais comuns, constituem nações, devendo estas tornar-se estados autónomos.

Em nome daquele princípio revolucionário, sucederam na Europa vários movimentos emancipacionistas na primeira metade do século XIX. Uns conheceram o sucesso, patente nas independências da Grécia e da Bélgica em 1830. Outros ficaram condenados ao fracasso, como aconteceu com as rebeliões nacionalistas da Polónia, em 1830-1831, e da Alemanha, da Itália, da Boémia e da Hungria, em 1848-1849. Após 1850, as lutas emancipacionistas prosseguiram. E se, nas vésperas da Primeira Guerra Mundial, ainda eram muitos os povos submetidos nos estados autoritários da Europa Central e Oriental, a verdade é que o nacionalismo se desenvolvia com uma intensidade acrescida. Provam-no os movimentos de unificação nacional que, na Itália e na Alemanha, levaram à formação de dois novos estados europeus em 1861 e 1871, respectivamente.

A unificação italiana

O reordenamento territorial europeu promovido pelo Congresso de Viena (1815) deixou a Itália dividida em sete estados. A vontade de os unificar soou, em breve, forte e ganhou corpo numa corrente nacionalista, denominada *Risorgimento*, que remontava já aos finais do século XVIII.

Alguns obstáculos dificultavam, porém, a gigantesca tarefa de unir o mosaico de estados italianos. Um era a questão do regime. O novo Estado erigir-se-ia sob a bandeira da Monarquia ou da República? Mazzini, político italiano que, em 1831, fundara a sociedade secreta Jovem Itália, mostrava-se partidário de uma república nacional democrática. Chegou a proclamá-la em Roma, em 1848. E, apesar do fracasso da experiência, colheu adeptos.

O Papa, dono e senhor dos imensos Estados da Igreja, revelava-se receoso de uma unificação que lhe cercearia o poder temporal. Pio IX, obrigado a fugir de Roma durante a efémera república de Mazzini, viria mesmo a publicar uma encíclica em que denunciava os ideais liberais e nacionalistas.

Finalmente, o terceiro e mais importante obstáculo à unificação italiana residia no domínio austríaco no Norte e no Centro da península.

Contra os austríacos se dirigiram, então, os esforços mais sistemáticos e fortes da unificação italiana, após 1852. Partiram do Reino do Piemonte-Sardenha, chefiado pelo monarca liberal Vítor Emanuel II, e tiveram o seu grande artífice na figura do primeiro-ministro Cavour. Auxiliado pela França de Napoleão III, um simpatizante dos patriotas italianos, os exércitos piemonteses derrotaram os austríacos, em Magenta e Solferino, em 1859. A Lombardia voltava à posse dos italianos e, como recompensa, a França receberia, em breve, Sabóia e Nice.

O ano seguinte, 1860, revelou-se decisivo para a unidade italiana. As populações dos ducados de Parma, Modena e Toscana pronunciaram-se, por plebiscito, a favor da integração no novo reino do Piemonte-Lombardia. Por sua vez, movimentos populares, promovidos por Cavour nos Estados da Igreja, entregaram ao Piemonte grande parte dos territórios pontifícios. No Sul, o Reino das Duas Sicílias foi conquistado pelo aventureiro Garibaldi. Com a cumplicidade de Cavour, desembarcara na Sicília, à frente dos lendários "mil camisas vermelhas", e da ilha passara ao continente, onde obteve a rendição de Francisco II de Nápoles.

Faltava ainda integrar a Venécia e o que restava dos Estados da Igreja. Este óbice não impediu o Parlamento italiano de proclamar Vítor Emanuel II rei de Itália. Estava-se em Fevereiro de 1861. Em 1866, a título de compensação do apoio italiano à Prússia na sua guerra com a Áustria, o reino de Itália ver-se-ia acrescido da Venécia. Finalmente, em 1870, quando os exércitos de França, estacionados em Roma para proteger o Papa, partiram para a guerra com a Prússia, os italianos anexaram a cidade e os Estados da Igreja.

Em 1 de Agosto de 1871, Roma foi proclamada capital do reino da Itália. Pela primeira vez, desde a queda do Império Romano do Ocidente às mãos dos bárbaros no longínquo século V, toda a Itália se achava unida sob a mesma bandeira.

A unificação alemã

A criação da Confederação Germânica foi a solução política encontrada pelo Congresso de Viena (1815) para reorganizar os territórios alemães na era pós-napoleónica. Compunham-na 39 estados soberanos, entre os quais um império (o da Áustria), vários reinos (de que se destacava o da Prússia) e uma multiplicidade de ducados, principados e cidades livres. A presidência honorífica cabia ao imperador da Áustria, enquanto a Dieta de Frankfurt era o grande órgão do Governo.

Se aos príncipes alemães, ciosos das suas autonomias, não desagradava aquela solução política, já o reino da Prússia mostrou desde cedo vontade de liderar a unificação dos estados alemães. Com alguns deles realizou, a partir de 1828, uma aliança aduaneira [Zollverein], que consistia na abolição das barreiras alfandegárias.

Mais tarde, aquando das revoluções liberais e nacionalistas que varreram a Europa em 1848, foi a vez da Dieta de Frankfurt propor a união política mediante o reconhecimento de um governo constitucional em todo o território alemão (à excepção da Áustria), que teria o seu chefe máximo na figura do rei da Prússia. Mas nem este aceitou a solução, demasiado liberal para as suas tendências, nem a Áustria gostou de se ver expulsa da Confederação Germânica.

Por isso, quando Otto Von Bismarck, chanceler do rei Guilherme I da Prússia desde 1862, chamou a si a iniciativa da unificação alemã, fê-lo pela força das armas. Desde então, a Prússia apresentou-se como um Estado organizado e forte, de elevada industrialização, dotado de um poderoso exército.

A Guerra dos Ducados foi a primeira das três etapas que levaram à unidade. Tratou-se dos ducados de Schleswig e Holstein, que haviam estado submetidos ao rei da Dinamarca e, após 1863, possuíam uma administração conjunta de prussianos e austríacos. Em 1864, a pretexto da incompetência austríaca naquela administração, a Prússia envolveu-se em guerra com a Áustria. E batida esta em Sadova, em 1866, tomou posse dos ducados dinamarqueses e impôs a dissolução da Confederação Germânica.

Abatida a Áustria, Bismarck instituiu, em 1867, a Confederação da Alemanha do Norte. Reunia 21 estados, com uma certa autonomia, sob a presidência do rei da Prússia.

Finalmente, para dominar os estados católicos do Sul, Bismarck socorreu-se do nacionalismo alemão, que suscitou através da guerra contra a França de Napoleão III, em 1870.

A derrota francesa em Sedan e a capitulação de Napoleão III, nos primeiros dias de Setembro daquele ano, abriram as portas à concretização do sonho de Bismarck. Em 18 de Janeiro de 1871, o Império Alemão foi proclamado em Versalhes. Guilherme I tornou-se o primeiro imperador deste II Reich, um império federal de 25 estados, no qual se integravam a Alsácia e a Lorena, retiradas à vencida França.

Um gigante político nascia na Europa.

Os Afrontamentos Imperialistas: O Domínio da Europa sobre o Mundo

Imperialismo e Colonialismo

Nas vésperas da Primeira Guerra Mundial, a Europa dominava o Mundo. Esse domínio concretizava-se numa nova fase de expansão europeia que remontava à segunda metade do século XIX. Se exceptuarmos algumas zonas de influência japonesa (na Formosa, na Coreia), norte-americana (Alasca, Cuba, Porto Rico, Filipinas, Havai) e otomana (no Médio Oriente), os Europeus partilhavam entre si praticamente todo o Mundo em 1914.

O movimento ficou conhecido por imperialismo e assumiu diversas facetas: conquista territorial e colonialismo; sujeição política indirecta pelo estabelecimento de protectorados; controlo económico através da obtenção de concessões.

A protagonizá-lo estiveram velhas potências coloniais (como Portugal, a Grã-Bretanha, a França), a que se juntaram a Bélgica, a Alemanha, a Itália, a Rússia, o Japão e os Estados Unidos.

A expansão europeia foi, sobretudo, marcada pelo colonialismo, que fez de África e da Ásia locais especialmente cobiçados. Em 1884-1885, a Conferência de Berlim ditou as regras da partilha de África. Criou o Estado livre do Congo, sob a soberania de Leopoldo II da Bélgica; garantiu a liberdade de comércio nas bacias do Congo e do Níger; proclamou o princípio da ocupação efectiva de territórios, em detrimento dos direitos históricos. Em 1914, apenas a Etiópia e a pequena república da Libéria restavam como estados independentes em África.

Já na Ásia, a expansão territorial europeia não se revelou tão intensa. Se o Indostão, a Indochina e a InsulÍndia constituíram vastos domínios ingleses, franceses e holandeses, respectivamente, na China a presença europeia afirmou-se na política de concessões (caso de Hong-Kong, enclave cedido, em 1842, à Grã-Bretanha).

Na origem do imperialismo, encontramos motivações de natureza económica. Quando os mercados europeus se fecharam, na sequência do proteccionismo de finais do século XIX, só os novos territórios puderam fornecer as matérias-primas indispensáveis, garantindo, além disso, o escoamento da produção industrial. E, também, o alívio da pressão demográfica que asfixiava o continente europeu.

A cimentar as necessidades económicas e demográficas, um nacionalismo exaltado, de contornos racistas, proclamava com orgulho a superioridade das potências imperialistas e colonizadoras. No Reino Unido, o primeiro-ministro J. Chamberlain via no império colonial a expressão do génio da raça britânica. Pouco depois, uma declaração pangermanista justificava o imperialismo alemão pela necessidade vital dos Alemães, qual "raça superior", de disporem de "luz e ar". Às populações dominadas, tidas na conta de "primitivas", restava acolher com a melhor boa vontade os benefícios da técnica, da ciência, da instrução e da evangelização que as nações ocidentais lhes proporcionavam...

Rivalidades Imperialistas

Profundas tensões acompanharam de perto o fenómeno imperialista. Rivalidades económicas e políticas originaram acesas disputas territoriais.

A instalação dos Alemães no Sudeste africano impediu a concretização do sonho britânico de constituir, em África, um império "do Cairo ao Cabo". A França, por sua vez, contrariou as pretensões germânicas em África e dominou quase todo o Magrebe: Marrocos (que partilhou com a Espanha), a Argélia e a Tunísia.

Ainda em 1823, o presidente norte-americano James Monroe proclamara que "a América é para os Americanos". Procurava deter uma intervenção europeia contra os países latino-americanos recentemente emancipados, bem como um possível avanço dos Russos no Alasca.

Apesar de não ter conseguido dominar o Alasca, comprado pelos EUA em 1867, a expansão territorial da Rússia mostrava-se imparável no continente asiático. Tendo colonizado a Sibéria, a Bessarábia, a Geórgia, o Azerbaijão, a Arménia e o Turquestão, afirmava as suas pretensões no Extremo Oriente. Não foi aí tão bem-sucedida, pois chocou com as ambições nipónicas. A guerra russo-japonesa, em 1904-1905, permitiu a expansão japonesa na Manchúria e na Coreia e alimentou mais uma perigosa rivalidade imperialista.

Entretanto, nos Balcãs, defrontavam-se, conforme já referimos, os apetites territoriais de russos e austro-húngaros. As vítimas eram os povos que, ao longo do século XIX, se haviam emancipado da tutela otomana. Arvorando-se em protectora dos eslavos do Sul, a Rússia mal disfarçava os seus propósitos de controlar os estreitos do mar Negro e de alcançar uma saída para o Mediterrâneo.

Nos Balcãs, em Marrocos, no Sudeste africano, no Extremo Oriente, as rivalidades imperialistas e os nacionalismos fomentavam crises e punham em causa a segurança mundial. Vivia-se, com efeito, um clima de "paz armada" patente na formação de alianças militares: a Tríplice Aliança, celebrada em 1882, entre a Alemanha, a Áustria-Hungria e a Itália; a Tríplice Entente, firmada em 1907, entre a França, a Rússia e a Grã-Bretanha. Conjugadas com a corrida aos armamentos, abriram o caminho para a 1ª Guerra Mundial.

Os Caminhos da Cultura

No fim do século XIX, a crença no valor da ciência atingiu o seu auge. Os extraordinários progressos nas mais diversas áreas científicas e técnicas consolidaram a fé no conhecimento como alicerce de um mundo melhor. Endeusados, revestidos de uma quase omnipotência, o racionalismo e o método científico dominam, então, a cultura europeia.

Fazendo-se sentir em todas as áreas, das ciências exactas às ciências humanas, da filosofia ao ensino, o apreço pelo concreto, pelo «positivo» vai também reflectir-se na arte e na literatura. Artistas e escritores voltam-se para o mundo que os rodeia, procurando retractá-lo da forma mais objectiva. Este primeiro desafio à rigidez dos cânones académicos abriu caminho a concepções estéticas novas e ousadas, que serão o prelúdio da revolução artística do século XX. Em Portugal, os intelectuais procuram, cheios de entusiasmo, acompanhar a

Modernidade europeia. No último terço do século, sob o impulso da Geração de 70, o nosso país abre-se ao debate social e às novas tendências literárias. Adere também, embora de forma moderada, à estética realista que tinha conquistado a Europa 20 anos antes. Não se colocando à margem da revolução cultural que se desencadeara na Europa, Portugal mantém, no entanto, a sua índole prudente e conservadora.

A Confiança no Progresso Científico

No século XIX, tornou-se evidente que os progressos da Química, da Física, da Biologia e de tantos outros ramos do saber se reflectiam beneficamente na vida do cidadão comum. Assim, a fé nas potencialidades da ciência acentuou-se ainda mais e passou a dominar a vida intelectual da época. Esta filosofia, conhecida por Cientismo, defendia que o Universo obedecia a uma ordem lógica e funcionava segundo regras determinadas e fixas, que à ciência competia conhecer (determinismo). Neste pressuposto, considerava-se o inexplicável como fruto da ignorância, não deixando margem à existência divina e a todo o sobrenatural. Foi neste contexto que Augusto Comte criou o Positivismo, teoria filosófica que muito contribuiu para reforçar o valor atribuído à ciência.

Segundo Comte, a humanidade e os diversos ramos do conhecimento passaram sucessivamente por três estados: o teológico, em que os fenómenos são explicados pela intervenção das forças sobrenaturais; o metafísico, em que se aceita a existência de entidades abstractas, não observáveis, como causa dos fenómenos; e o estado positivo (ou científico), que se alicerça no estudo das leis naturais e invariáveis que regem os fenómenos. Estas leis só podem ser conhecidas através da observação e da experimentação.

Divulgado entre 1839 e 1842, na obra Curso de Filosofia Positiva (6 vols.), o Positivismo teve um grande impacto no pensamento da segunda metade do século XIX. A ele se deve, em parte, o interesse com que os estados começaram a olhar a investigação científica, que passou a desenvolver-se sobretudo em instituições financiadas com fundos públicos, como as universidades, institutos, academias e outras associações.

O Avanço das Ciências exactas e a emergência das ciências sociais

Palco de extraordinárias descobertas, o século XIX não se limitou a acrescentar o volume dos conhecimentos, mas revolucionou também as suas bases.

Na Química, considerada a «ciência do século», procedeu-se à sistematização dos elementos, tendo Mendeleíev elaborado a primeira tabela periódica, aparecida em 1869.

No campo da Física, abandonaram-se os velhos conceitos da dinâmica que, de Aristóteles a Newton, atribuíam o movimento dos corpos «inertes» à acção exclusiva de forças exteriores. Logo no início do século, o estudo do comportamento dos gases levou à conclusão que estes possuíam uma «força autónoma» que os fazia variar de volume. Coube aos britânicos Joule e Maxwell formular com precisão a teoria cinético-molecular: todos os corpos são formados por partículas dotadas de movimento, cuja intensidade varia pela acção de factores externos, como, por exemplo, a temperatura.

Esta percepção de que o mundo a que chamamos «inanimado» não era inerte nem passivo foi o ponto de partida para o estudo de átomos e electrões, da electricidade e do electromagnetismo. Simultaneamente, as descobertas do casal Curie e Henri Becquerel sobre a radioactividade, demonstraram que, para além de se moverem, os elementos podiam transformar-se uns aos outros.

A ideia de que na Natureza imperam o movimento e a mudança propagou-se também às ciências da vida, tendo zoólogos e botânicos começado a colocar a hipótese da evolução das espécies animais e vegetais. Neste campo, os trabalhos de maior impacto foram os de Charles Darwin (1809-1882) e Johan Mendel (1822-1884).

A obra de Darwin, A Origem das Espécies (1889), defendia que os seres vivos têm a faculdade de se adaptarem ao ambiente e que essa adaptação acarreta modificações morfológicas que se transmitem à descendência. Pouco depois, Mendel desvendaria o complexo mecanismo que preside à transmissão dos caracteres hereditários e explicaria como a sua combinação pode facilitar ou dificultar a «luta pela vida», que aniquila umas espécies enquanto outras conseguem sobreviver.

Ainda no campo das ciências da vida, registaram-se importantes avanços na microbiologia e na medicina, que se influenciaram mutuamente. Os estudos de Louis Pasteur e de Robert Koch, por exemplo, deram à medicina conhecimentos fundamentais sobre as causas da propagação das doenças.

As descobertas científico-tecnológicas e as profundas alterações sociais decorrentes da industrialização conduziram a uma reflexão sobre o funcionamento das sociedades que procurou revestir-se, também, de um carácter «científico».

Em 1838, Augusto Comte criou o termo «sociologia», referindo-se a esta disciplina como uma «física social».

A Sociologia parte da constatação que os grupos humanos actuam de forma distinta dos indivíduos singulares e que é possível compreender a sua génese e as suas leis. Coube a Emile Durkheim (1858-1917) lançar os fundamentos da nova ciência, que explicitou na obra As Regras do Método Sociológico, surgida em 1895.

O espírito positivista estendeu-se a todas as áreas do conhecimento: na economia política, Marx tentou tornar "científico" o socialismo utópico; a Geografia deixou de ser puramente descritiva, procurando (ao lado da Geologia) a explicação criteriosa das formações terrestres; a História desenvolveu as regras para a selecção e a crítica das suas fontes, na esperança de, desse modo, reconstituir o passado com toda a exactidão.

A progressiva Generalização do Ensino Público

O cientismo e a sua fé inabalável no alcance do conhecimento vieram reforçar a importância que os iluministas já tinham atribuído à instrução como meio de progresso e felicidade.

No mesmo sentido actuaram o desenvolvimento do sector terciário e os progressos da democracia liberal. A política exigia agora a participação do cidadão comum, transformando a instrução numa condição imprescindível do «voto esclarecido».

Por estas razões, a segunda metade do século XIX corresponde, nos países industrializados, à época da alfabetização. O ensino primário torna-se obrigatório, tendo progressivamente caminhado para a gratuitidade total. O pagamento dos professores deixou de estar a cargo das autarquias e instituições de benemerência e transitou para o poder central, que assumiu, também, a construção da necessária rede de escolas. Assim nasceu a escola pública, obrigatória e laica, que persistiu até aos nossos dias.

Igual impulso sofreu os ensinos secundário e superior, necessários à formação dos quadros médios e da vaga de engenheiros, médicos, advogados e outras profissões liberais que marcaram esta época. Para além de crescerem em número, liceus, escolas técnicas e universidades, procuraram renovar os seus currículos e métodos pedagógicos de acordo com os progressos das ciências e as necessidades do mundo do trabalho. Foi então que, nos currículos do ensino primário, se estruturou uma via científica, como alternativa à educação humanística herdada do Renascimento.

Na vanguarda da modernização do ensino superior colocaram-se a Alemanha e os Estados Unidos, onde se desenvolveu o moderno conceito de docência universitária, que vê o professor como o orientador do trabalho dos seus alunos, com os quais forma, em conjunto, uma «equipa de investigação». Este sistema, que colocou os dois países na liderança do desenvolvimento e investigação científica, completou-se com um ensino técnico de alto nível e com a valorização do mérito pessoal. Como exemplo, lembremos que data desta altura (1861) a criação do MIT (Massachusetts Institute of Technology) que permanece, até hoje, a mais prestigiada "escola de génios" da América e, talvez, do Mundo inteiro.

O Interesse pela Realidade Social na Literatura e nas Artes – As novas Correntes estéticas na viragem do século

O Realismo

Em meados do século XIX, o mundo da arte e da literatura procura também as suas «bases positivas». A nostalgia do passado que animara o Romantismo parecia imprópria numa época de admiráveis progressos. 0 Mundo, conduzido agora pela ciência, merecia ser retratado tal qual era, isto é, com realismo.

Na pintura, o Realismo começou por manifestar-se no tratamento da paisagem, que se despiu da exaltação e personificação românticas para se ater, simplesmente, na reprodução, desapaixonada e neutra, do que se oferece à vista do pintor. Passou, depois, aos temas do quotidiano, que tratou de forma simples e crua, sem nada acrescentar ou retirar à realidade «Eu não posso pintar um anjo porque nunca vi nenhum», afirmou um dia Courbet, representante máximo do Realismo.

Em França, o movimento adquiriu particular intensidade, contando com a adesão de nomes grandes da pintura europeia como Camille Corot (1796-1875), impulsionador do paisagismo realista; Honoré Daumier, que retractou a vida dura do operariado citadino; Edouard Manet, pintor multifacetado que abriu à sua arte novos horizontes; e, sobretudo, Gustave Courbet, verdadeiro entusiasta da «pintura viva».

Os quadros realistas causaram o maior escândalo. Acusaram-nos de «degradar a arte», quer pelos temas banais, por vezes ofensivos, quer pelas cores excessivamente vivas, «de mau gosto», quer pela falta de elaboração e conceptualização das composições. No entanto, para os seus defensores, a representação da realidade «em bruto» era a última palavra em audácia artística.

Embora inovador pelos seus temas, o Realismo manteve-se dentro dos preceitos académicos, no que diz respeito à exactidão do desenho e ao perfeito acabamento do quadro. Seguindo uma tradição de muitos séculos, os pintores realistas executavam, no exterior, breves esboços e apontamentos que trabalhavam, depois, de forma cuidada, nos ateliers. Os seus quadros resultavam num «instantâneo» da realidade, como uma fotografia nítida, concreta e sólida.

Na literatura, o Realismo centrou-se no retracto objectivo da realidade social em detrimento da exaltação dos sentimentos individuais que tinha marcado o Romantismo.

Vivendo sentimentos contraditórios e desviando-se muitas vezes da conduta socialmente aceite, os personagens do Realismo são pessoas comuns que vivem, lutam, amam e sofrem, num cenário minuciosamente descrito, contemporâneo e identificável para o leitor. Foi esta realidade palpável, clara e cruamente exposta, que chocou a sociedade burguesa da época, tão ligada às aparências.

O IMPRESSIONISMO

Cerca de 1870, Manet reunira um pequeno grupo de admiradores formado por jovens artistas, entusiasmados com a «actualidade» das suas obras. Este grupo, que integrava Claude Monet, Pierre-Auguste Renoir, Edgar Degas, entre outros, em breve ficaria conhecido como «os impressionistas».

Tal como o Realismo, de que é herdeiro e, em parte, continuador, o Impressionismo procura os seus temas na Natureza, na figura humana, nos ambientes animados do mundo do espectáculo e no bulício ruidoso das cidades. Mas, o que o atrai nesta realidade são as constantes mudanças que ela sofre. Uma simples variação luminosa transforma as cores, esbate os contornos, torna etéreo o corpo mais sólido.

Defensores apaixonados da pintura de plein air, os impressionistas rejeitam a pintura de atelier e montam os seus cavaletes um pouco por todo o lado, na cidade e no campo. Por vezes trabalham juntos e deliciam-se a comparar, no fim do dia, as diferentes «impressões» que cada um recebeu da mesma paisagem. Pela primeira vez, os quadros são executados sem esboço preliminar, da forma mais rápida possível.

Fortemente influenciados pelos estudos de Eugène Chevreul (1786-1889) sobre a decomposição das cores e as ilusões de óptica, os impressionistas não misturam as cores na paleta, aplicam-nas puras sobre a tela, em pinceladas fortes e sobrepostas. Os seus quadros resultam, assim, numa justaposição de manchas de cor de textura grossa e «empastelada», onde o desenho se dilui e cede o lugar às cintilações de luz.

É exactamente o seu encantamento face à luz que leva os pintores impressionistas a banirem o preto e o cinzento, trabalhando as sombras com pinceladas coloridas, como se estas fossem simples reflexos escurecidos das cores vibrantes que as rodeiam.

Depois de mais de uma década de exposições conjuntas, o grupo impressionista desmembrou-se e cada pintor seguiu o seu percurso individual. Mas, por essa altura, os alicerces académicos da pintura tinham já tinham sido fortemente abalados, abrindo a porta à revolução artística do século XX.

O SIMBOLISMO

Cerca de 1880, fez-se sentir na Europa um certo desencanto face à tendência positivista. Um mundo limitado aos factos concretos começou a parecer estreito e decepcionante. Filósofos, artistas e escritores lançam-se então numa via introspectiva, procurando uma outra realidade para além das coisas visíveis.

Rejeitando frontalmente a abordagem realista de Courbet e dos impressionistas, um grupo alargado de pintores tenta imprimir às suas obras um significado espiritual e profundo. Considera que o objectivo da pintura «não pode ser a representação dos objectos. A sua finalidade é exprimir, traduzindo-as para uma linguagem especial, as ideias». Pela representação simbólica das ideias, através das formas ou das cores, esta corrente passou a denominar-se Idealismo ou Simbolismo.

Os simbolistas consideram que a arte deve libertar-se da submissão aos preceitos da lógica e mergulhar nos mistérios insondáveis do mundo e da alma. Experimentando, tal como os românticos, um forte desejo de evasão, os seus quadros espelham uma profunda nostalgia dos mundos perdidos - os tempos bíblicos, a Idade Média... - ou primitivos - como o Taiti, refúgio de Gauguin, onde a espiritualidade se mantém forte, intocada pela "degeneração" industrial.

A corrente simbolista fez-se notar por toda a Europa, revestindo formas muito diversas. Não tendo formado aquilo a que poderíamos chamar uma escola, os pintores simbolistas sentiram-se unidos pela valorização do sobrenatural, pela «elevação» da arte. Tal foi o objectivo que presidiu à pintura de G. F. Watts em Inglaterra, ou de Gustave Moreau (1826-1898), Odilon Redon (1840-1916) e Maurice Denis, em França; aos quadros irreais do suíço Arnold Bõcklin; ou ao génio solitário de Paul Gauguin, entre muitos outros.

Tal como acontece na pintura, o simbolismo literário orienta-se para outra realidade que não a do mundo visível. Procura dar expressão às forças obscuras e incontroláveis do indivíduo, iniciando uma escrita hermética e difícil, destinada quase só a uma elite de iniciados.

Tomando a poesia como forma privilegiada de expressão, o simbolismo vai privilegiar a musicalidade e o poder encantatório das palavras, em detrimento da contagem de sílabas e da rima. Inicia-se, assim, o verso livre que marcará a produção poética do século XX.

UMA "ARTE NOVA"

Desde meados do século XIX que os artistas e arquitectos procuravam um estilo novo, que individualizasse o seu tempo. A rejeição do historicismo da arte académica foi comum aos movimentos que já estudámos, unindo-os, apesar das suas diferenças, num mesmo pendor modernista. Foi também esta procura que, cerca de 1890, desembocou na corrente artística conhecida por Arte Nova.

A Arte Nova foi um fenómeno amplo e complexo, com múltiplos cambiantes nacionais. Na sua base encontra-se a preocupação de lutar contra o "mau gosto" que invadira a vida quotidiana através dos objectos industriais, produzidos de forma mecânica, sem qualquer preocupação estética.

Este estilo encontra, por isso, a sua expressão mais forte nas artes aplicadas e na arquitectura. Considerava-se que a casa e os objectos que nela se encontram deviam comungar do mesmo espírito, formando uma unidade estética. Esta ideia da "obra de arte total" conduziu à negação da fronteira entre as artes maiores (arquitectura, escultura, pintura) e as artes menores (que englobam as artes decorativas em geral), transformando arquitectos e artistas em designers de mobiliário e criadores de motivos para louças, vidros, têxteis e outros acessórios.

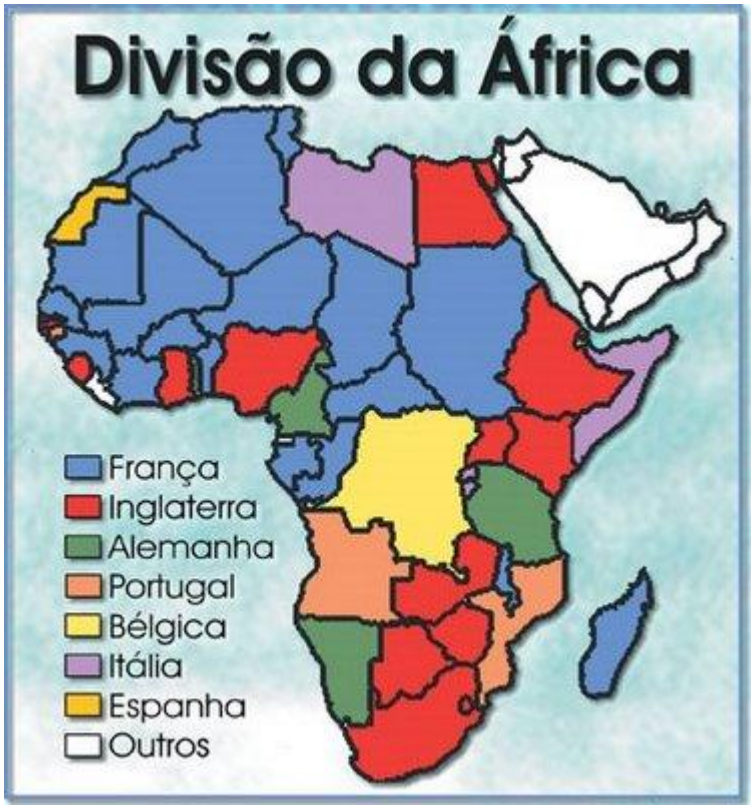
Ao procurar a beleza formal dos objectos da indústria, a Arte Nova empenhou-se no aproveitamento das características dos materiais (ferro, vidro, betão, mosaico) tirando partido dos elementos da estrutura, que valorizou através de uma decoração livre e sugestiva.

É exactamente o pendor decorativo deste estilo que melhor o caracteriza. Influenciados pela corrente simbolista e pelas estampas japonesas que, nessa altura, encantavam a Europa, os artistas comprazem-se num repertório essencialmente vegetalista e feminino, feito de superfícies ondulantes e entrelaçadas e de animais frágeis e delicados, como as libelinhas e as borboletas. Na pintura, os volumes esbatem-se e a linha prevalece, definindo com clareza manchas de cor cintilantes ou claras.

Difundida pelas grandes exposições internacionais (Paris, 1900; Turim 1901-1902) e aplicada a todo o tipo de objectos do quotidiano, a Arte Nova teve um êxito retumbante. As suas formas leves e graciosas rapidamente se transformaram numa autêntica moda que, como todas as modas, rapidamente cansou. Depois da Grande Guerra, a forma rectilínea impõe-se rapidamente. No entanto, e apesar da sua brevidade, este estilo deu importantes contributos para a Modernidade e marcou, tal como ansiavam os seus cultores, a época da História conhecida por Belle Époque.

Unidade 10 – Colonialismo em África. Relações Internacionais nos Finais do Século XIX e início do Século XX. S. Tomé e Príncipe ao longo do século XX

A Conferência de Berlim e a Partilha de África



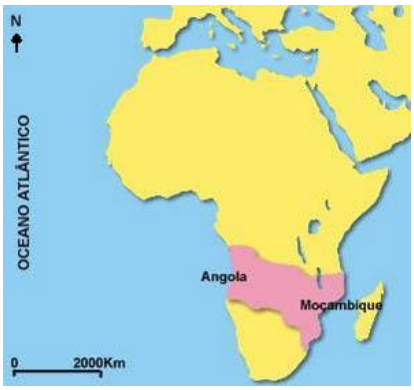
Conferência realizada em 1885. Serviu para redefinir alguns aspectos do mapa colonial dos finais do século XIX, com o continente africano, rico em matérias-primas, como alvo preferencial dos interesses das grandes potências industrializadas. Bismarck pretendia que a Inglaterra denunciasse o tratado anglo-português. De comum acordo com a França, juntou em Berlim as outras potências da Europa. Os interesses portugueses foram bastante atingidos com a realização desta conferência. Portugal viu anulado o tratado luso-britânico, e teve que ceder vários territórios e reconhecer o estado do Congo.

A Conferência contou com a participação de 15 países, 13 pertencentes à Europa e os restantes advindo dos Estados Unidos e da Turquia. Apesar dos Estados Unidos não possuírem colónias no continente africano, era um poderio que se encontrava em fase de crescimento, visando assim a conquista de novos territórios. Na mesma situação se encontrava o país sede da Conferência, a Alemanha, que desejava também conquistar para si algumas colónias.

Vários temas foram abordados durante a Conferência, porém, o objectivo maior era a elaboração de um conjunto de regras que harmonizassem sobre a conquista da África pelas potências coloniais da forma mais ordenada possível, mas que acabou por resultar numa em uma divisão nada pacífica.

A Grã-Bretanha e a França foram os países que maior número de territórios juntaram aos seus impérios coloniais, de seguida surge Portugal, Bélgica, Espanha, Itália – que, apesar de ter entrado tardiamente na corrida colonial, devido ao processo de unificação nacional pelo qual passava, não se absteve da mesma –, Alemanha, Holanda, Dinamarca, Estados Unidos da América, Suécia, Áustria-Hungria e Império Otomano.

A Turquia, apesar de não conquistar nenhuma colónia na África, era o cerne do Império Otomano – Estado que teve sua existência entre os anos de 1299 e 1922 – e tinha interesses no norte da África.



Os demais países europeus que não foram beneficiados na divisão da África eram potências comerciais ou industriais que já possuíam negócios mesmo que indirectos com o continente africano.

Durante a Conferência houve um momento de tensão muito sério. Tudo se deu devido a um plano apresentado por Portugal, conhecido como Mapa Cor-de-Rosa, no qual este esboçou a intenção de ligar Angola a Moçambique a fim de aprimorar a comunicação entre as duas colónias e

tornar mais fácil o comércio e o transporte de mercadorias.

A aprovação da ideia foi unânime, até o momento em que a Inglaterra, que Portugal considerava sua aliada, se opôs veementemente e ameaçou – por meio de um ultimato que ficou conhecido na história pelo nome de Ultimato Britânico de 1890 – declarar guerra a Portugal caso esse não desistisse de seus planos. Portugal agiu com bom senso, pois temendo represálias, abandonou a ideia.

A Alemanha viria a perder o domínio das suas colónias africanas após a Primeira Guerra Mundial, acontecendo a mesma coisa com a Itália no final da Segunda Guerra.

O quadro ficou assim definido após o término desta conferência: a Grã-Bretanha tornou-se a dirigente de toda a África Austral – pertencente à parte sul, banhada pelo Oceano Índico em sua região próxima a borda do mar oriental e pelo Atlântico em seu litoral ocidental, excepto Angola e Moçambique, colónias portuguesas -, do Sudoeste Africano e da África Oriental, excepto Tanganhica. A costa ocidental e o Norte – da qual faziam parte a Guiné-Bissau e Cabo Verde – foram repartidos com a França, Espanha e Portugal.

O Congo, a região mais disputada, o "âmago" da contenda, localizada no centro-oeste da África, continuou sendo "domínio exclusivo" da Companhia Internacional do Congo, que tinha como principal accionista o rei Leopoldo II da Bélgica.

As consequências da Conferência de Berlim - África no contexto internacional

O alargamento territorial das potências europeias, em África, tinha como principal objectivo a exploração económica, desenvolvendo-se novamente o Colonialismo, Isto provocou a disputa entre essas potências de grande parte dos territórios não europeus. Para resolver, pacificamente a partilha de africa, organizou-se a conferência de Berlim. As potências europeias dividiram o continente em cerca de quarenta unidades políticas. As linhas divisórias nacionais vieram à luz a partir da obrigação imposta por esta Conferência, uma arbitrariedade sem proporções, não houve qualquer preocupação em se preservar o que já existia. No começo do século XX, o continente africano encontrava-se em condições lamentáveis, totalmente cortado em pedaços, um para cada ocupante imperialista. Havia enormes aberrações nas organizações sociais e culturais dos territórios que foram extintos. A economia tradicional comunitária ou de subsistência foi totalmente desarticulada aquando do ingresso de cultivos destinados exclusivamente para o sustento e bem-estar das carências das metrópoles.

Na colonização, a África foi dividida de acordo com os interesses e benfeitorias dos europeus, tribos aliadas foram separados e tribos inimigas unidas. É por este motivo que nos dias de hoje ocorrem tantas guerras civis.

Foi somente após a Segunda Guerra Mundial que as colónias africanas começaram a alcançar a sua liberdade e a se solidificar no formato dos modernos países africanos.

A divisão da Europa em blocos

Nos inícios do século XX, a Europa continuava a deter a supremacia mundial. Contudo, os contrastes políticos e económicos entre os países europeus eram enormes:

Na Europa Ocidental predominavam as democracias liberais; na europa Central e Oriental prevaleciam os regimes autoritários (Império alemão, russo e austro-húngaro);

A Inglaterra, a França e a Alemanha eram as grandes potencias industrializadas, ao contrário da lenta modernização da Áustria-Hungria, da Rússia e da Itália.

Os estados europeus desenvolveram entre si fortes rivalidades, o que constituiu uma ameaça permanente à paz, sobretudo depois da partilha de África. Os factores que estiveram na origem dessas rivalidades internacionais foram os seguintes:

A concorrência económica, que desencadeou uma competição imperialista entre as potencias industriais, principalmente entre a Inglaterra, a Alemanha e a França que rivalizavam pelo domínio de áreas ricas em matérias – primas e pela posse dos melhores mercados;

A intensificação dos nacionalismos, ou seja, a exaltação dos valores do passado nacional e que provocava o ódio contra as potências rivais. Por outro lado, as condutas da Alemanha e da Rússia são exemplos de nacionalismos exacerbados, ao proclamarem a superioridade das suas raças (pangermanismo e pan-eslavismo). Por outo lado, houve reivindicações nacionalistas: A França exigiu que a Alemanha lhe devolvesse a Alsácia e a Lorena; a Polónia e a Finlândia queriam tornar-se estados autónomos; os vários povos da Península Balcânica, pretendiam libertar-se do domínio da Áustria-Hungria e da Turquia

Factores históricos, económicos e políticos motivadores do afastamento

As permanentes rivalidades internacionais assentes em premissas de caracter económico, político e histórico conduziram a uma **corrida aos armamentos** por parte das grandes potências políticas, ou seja, fazia-se sentir na Europa um clima quase de guerra- **a paz armada**. Tal situação originou a formação de alianças entre essas potências, assim surgiram

Tríplice Aliança (1882) entre a Alemanha, a Áustria-Hungria e, até 1915 Itália;

Tríplice Entente (1907) entre a França, a Inglaterra e a Rússia.

Face a este clima de tensão, qualquer incidente desencadearia um grave conflito internacional, como de facto veio a acontecer e que virás a estudar na 12ª classe.

A perspectiva de uma guerra

No dia 28 de Junho de 1914, o arquiduque francisco Fernando- herdeiro do trono Austro-húngaro foi assassinado, por membros de uma organização sérvia, em Sarajevo (cidade da Bósnia que em 1908 , tinha sido anexada pela Áustria). Em resultado do assassinato do arquiduque, o Império Austro-húngaro declarou guerra à Servia. Devido ao mecanismo de alianças (Tríplice Aliança e Tríplice entente), a Alemanha declarou guerra à Rússia e à França; de imediato, a Inglaterra declarou guerra à Alemanha. Assim deflagrou a 1º guerra Mundial

As Revoluções Liberais e Uma Nova Era no Pensamento do Homem

As Influências do Pensamento Iluminista

Como abordamos nos capítulos anteriores, o pensamento iluminista caracterizou-se pela crença na razão e no progresso, defendendo-os como a única forma de alcançar o verdadeiro conhecimento e como meio de adquirir o progresso, rompendo com o passado baseado no fanatismo religioso. Os iluministas viam ainda a instrução como o único meio de tornar os espíritos humanos críticos e de permitir o desenvolvimento no sentido da defesa de uma sociedade igualitária e tolerante. As revoluções Americana e Francesa, como também os movimentos nacionalistas do século XIX, os quais foram abordados no 2º período são consequências do pensamento de "homens iluminados" que tecendo duras críticas a regimes que antagonizam com os direitos e liberdades dos povos, impulsionaram as ideias e concretizaram-nas no âmbito do poder político e do poder económico e consequentemente repercutindo-se na sociedade.

As correntes Abolicionistas

O **abolicionismo** foi um movimento político que visou a abolição da escravatura e do comércio de escravos. Desenvolveu-se durante o Iluminismo do século XVIII, e tornou-se uma das formas mais representativas de activismo político do século XIX até à actualidade. Teve como antecedentes o apoio de alguns Papas católicos.

Até hoje, as repercussões emotivas do termo "abolicionismo" suscitam inconvenientes usos analógicos do termo, especialmente entre retóricas maniqueístas de grupos de pressão, partidos políticos ou grandes teóricos públicos.

Na Ásia e América, prosseguindo o caminho de alguns Padres da Igreja seus antecessores, combateu-se a iniquidade da escravidão e a subjugação dos povos não europeus. Em 13 de Janeiro de 1435, através da bula *Sicut Dudum*, o papa Eugénio IV mandou restituir à liberdade os cativos das ilhas Canárias. Em 1462, o papa Pio II (1458-1464) deu instruções aos bispos contra "La tratta dei Negri" proveniente da Etiópia; o papa Leão X (1513-1521) despachou no mesmo sentido para os reinos de Portugal e Espanha. Em 1537, o papa Paulo III (1534-1549), através da bula *Sublimus Dei* (23 de Maio) e da encíclica *Veritas ipsa* (9 de Junho), lembrava aos cristãos que os índios "das partes ocidentais, e os do meio-dia, e demais gentes", eram seres livres por natureza. O papa Gregório XIV (1590-1591) publicou a *Cum Sicuti* (1591) e, nos séculos seguintes, contra a escravidão e o tráfico se pronunciam também os papas Urbano VIII (1623-1644), na *Commissum Nobis* (1639) e Bento XIV (1740-1758) na *Immensa Pastorum* (1741). No século XIX, no mesmo sentido se pronunciou o papa Gregório XVI (1831-1846) ao publicar a bula In Supremo (1839). Em 1888, o Papa Leão XIII, na encíclica In *Plurimi*s, dirigida aos bispos do Brasil, pediu-lhes apoio ao Imperador (Dom Pedro II) e a sua filha (Princesa Isabel), na luta que estavam a travar pela abolição definitiva da escravidão.

O primeiro-ministro reformista Marquês de Pombal aboliu a escravidão em **Portugal** e nas colónias da Índia a 12 de Fevereiro de **1761**, pelo que Portugal é considerado pioneiro no abolicionismo. Contudo, nas colónias portuguesas da América e África continuou a ser permitida a escravidão. Agrupado com a Grã-Bretanha, no começo do século XIX proibiu o comércio de escravos e em **1854** por decreto foram libertos todos os escravos do Estado nas colónias. Dois anos mais tarde, também foram libertos todos os escravos da Igreja nas colónias. A 25 de Fevereiro de 1869 produziu-se finalmente a abolição completa da escravidão no império português.

O abolicionismo no **Brasil** remonta aos movimentos emancipadores no período colonial, particularmente à Conjuração Baiana (1798), em cujos planos encontrava-se o fim da escravidão. Após a Independência do Brasil, as discussões a seu respeito estenderam-se pelo período do Império, tendo adquirido relevância a partir de 1850 e um carácter verdadeiramente popular a partir de 1870, culminando com a assinatura da Lei Áurea (1888), que extinguiu a escravatura nesse mesmo país.

No Reino Unido, a **Society for Effecting the Abolition of Slavery** (Sociedade para efectuar a abolição da escravatura) foi fundada em **1789** por Thomas Clarkson. Nas suas apresentações informou da tratamento de escravos e as suas práticas e procurou o apoio do parlamento.

Em 1807 foi proibida a utilização de escravos nos barcos ingleses.

A 23 de Agosto de **1833** foi aprovada a **Slavery Abolition Act** (Ata de abolição da escravidão) pela qual desde 1 de Agosto de 1834 ficavam livres todos os escravos das colónias britânicas. Durante um período de transição de quatro anos permaneceriam, em troca de um soldo, ligados ainda com o seu amo. Os proprietários de plantações do Caribe foram indemnizados com 20 milhões de livras esterlinas.

O movimento abolicionista foi formado em 1830 nos estados do norte dos Estados Unidos, nos quais teve muita publicidade. Em 1831 foi fundada a New-England Anti-Slavery Society (Sociedade anti-escravatura de Nova Inglaterra)

O movimento tinha as suas raízes no século XVIII, onde nascera visando proibir a trata de escravos. A posse de escravos foi permitida até ao final da **Guerra de Secessão**, particularmente nos estados do sul. A constituição tratava em certos pontos a escravatura embora em nenhum fosse usada esta palavra.

Todos os estados a norte de Maryland aboliram a escravidão entre 1789 e 1830, gradualmente e em diferentes momentos. Contudo, o seu *status* permaneceu inalterado no sul e os costumes e o pensamento público desenvolveram-se na defesa da escravidão como resposta ao crescente fortalecimento da atitude anti-escravidão do norte. O ponto de vista contra a escravidão que mantinham muitos homens do norte após 1830 foi levando lenta e imperceptivelmente para o movimento abolicionista. A maioria dos estados do norte não aceitava as posições extremas dos abolicionistas. Abraham Lincoln, apesar de ser contrário à escravidão, também não aceitava o abolicionismo.

O abolicionismo como princípio era um pouco mais que um mero desejo de ampliar as restrições à escravatura. A maioria dos nortistas aceitavam a existência da escravidão, não tinham como objectivo mudar isso, mas favorecer uma política de libertação indemnizada e gradual. Os abolicionistas, por outro lado, queriam terminar com a escravidão para sempre e o movimento caracterizou-se pelo apoio das armas para precipitar o fim, como mostram as actividades de John Brown.

Muitos abolicionistas americanos desempenharam um papel activo contra da escravidão no "**Underground railroad**", que, visava a ajudar os escravos fugitivos apesar das grandes penas que isto podia acarretar segundo a lei federal que entrou em vigor em 1850.

Mediante a Declaração de Emancipação (promulgada pelo presidente Abraham Lincoln, na que foi declarada a liberdade de todos os escravos em 1863 e entrou em efeito pela primeira vez no final da Guerra Civil 1865) os abolicionistas americanos obtiveram a libertação dos escravos nos estados que continuava havendo escravidão. O movimento abolicionista abonou o campo para o movimento para os direitos civis norte-americanos.

A Guerra da Secessão e o Abolicionismo

A Guerra de Secessão ou Guerra Civil Americana foi uma guerra civil ocorrida nos Estados Unidos entre 1861 e 1865. Foi o conflito que causou mais mortes de norte-americanos, num total de estimado em 970 mil pessoas - dos quais 618 mil eram soldados - cerca de 3% da população americana à época. As causas da guerra civil, seu desfecho, e mesmo os próprios nomes da guerra, são motivos de controvérsia e debate até os dias de hoje.

A Guerra de Secessão consistiu na luta entre 11 Estados Confederados do Sul latifundiário, aristocrata e defensor da escravidão, contra os Estados do Norte industrializado, onde a escravidão tinha um peso económico bem menor do que no Sul. Estas diferenças estão entre as principais causas da guerra e têm origem ainda no período colonial: enquanto o desenvolvimento do Norte estava ligado à necessidade de crescimento do mercado interno e do estabelecimento de barreiras proteccionistas, o crescimento Sulista era baseado precisamente no oposto, ou seja: o liberalismo económico que abria todo o Mundo aos agro-exportadores e com mão-de-obra escrava (de origem africana) como base da produção.

Ao longo das primeiras décadas do século XIX, a imigração em massa e intensa industrialização fizeram com que o poderio do Norte crescesse economicamente e ampliasse politicamente sua participação no governo. Grandes

tensões políticas e sociais desenvolveram-se entre o Norte e o Sul. Em 1860, Abraham Lincoln, um republicano contra a escravidão, venceu as eleições presidenciais americanas. Lincoln, ao assumir o posto de presidente, cognominou os Estados Unidos de "Casa Dividida".

Em 1861, ano do início da guerra, o país consistia em 19 estados livres, onde a escravidão era proibida, e 15 estados onde a escravidão era permitida. Em 4 de Março, antes que Lincoln assumisse a presidência, 11 Estados esclavagistas declararam secessão da União, e criaram um novo país, os Estados Confederados da América. A guerra começou quando forças confederadas atacaram o Fort Sumter, um posto militar americano na Carolina do Sul, em 12 de Abril de 1861, e terminaria somente em 28 de Junho de 1865, com a rendição das últimas tropas remanescentes da Confederação.

A origem da divisão dos Estados Unidos da América em "Norte" e "Sul" data dos tempos coloniais, quando a área que actualmente constitui os Estados Unidos ainda era colónia de três países - Espanha, França e Reino Unido. Primeiramente, tais diferenças começaram devido a diferenças geográficas na região das Treze Colónias britânicas. No sul, os primeiros ocupantes da região encontraram um clima quente e um solo fértil, ideal para o cultivo de tabaco. Grandes plantações de tabaco foram cultivadas, e mão-de-obra escrava foi trazida em grande quantidade do continente africano. Posteriormente, algodão e cana-de-açúcar passaram a ser cultivados também nestes Estados. Rapidamente, a agricultura sob o sistema de plantação e um estilo de vida primariamente rural passou a dominar os estados do Sul.

Enquanto isto, o clima frio e o solo rochoso dos Estados do Norte mostraram-se pouco adequados à prática da agricultura. Isto forçou os colonos desta região a procurarem outras fontes de renda como o comércio e a manufactura, favorecendo assim a criação de grandes cidades comerciais como Boston, Filadélfia e Nova Iorque - e, apesar de, no ano do início da Revolução Americana de 1776, a maioria da população do Norte ainda vivia em áreas rurais, a economia destes Estados já era baseada primariamente no comércio e na manufactura.

Após a independência dos Estados Unidos, e até a década de 1850, as diferenças entre o Norte (cada vez mais industrializado) e o Sul agro-pecuário aumentavam gradativamente. Na década de 1850, os Estados Unidos já se haviam expandido até seus actuais limites territoriais na América do Norte (posteriormente, adquiriria o Alasca da Rússia, Havai e outros territórios ultramarinos). Então, os Estados Unidos já estavam em uma fase de rápida industrialização. Porém, o rápido crescimento económico do país esteve concentrado primariamente nos Estados do Norte. Este crescimento causou o rápido crescimento populacional das cidades da região, gerando grandes avanços na área de transportes e comunicações. Apesar do Sul também ter passado por este processo, o progresso ocorreu muito mais lentamente do que no Norte.

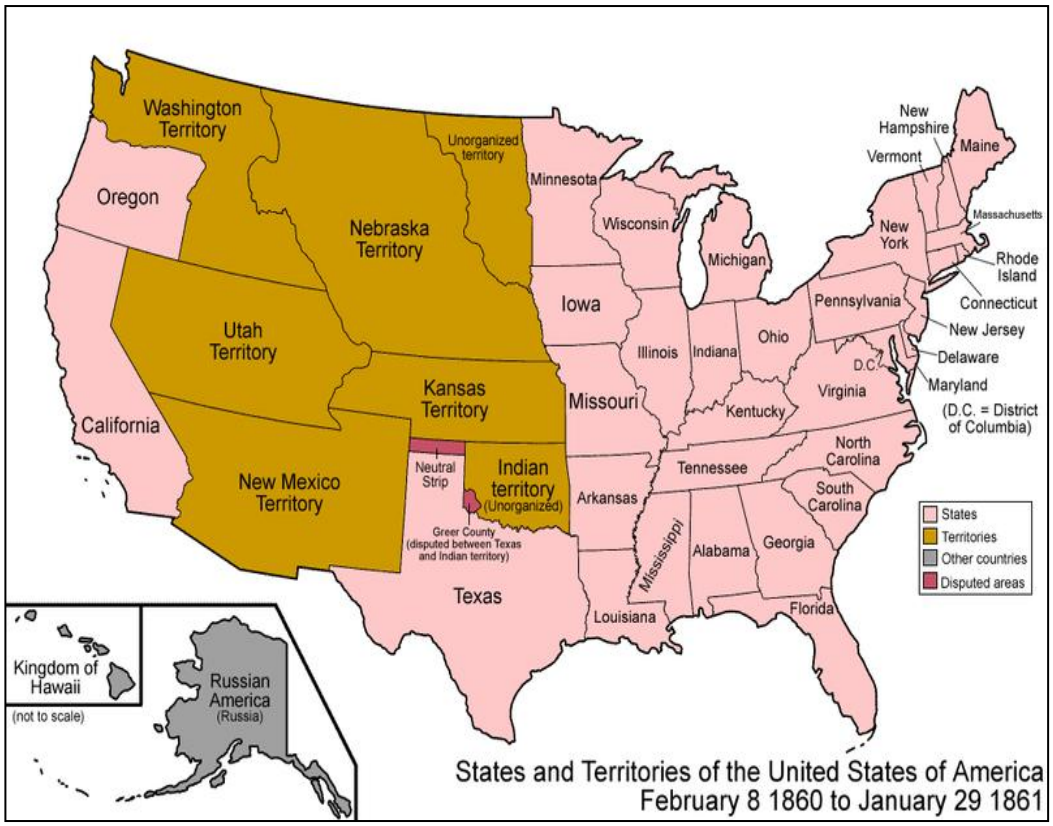
Diferenças culturais

A crença de que a população do Norte era mais receptiva à tecnologia e modernização do que a população do Sul é equívoca. A procura de novas tecnologias de produção era característica tanto da manufactura nortista quanto da agro-pecuária sulista; foi no Sul que surgiram as primeiras universidades agrícolas do mundo, com o objectivo principal de procurar inovações que melhorassem a eficiência do campo; isto possibilitou que no século XIX os produtores de algodão conseguissem maiores margens de lucros apesar da decadência do preço deste produto no mercado mundial. Pode-se considerar como uma diferença marcante entre Norte e Sul a distribuição da renda, pois no Norte ela era mais equitativa, mais bem distribuída, enquanto no Sul havia uma concentração de renda nas mãos dos latifundiários e uma grande parcela da população desprovida de renda formal - os escravos.

As elites intelectuais das duas regiões eram muito diferentes entre si; porém, ambas eram defensoras do liberalismo, mas com significados diferentes. No Norte o liberalismo era visto como a defesa do "solo livre", do "trabalho livre", do "homem livre". Já no Sul, o liberalismo significava a defesa da propriedade privada (escravo era tido como propriedade privada) e do livre comércio em oposição ao proteccionismo nortista.

Os desentendimentos entre sulistas e nortistas remontam à Revolução Americana de 1776-1783, pois o Sul, no início da democracia americana, era menos favorecido economicamente; basicamente era uma população mais

pobre, mais miscigenada e rústica, portanto, mais sensível aos preceitos do "ter" e do "ser". A cultura nortista era menos tradicionalista, menos aristocrática, muito trabalhadora e ambiciosa. Esta cultura foi o principal factor do desenvolvimento económico espectacular do Norte desde a independência dos Estados Unidos até à década de 1850.



A escravidão no período pré-Guerra

<u>Escravidão nos Estados Unidos</u>

Em tempos coloniais, os americanos viam a escravidão como algo necessário. Quando os Estados Unidos tornaram-se independentes, os poucos abolicionistas da época pressionaram o governo do país a abolir a escravidão na Constituição do país, mas não tiveram sucesso.

No período imediatamente após a independência é clara a hegemonia dos Estados do Sul, sendo relevante destacar que durante 32 dos primeiros 36 anos após a independência, a presidência é ocupada por proprietários de escravos provenientes da Virgínia, estado onde estavam 40% dos escravos do país, sendo que 12 das primeiras 16 eleições presidenciais, entre 1788 e 1848, colocaram um proprietário de escravos do Sul na Casa Branca.

Tal hegemonia devia-se em parte ao peculiar Compromisso dos Três Quintos, segundo o qual, para efeito de determinação do número de representantes dos Estados no Colégio Eleitoral que elegia o presidente, levava-se em conta a população de escravos, que não eram eleitores, reduzida a três quintos.

No começo do século XIX, vários nortistas começaram a ver a escravidão como errada, desnecessária e imoral para o país, e muitos deles começaram a advogar ideias abolicionistas. Uma minoria dos sulistas, por sua vez, também possuía ideias abolicionistas. Porém, a maioria da população livre do Sul apoiava a abolição da escravatura. Cerca de metade da população dos Estados do Sul era composta por afro-americanos e seus descendentes. A maioria dos sulistas lucrava muito com a escravidão e esta fazia parte da cultura local. Cerca de um terço da população latifundiária do Sul era dona de escravos. Cerca de metade destas famílias tinham entre

um a cinco escravos, e 1% tinham mais de cem. Mesmo muitos sulistas que não possuíam escravos eram a favor da escravidão, o que caracteriza o conceito de Sociedade Esclavagista.

Em 1850, um conjunto de actos, reunidos no Compromisso de 1850, foram aprovados pelo Congresso americano, numa tentativa de solucionar os atritos entre o Norte e o Sul. Os Compromissos permitiriam a continuação da escravidão, mas proibiram-na no Distrito de Columbia. O Compromisso também admitiria a Califórnia à União como um estado livre (onde a escravidão seria proibida), mas permitiria a escravidão em territórios recentemente adquiridos ou criados, bem como o direito de decisão entre a permissão ou a proibição da escravidão.

Em 1854, o Ato de Kansas-Nebraska foi aprovado pelo Congresso, novamente, numa tentativa do governo americano de tentar solucionar os atritos entre o Norte e o Sul. O Acto criou os territórios de Kansas e de Nebraska, e permitia a escravidão nestes dois territórios. O Acto também especificava que, caso um território fosse elevado à categoria de Estado, a sua população teria o direito de votar a favor ou contra a continuação da escravidão. Porém, muitos nortistas opuseram-se a este Acto, alegando que, uma vez que a escravidão estivesse bem fincada num território, estaria ali para ficar. Em 1856, a maioria da população de Kansas votou contra a escravidão, mas grupos pró-escravidão recusaram-se a aceitar a decisão e logo, revoltas populares surgiram no estado. Em 1861, o Kansas juntou-se à União como um estado livre.

A Decisão Dred Scott foi um caso judicial julgado pela Suprema Corte. No caso, Dred Scott, um escravo, reivindicava a liberdade, alegando que já havia morado em um território livre. Porém, a Suprema Corte decidiu que ele, como escravo, era propriedade. Além disso, a Suprema Corte alegou que negros não podiam ser considerados cidadãos americanos. Esta decisão gerou grande controvérsia e raiva no Norte.

Em 1858, o senador William Seward, que posteriormente tornar-se-ia o Secretário de Estado de Abraham Lincoln, caracterizou as diferenças entre o Norte e o Sul como um "conflito irreparável". O motivo deste conflito, segundo Seward, era a escravidão. Em 1859, um abolicionista extremista, chamado John Brown, e seguidores, tentaram iniciar uma rebelião de escravos num vilarejo da Virgínia Ocidental. Brown, porém, foi capturado um dia depois. Foi julgado e condenado à morte por enforcamento, culpado de traição. Vários sulistas viram esta rebelião como uma acção do Norte para tentar acabar com a escravidão através da força.

Secessão e formação dos Estados Confederados da América

Pouco antes das eleições presidenciais, líderes sulistas começaram a pedir pela secessão do Sul da União, caso Lincoln vencesse as eleições. Muitos sulistas aprovavam a secessão, através da ideia de que os Estados possuem direitos e poderes que o governo federal não poderia proibir através de métodos legais. Os sulistas alegaram que os Estados Unidos por si mesmo eram uma liga de estados independentes, e que qualquer destes estados possuía o direito de tornar-se independente.

Em Dezembro de 1860, a Carolina do Sul tornou-se o primeiro estado a sair da União. Logo ela foi acompanhada por outros cinco estados - Alabama, Flórida, Geórgia, Louisiana e Mississippi. Os principais líderes políticos e senhores de escravos, em sucessivas reuniões ainda em Dezembro de 1860, aprovaram a Constituição confederada, formalizando a criação dos Estados Confederados da América. Tais Estados elegeram Jefferson Davis, do Mississippi, como presidente do país, estabelecendo em 7 de Fevereiro de 1860 uma Constituição, e a capital em Montgomery.

Em seu primeiro discurso após ter sido empossado como presidente dos Estados Unidos da América, Lincoln afirmou que a Confederação era um movimento sem fundamentos legais, e que "a União ficaria unida para sempre, e que a União faria uso de todos os meios possíveis para garantir a possessão de propriedades da União localizados nos Estados do Sul". Houve uma tentativa de reconciliação, que os rebeldes não aceitaram. Os confederados ofereceram uma indemnização à União pelas propriedades da última em território confederado, oferta que foi recusada por Lincoln.

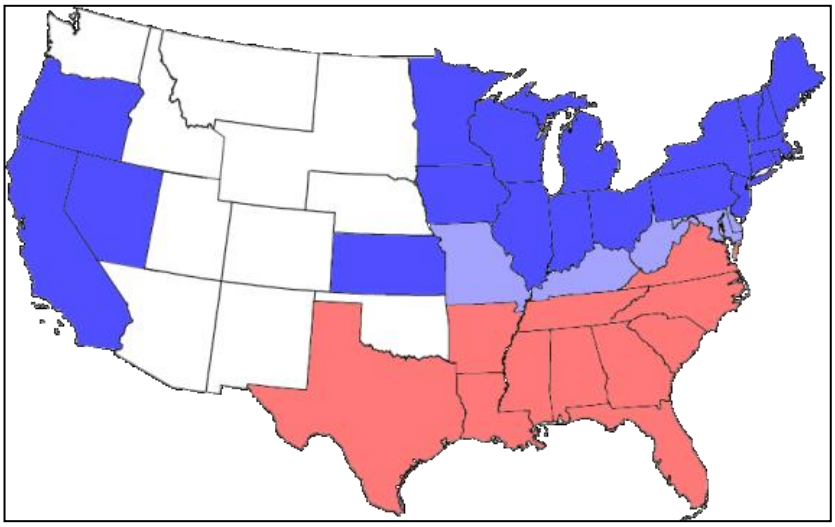
Em 12 de Abril, os sulistas atacaram Fort Sumter, na baía de Charleston, Carolina do Sul. Três dias depois, o forte rendeu-se. Lincoln começou a juntar tropas para recuperar o forte, e este movimento nortista foi visto como uma declaração de guerra pela Confederação. Mais cinco estados juntar-se-iam aos Estados Confederados da América - Arkansas, Carolina do Norte, Tennessee, Virgínia e Texas. Richmond, a capital da Virgínia, foi escolhida como a capital dos Estados Confederados da América.

As Federações

Ambos os lados - a União, composta primariamente por estados e territórios contra a escravidão, e a Confederação, que primariamente era contra a abolição da escravidão - possuíam "Estados de fronteira" (border states), estados que localizavam-se na fronteira entre a União e a Confederação. Arkansas, Carolina do Norte, Tennessee e Virgínia eram os estados de fronteira da Confederação, fazendo fronteira com estados da União. Delaware, Kentucky, Maryland e Missouri eram os estados de fronteira da União, fazendo fronteira com a Confederação. Parte da população destes estados acreditava na causa dos nortistas, e outra parte na causa dos sulistas. Isto fez com que movimentos separatistas surgissem em vários destes Estados, levando à divisão entre diversas famílias. Muitas pessoas destas famílias lutaram pela União, enquanto parentes lutaram pela Confederação. Diversos casos de familiares lutando entre si em batalha foram registados ao longo da guerra.

A União

A União é os Estados Unidos da América propriamente dito. Os estados que compunham a União eram Califórnia, Connecticut, Delaware, Illinois, Indiana, Iowa, Kentucky, Maine, Maryland, Massachusetts, Michigan, Minnesota, Missouri, Nova Hampshire, Nova Jérsei, Nova Iorque, Ohio, Oregon, Pensilvânia, Rhode Island, Vermont e Wisconsin, mais os territórios de Colorado, Dakota, Nebraska, Nevada, Novo México, Utah e Washington. Cerca de 22 milhões de pessoas viviam na União no início da guerra, com mais de quatro milhões delas sendo homens entre 15 a quarenta anos de idade - a faixa etária adequada para serviço militar.



O Kansas foi elevado à categoria de estado da União logo no início da guerra. Na região oeste e noroeste do estado confederado de Virgínia, a maior parte da população era maioritariamente leal à União. Em 1863, esta região da Virgínia separou-se da última, assim criando o estado de Virgínia Ocidental, que logo aderiu à União. O Nevada foi adicionado à lista de estados da União em 1864.

A União enfrentou o separatismo em diversos Estados de fronteira. Grupos separatistas foram criados em Kentucky e em Missouri. Estes grupos enviaram representantes à Confederação, mas os Estados continuaram oficialmente na União. A maioria da população de Maryland e da capital americana, Washington, DC, também apoiava a causa dos sulistas. Porém, o facto de que o governo da União estava localizado em Washington, DC - por direito, o governo dos Estados Unidos controla directamente a cidade - impediu a saída de Washington da União. Já medidas tomadas pelo governo da União impediram a secessão de Maryland aos estados Confederados. Isto foi tomado primariamente como uma medida de protecção - a capital americana Washington DC, está localizada entre Virgínia e Maryland.

Lincoln, como comandante-chefe das forças da União, foi o primeiro presidente dos Estados Unidos a assumir vastos poderes não estabelecidos na Constituição americana. Lincoln suspendeu o direito ao habeas corpus - o direito da pessoa presa a ser ouvida na Corte Judicial. Lincoln recebeu duras críticas por causa desta acção. O

Partido Republicano e o governo de Lincoln receberam duras críticas do Partido Democrático da União, que queria o fim imediato da guerra. Mesmo alguns membros do próprio Partido Republicano, que formavam a ala extremista do Partido, criticaram Lincoln, pedindo por esforços de guerra mais agressivos, a imediata abolição da escravatura e mudanças imediatas na estrutura socioeconómica dos Estados do Sul dos Estados Unidos.

Confederação

Os estados que compunham a Confederação eram o Alabama, Arkansas, Carolina do Norte, Carolina do Sul, Flórida, Geórgia, Louisiana, Mississippi, Tennessee, Texas e Virgínia. Quando a Guerra Civil Americana começou, o Confederação tinha cerca de 9,5 milhões de habitantes - incluindo 3,5 milhões de afro-americanos. Cerca de um milhão de pessoas brancas do sexo masculino, entre 15 a quarenta anos de idade viviam na Confederação.

O presidente da União, Abraham Lincoln, possuía vários poderes não estabelecidos na Constituição. Isto não aconteceu na Confederação. Isto porque muitos sulistas sempre se opuseram a um governo central, onde uma única pessoa possui enormes poderes. Por causa disto, o Congresso da Confederação tornou-se dividido, com alguns membros apoiando o poder concentrado nas mãos de uma única pessoa, e com outros membros se opondo a isso. As relações de alguns estados da Confederação com o governo da última, bem como entre alguns destes estados, tornaram-se difíceis. Jefferson Davis, o presidente da Confederação, pediu ao Congresso da Confederação permissão ao exército dos poderes exercidos por Lincoln, mas seu pedido foi atendido apenas em parte, e Davis recebeu apenas alguns poderes limitados.

Desde o início da Guerra Civil Americana, o financiamento da guerra mostrou-se extremamente difícil para a Confederação.

Movimento da Emancipação do Negro no Mundo

Pan-africanismo

Quando falamos de PANAFRICANISMO (também podendo ser escrito como Pan-Africanismo), estamos a referir-nos a quê concretamente?

Em primeiro lugar, deveremos tentar definir o conceito de Panafricanismo.

Ora então, PANAFRICANISMO é uma ideologia que propõe a UNIÃO de TODOS OS POVOS AFRICANOS. O objectivo desta união era a de dar força ao continente africano no contexto internacional.

No entanto, não devemos ficar por aqui. Deveremos entender que esta forma de pensar (ideologia) foi-se tornando relativamente popular entre as elites africanas ao longo de todo o século XIX e XX, nomeadamente com o Nascimento da Organização da Unidade Africana[7] (data que inclusivamente está ligada ao dia de África, pois este dia celebra-se no dia em que se comemora o nascimento da OUA, actualmente designada de UA).

O Panafricanismo não está limitado ao continente Africano, na verdade esta ideologia ganha, primeiramente, expressão fora de África. Mais concretamente entre os descendestes de escravos africanos que haviam sido levados para as Américas ao longo dos tempos até ao século XIX. O Panafricanismo está sobretudo ligado aos africanos na diáspora americana (descendestes de africanos escravizados) e pessoas nascidas em África a partir de meados do século XX, sendo considerados os pais do Panafricanismo William Edward Burghardt **DU BOIS** e Henry Sylvester Williams. Mas outros existem como Marcos Mosiah Garvey. Mais tarde, durante a evolução política do Pan-Africanismo, encontramos africanos emblemáticos como Kwame NKrumah.

Os principais objectivos passam pela **UNIDADE POLÍTICA**, bem como pelo **REAGRUPAMENTO DAS ETNIAS** que haviam sido divididas pelos colonizadores, sobretudo depois da Conferência de Berlim (1884-1885). Defendem, também, a **VALORIZAÇÃO DOS CULTOS ANCESTRAIS** (= antepassados) e ainda a ampliação do **USO DAS LÍNGUAS E DIALECTOS AFRICANOS** que, como sabemos, haviam sido limitados, muitas da vezes até mesmo proibidos pelo colonizador europeu.

Desta forma podemos afirmar que o PANAFRICANISMO é um movimento político, filosófico e social que promove a defesa dos direitos do povo africano, bem como a sua unidade. Esta última numa perspectiva de Estado Soberano para todos os Africanos dentro de África ou na diáspora (= em dispersão pelo mundo).

O Panafricanismo é uma ideologia de carácter social que se desdobra em várias vertentes. A sua história remonta ao século XIX e tem influenciado grandemente o continente africano, contribuindo para a alteração política, sendo decisiva para o processo das independências africanas.

Origens do termo Pan-Africanismo

A sua origem é grega; significando ***PAN*** (=) toda, e ***AFRICANISMO*** relacionando-se com tudo o que é elemento africano. Desta forma quando dizemos PAN-AFRICANISMO, estamos a dizer (=) tudo o que é africano.

---

[7] **Organização da União Africana** (OUA) foi criada a 25 de Maio de 1963 em Addis Abada – Etiópia, por iniciativa do Imperador etíope Haile Salassie através da assinatura da sua constituição por representantes de 32 governos de países africanos independentes. A OUA foi substituída pela União Africana a 9 de Julho de 2002.

A origem do termo insere-se na corrente **filosófica-política historicista do século XIX** sobre o destino dos povos, reflectindo ainda sobre a unidade de grandes conjuntos culturais ou "nações naturais" dentro do contexto do expansionismo imperialista ocidental. Hoje em dia ainda se discute a quem se deve atribuir a autoria da expressão, se a DU BOIS se a SYLVESTER WILLIAMS.

Evolução da definição

Durante o século XX, definiu-se o PAN-AFRICANISMO como uma doutrina política defendida por toda a irmandade africana, cujo objectivo seria a libertação do continente africano dos seus colonizadores bem como o estabelecimento de um ESTADO UNIFICADO que abarcasse todo o continente africano. Após a segunda guerra mundial, no contexto da guerra fria, os ideais do Panafricanismo passaram a estar ligados às premissas do socialismo científico (=marxismo). No entanto alguns pensaram que o caminho do PAN-AFRICANISMO seria aliar-se ao rastafarianismo[8] político que defende um governo imperial. É preciso ter em conta que embora os objectivos e princípios do Panafricanismo sejam semelhantes, mudaram fruto da evolução dos tempos e das necessidades do povo africano.

Panafricanismo no séc. XIX - A influência dos EUA

No inicio do século XIX, a escravatura ainda estava em vigor no sul dos EUA, mas já havia sido abolida no norte devido ao decreto de 1787. Fruto desta situação uma minoria de negros no norte dos EUA e os seus descendentes livres e começavam a obter alguma posição económica. Alguns destes representantes começavam a desenvolver um sentimento de fraternidade racial que resultou no movimento "VOLTO PARA ÁFRICA". Neste contexto é de destacar a personagem de Paul Cuffe, um negro nascido livre, filho de pai africano e mãe amerÍndia, que em 1815 promoveu uma experiência de repatriamento a África. Uma experiencia antecessora da LIBÉRIA.

Os movimentos abolicionistas americanos estiveram ligados a duas tendências: os que acreditavam que a escravatura iria acabar de uma forma ou de outra e por isso era preciso encontrar uma casa para os ex-escravos de África em África. Outros eram da opinião que os descendentes dos escravos, quando livres, deveriam permanecer na América e que lhes deviam ser fornecidos os meios para uma subsistência independente.

No entanto, é preciso entender que nesta altura não obstante as novas ideias e do fermentar de uma nova mentalidade, os mais acérrimos abolicionistas ainda não consideravam que raça branca e raça negra pudessem viver no mesmo espaço e prosperar sem conflitos.

Como já foi referenciado, o Pan-Africanismo não foi idealizado nem dirigido nos primeiros anos por africanos. Numa primeira foi idealizado por afro-descendentes norte americanos e antilhanos (naturais das Antilhas) que a

---

[8] **Rastafarianismo**, também conhecido como movimento rastafári ou RASTAFAR-I (rastafarai) é um movimento religioso que proclama HAILÊ SELASSIÊ I, imperador da Etiópia, como a representação terrena de JAH (Deus). Este termo advém de uma forma contraída de Jeová encontrada no salmo 68:4 na versão da Bíblia do Rei James. O termo rastafári tem a sua origem em RAS (príncipe) TAFARI (da paz) MAKONNEN, o nome de Haliê Selessiê antes da sua coração. O movimento surgiu na Jamaica entre a classe trabalhadora e camponesa negra em meados dos anos 30 do século XX (1930), ligado a uma interpretação da profecia bíblica influenciada pelo facto de Selessiê ser na altura o único monarca africano de um país africanos totalmente independente e o seu título ser REI dos REIS, SENHOR dos SENHORES, LEÃO CONQUISTADO da TRIBO DE JUDAH, que lhe foram dados pela Igreja Ortodoxa Etíope. Alguns dos factores inerentes ao crescimento do Rastafarianismo são: as más condições em que viviam o povo jamaicano, o uso sacramentado da maconha (erva) e as aspirações políticas afrocentristas incluindo ensinamentos do jamaicano Marcus Garvey (por muitos considerado um profeta) o qual ajudou a inspirar a imagem de um novo mundo com a sua visão política e cultural. O movimento rastafári espalhou-se pelo mundo devido à imigração e ao interesse gerado pelo ritmo musical do reggae, de onde se destaca o compositor jamaicano Bob Marley.

partir de 1900 com o objectivo de apoiar as comunidades africanas que estavam a ser expropriadas das suas terras.

William Edward Burghardt du Bois, considerado o pai do Pan-Africanismo, em 1903, passou a liderar os afro-descendentes americanos. Ele juntou dois elementos importantes, a defesa cultural com a luta pela independência no sentido de mobilizar a vontade dos africanos e a opinião pública nos mais diversos países.

O Pan-Africanismo revestiu-se de grande importância, uma vez que era a única forma de transmitir os ideais africanos. O grande mérito de Du Bois foi o de ter proporcionado aos africanos a oportunidade de tomar consciência da sua necessidade de actuação face aos seus problemas.

No entanto, neste momento podemos considerar que o Pan-Africanismo errou quanto ao anseio (= desejo) de criar uma África dentro da concepção de um único Estado à semelhança dos estados unidos da América, os "Estados Unidos da África", unindo todo o continente num só país. Este tipo de unidade africana é impossível de colocar em prática devido à rica diversidade cultural e histórica dos vários povos e etnias africanas. Apesar disto não podemos, nem devemos minimizar a sua importância, pelo contrário. **O Pan-Africanismo pode ser considerado um dos maiores movimentos do século XX, defendo dos direitos africanos perante o mundo.**

Pan-Africanismo diferente de **Negritude**

Muitas das vezes, existe por parte de quem nunca ouviu falar muito de ambas as correntes, a tendência de achar que ambos os conceitos significam o mesmo. Este é um princípio errado. Pelo que é necessário entender o que significa verdadeiramente cada um deles, pois estamos a falar de duas realidades igualmente importantes para a afirmação dos povos africanos.

Como já vimos acima, o Pan-Africanismo é uma ideologia social, política e filosófica que está associada à afirmação dos direitos dos povos africanos. A sua contínua evolução desagua nos movimentos independentistas do século XX.

Negritude foi o nome dado a uma corrente literária que agregou escritores negros francófonos e também uma ideologia de valorização da cultura negra em países africanos ou em países com populações afrodescendentes expressivas que haviam sido vítimas da opressão colonialista.

O nascimento deste conceito está ligado, em Dakar no ano de 1947, ao nascimento da revista *Présence Africaine*. Aqui reúnem-se intelectuais negros de todas as partes do mundo que se unem a intelectuais franceses como Jean-Paul Sartre que definirá a Negritude como a «**Negação da negação do homem negro**»

O berço do Pan-africanismo

A ideologia Pan-africanista, antes de se expandir pelo continente africano como bandeira de libertação, surgiu de um sentimento de solidariedade e consciência de uma origem comum entre os negros do Caribe e dos Estados Unidos, envolvidos numa luta semelhante contra a violenta segregação racial. Essa solidariedade difusa data da segunda metade do século XIX, sem que no entanto tenha tido uma organização política para a instrumentar ao nível das Américas. O termo Pan-africanismo foi cunhado pela primeira vez por Sylvester Willians, advogado negro de Trinidad, por ocasião de uma conferência de intelectuais negros realizada em Londres, em 1900. Willians levantava a sua voz contra a expropriação das terras dos negros sul-africanos pelos europeus e proclamava o direito dos negros à sua própria personalidade. Essa reivindicação vai propiciar o surgimento de uma consciência africana que começará a expressar-se a partir do **I Congresso Pan-africano**, **organizado em Paris, em 1919, sob a liderança de Du Bois**. Ele profetizou, então, que o racismo seria um problema central no século XX. Du Bois foi o verdadeiro pai do Pan-africanismo. Opôs-se, dentro dos Estados Unidos, ao reformismo de Booker T. Washington, defensor de uma formação técnica para os negros, para que então eles pudessem competir com os brancos e ter os seus direitos políticos. Outro valoroso adversário de Du Bois foi Marcus Garvey, de origem caribenha, favorável a um retorno dos negros à África, para o que organizou uma companhia de navegação e, utilizando-se de um discurso extremamente populista, conseguiu com o seu grande carisma arregimentar multidões de negros. Du Bois foi o primeiro pan-africanista a defender que a

unidade entre os negros americanos e caribenhos com os africanos deveria basear-se na compreensão de que a origem de sua dominação tinha uma raiz comum: o imperialismo.

Du Bois foi o organizador dos cincos primeiros Congressos Pan-africanos: Paris (1919); Londres (1921);Londres-Lisboa (1923); Nova York (1927) e o de Manchester (1945).Com este deu-se uma viragem do Pan-africanismo, que passou a ser mais do que uma manifestação de intelectuais negros, sobretudo das Américas, para se tornar um instrumento de luta política pela independência de África, principalmente das colónias britânicas da África Ocidental. O Congresso de Manchester, ainda presidido por Du Bois, proporcionou o surgimento, a nível internacional, de uma nova liderança africana anticolonialista onde se destacavam as figuras de Kwame N'Krumah (Gana), Jomo Keniatta (Quénia), Peter Abrahams (África do Sul), D. R. Makonnen (Etiópia) e Jorge Padmore (Trinidad), co-responsável, com N'Krumah, pelo secretariado do Congresso. Por outro lado, o público presente ao Congresso era maioritariamente composto por sindicalistas e estudantes africanos e não mais de intelectuais americanos. Padmore, na sua obra clássica "Pan-africanismo ou Comunismo?" Defende a tese de que nascido da convicção da superioridade branca, o comunismo manifesta a crença de que o continente africano não poderia encontrar em si mesmo as forças destinadas a organizá-lo.

Autores do Pan-Africanismo e sua relevância

William Edward Burghardt Du Bois

Nasce em Massachusetts a 23 de Fevereiro de 1868 e morre a 27 de Agosto de 1963 em Acra. Iniciou em 1909 o movimento ideológico denominado de Pan-Africanismo.

Foi um americano activista dos direitos civis, Pan-Africanista, Sociólogo, Historiador, autor e editor. Aos 95 anos de idade torna-se cidadão do Gana. Acerca de Du Bois, David Levering Lewis, diria «No decurso da sua longa carreira, Web Du Bois, tentou virtualmente cada possível solução para o problema do racismo, no século XX. Escolarização, propaganda, integração, autodeterminação nacional, direitos humanos, separatismo político, económico e cultural, comunismo, expatriação e solidariedade.

Marcos Mosiah Garvey

É considerado um dos maiores activistas da história do movimento nacionalista negro. Liderou o movimento mais amplo de descendentes africanos até então; é lembrado por alguns como o principal idealista do movimento de "volta para a África". Na realidade ele criou um movimento de profunda inspiração para que os negros tivessem a "redenção" da África, e para que as potências coloniais europeias desocupassem a África. Em suas próprias palavras, "Eu não tenho nenhum desejo de levar todas as pessoas negras de volta para a África, há negros que não são bons elementos aqui e provavelmente não o serão lá."

Apesar de ter sido criado como metodista, Marcus Garvey se declarava católico.

Marcus Mosiah Garvey nasceu em Saint Ann's Bay, capital da paróquia de Saint Ann, Jamaica. Ele era o mais novo de 11 filhos, 9 dos quais morreram ainda na infância. Garvey frequentou a escola infantil e elementar em Saint Ann's Bay e era tido como aluno brilhante. Também recebeu instrução particular do seu padrinho Alfred Burrowes, proprietário de uma oficina gráfica. Com 14 anos Marcus Garvey tornou-se aprendiz no negócio.

O jovem Garvey, que gostava de nadar, apanhar sol e jogar críquete, herdou, do seu pai – um culto maçom –, o amor pelos livros. Esse amor pelos livros também foi incentivado pelo padrinho Burrowes, também possuidor de uma biblioteca particular, da qual Garvey fez amplo uso. Ele também conhecia e travava contacto com diversas pessoas que frequentavam a oficina para discutir política e assuntos da comunidade com os Burrowes.

No mesmo ano em que se tornou aprendiz, Garvey foi profundamente marcado por um acontecimento de fundo racista. Como vizinho de uma família branca, ele havia criado laços de amizade com uma menina de sua idade, que aos 14 foi enviada para a Inglaterra e proibida de lhe escrever cartas porque ele era um nigger (termo de cunho preconceituoso usado em países de língua inglesa). Marcus percebeu então claramente as fronteiras que separavam negros e brancos na sociedade jamaicana.

Por volta de 1906 Garvey deixou Saint Ann's Bay em direcção a Kingston, na tentativa de melhorar sua vida. Ao chegar lá, trabalhou primeiro com um parente materno, e depois na empresa P.A. Benjamin Limited, como compositor na secção de impressão. Em 1907 tornou-se um excelente impressor e contramestre. Por essa altura um grande terramoto arrasou Kingston, o que gerou ainda mais pobreza na cidade. No ano seguinte (1908) os empregados da P.A. Benjamin, através do sindicato dos tipógrafos, entraram em greve por melhores salários. Foi a primeira experiência sindical de Garvey, que se juntou à paralisação apesar das promessas de melhores salários para quem furasse a greve. Com o insucesso do movimento, Garvey perdeu seu emprego e foi colocado numa lista negra de empregadores, o que lhe dificultaria arranjar emprego. Conseguiu, no entanto, uma vaga na imprensa do governo. Após isso Garvey também teve a sua primeira experiência com jornalismo político, ao ingressar no National Club of Jamaica, um clube político. (Ele havia colaborado, antes, num jornal chamado The Watchman, ainda na P.A. Benjamin).

Por volta de 1910, ele saiu da Jamaica para ir para a Costa Rica, como fiscal em plantações de banana. Ao observar as condições de trabalho de outros negros, Garvey decidiu que tentaria mudar e melhorar as suas vidas. Ele saiu da Costa Rica e viajou pela América Central e do Sul a trabalhar e a observar as condições de trabalho dos negros na região. Passou pela Guatemala, Panamá, Nicarágua, Equador, Chile e Peru. Nos vários locais que percorreu, Marcus Garvey, observou que as condições de trabalho do negro eram péssimas e que muitos enfrentavam o desemprego e a pobreza.

Em alguns dos países visitados e sempre que podia, Garvey publicava pequenos jornais e panfletos contendo suas impressões sobre a realidade local. Na Costa Rica ele publicou o La Nacíonale, e no Panamá ele publicou o La Prensa. Contudo, além de enfrentar as autoridades (que chegaram a bani-lo da Costa Rica) ele também enfrentava o descaso do povo, que não era capaz de entender ainda a importância de ter uma voz nos media (= meios de comunicação) para defender seus interesses.

Ao regressar à Jamaica, Garvey, pediu a atenção do governo colonial para a situação da América Central, para que houvesse uma intervenção no sentido de melhorar a vida dos trabalhadores. Como seria de esperar ninguém deu atenção aos seus apelos.

Em 1912 ele foi para a Inglaterra, onde vivia sua única irmã, Indiana. Em Londres ele aprendeu muito sobre a cultura africana e também se interessou pelas condições dos negros nos Estados Unidos da América. Visitava frequentemente a Câmara dos Comuns e assistia a conferências no Birksbeck College. Tornou-se amigo de Duse Muhammad, um egípcio nacionalista que publicava o *The African and Orient Review*.

A experiência em Londres foi muito importante para Garvey, tanto no sentido de entender o funcionamento de uma democracia quanto pelo facto de poder entrar em contacto com vários africanos que, nascidos em outras colónias britânicas, iam estudar para a Inglaterra. Com essas pessoas Garvey percebeu que os problemas da Jamaica eram muito semelhantes aos problemas enfrentados por populações negras em todo o mundo. Foi ainda em Londres que ele entrou em contacto com os líderes do Movimento Pan-Africano, e conheceu a obra de Booker T. Washington.

Quando do seu regresso, em 1914, à Jamaica, Garvey, formou (em 1 de Agosto) a Associação Universal para o Progresso Negro ou AUPN (Universal Negro Improvement Association, mais conhecida como UNIA). O lema da

UNIA era One God. One Aim. One Destiny. (Um Deus. Uma aspiração. Um destino.). Garvey era o presidente da associação, que pretendia unir "todas as pessoas de ascendência africana do mundo em uma grande massa estabelecida em um país e governo absolutamente próprios."

Entre os objectivos da UNIA estavam:

- A promoção da consciência e unidade na raça negra, da dignidade e do amor
- O desenvolvimento da África, livrando-a do domínio colonial e transformando-a numa potência
- Protestar contra o preconceito e a perda aos valores africanos
- Estabelecer instituições de ensino para negros, onde se ensinasse a cultura africana, também
- Promover o desenvolvimento comercial e industrial pelo mundo
- Auxiliar os pobres em todo o mundo

A primeira sede da UNIA localizava-se no número 30 da rua Charles, em Kingston. Depois a entidade mudou-se para a escola Saint Mark, e então para a rua King, no prédio conhecido como Liberty Hall. Em função disso, os escritórios da UNIA ao redor do mundo passaram a ser conhecidos como Liberty Hall, também.

Inicialmente a UNIA foi ridicularizada na Jamaica, mesmo pelos negros. Como resposta, ele disse que aqueles que o ridicularizavam eram os negros "que não queriam ser reconhecidos como negros, mas como brancos."

Depois de manter correspondência com Booker T. Washington durante o ano de 1915, Garvey partiu para os EUA em 1916. Infelizmente quando ele chegou aos EUA, Booker Washington acabara de morrer. Mesmo assim Garvey passou a ser activista negro nos EUA, ensinando os negros a conhecerem e lutarem pelos seus direitos.

Todavia, Garvey, em 1927, seria deportado. Durante este período, ele trabalhou assiduamente para criar e consolidar a UNIA em uma organização realmente internacional.

Seus esforços foram bem-sucedidos e em 1920, a associação contava com mais de 1 100 filiais em mais de 40 países. A maior parte dessas filiais estavam localizadas nos Estados Unidos, que se tornou a base de operações da UNIA. Havia escritórios da UNIA em vários países do Caribe, como Cuba (que os tinha em maior número), e também no Panamá, Costa Rica, Equador, Venezuela, Gana, Serra Leoa, Libéria, Namíbia, e África do Sul.

Na sua passagem pelos EUA Garvey publicou também o semanário Negro World, entre 1918 e 1933, em Harlem. O jornal promovia as ideias nacionalistas de Garvey e foi um canal importante de expressão para a comunidade negra durante os anos do Renascimento do Harlem. Sessões em francês e espanhol foram incluídas e em 1920 o Negro World tinha uma tiragem de 50 000 exemplares sendo o jornal mais amplamente distribuído pelo mundo e tendo as suas cópias chegado a pessoas negras de todos os continentes.

Garvey esteve ligado a outras publicações como The Daily Negro Times (Harlem, 1922–4), The Blackman, (Kingston, 1929–31), The New Jamaican (Kingston, 1932–3), The Black Man Magazine (Kingston, e depois Inglaterra, 1933–9).

Garvey foi eleito presidente provisório da África durante a convenção organizada pela UNIA em 18 de Agosto de 1920. Era primariamente uma posição cerimonial, por várias razões. Os países da África eram, na sua maioria, colónias de países europeus. Para além disso, Garvey, não possuía autorização para entrar em qualquer lugar da África, nem mesmo nas colónias britânicas (Garvey era cidadão inglês pois a Jamaica também era colónia).

No entanto a saúde de Garvey piorava a cada dia. Em Junho de 1940, ele sofreu dois derrames e morreu. Seu corpo foi embalsamado e enterrado no Cemitério Kendal Green, Londres. Em Novembro de 1964 seus restos mortais foram transladados para a Jamaica e enterrados no National Heroes Park, sendo Garvey proclamado o primeiro herói nacional jamaicano.

Em todo o mundo, a memória de Garvey é mantida viva, seja em escolas e faculdades, estradas, prédios; na África, Europa, Caribe e EUA; seja através da UNIA (com a sua bandeira de cor vermelha, preto e verde), seja através de monumentos dedicados a ele, como o que figura na sala de heróis da Organização dos Estados Americanos, desde 1980.

Existem diversos monumentos dedicados a Garvey também na Jamaica, entre os quais o mais emblemático é a estátua em frente à biblioteca de Saint Ann's Bay. Na mesma cidade há uma escola secundária com o nome de Garvey. Kingston é servida com uma estrada que leva o nome de Marcus Garvey, e há um busto do herói no Apex Park. Algumas moedas jamaicanas têm gravada a sua imagem.

Marcus Garvey tem, para o povo negro, como contribuição mais importante o resgate do orgulho e da dignidade em ser negro, mostrando que se deve sair e abandonar o complexo de inferioridade racial.

Kwame Nkrumah

Nascido Francis Nwia-Kofi Ngonloma, estudou em escolas católicas no Gana e posteriormente em universidades Norte Americanas.

Em 1945, ajudou a organizar o sexto Congresso Pan-Africano em Manchester, Inglaterra. Depois disso, começou a trabalhar para a descolonização de África.

Quando da independência do Gana, que ocorreu em 1957, Nkrumah foi declarado o Osagyefo (líder vitorioso) e foi empossado como primeiro-ministro. Fruto do contexto político da altura, procurou ajuda no bloco comunista. Em 1962 foi-lhe atribuído o Prémio Lenin da Paz.

Em 1964, depois de turbulências económicas e políticas, Nkrumah declarou-se presidente vitalício de Gana. Em 1966, enquanto estava em Hanoi, no Vietname do Norte, Gana sofreu um golpe de estado militar que foi apoiado pelo Reino Unido, acabando por se exilar na Guiné e não regressando mais ao Gana, a não ser após a sua morte, em 1972, para ser sepultado na vila que o vira nascer.

É autor de vários livros: Africa Must Unite (1963), African Personality (1963), Consciencism (1964), Handbook for Revolutionary Warfare (1968) e Class Struggle in Africa (1970).

O movimento da Negritude

(Négritude em francês) foi o nome dado a uma corrente literária que agregou escritores negros francófonos e também uma ideologia de valorização da cultura negra em países africanos ou com populações afrodescendentes expressivas, que foram vítimas da opressão colonialista.

Considera-se geralmente que foi René Maran, autor de Batouala, o precursor da Negritude. Todavia, foi Aimé Césaire9 quem criou o termo em 1935, no número 3 da revista L'étudiant noir ("O estudante negro"). Com o conceito pretendia-se em primeiro lugar reivindicar a identidade negra e sua cultura, perante a cultura francesa dominante e opressora e que, ademais, era o instrumento da administração colonial francesa. O conceito foi

---

[9] **Aimé Fernand David Césaire** (Basse-Pointe, Martinica, 26 de Junho de 1913 — Fort-de-France, 17 de abril de 2008) foi um poeta e político francês. Foi o ideólogo do conceito de Negritude e sua obra é marcada pela defesa de suas raízes africanas. Foi presidente da câmara ("prefeito") de Fort-de-France durante 56 anos, entre 1945 e 2001

retomado mais adiante por **Léopold Sédar Senghor**[10], que o aprofunda, opondo a razão helénica à emoção negra.

Por outro lado, a Negritude é um movimento de exaltação dos valores culturais dos povos negros. É a base ideológica que vai impulsionar o movimento independentista na África. Este movimento transmitirá uma visão um tanto idílica e uma versão glorificada dos valores africanos.

O nascimento deste conceito e o da revista *Présence Africaine* (em 1947) de forma simultânea em Dakar e Paris terá um efeito explosivo. Reúne jovens intelectuais negros de todas as partes do mundo, e consegue que a ele se unam intelectuais franceses como Jean Paul Sartre, o qual definirá a Negritude como a negação da negação do homem negro. Um dos aspectos mais provocativos do termo é que ele utiliza para forjar o conceito a palavra nègre, que é a forma pejorativa de intitular os negros em francês, em lugar do vocábulo-padrão noir, muito mais correcta e adequada no terreno político.

Segundo Senghor, a Negritude é o conjunto de valores culturais da África negra.

Para Césaire, esta palavra designa em primeiro lugar a repulsa.

- Repulsa ante a assimilação cultural;
- Repulsa por uma determinada imagem do negro tranquilo, incapaz de construir uma civilização. O cultural está acima do político.

Posteriormente, alguns escritores negros e mestiços criticaram o conceito, ao considerar que era demasiado simplificador: o tigre não declara sua "tigritude". Salta sobre sua presa e a devora (Wole Soyinka). O próprio Césaire se distanciou do termo, ao considerá-lo quase racista. De qualquer forma, tratou-se de um conceito elaborado num momento em que as elites intelectuais indígenas de raça negra, tanto antilhanas quanto africanas, se encontravam na metrópole, e tinham pontos em comum bastante difusos (cor de pele, idioma do colonizador etc.) e sobre os quais não bastava simplesmente estabelecer vínculos. De facto, alguns autores entendem que relações de amizade pessoais forjaram identidades comuns que não existiam na realidade.

A Negritude é portanto um movimento literário afro-franco-caribenho (a partir da década de 1930) baseado na concepção de há um vínculo cultural compartilhado por africanos negros e seus descendentes onde quer que eles estejam no mundo. O termo negritude apareceu provavelmente pela primeira vez no poema de Aimé Césaire: Cahier d'un retour au pays natal (1939). Os primeiros proponentes da Negritude enfatizaram, como pontos principais do movimento:

---

[10] **Léopold Sédar Senghor** (Joal-Fadiout, 9 de outubro de 1906 — Verson, 20 de dezembro de 2001) foi um político e escritor senegalês. Governou o país como presidente de 1960 a 1980. Senghor nasceu em 1906 na cidade costeira de Joal. Seu pai, Basile Diogoye Senghor, era um comerciante da etnia serer, minoritária no Senegal. Sua mãe, Gnilane Ndiémé Bakhou, era muçulmana de etnia peul. O sobrenome de seu pai, Senghor deriva da palavra portuguesa "senhor". Em 1928 foi estudar em Paris, onde entrou para a Sorbonne, lá permanecendo entre 1935 e 1939, tornando-se o primeiro africano a completar uma licenciatura nesta universidade parisiense. Como escritor, desenvolveu a Négritude (movimento literário que exaltava a identidade negra, lamentando o impacto negativo que a cultura europeia teve junto das tradições africanas). Nas suas obras, as mais engrandecidas são Chants d'ombre (1945), Hosties noires (1948), Ethiopiques (1956), Nocturnes (1961) e Elegies majeures (1979). Durante a Segunda Guerra Mundial esteve preso por dois anos num campo de concentração nazi e só depois é que os seus ensaios e poemas seriam publicados. Entre 1948 e 1958 foi deputado senegalês na Assembleia Nacional Francesa. Quando o Senegal foi proclamado independente, em 1960, Senghor foi eleito por uma unanimidade presidente da nova República, vindo a desempenhar o cargo ate final de 1980, graças a reeleições sucessivas. Defensor do socialismo aplicado à realidade africana, tentou desenvolver a agricultura, combater a corrupção e manter uma política de cooperação com a França.

- A reivindicação por parte do negro, da cultura africana tradicional, visando a afirmação e definição da própria identidade;
- O combate ao eurocentrismo advindo do colonialismo europeu e da educação ocidental prevalecente;
- A valorização da cultura negra no mundo, na razão das suas contribuições específicas do ponto de vista cultural e emocional as quais o ocidente, materialista e racionalista, nunca apreciou devidamente.

O ano de 1933, com a publicação do jornal L'étudiante noir, tem sido em geral considerado o do nascimento oficial do movimento. Seus editores foram Aimé Césaire (Martinica), Léon-Gontran Damas (Guina Francesa) e Léopold Sédar Senghor (Senegal), então estudantes em Paris. Além de criticarem a arrogância do Ocidente e de proporem soluções socialistas para o problema dos povos explorados, esses jovens escritores formulavam uma nova visão do mundo para os negros.

A Negritude atraia ampla atenção internacional após a Segunda Guerra Mundial, com aparecimento de Présence Africaine (1947), jornal que promovia os conceitos da Nagritude e com a publicação da Anthologie de la nouvelle Poésie Nègre et Malgache de Langue Française (1948), editada por Senghor. Depois da emancipação da maior parte das antigas colónias africanas no inicio da década de 1960, a Negritude decresceu como movimento organizado. Esteve sob mira de acirradas críticas da geração seguinte de escritores africanos de fala inglesa e francesa, que denunciaram o movimento e seus postulados como racistas e irrelevantes quanto aos problemas de África pós-colonial. Mais recentemente, escritores e teóricos (como René Depestre e Edouard Glissant) têm criticado especificamente o carácter essencialista da Negritude, ou seja, a concepção de que há uma essência distinta a definir o negro e a distingui-lo do branco, propondo outras alternativas mais rentáveis para o entendimento das sociedades e culturas das populações afro-descendentes das Antilhas.

Paris: o nascer da Negritude

Negritude foi um movimento literário de intelectuais originários das colónias francesas que viviam em Paris na década de 30. Os estudantes africanos, que viviam na França, depararam-se com a discrepância entre os valores da Revolução Francesa e a realidade vivida por eles em Paris. A discriminação e a marginalidade social a que eram submetidos, fizeram esses jovens intelectuais repensar o papel da cultura francesa nas suas próprias identidades.

Esta constatação resultou na percepção do quanto a literatura colonial estava afrancesada, tanto em forma como em conteúdo. Isso era uma evidência da imposição cultural francesa. A tomada de consciência dessa situação levou os estudantes africanos a repensar a sua literatura e a procurar formas literárias que expressassem a sua cultura, e não mais a da colónia. Este movimento de ruptura identitária colonial nomeou-se como **Negritude**, e foi promovido, inicialmente, por Aimé Césaire. Césaire nasceu em Basse-Pointe, Martinica, em 1913, filho de uma costureira e de um colector de impostos que cedo se destacou na escola, apesar da pobreza. Seu pai tinha uma boa educação e a família possuía valores pequeno-burgueses, mas isso não mudava a realidade económica. Aos 11 anos, entrou no Lycée Schoelcher em Fort-de-France, graças ao facto de ser aluno brilhante. Viajou para Paris em 1931, quando se formou, para tentar ingressar na École Normale Supérieure, e se formar professor. Entre outros grandes intelectuais, encontrou Léopold Sédar Senghor, de Senegal. Esses intelectuais começaram a estudar história e cultura africanas, principalmente o trabalho do etnólogo alemão Leo Frobenius que havia escrito "Voz da África". Tal estudo apresentava as contribuições culturais e intelectuais dos povos africanos para o mundo.

Césaire e o poeta Léon-Gontran Damas fundam o jornal chamado **O Estudante Negro.** Na edição de Março 1935, Césaire publica um artigo contra assimilação, no qual o termo **Negritude** aparece pela primeira vez. A originalidade do movimento era o olhar para a África com o sentido de descobrir e reestabelecer os valores que o colonialismo francês tinha tentado esmagar. Apesar de a língua utilizada ser a do colonizador, os poetas da **Negritude** mostraram como as tradições e culturas africanas eram tão ricas quanto as da Europa.

A literatura africana de expressão africana no contexto histórico do Pan-africanismo e da Negritude

W.E.B Du Bois, que no seu livro **O Mundo e a África** refuta o argumento de que a África não havia contribuído em nada em termos de história e de civilização. Tanto neste livro, quanto em **Souls of Black Folk**, os seus objectivos eram claros: escrever a história e a cultura dos africanos e dos seus descendentes. Assim, o autor buscava ajudar os Afro-americanos a identificarem-se com os povos Africanos, como motivo de orgulho e não de constrangimento, e a apresentar o humanismo e a herança africana como armas contra racismo e colonialismo. Desta forma, Du Bois, entre outros escritores, revolucionou a maneira de se falar de África, dos seus povos.

Léopold Sedar Senghor definiu **Negritude** nos seus poemas e rejeitou que as noções de raça branca/negra eram mutuamente exclusivas. Senghor acreditava na existência das raças, mas não na sua hierarquização. Além disso, para ele importava mais o espírito original presente tanto na maneira de pensar, quanto nas instituições africanas do que promover uma volta ao passado. Esta sua interpretação de **Negritude** tornou-se basicamente hegemónica e serviu de base a vários outros escritores. Em vez de ver a negritude como inferioridade dever-se-ia aceitá-la com orgulho e cultivá-la amorosamente, proclamou Senghor.

Dentro do próprio movimento, houve duas tendências sobre o desenvolvimento identitário do negro que competiram entre si, a de Cesaire e a de Senghor. A primeira via a unidade e especificidade de ser negro como um desenvolvimento histórico oriundo do tráfico de escravos do Atlântico em conjunto com o sistema de plantações nas Américas. Isso permitia-lhe discutir e propor um projecto de liberdade para os Afrodescendentes tanto no campo político, como no espiritual. Por sua vez, Senghor defendia que havia uma essência negra por si, inabalável e imutável.

Essa última acabou por ganhar o debate intelectual, mas foi duramente atacada, principalmente, quando o seu defensor se tornou presidente do Senegal e a usou como justificativa ideológica para a sua plataforma de governo. Apesar das divergências das lideranças do movimento **Negritude** quanto às questões ligadas à identidade negra, havia um ponto em comum, o qual não gerava discussão: o movimento via a personalidade cultural negra africana constituída de identidade, fidelidade e solidariedade. Neste sentido, a **Negritude** reivindica a sobreposição desta personalidade à "máscara branca" imposta pela teoria da assimilação. Este era o principal objectivo do movimento da **Negritude**, praticamente o único antes da Segunda Guerra Mundial. Durante e após esse grande conflito mundial, o movimento ganhou uma dimensão política, aproximando-se da proposta essencial do pan-africanismo.

Havia um despertar dentro desse contexto internacional dos colonizados, numa tentativa de pôr em evidência a cultura africana. Nasce no negro o desejo de afirmação cada vez maior, ultrapassando os limites da literatura, atingindo a acção política e a luta pela independência. A criação poética torna-se um acto político, uma revolta contra a ordem colonial, o imperialismo e o racismo. Assim, o movimento da **Negritude** deu um grande impulso às organizações políticas e aos sindicatos africanos, esclarecendo-os na sua caminhada à independência nacional.

Dentro desse quadro, as independências coloniais foram conquistadas, promovendo a continuidade da unidade africana ao mesmo tempo em que oferecia um quadro ideológico a partir do qual os seus protagonistas, tornados homens de Estado, iam pensar o desenvolvimento económico e social e abordar o sistema de representação dos valores culturais dos seus respectivos países. Contudo, esse pensamento passa a perder o sentido, quando começa a ser usado por Senghor, nos seus discursos políticos, pois havia uma dificuldade em conceber um acordo com opções políticas, escolhas de modelos de desenvolvimento e tipos de relação com as antigas metrópoles e os grandes blocos ideológicos. Existia uma preocupação com a volta do neocolonialismo, sobretudo da imposição da língua francesa, incentivado por Senghor que era a favor da francofonia. Esta proposta, dentro da **Negritude**, baseava-se no fortalecimento e desenvolvimento do francês como ideal e fundamento da política e cultura nos novos países africanos.

Seria assim, uma ideologia neocolonialista imperando através desta influência da língua e da cultura francesa, sendo este movimento consentido pelos líderes africanos. Neste sentido, a partir desse neocolonialismo

linguístico haveria uma dominação económica oculta. Todos estes factores contribuíram para que houvesse um descrédito ao movimento da **Negritude**, devido a uma posição pessoal de Senghor. Além da busca da identidade cultural e da acção política, segundo Kabengele Munanga o terceiro objectivo fundamental da **Negritude** era "o repúdio ao ódio". Isso seria a abertura de diálogo com outras culturas, visando o que Senghor chamou de *civilização do universal*. Já Césaire contemplava este objectivo quando define a *solidariedade* dentro do movimento da **Negritude**.

Os negros do mundo todo se apoiariam, de uma certa maneira, dentro desta perspectiva, sem se isolarem do mundo e de outras culturas. O desafio era contribuir para construção de uma nova sociedade, onde cada ser humano poderia encontrar o seu espaço. Essa busca de identidade, almejada pela **Negritude**, relaciona-se a um entendimento do indivíduo na sociedade. Daí um sentimento de volta às origens, que não passa em si por um resgate da forma de vida tradicional pré-colonial, e sim uma "negação do dogma da supremacia colonizadora em relação à cultura do povo dominado, com o qual sente necessidade de identificação .Portanto, buscar uma identidade cultural que acolhesse os negros da África e da diáspora africana era um dos objectivos inclusos no cerne do movimento da **Negritude**.

Na interpretação de alguns autores a busca e a conquista dessa identidade cultural é uma dos maiores desafios do movimento, para isso o negro terá que aprender a reconhecer-se como negro, a desejar sê-lo e principalmente ir atrás dos seus valores ancestrais, perceber-se no mundo a partir de uma outra visão, desconectar-se dos valores ocidentais, eurocêntricos e principalmente, dar significado aos entendimentos sobre palavras que por muito tempo foram usadas de forma pejorativa e discriminatória para infamar a imagem do negro. "A **Negritude** aparece aqui como uma operação de desintoxicação semântica e de constituição de um novo lugar de inteligibilidade da relação consigo, com os outros e com o mundo." Para que essa identidade cultural se tornasse sólida era necessário um empenho de escritores, literatos, psicólogos e tantos outros profissionais em desenvolver uma maior consciência do negro africano e da diáspora sobre sua história. A identidade cultural legitima-se a partir de componentes como o histórico, o linguístico e o psicológico. Mas, é na história que se encontra o fio condutor e o pilar de construção de identidade, já que é no entendimento do seu passado que o negro se irá reencontrar no mundo. Enquanto havia pensadores negros, no exterior, elaborando o conceito de **Negritude**, numa tentativa de reafirmar uma identidade negra.

São Tomé e Príncipe no século XIX e inícios do século XX

O Ciclo do Cacau

Na última metade do século XVIII, devido aos ataques constantes dos Angolares e às desavenças entre as autoridades, o Clero e o Senado da Câmara, um grande número de colonos haviam abandonado as ilhas, rumo ao Brasil. Essa saída de colonos e o caos administrativo que grassava no arquipélago, conduziu o mesmo a uma situação económica péssima. As plantações de açúcar, tão prósperas no século XVI, em meados dos séculos seguintes tinham-se reduzido a um número diminuto. A anarquia gerada pela luta de poder entre os elementos das classes abastadas, não permitia a execução de medidas que restabelecessem a prosperidade económica.

Verifica-se então, um período de estagnação económica, que conheceu São Tome e Príncipe no fim do século XVI e que se prolongou até inícios do Século XIX. As plantações da cana-de-açúcar entravam em decadência e eram abandonadas, a economia de São Tomé e Príncipe assentou durante vários anos na exportação do açúcar, do qual no século XVI São Tomé e Príncipe era o 1º exportador africano da pimenta, na venda de madeiras e sobretudo tráfego de escravos.

No entanto é no início do século XIX, com a influência da metrópole a enfraquecer e não só devido à falta de estímulos económicos para a exploração de São Tomé e Príncipe, mas também porque o Império colonial português mergulhava numa crise profunda, como resultado das guerras napoleónicas. Por outro lado, a proclamação da independência do Brasil em 1822 colocava Portugal numa situação de pobreza. Com a revolução industrial e o desenvolvimento do capitalismo na Europa, os interesses dos portugueses para com São Tomé e Príncipe renasceu. É neste contexto que em Portugal se lembram das plantações abandonadas e introduzem em São Tomé e Príncipe no princípio do século XIX a cultura do café, que nesta época era imensamente cobiçada nos mercados europeus e em seguida na segunda metade do século XIX é trazida a cultura do Cacau que é difundida por um rico proprietário de São Tomé, João Maria de Sousa e Almeida, I Barão de Água-Izé. É com essas culturas que São Tomé e Príncipe conhece a sua renascença económica, que durou até à proclamação da Independência no ano de 1975.

São Tomé e Príncipe do século XIX caracterizou-se:

Pela introdução de novas culturas de rendimento, tais como o café em 1800 e o cacau em 1822 em espaços chamados roças [11].

- O sistema escravocrata foi substituído pelo trabalho contratado, com o estabelecimento de um salário e de um bónus de repatriação, mas ensombrado por muita violência, nomeadamente os castigos corporais.
- Por uma luta cerrada pela posse de terras, tendo como consequência uma reorganização do espaço e da estrutura social.
- O novo paradigma de desenvolvimento é completado com a atracção de investimento a partir da Europa a serem aplicados no arroteamento das terras, tendo como principal instituição de financiamento o Banco Nacional Ultramarino. Esse investimento na terra era acompanhado

[11]"(...) Na sua essência a palavra roça significa rompimento de terras de para cultivo. Assim, depois do derrube da maioria das arvores e da sega ou roça do mato que muitas vezes se acumula em montículos larga-se o fogo, que reduzindo à maioria dos detritos à cinza, deixa o solo preparado para a lavoura ou sementeira que antecedem às 1ªs chuvas… Conforme as aptidões das terras ou a riqueza do património alimentar, a roça pode ser feita para um ou mais produtos, mas sempre no início para produtos de subsistência… A palavra "roça" representaria na ilha de S. Tomé desde o século XVI até meados do século XIX um pequeno estabelecimento agrícola, que tendo resultado do acto de roçar se destinava a culturas de subsistência…. A partir do século XIX o termo aplica-se a grande propriedade lucrativa identificada com uma estrutura agrária dedicada a produtos ricos, orientada para o sistema capitalista de exploração da terra baseada na monocultura do cacau e café(…)". Francisco José Tenreiro, a Ilha de São Tomé, Men. Da Junta de Inv. Do Ultramar, Lisboa, 1961 pp. 142, 143 e 144.

paralelamente pela importação sempre crescente de mão-de-obra dos serviçais, importados inicialmente de Angola mas depois de Daomé, os Kromanos da região de Kru, do Ibo, de Ajuda, entre outros, situação que se verificou entre 1875- 1879. Depois dessa data os serviçais passariam a ser contratados apenas nas colónias portuguesas.

Foram pois, as culturas do cacau e do café que deram origem a um novo processo de colonização e de ocupação do espaço, num processo que acompanhava de perto o aumento do valor dos referidos produtos no mercado internacional.

Durante três séculos tinham sido lançadas as bases da colonização portuguesa em São Tomé e Príncipe. Ao raiar do século XIX, porém grandes modificações iriam dar-se na vida dessas Ilhas, modificações estruturais do ponto de vista económico, social e político:

Estrutura Económico-social

A introdução dessas culturas, conduz a profundas consequências em todas as esferas, pois elas exigem para a sua produção um grande número de braços. Lembremo-nos que é precisamente neste século, mais precisamente no ano de 1867 que são abolidas por lei as relações de escravatura e impostas sansões pelas potências europeias às colónias que continuassem a praticar "tal desumanidade". Este facto, levou a que os poucos escravos que ainda restavam nas plantações dos colonos fossem libertos, na altura em que aqui se achava o Governador Gregório José Ribeiro (1875), razão porque foram baptizados de" Gregorianos".

A partir daí ou se forçariam os forros a trabalhar para os colonos nas suas plantações de cacau ou ter-se-ia novamente de importar mão-de-obra a baixo preço. Desse modo são celebrados contratos, por deferência das autoridades coloniais, entre os proprietários de terras e os mercadores de serviçais nas outras colónias portuguesas.

Este sistema de trabalho escravo e a forma privada da apropriação dos meios de produção, vêm desde o início da colonização, porém, vão agora definir-se novas linhas mestras para a exploração da força de trabalho das classes oprimidas.

Os antigos donos das plantações que tinham ficado nestas Ilhas, tentam por meio de burlas e outras artimanhas, aumentar os seus terrenos de cultivo. A estes juntam-se outros colonos vindos da Europa. Poucos anos depois ficam as duas Ilhas divididas em vastas propriedades de um reduzido número de senhores, e a posse das mesmas efectiva-se por força da lei que os protege. À divisão da terra em grandes latifúndios chama-se roça, e são muito poucos os naturais que a possuem, sendo essas grandes áreas utilizadas às culturas do cacau e do café, que em pequenas extensões tem fraca rentabilidade. As raras roças dos nativos viriam a desagregar-se com o decorrer dos anos por sucessivas partilhas entre herdeiros, por vendas, e em virtude dos roubos dos colonos. A economia a partir de então começa a evoluir ao ritmo da exportação do cacau e do café, este em menor escala, assim como da copra e do coconote. Para o cultivo das mesmas vêm serviçais de Angola, Moçambique e Cabo Verde, que segundo as autoridades coloniais, vinham da sua inteira vontade mediante contratos livremente celebrados. Mesmo que assim se passassem os factos, as relações de produção iriam demonstrar o contrário. A febre do cacau fez relegar para segundo plano as culturas de subsistência, pelo que quase tudo quanto se consome é importado. Este facto, deve-se também a que as potências coloniais nunca desenvolviam nas colónias, aquilo que elas produziam e procuravam exportar. Assim as colónias seriam o seu mercado de venda. Do século XIX a 1974, em função do sistema de exploração verifica-se a existência das seguintes classes sociais:

Alta burguesia (latifundiária) - Esta é a classe detentora dos meios de produção, é a alta burguesia colonial. Os seus elementos, a partir de determinada altura abandonam as ilhas e deixam na gerência das suas propriedades administradores europeus de sua confiança. Levam uma vida faustosa nos seus ricos palacetes e nas suas casas de campo em Portugal e noutros pontos do Globo, à custa de uma exploração desenfreada do povo de São Tomé e Príncipe. Incluem-se nesta classe os grandes comerciantes.

Média burguesia: Este degrau social é constituído pelos administradores das roças. Tem procuração do regime colonial para dispor da vida dos seus servos a seu belo prazer. Pertencem também a esta classe muitos outros empregados brancos, e a maioria dos funcionários europeus (a média burguesia burocrática), e os médios comerciantes. Esta classe é a que em colaboração com os grandes comerciantes governava a colónia, subordinando os mais responsáveis. Os que se dedicavam ao comércio, enriqueciam cada vez mais, sugando às massas trabalhadoras o seu salário de miséria. Os que ocupavam cargos públicos estavam sempre nos lugares superiores.

Pequena Burguesia: Era constituída nos finais do século XIX por pequenos proprietários nativos. Com o evoluir dos acontecimentos, foram-se vendo sucessivamente arruinados, porque não conseguiam superar as crises económicas e por outras diversas razões, o certo é que foram gradativamente ingressando em cargos públicos, onde não passavam de funcionários subalternos. A estes juntam-se os pequenos comerciantes.

Proletariado: constituído pelos naturais (não assalariados e assalariados) e Estrangeiros (trabalhadores importados)

Os Não Assalariados- grupo social formado por grande parte da população nativa, que em virtude de possuir o mínimo para a sua subsistência, sempre se recusou a trabalhar nas plantações dos colonos. Levam todavia, uma existência difícil.

Os Assalariados- Grupo social formado por artífices e trabalhadores nativos em geral. (Só a partir dos finais do ciclo do cacau os naturais de São Tomé e Príncipe se sujeitam a trabalhar nas roças), que por não possuírem qualquer meio de subsistência viam-se obrigados a trabalhar para os colonos, mediante um salário de fome.

Estrangeiros ou serviçais: São estes naturais de Angola, Moçambique e Cabo verde, que cada um a seu tempo, começaram a ser importados para as Ilhas de São Tomé e Príncipe, para trabalharem nas roças. Esta importação deve-se ao facto dos forros se recusarem a trabalhar nas roças, dadas as condições em que tal trabalho era feito. Os elementos deste grupo estavam desprovidos de quase todos os direitos. Eram recrutados pelos serviços de emigração, a Curadoria que depois os distribuía pelas roças, conforme o pedido das mesmas. Os serviçais eram obrigados a levantar-se muito antes de o alvorecer e voltavam às suas senzalas no final do dia, depois de um trabalho revoltante. Os maus trato sofridos por estes indivíduos, são algo tão vasto e complexo, que descrevê-los não caberia nestas páginas. Muitos deles fundiram-se com os nativos entre si, dando origem aos Tongas.

Quais as relações sociais entre as classes acima referidas?

Constatamos a existência de classes sociais distintas. Importa saber quais as relações entre as mesmas.

Num primeiro grupo temos a **Alta e Média Burguesia** essencialmente constituídas por europeus. Tem nas suas mãos o poder económico, daí que todas as directrizes sociopolíticas delas partam. O segundo constituído pela **Baixa burguesia e Proletariado.**

É nos princípios do século XX, que surgem mais acentuadamente fricções entre estes dois grandes grupos. Passou-se a rotular de racismo ao que era uma melhoria das condições económicas das classes desfavorecidas. Até 1953 dão-se diversas confrontações de somenos importância. Neste ano, sucedem porém, acontecimentos que ficarão para sempre, marcados em sangue, nos anais da História do país. Com o pretexto de restabelecerem a ordem (diziam as autoridades, que os naturais eram vadios e ladrões), começaram a proceder a rusgas e a armar todos os colonos. A finalidade era, contudo, coagir os forros a trabalharem sob contrato, nas plantações de cacau. Na inesquecível manhã, 4 de Fevereiro, sob a invocação de uma revolta concebida e posta em prática pelos naturais, dirigiu-se à Trindade acompanhado de um pelotão o alferes colonial Jorge Amaral Lopes, onde se pôs a disparar sobre um grupo de homens que conversavam. A reacção destes foi pronta, e à "machinada "fizeram o alferes pagar com a vida, o seu ignóbil acto. Foi esta a causa do horrendo *massacre do Batepá*. Em menos de uma semana, foram dizimadas mais de um milhar de vidas. Ao entrarmos na década de sessenta a repressão assume proporções extremas, pois surgem nesta altura os movimentos de Libertação da África

colonial portuguesa. Cada um deles adopta diferentes formas de luta, consoante as realidades de cada colónia. O CLSTP formou-se em 1960 e sediou-se no Gana até 1967, altura em que seguiu para Brazaville, tendo-se deslocado depois para Sta. Isabel e mais tarde para Libreville. Em 1972, feito um congresso transformou-se em MLSTP. Portugal decide reforçar os seus efectivos militares nos territórios ocupados e a então PIDE passa a exercer um controle muito mais rigoroso sobre a população. Tudo lhes serve de pretexto para espancarem e matarem. Embora não tendo conhecido a luta armada o povo de São Tomé e Príncipe, lutou com a táctica da resistência passiva, e entre os torcionários da PIDE e da polícia militar, difícil se torna saber qual melhor serviu a repressão e a exploração. A partir de 1973 a luta dos povos da Guiné, Cabo Verde, Angola, Moçambique e São Tomé e Príncipe, e também a luta do povo português, conduzem o sistema colonial-fascista a uma situação insustentável. É grande o descontentamento nas fileiras do exército português, onde as baixas são enormes. A 26 de Março de 1974 gora-se a tentativa de golpe de estado militar em Portugal (movimento Caldas da Rainha). A PIDE prende e tortura centenas de pessoas em Portugal. Decorridos menos de dois meses na madrugada de 25 de Abril, o povo português unido às Forças Armadas, liberta-se da ditadura. Um golpe de Estado abrira novas perspectivas na luta de Libertação das Colónias.

Estrutura política

Durante os dois séculos do ciclo do cacau, criaram-se estruturas administrativas complexas. Elas compunham vários serviços públicos, tendo à sua frente um chefe de serviço. As decisões tomadas por este, tinham de ser sancionadas pelo Governador da Colónia. Este para legislar, auxiliava-se de um Conselho de Governo e de uma Assembleia Legislativa. Durante muito tempo o governador foi o comandante-chefe das forças armadas, até que com a luta armada nos outros territórios sob a sua dominação, se criou um comando independente. Fora da sua alçada encontrava-se a DGS. O governador deslocava-se periodicamente a Lisboa para informar o governo colonial e de lá trazer instruções. Na Ilha do Príncipe, em representação do governo havia o Administrador do Conselho com largas atribuições. A colónia achava-se dividida em dois Conselhos, o de São Tomé e do Príncipe,

Aspectos culturais

Na fase da cana-de-açúcar havia a preponderância de formas animistas na religião sobre o Catolicismo. A partir do século XIX, porém, essas posições invertem-se até meados do século XX, altura em que o Catolicismo começa a perder influência, dadas as atitudes políticas assumidas pelos padres, e também porque os protestantes tinham vindo sucessivamente a ganhar adesão. Tudo o que se possui de cultura quer na música, quer na dança, encontram vestígios da sua origem noutras partes do mundo. Tanto a Tragédia do Marquês de Mântua como o Auto de Floripes, foram introduzidos no país há séculos, tem sido recriados mas subsistem vigorosamente nos nossos dias. O Sopcopé crê-se ser a única dança criada em São Tomé. O Dança o Congo ou a dança do capitão do Congo, é a única tradição gentílica, trazida provavelmente por escravos vindos do Congo.

Contudo não menos importante se torna a referência a vultos da literatura São-tomense de finais de século XIX a meados do século XX, como: Caetano de Costa Alegre (1864-1889)[12] e Francisco José Tenreiro(1921-1963) [13].

---

[12]Caetano da Costa Alegre nasceu em Capela, freguesia da Trindade, na Ilha de São Tomé, a 26/04/1864, filho de Manuel da Glória Costa Alegre, negociante e proprietário, e de Antónia Fernandes. Faleceu a 18/04/1889 (25 anos incompletos), vítima de uma
Tuberculose pulmonar, em Alcobaça, tendo sido enterrado no dia 21/04/1889 em Lisboa. Sendo oriundo de um "filho-da-terra", ou seja, um burguês da elite são-tomense, Costa Alegre teve o privilégio de muito jovem ainda viajar até a Metrópole a fim de dar
Continuidade aos seus estudos, frequentando na altura da sua morte o de 3º ano do Curso de Medicina. A sua vida social deve ter-se repartido entre o meio universitário lisboeta, o jornalismo da capital, os círculos habituais da ópera e da" boémia", o que permitiu que se entrosasse com intelectuais como Tomás Ribeiro e desenvolvesse uma capacidade de escrita muito rica. É com este poeta que "as manifestações literárias de São Tomé e Príncipe começam a ser regulares. Porém, a sua poesia não era de caris intervencionista.

[13] Francisco José Tenreiro (1921-1963) Contista e poeta nascido em São Tomé, diplomado pela antiga Escola Superior de Administração Colonial, prosseguiu a sua especialização Ciências Geográficas na Escola de Ciências Económicas e Políticas de Londres, em que se doutorou pela Faculdade de Letras de Lisboa. Realizou vários trabalhos de sociologia e geografia africanas, deixando-nos várias contribuições literárias, ensaísticas e de crítica. Tenreiro não apela a um retorno as origens africanas mas ao respeito das pessoas de todas as cores, de todas as tradições. A sua voz e verdadeiramente a voz do exilio, por um lado, e do entrecruzamento das cultura. É com

Francisco José Tenreiro, foi um autor que viria a servir de charneira na moldagem da literatura africana de língua portuguesa. Se esta literatura não constitui uma ruptura essencial com a cultura dominante já antiga de cinco séculos, pelo menos segue, num movimento dirigido que começa na assimilação e vai até à luta pela libertação. Isolado geográfico, cultural e psicologicamente da terra natal, o grupo estudantil na metrópole, como é o caso de Marcelo da Veiga, Francisco José Tenreiro, Tomás Medeiros, Alda do Espírito Santo, Maria Manuela Margarido liga-se aos estudantes de outros países africanos de língua portuguesa. Em reuniões na Casa dos Estudantes do Império aprendiam a equacionar e a discutir as mais importantes questões, como sejam a situação do solo pátrio, a situação desumana do contratado com o seu drama psíquico e cultural, a marginalidade socioeconómico da população nativa e a repressão colonial consentida pelo Estado português. A arma que utilizavam na luta – denúncia contra esses abusos só podia ser a escrita. Conforme a dominante de época, os textos de matriz nacionalista caracterizavam-se pela ideologia materialista e pela estética neo-realista, com dois núcleos temáticos: a afirmação cultural de uma insularidade africana e a reivindicação do solo pátrio. Assim sendo, a poesia destes elementos inseria-se numa linha de poesia nacionalista, de protesto e reivindicação. É de realçar que havia também uma escrita, sobretudo de ficção narrativa, praticada exclusivamente por escritores da metrópole radicados nas ilhas, como são os casos de Luís Cajão e Fernando Reis (os mais representativos dessa literatura), Viana de Almeida, Sum Marky, onde o quotidiano nas roças, as mulheres e a realidade, concebida sob o ponto de vista deles eram as temáticas recorrentes.

Ilha de Nome Santo, livro de poemas integrado na colecção do Novo Cancioneiro, que se estreia em 1942.As suas principais obras foram: Poesia -*Ilha de Nome Santo*, 1942; *Obra Poética*, 1967 (inclui o livro anterior e *Coração em África*).Ensaio - *Espelho do Invisível*, 1959.

Bibliografia

Alegre, F. C. (2004). *MUTÉTÉ - Cronologia Histórica Santomense* (2ª ed.). S. Tomé: UNEAS.

Neves, C. A., & Ceita, M. N. (2004). *História de S. Tomé e Príncipe - Breve Síntese* (1ª ed.). S. Tomé, S. Tomé, República Democrática de S. Tomé e Príncipe: DóriaDesign.

Pinto, A. L., Carvalho, M. M., & Neves, P. A. (2008). *Cadernos de História A5 - Tempos, espaços e protagonistas* (1ª ed., Vol. 1ª Parte). Porto, Portugal: Porto Editora.~

Salvaterra, J. (2001). *MANGUNGO - Mitos e Cultura Santomenses* (1ª ed.). S. Tomé, República Democtática de S. Tomé e Príncipe: Centro Cultural Português.

DREYFUS, François-George e MARX, Roland, 1996, História Geral da Europa de 1789 aos nossos dias, Men-Martins, Publicações Europa-américa.

NASCIMENTO, Augusto, 2005, Entre o Mundo e as Ilhas associativismo São-Tomense nos primeiros decénios de novecentos, UNEAS.

NASCIMENTO, Augusto, 2002, Órfãos da Raça Europeus entre a fortuna e a desventura no S.Tomé e Príncipe colonial, Instituto Camões.

NEVES, Carlos Agostinho e CEITA, Maria Nazaré,2004,História de São Tomé e Príncipe breve síntese, São Tomé.

MARQUES, A.H. De Oliveira, 1998, História de Portugal Volume III das Revoluções liberais aos nossos dias, Lisboa Editorial Presença.

SEIBERT,Gerhard, 2002 (2ª edição),Camaradas, Clientes e Compadres. Colonialismo, Socialismo e Democratização em São Tomé e Príncipe, Lisboa, Veja Editora.

SITES

Wikipédia - A enciclopédia livre. (s.d.). *História de África*. (Wikimedia project) Obtido em 14 de junho de 2011, de Wikipédia - A enciclopédia livre: http://pt.wikipedia.org/wiki/Hist%C3%B3ria_da_coloniza%C3%A7%C3%A3o_de_%C3%81frica

Wikipédia - A enciclopédia livre. (13 de Junho de 2011). *Império Português*. (powerd by media wiki) Obtido em 13 de Junho de 2011, de Wikipédia - A enciclopédia livre: http://pt.wikipedia.org/wiki/Imp%C3%A9rio_colonial_portugu%C3%AAs

Wikipédia - A enciclopédia livre. (01 de Julho de 2010). *Prazos da Coroa*. (Wikimedia project) Obtido em 14 de Junho de 2011, de Wikipédia - A ecnciclopédia livre: Os Prazos da Coroa foram uma das formas que tomou a colonização portuguesa de Moçambique.

HYPERLINK "http://www.google.com/imgres?imgurl=http://www.infoescola.com/wp-content/uploads/2010/05/partilha-da-africa.jpg&imgrefurl=http://www.infoescola.com/historia/partilha-da-africa/&h=400&w=373&sz=43&tbnid=eGfHGLZfFjIeEM:&tbnh=90&tbnw=84&zoom=1&docid=jojuzo2k9JkYeM&sa=X&ei=VgsxT8qDF5O00QWZ2LWtBw&ved=0CGEQ9QEwCA"
http://www.google.com/imgres?imgurl=http://www.infoescola.com/wp-content/uploads/2010/05/partilha-da-africa.jpg&imgrefurl=http://www.infoescola.com/historia/partilha-da-africa/&h=400&w=373&sz=43&tbnid=eGfHGLZfFjIeEM:&tbnh=90&tbnw=84&zoom=1&docid=jojuzo2k9JkYeM&sa=X&ei=VgsxT8qDF5O00QWZ2LWtBw&ved=0CGEQ9QEwCA

HYPERLINK "http://www.infoescola.com/historia/conferencia-de-berlim/" http://www.infoescola.com/historia/conferencia-de-berlim/

Conferência de Berlim. In **Infopédia** [Em linha]. Porto: Porto Editora, 2003-2012. [Consult. 2012-02-07]. Disponível na www: <URL: HYPERLINK "http://www.infopedia.pt/$conferencia-de-berlim" http://www.infopedia.pt/$conferencia-de-berlim >.

HYPERLINK "http://www.slideshare.net/esa9b/a-europa-e-o-mundo-no-limiar-do-sec-xx-5596174?src=related_normal&rel=199877" http://www.slideshare.net/esa9b/a-europa-e-o-mundo-no-limiar-do-sec-xx-5596174?src=related_normal&rel=199877